Elekeiroz

Elekeiroz S.A.

CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47

Juntos somos Grupo OCQ! O mundo desafia,nós criamos! Enxergamos oportunidades onde ninguem vê!

Atuação Responsável® Compromisso com a sustentabilidade

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2024, o setor petroquímico global permaneceu impactado pelos maiores custos de fretes marítimos, reflexo de diferentes conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial e a precificação de produtos petroquímicos, especialmente na Ásia. Tais desafios também trouxeram oportunidades para o Grupo OCQ, uma vez que a redução no volume de importações favoreceu a competitividade dos produtos nacionais. Adicionalmente, o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos proporcionou uma proteção extra em um cenário de intensa competição predatória. O desempenho positivo de segmentos chave, como a construção civil, também impulsionou os resultados do Grupo. Por outro lado, a manutenção de taxas de juros em patamares elevados e a perspectiva de novos aumentos representam riscos que podem impactar setores específicos, demandando atenção redobrada para ajustes estratégicos ao longo de 2025. O Grupo OCQ, ao longo do ano, manteve seu foco na busca por maior eficiência operacional e sustentabilidade. Trabalhamos intensamente para avançar em iniciativas de eficiência energética, promovendo a integração das empresas do Grupo após a aquisição da Elekeiroz, o que gerou significativas sinergias em pessoas, processos e produtos. O reforço dos sistemas informatizados permitiu ganhos de agilidade e confiabilidade nas operações, enquanto a integração logística contribuiu para otimizações relevantes na cadeia de suprimentos. Além disso, o Grupo lançou novos produtos no mercado, ampliando seu portfólio e diversificando suas fontes de receita. Essas ações refletem o compromisso do Grupo OCQ em se adaptar às demandas do mercado, fortalecer sua posição competitiva e assegurar o crescimento sustentável de longo prazo. Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir: O volume de vendas global da Elekeiroz aumentou 26% em relação ao exercício anterior, sendo o total da receita líquida em 31 de dezembro de 2024 de 1.771.225 (R$ 1.408.647 em 31 de dezembro de 2023). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu aumento de 36% em relação ao exercício anterior, sendo 418.902 Toneladas em 31 de dezembro de 2024 (309.150 Toneladas em 31 de dezembro de 2023). O EBITDA teve aumento expressivo de 528% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2024 de R$ 159.595 (R$ 25.405 em 31 de dezembro de 2023), justificado pela retomada do volume comercializado, melhores margens e menor competitividade comparado ao mercado internacional. Adicionalmente é importante destacar a sinergia na aquisição de matérias primas em conjunto com as demais empresas do Grupo OCQ e alinhamento de práticas industriais voltadas para os objetivos estratégicos da Administração. A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada no Grupo OCQ, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados do Grupo no exercício. **Desempenho financeiro:** O **EBITDA** ajustado recorrente da Elekeiroz é apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Reconciliação do LAJIDA (a) (*EBITDA*)		
Prejuízo do exercício	**(22.510)**	**(108.216)**
Depreciações e amortizações	60.638	63.804
Resultado financeiro, líquido	102.626	111.208
Imposto de renda e contribuição social	(572)	(40.583)
LAJIDA (a) (*EBITDA*)	**140.182**	**26.213**
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(-) Venda de créditos tributários	(16.074)	(39.518)
(-) Acordos com antigos controladores	32.020	–
(-) Habilitação de crédito tributário	(1.065)	(9.399)
(+) Nexoleum – Cessão de ações para parte relacionada	4.532	–
(+) Custos da transação do fechamento da operação de compra da Elekeiroz S.A.	–	52.161
(+) Consultorias pontuais	–	2.196
(+/-) Baixas oriundas de revisão de vida útil/Recuperação de imobilizado	–	(6.248)
LAJIDA (a) (*EBITDA*) ajustado	**159.595**	**25.405**

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e *EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil).

A Administração

Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	165.217	47.344	165.217	47.412
Títulos e valores mobiliários		–	2.873	–	2.873
Contas a receber de clientes	5	134.956	122.995	134.956	122.995
Contas a receber – Partes relacionadas	6	9.454	9.482	9.454	9.482
Estoques	7	296.796	212.165	296.796	212.165
Tributos a recuperar	8	48.123	35.520	48.123	35.695
Imposto de renda e contribuição social	8	1.077	9.697	1.077	9.751
Outros ativos		10.869	7.164	10.869	7.033
Total do ativo circulante		**666.492**	**447.240**	**666.492**	**447.406**
Não circulante					
Depósitos judiciais	15	7.161	9.859	7.161	9.859
Tributos a recuperar	8	49.597	65.402	49.597	66.527
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	66.362	65.942	66.362	65.942
Outros ativos		2.278	3.643	2.278	3.642
Imobilizado	9	314.238	318.374	314.238	319.467
Intangível	10	256.010	259.483	256.010	263.737
Investimentos	11	1.607	7.791	1.607	1.157
Total do ativo não circulante		**697.253**	**730.494**	**697.253**	**730.331**
Total do ativo		**1.363.745**	**1.177.734**	**1.363.745**	**1.177.737**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores	12	265.212	176.223	265.212	176.224
Contas a pagar – Partes relacionadas	6	201.836	12.123	201.836	12.123
Mútuos – Partes relacionadas	6	5.511	–	5.511	–
Adiantamentos de clientes		502	–	502	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	104.204	160.072	104.204	160.072
Obrigações sociais e trabalhistas		22.460	12.027	22.460	12.027
Obrigações tributárias		3.566	5.111	3.566	5.113
Arrendamento mercantil	14	429	107	429	107
Outros passivos		4.950	10.956	4.950	10.956
Total do passivo circulante		**608.670**	**376.619**	**608.670**	**376.622**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	661.835	726.625	661.835	726.625
Obrigações tributárias		6.117	–	6.117	–
Mútuos – Partes relacionadas	6	50.000	–	50.000	–
Arrendamento mercantil	14	2.205	–	2.205	–
Provisões para contingências		34.169	42.756	34.169	42.756
Outros passivos		9.568	18.339	9.568	18.339
Total do passivo não circulante		**763.894**	**787.720**	**763.894**	**787.720**
Total do passivo		**1.372.564**	**1.164.339**	**1.372.564**	**1.164.342**
Passivo a descoberto (patrimônio líquido)	16				
Capital social		49.000	49.000	49.000	49.000
Outros resultados abrangentes		(2.546)	(2.842)	(2.546)	(2.842)
Prejuízos acumulados		(55.273)	(32.763)	(55.273)	(32.763)
Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido)		**(8.819)**	**13.395**	**(8.819)**	**13.395**
Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)		**1.363.745**	**1.177.734**	**1.363.745**	**1.177.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(23.082)**	**(148.799)**	**(23.082)**	**(148.799)**
Ajustes para reconciliação do resultado:					
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19	105.135	118.834	105.135	118.834
Provisões (receitas) de juros sobre mútuos	19	5.484	–	5.484	–
Provisões para contingências	18	(2.802)	1.656	(2.802)	1.656
Depreciação e amortização	18	60.639	63.797	60.639	63.805
Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível	9/10	45	(4.239)	3.041	(4.239)
Variação cambial	19	(9.762)	2.123	(9.762)	2.115
Provisão para perdas de crédito esperadas	18	(1.250)	(1.105)	(1.760)	(1.105)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	18	3.770	5.859	3.770	5.859
Provisão para PLR e Bônus		9.608	928	9.608	928
Outros ajustes para reconciliação do resultado		14.523	(17.137)	10.447	(17.129)
Resultado de equivalência patrimonial	11	220	(828)	–	–
		162.528	**21.089**	**160.718**	**21.925**
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(7.281)	45.912	(6.771)	45.912
Contas a receber de partes relacionadas		28	(4.373)	28	(4.373)
Estoques		(88.401)	22.407	(88.401)	22.407
Tributos a recuperar		11.822	3.116	13.176	2.001
Outros ativos		(2.340)	14.051	(2.472)	14.051
Depósitos judiciais		2.698	1.417	2.698	1.417
Fornecedores		83.903	59.918	83.902	59.919
Contas a pagar – Partes relacionadas		189.713	12.123	189.713	12.123
Obrigações sociais e trabalhistas		825	(24.511)	825	(25.797)
Obrigações tributárias		4.572	–	4.570	–
Outros passivos		(14.309)	(58.338)	(14.297)	(58.088)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		**343.758**	**92.811**	**343.689**	**91.497**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	–	–
Juros pagos	13	(100.557)	(61.682)	(100.557)	(61.682)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**243.201**	**31.129**	**243.132**	**29.815**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Caixa e equivalente de caixa oriundo de incorporações		–	111.830	–	111.830
Aporte de capital em controladas		–	(1.300)	–	–
Aquisições de imobilizado e intangível	9/10	(54.263)	(56.839)	(54.262)	(56.839)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		2.873	(1.873)	2.873	(1.873)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(51.390)**	**51.818**	**(51.389)**	**53.118**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações	13	(123.750)	(168.080)	(123.750)	(168.080)
Arrendamento mercantil – Amortizações	14	(215)	–	(215)	–
Mútuos com partes relacionadas – Captações		50.027	–	50.027	–
Distribuição de lucros		–	(24.925)	–	(24.925)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(73.938)**	**(193.005)**	**(73.938)**	**(193.005)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**117.873**	**(110.058)**	**117.805**	**(110.072)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período		47.344	157.402	47.412	157.484
Caixa e equivalente de caixa no final do período		165.217	47.344	165.217	47.412
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa		**117.873**	**(110.058)**	**117.805**	**(110.072)**
Transações que não impactam o caixa:					
Imposto de renda e contribuição social diferido		420	–	420	–
Outros resultados abrangentes		450	–	450	–
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil		2.682	–	2.682	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita operacional líquida	17	1.771.225	1.408.647	1.771.225	1.408.647
Custo dos produtos vendidos	18	(1.545.876)	(1.300.181)	(1.545.888)	(1.300.181)
Lucro bruto		**225.349**	**108.466**	**225.337**	**108.466**
Despesas gerais e administrativas	18	(53.800)	(65.498)	(54.350)	(65.829)
Despesas comerciais	18	(52.895)	(48.066)	(52.895)	(48.066)
Perda (ganho) por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(1.760)	1.105	(1.250)	1.105
Outras receitas (despesas), líquidas	18	(37.042)	(34.178)	(37.298)	(33.267)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(220)	828	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		**79.632**	**(37.343)**	**79.544**	**(37.591)**
Receitas financeiras	19	31.228	21.003	31.317	21.223
Despesas financeiras	19	(133.942)	(132.459)	(133.943)	(132.431)
Resultado financeiro		**(102.714)**	**(111.456)**	**(102.626)**	**(111.208)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(23.082)**	**(148.799)**	**(23.082)**	**(148.799)**
IRPJ e CSLL – Corrente	20	–	–	–	–
IRPJ e CSLL – Diferido	20	572	40.583	572	40.583
Prejuízo do exercício		**(22.510)**	**(108.216)**	**(22.510)**	**(108.216)**
Prejuízo por ação – R$					
Básico e diluído	16	**(0,72)**	**(3,47)**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prejuízo do exercício	(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Valor justo de ativos financeiros	(3.857)	(4.306)	(3.857)	(4.306)
Tributos diferidos	1.311	1.464	1.311	1.464
Total do resultado abrangente do exercício	**(25.056)**	**(111.058)**	**(25.056)**	**(111.058)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita de contratos com clientes					
Receita bruta (incluindo devoluções)	17	2.181.663	1.759.969	2.181.663	1.759.969
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(3.106)	1.105	(3.106)	1.105
		2.178.557	**1.761.074**	**2.178.557**	**1.761.074**
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(1.934.350)	(1.540.447)	(1.934.022)	(1.540.447)
Outras despesas (receitas)		(12.336)	(55.752)	(12.960)	(55.137)
		(1.946.686)	**(1.596.199)**	**(1.946.982)**	**(1.595.584)**
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia		**231.871**	**164.875**	**231.575**	**165.490**
Retenções					
Depreciação e amortização	18	(60.639)	(63.797)	(60.639)	(63.804)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**171.232**	**101.078**	**170.936**	**101.686**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(220)	828	–	–
Receitas financeiras	19	31.228	21.003	31.317	21.223
		31.008	**21.831**	**31.317**	**21.223**
Valor adicionado recebido em transferência		**202.240**	**122.909**	**202.253**	**122.909**
Distribuição do valor adicionado					
Empregados		**102.639**	**85.833**	**102.651**	**85.833**
Remuneração direta		65.002	64.054	65.002	64.054
Benefícios		16.081	16.867	16.093	16.867
Encargos trabalhistas		21.182	4.912	21.182	4.912
Outros		374	–	374	–
Tributos		**(11.742)**	**19.782**	**(11.741)**	**19.782**
Federais		19.307	33.752	19.307	33.752
Estaduais		(33.939)	(16.367)	(33.939)	(16.367)
Municipais		2.890	2.397	2.891	2.397
Remuneração de capitais de terceiros		**133.853**	**125.510**	**133.853**	**125.510**
Juros		121.976	121.224	121.976	121.224
Aluguéis		1.287	4.286	1.287	4.286
Outras despesas financeiras		10.590	–	10.590	–
Remuneração de capitais próprios		**(22.510)**	**(108.216)**	**(22.510)**	**(108.216)**
Lucros (Prejuízos) retidos		(22.510)	(108.216)	(22.510)	(108.216)
Valor adicionado distribuído		**202.240**	**122.909**	**202.253**	**122.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de capital			Reservas de lucros						
	Capital social	**Incentivos fiscais**	**Opções outorgadas**	**Ações em tesouraria**	**Legal**	**Incentivos fiscais**	**Desenvolvimento**	**Especial**	**Outros resultados abrangentes**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 1º de janeiro de 2023	**103.057**	**8.326**	**336**	**(12.973)**	**20.611**	**78.259**	**19.869**	**79.162**	**–**	**–**	**296.647**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(108.216)	(108.216)
Destinação do prejuízo											
Incentivos fiscais – Complemento	–	–	–	–	–	709	–	–	–	(709)	–
Absorção da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	(78.968)	–	–	–	78.968	–
Outros resultados abrangentes											
Ajuste a valor justo	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.306)	–	(4.306)
Tributos diferidos sobre valor justo	–	–	–	–	–	–	–	–	1.464	–	1.464
Transações do capital com os acionistas											
Ações em tesouraria canceladas	–	–	–	12.973	–	–	–	–	–	(12.973)	–
Opções outorgadas canceladas	–	–	(336)	–	–	–	–	–	–	–	(336)
Efeitos da incorporação reversa (a)	(54.057)	(8.326)	–	–	(20.611)	–	(19.869)	(79.162)	–	10.167	(171.858)
Em 31 de dezembro de 2023	**49.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.842)**	**(32.763)**	**13.395**
Em 1º de janeiro de 2024	**49.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.842)**	**(32.763)**	**13.395**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(22.510)	(22.510)
Outros resultados abrangentes											
Ajuste a valor justo	–	–	–	–	–	–	–	–	449	–	449
Tributos diferidos sobre valor justo	–	–	–	–	–	–	–	–	(153)	–	(153)
Em 31 de dezembro de 2024	**49.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.546)**	**(55.273)**	**(8.819)**

(a) os detalhes da incorporação reversa estão apresentados em Nota Explicativa 2.3 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua …

… continuação

Elekeiroz S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais, exeto quando indicado de outra forma)*

1. Informações sobre a Companhia – A Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado desde 1 de julho de 2020, quando deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer outro mercado organizado, com sede na cidade de Várzea Paulista, estado de São Paulo, na rua Doutor Edgardo de Azevedo Soares nº 392, Jardim Paulista. A Companhia tem como principais atividades: industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como, a participação em outras sociedades. Os produtos fabricados pela Companhia são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, vestuário, automotivo, alimentício, entre outros. A Companhia dispõe de unidades administrativas e industriais apresentadas a seguir:

Unidade	Tipo	Cidade	Estado	Atividade
Várzea Paulista	Matriz	Várzea Paulista	São Paulo	Industrial
Lapa	Filial	São Paulo	São Paulo	Administrativo
Camaçari (João Úrsulo – Álcoois)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial
Camaçari (Rua Hidrogênio – PGE)	Filial	Camaçari	Bahia	Industrial
Espírito Santo	Filial	Espírito Santo	Vitória	Administrativo

A Companhia é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química ("**Grupo OCQ**"), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do I*nternational Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 5 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional. **Divulgações voluntárias:** A Companhia optou por realizar nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Resultado por ação:** A apresentação do Resultado por ação é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. O Resultado por ação foi preparado de acordo com os critérios definidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 41 – "Resultado por ação" e IAS 33 – "*Earnings per share*". Como consequência, pelos CPC e IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ("Grupo"). O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2023:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Razão social	Principal atividade	País-sede	% de participação 31/12/2024	% de participação 31/12/2023
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	Industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral.	Brasil	–	100

(a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou "Contrato de Compra e Venda de Ações" no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para parte relacionada do Grupo. Maiores detalhes estão apresentados em nota explicativa nº 11 – Investimentos. **Controladora do Grupo:** A Dofra Participações Ltda. é a controladora do Grupo OCQ, sediada no Brasil e possui capital 100% pertencente a pessoas físicas residentes no Brasil. **Transações eliminadas na Consolidação:** Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **2.3. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: (a) Transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito esperadas ("PCE" ou "*impairment*"). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As políticas contábeis de provisão para perdas relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. **2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. **2.8. Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Depreciação em anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	3 a 20 (em média 5) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos/Caminhões	5-15
Terrenos	Não depreciados
Advindos do *business combination*	5
Aeronaves	10

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Custos de pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes e tecnologia da informação são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício. A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares adquiridos de terceiros	5
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	3
Marcas registradas e licenças	5
Advindos do *business combination*	5, 6 e 21

2.10. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direitos de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Depreciação em anos
Veículos/Caminhões	5

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11 – Redução ao valor recuperável (*impairment*). **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Taxa de desconto:** A Companhia identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

	Taxa incremental (%)
Em 31 de dezembro de 2024	14,27
Em 31 de dezembro de 2023	13,16

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Companhia como arrendadora:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou transações em que foi classificada como arrendadora. **2.11. Redução ao valor recuperável (*impairment*): (a) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e • Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(b) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.12. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **Custo de obtenção de contratos – Comissões sobre vendas:** A Companhia efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2024. **2.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. **2.14. Benefícios a empregados: (a) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(b) Plano de previdência privada:** A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência privada do tipo de contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. O plano de contribuição definida – previdência privada é oferecido aos colaboradores da Companhia, que prevê: • Participação dos funcionários com percentuais definidos entre 1% até 10% sobre seu salário base; e • Contribuição da Companhia em montante equivalente a 100% do aportado pelo colaborador. Em 31 de dezembro de 2024 o resultado dessas contribuições totalizou o montante de R$ 1.202 (R$ 2.995 em 31 de dezembro 2023). **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*). **(d) Outros benefícios:** Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia. **2.15. Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço. A Companhia é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16. Instrumentos financeiros: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Elekeiroz S.A.

contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a "contabilidade de *hedge*". As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.17. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **b) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual, serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. **c) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia é beneficiada com incentivos fiscais nas esferas federal e estadual que estão registradas de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º. Conforme art. 523 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios pelo período de 5 anos. Maiores detalhes dos tipos de benefícios fiscais constituídos pela Companhia estão apresentados em Nota Explicativa nº 16 – Passivo a descoberto (Patrimônio líquido). **d) Remuneração aos acionistas (distribuição de lucros): Dividendos:** A distribuição de lucros via dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados dividendos. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus acionistas como alternativa a distribuição de lucros. Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não deliberou juros sobre capital próprio. **e) Resultado por ação: Resultado básico e diluído por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. O cálculo do resultado por ação está apresentado em Nota Explicativa nº 16 – Passivo a descoberto (Patrimônio líquido). **2.18. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. **a) Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Companhia, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. **c) Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.19. Tributos: Tributos sobre vendas:** As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente. Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM") e podem variar de 0% a 6,5%, conforme produto. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício. **Tributos sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – Bahia no percentual de 75% em 31 de dezembro de 2024, maiores detalhes estão apresentados em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais/Benefícios fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio não alocado. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos. **2.20. Subvenções governamentais/Benefícios fiscais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48/IFRS 9, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48/IFRS 9, e o montante recebido). **Benefício fiscal – SUDENE:** O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Elekeiroz S.A. possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade. Em 22 de dezembro de 2023, através do laudo constitutivo nº 0412/2023, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de gases ("PGE") com vencimento para 31 de dezembro de 2032. Em 23 de abril de 2024, através do laudo constitutivo nº 26/2024, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de álcoois João Ursulo ("JU") com vencimento para 31 de dezembro de 2033. **Benefício fiscal – Desenvolve:** O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("Desenvolve") que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Este benefício fiscal é válido até 31 de março de 2028 na planta de gases e prazo indeterminado na planta de álcoois e plastificantes da empresa Elekeiroz S.A.. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a lei 14.789/2023 que introduziu novos regramentos para a tributação dos benefícios fiscais de ICMS pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que fez mediante a revogação da antiga legislação de regência do tema, a saber: Art. 30 da Lei 12.973/2014. Durante o exercício de 2024, a Administração mensurou os impactos da tributação e concluiu que seu efeito foi imaterial para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.21. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço quotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço quotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço quotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.22. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamentos de fornecedores – Alteração ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à I FRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores, vide Nota explicativa nº 12 – Fornecedores. **2.23. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.24. Reestruturação societária e combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input – entrada de recursos adquirido em outputs – saídas de recursos, e os inputs – entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs – saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Venda de participação societária da Companhia com obtenção de controle para Chembro Química S.A.:** Em 19 de agosto de 2022, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") entre a Chembro Química S.A. e o antigo controlador da Companhia para aquisição da totalidade de 31.069.512 ações ordinárias de emissão da Companhia pelo valor de R$ 875.000, pago em única parcela, reduzido do endividamento líquido base previsto no Contrato, considerando que está previsto um valor adicional contingente a ser determinado e pago em até 5 (cinco) parcelas anuais, a se iniciar em 1º de abril de 2023 com término em 31 de março de 2028, dependendo do resultado Consolidado do EBITDA gerencial ajustado da Elekeiroz S.A. para cada ano. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram apurados valores de *earnout* devido, considerando que o EBITDA previsto para o ano de 2025 e anos subsequentes será menor que o EBITDA de referência definido no Contrato. A data de fechamento da transação e efetiva troca de controle ocorreu em 23 de março de 2023, com a realização do efetivo desembolso financeiro mencionado no parágrafo anterior, bem como, cumprimento das demais cláusulas previstas no Contrato. Com isso, a Companhia passou a ser controlada pela Chembro Química S.A. A aquisição da participação societária teve como principal objetivo a consolidação do **Grupo OCQ** no ramo de químicos intermediários no Brasil. Foi realizada a mensuração da aquisição ao valor justo, conforme disposto no quadro a seguir:

	31/03/2023
Valor da compra	875.000
CDI no período de atualização	2,21%
Valor da compra atualizado	**894.310**
Endividamento líquido base	(250.000)
Ajuste do endividamento líquido e capital de giro no fechamento	(110.260)
Earnout **(1)** estimado	–
Contingências não materializadas assumidas pelos vendedores	–
Valor justo da contraprestação	**534.050**

(1) na data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 e 2023, o gatilho mínimo para fins de *earnout* previstos no **Contrato** não foi atingido, portanto, nenhum valor de *earnout* foi apurado. A alocação do preço de compra é apresentada a seguir:

	31/03/2023
Valor justo da contraprestação	534.050
Patrimônio líquido contábil em 31 de março de 2023	239.075
Ágio total	294.975
Ágio não alocado (*goodwill*)	227.220
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	**67.755**
Alocação de ativos e passivos:	
Estorno provisão de impairment	47.687
Mais valia de imobilizado	30.958
Mais valia de estoques	17.083
Relacionamento com clientes	20.309
Acordo de não solicitação	7.304
Ajuste de tecnologia patenteada	(2.352)
Ajuste de passivos contingentes	(28.927)
IR/CS diferido (a)	(24.307)
Ágio identificado e alocado conforme alocação do preço de compra	**67.755**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Elekeiroz S.A.**

A seguir são apresentados os ativos e passivos após amortização em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Mais valia de imobilizado e estorno provisão de impairment	53.740	69.470
Mais valia de estoques (a)	–	–
Relacionamento com clientes	18.777	19.745
Acordo de não solicitação	4.991	6.452
Ajuste de tecnologia patenteada	(1.731)	(2.123)
Ajuste de passivos contingentes	(19.766)	(25.551)
IR/CS diferido (b)	–	–
	56.012	**67.993**

a) A mais valia de estoques foi totalmente amortizada em prazo de 90 dias, ou seja, sua amortização completa ocorreu antes de 31 de dezembro de 2023; e b) Após a incorporação reversa os saldos de IR/CS diferido foram integralmente baixados com o início da amortização contábil e fiscal por não existirem diferenças tributárias temporárias. **Incorporação reversa da Chembro Química S.A.:** Em 31 de maio de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Chembro Química S.A., em razão de simplificar a estrutura acionária do Grupo em que a Companhia pertence e a otimizar custos em sua gestão de projeto de reestruturação de atividades. Como resultado desta incorporação reversa, a Companhia passou a ter como novo controlador a empresa Dofra Participações Ltda.. A seguir é apresentado o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. emitido em 23 de maio de 2023, na data-base de 30 de abril de 2023:

Chembro Química S.A. – Valores em reais – Em 30 de abril de 2023

Ativo	
Circulante	**118.176.617,19**
Caixa e equivalentes de caixa	1.481.282,87
Contas a receber de clientes	634.433,39
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27
Outras contas a receber	110.262.957,62
Impostos a recuperar	245.056,74
Adiantamentos	299.430,45
Outros ativos	144.767,85
Não circulante	**544.031.053,74**
Impostos a recuperar	9.154.295,63
Outros ativos	852.015,91
Investimentos	534.024.742,20
Total do ativo	**662.207.670,93**
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	**83.719.457,53**
Fornecedores	21.953,87
Obrigações fiscais e tributárias	1.326.538,07
Debêntures	82.370.965,59
Não circulante	**528.795.130,05**
Obrigações fiscais e tributárias	7.594.329,99
Debêntures	512.662.856,47
Provisão para contingências	7.581.872,89
Outros passivos	956.070,70
Total do passivo	**612.514.587,58**
Patrimônio Líquido	**49.693.083,35**
Capital social	49.000.000,00
Reserva de lucros	693.083,35
Total do passivo e patrimônio líquido	**662.207.670,93**

A seguir é apresentado o balanço patrimonial em 31 de maio de 2023, pós laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Chembro Química S.A. apresentado no quadro anterior e que deu origem aos lançamentos de incorporação reversa:

Chembro Química S.A. – Valores em reais – Em 31 de maio de 2023

Ativo	
Circulante	**117.972.338,11**
Caixa e equivalentes de caixa	111.830.430,69
Contas a receber de clientes	334.130,39
Contas a receber de partes relacionadas	5.108.688,27
Outras contas a receber	144.767,85
Impostos a recuperar	254.890,46
Adiantamentos	299.430,45
Não circulante	**544.102.090,65**
Impostos a recuperar	9.225.332,54
Outros ativos	852.015,91
Investimentos	534.024.742,20
Total do ativo	**662.074.428,76**
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	**92.222.076,64**
Fornecedores	9,91
Obrigações fiscais e tributárias	1.332.494,12
Debêntures	90.889.572,61
Não circulante	**527.607.245,79**
Obrigações fiscais e tributárias	7.544.855,37
Debêntures	512.781.925,83
Provisão para contingências	6.315.869,46
Outros passivos	964.595,13
Total do passivo	**619.829.322,43**
Patrimônio Líquido	**42.245.106,33**
Capital social	49.000.000,00
Prejuízos acumulados	(6.754.893,67)
Total do passivo e patrimônio líquido	**662.074.428,76**

A incorporação reversa também resultou na alteração do valor das ações da Companhia, que passou a ter o novo capital social de R$ 49.000 representado por 31.485.170 ações ordinárias. O quadro a seguir ilustra o efeito da incorporação reversa:

	Capital social (em reais)	Quantidade de ações (unitário)	Valor da ação (em reais)
Antes da incorporação reversa			
Chembro Química S.A.	49.000.000,00	49.000	1.000,00
Elekeiroz S.A.	103.057.070,40	31.485.170	3,273194
	Capital social (em reais)	**Quantidade de ações (unitário)**	**Valor da ação (em reais)**
Depois da incorporação reversa			
Elekeiroz S.A.	49.000.000	31.485.170	1,556288

O quadro a seguir detalha os efeitos da incorporação reversa no patrimônio líquido da Companhia:

Valores do patrimônio líquido da Elekeiroz S.A.	
Baixa do capital social	(103.057)
Baixa da reserva de incentivo fiscal	(8.326)
Baixa da reserva legal	(20.611)
Baixa da reserva de desenvolvimento	(19.869)
Baixa da reserva especial	(79.162)
Ações em tesouraria não baixadas na incorporação	12.973
Reservas de incentivos fiscais não baixadas na incorporação	(78.259)
Outros resultados abrangentes não baixados na incorporação	2.842
Prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023 baixado na incorporação	55.058
Baixa IR/CS diferidos ágio alocado após a incorporação	24.307
Valores do patrimônio líquido da Chembro Química S.A.	
Incorporação do capital social	49.000
Incorporação da reserva de capital	11.511
Incorporação do prejuízo acumulado até 31 de maio de 2023	(18.266)
Efeito líquido no patrimônio líquido	**(171.858)**

Cessão de ações da Nexoleum com transferência de controle: Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou "Contrato de Compra e Venda de Ações" da sua investida direta Nexoleum Bioderivados S.A. ("Nexoleum") para cessão da totalidade das 3.074.250 (três milhões e setenta, quatro mil e duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que corresponde a 100% de participação no capital da Nexoleum para Ibira Holding S.R.L., parte relacionada pertencente ao Grupo OCQ. Com a consequente transação, a Companhia reconheceu na data da venda a baixa do investimento no montante de R$ 2.159 e do ágio de R$ 2.373, totalizando o montante de R$ 4.532 reconhecido na demonstração do resultado do exercício na rubrica de "outras receitas (despesas), líquidas". A transação anteriormente mencionada teve anuência dos debenturistas da Companhia aprovada em Assembleia Geral dos Debenturistas de 2 de agosto de 2024 e teve por motivo a simplificação da estrutura societária do Grupo em que a Companhia pertence. **2.25. Eventos após o período do relatório:** Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – A elaboração das Demonstrações Financeiras está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis. **Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação; • Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade; • Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE"): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes; • Provisões para contingências: São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais; e • Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	90	1.947	90	2.015
Aplicações financeiras de liquidez imediata	165.127	45.397	165.127	45.397
	165.217	**47.344**	**165.217**	**47.412**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 70% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (75% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023). As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa 19 – Resultado financeiro.

5. Contas a receber de clientes – A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	138.859	95.969	138.859	96.479
Clientes estrangeiros	3.093	30.056	3.093	30.056
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	(6.996)	(3.030)	(6.996)	(3.540)
Total circulante	**134.956**	**122.995**	**134.956**	**122.995**
Clientes nacionais	–	24.356	–	24.356
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	–	(24.356)	–	(24.356)
Total não circulante	**–**	**–**	**–**	**–**
Total circulante	**134.956**	**122.995**	**134.956**	**122.995**

A Companhia ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures. As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 21 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito. A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	131.430	117.446	131.430	117.956
Vencidos até 30 dias	1.729	3.631	1.729	3.631
Vencidos de 31 a 60 dias	901	1.081	901	1.081
Vencidos de 61 a 90 dias	597	685	597	685
Vencidos de 91 a 180 dias	491	727	491	727
Vencidos de 181 a 360 dias	2.261	458	2.261	458
Superior a 361 dias	4.543	26.353	4.543	26.353
Total das contas a receber – Valor bruto	**141.952**	**150.381**	**141.952**	**150.891**

A seguir é apresentada a movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**27.386**	**28.491**	**27.896**	**29.001**
(+) Combinação de negócios	–	–	–	–
(-) Baixa efetiva de títulos	(22.150)	–	(22.150)	–
(+) Constituição de provisão	5.610	5.469	5.610	5.469
(-) Reversão de provisão	(3.850)	(6.574)	(3.850)	(6.574)
Saldo final	**6.996**	**27.386**	**6.996**	**27.896**

A Administração considera que os valores registrados a título de PCE são suficientes para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Partes relacionadas – 6.1. Saldos e operações: Transações com partes relacionadas: Os saldos das operações com partes relacionadas possuem vencimento determinado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, serviços, matérias primas e materiais para industrialização. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Contas a receber – Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Nacional		
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	885	1.386
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	304	1.016
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	89	–
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	7.631	7.080
Outras partes relacionadas	545	–
Total das contas a receber – Partes relacionadas	**9.454**	**9.482**

	Controladora e Consolidado	
Contas a pagar – Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Nacional		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	119.291	227
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	82.545	11.896
Total das contas a pagar – Partes relacionadas	**201.836**	**12.123**

	Controladora e Consolidado	
Mútuos – Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
A pagar		
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	(22.204)	–
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	(33.307)	–
Total dos Mútuos – Partes relacionadas	**(55.511)**	**–**

As entidades apresentadas no quadro acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que que pertencem ou possuem participação significativa dos acionistas controladores da Companhia. **6.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o pessoal-chave da Administração foi remunerado conforme rubricas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Diretoria	**–**	**3.643**
- Honorários	–	2.525
- Participação nos lucros	–	–
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	–	652
- Benefícios de curto prazo	–	–
- Benefícios pós-emprego	–	466
Conselho de Administração	**–**	**340**
- Honorários	–	285
- Encargos sociais (INSS)	–	55

Em 31 de dezembro de 2024 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Companhia pertence.

7. Estoques – Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	83.519	69.995
Produtos acabados	128.104	77.917
Almoxarifado geral	16.657	16.934
Embalagens	1.395	1.803
Estoque em trânsito	12.721	641
Estoque em poder de terceiros	59.059	51.697
(-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques (a)	(4.659)	(6.822)
	296.796	**212.165**

(a) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras. A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência e garantia:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**6.822**	**963**
(+) Constituição de provisão	4.659	11.055
(-) Reversão de provisão	(6.822)	(5.196)
Saldo final	**4.659**	**6.822**

A seguir é apresentada a movimentação da mais valia de estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	–	–
(+) Mais valia de estoques	–	17.083
(-) Amortização de mais valia de estoques	–	(17.083)
Em 31 de dezembro de	**–**	**–**

Maiores detalhes da mais valia de estoques podem ser observadas em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

8. Tributos a recuperar/Imposto de renda e contribuição social a compensar – Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	1.077	9.697	1.077	9.751
ICMS (i)	13.347	7.218	13.347	8.534
Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii)	58.555	77.545	58.555	77.485
PIS e COFINS	12.851	5.248	12.851	5.255
Precatórios a recuperar	8.027	9.341	8.027	9.341
Outros tributos a recuperar	4.940	1.570	4.940	1.607
	98.797	**110.619**	**98.797**	**111.973**
Circulante	49.200	45.217	49.200	45.446
Não circulante	49.597	65.402	49.597	66.527

(i) Refere-se a créditos de ICMS de operações de compra e venda usuais do negócio da Companhia (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2024 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e (ii) Historicamente foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Companhia atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente e a movimentação do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**77.485**	**83.949**
(+) Novos créditos	**–**	1.126
(+/-) Combinação de negócios	(282)	7.004
(+) Atualização monetária	882	861
(-) Vendas de créditos tributários	–	(10.891)
(-) Compensações	(19.530)	(4.564)
Saldo final	**58.555**	**77.485**

9. Imobilizado – A seguir são apresentados os saldos de imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	Custo histórico		Custo histórico	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	605.861	578.028	605.861	579.599
Móveis e utensílios	7.354	6.829	7.354	6.829
Equipamentos de laboratório	3.968	3.961	3.968	3.961
Aeronaves	11.840	–	11.840	–
Veículos/Caminhões	6.313	2.883	6.313	2.883
Equipamentos de informática	6.352	5.007	6.352	5.007
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581
Construções	35.879	34.828	35.879	34.828
Benfeitorias/Itens a imobilizar	37.183	30.169	37.183	30.169
Direito de uso	4.508	1.827	4.508	1.827
Mais valia de ativos imobilizados	78.645	78.645	78.645	78.645
Impairment	–	–	–	–
	802.484	**746.758**	**802.484**	**748.329**
	Valor residual		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	216.797	240.867	216.797	241.960
Móveis e utensílios	2.016	1.831	2.016	1.831
Equipamentos de laboratório	717	874	717	874
Aeronaves	11.426	–	11.426	–
Veículos/Caminhões	3.571	578	3.571	578
Equipamentos de informática	1.668	640	1.668	640
Terrenos	4.581	4.581	4.581	4.581
Construções	8.684	8.470	8.684	8.470
Benfeitorias/Itens a imobilizar	37.183	30.169	37.183	30.169
Direito de uso	2.589	110	2.589	110
Mais valia de ativos imobilizados	53.741	69.470	53.741	69.470
Impairment	(28.735)	(39.216)	(28.735)	(39.216)
	314.238	**318.374**	**314.238**	**319.467**

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

Controladora

	Valor líquido em 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	153.583	13.272	(2.387)	118.251	(41.852)	240.867
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Aeronaves	–	–	–	–	–	–
Veículos/Caminhões	1.260	–	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	–	–	–	–	4.581
Construções	7.618	6	–	1.834	(988)	8.470
Benfeitorias/Itens a imobilizar	101.742	49.010	–	(120.583)	–	30.169
Direito de uso	306	136	–	–	(332)	110
Mais valia de ativos imobilizados	–	78.645	–	–	(9.175)	69.470
Impairment	(50.220)	–	–	–	11.004	(39.216)
	222.116	**141.609**	**(2.919)**	**–**	**(42.432)**	**318.374**

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	240.867	3.607	(16)	24.355	(52.016)	216.797
Móveis e utensílios	1.831	299	(29)	274	(359)	2.016
Equipamentos de laboratório	874	4	–	11	(172)	717
Aeronaves	–	11.840	–	–	(414)	11.426
Veículos/Caminhões	578	3.430	–	–	(437)	3.571
Equipamentos de informática	640	1.043	–	302	(317)	1.668
Terrenos	4.581	–	–	–	–	4.581
Construções	8.470	499	–	552	(837)	8.684
Benfeitorias/Itens a imobilizar	30.169	32.508	–	(25.494)	–	37.183
Direito de uso	110	2.681	–	–	(202)	2.589
Mais valia de ativos imobilizados	69.470	–	–	–	(15.729)	53.741
Impairment	(39.216)	–	–	–	10.481	(28.735)
	318.374	**55.911**	**(45)**	**–**	**(60.002)**	**314.238**

Consolidado

	Valor líquido em 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	154.675	13.272	(1.628)	118.251	(42.610)	241.960
Móveis e utensílios	1.474	460	(3)	246	(346)	1.831
Equipamentos de laboratório	899	50	(5)	124	(194)	874
Aeronaves	–	–	–	–	–	–
Veículos/Caminhões	1.260	–	(519)	100	(263)	578
Equipamentos de informática	873	30	(5)	28	(286)	640
Terrenos	4.581	–	–	–	–	4.581
Construções	7.618	6	–	1.834	(988)	8.470
Benfeitorias/Itens a imobilizar	101.742	49.010	–	(120.583)	–	30.169
Direito de uso	306	136	–	–	(332)	110
Mais valia de ativos imobilizados	–	78.645	–	–	(9.175)	69.470
Impairment	(50.220)	–	–	–	11.004	(39.216)
	223.208	**141.609**	**(2.160)**	**–**	**(43.190)**	**319.467**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Elekeiroz S.A.

	Valor líquido em 31/12/2023	Cessão Nexo-leum (a)	Adições e Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	241.960	(456)	3.606	(641)	24.356	(52.028)	216.797
Móveis e utensílios	1.831	–	298	(28)	274	(359)	2.016
Equipamentos de laboratório	874	–	4	–	11	(172)	717
Aeronaves	–	–	11.840	–	–	(414)	11.426
Veículos/Caminhões	578	–	3.430	–	–	(437)	3.571
Equipamentos de informática	640	–	1.043	–	302	(317)	1.668
Terrenos	4.581	–	–	–	–	–	4.581
Construções	8.470	–	499	–	552	(837)	8.684
Benfeitorias/Itens a imobilizar	30.169	–	32.509	–	(25.495)	–	37.183
Direito de uso	110	–	2.682	–	–	(203)	2.589
Mais valia de ativos imobilizados	69.470	–	–	–	–	(15.729)	53.741
Impairment	(39.216)	–	–	–	–	10.481	(28.735)
	319.467	**(456)**	**55.911**	**(669)**	**–**	**(60.015)**	**314.238**

(a) Refere-se a baixa dos ativos da Nexoleum Bioderivados S.A. ocorrida em 2 de agosto de 2024, maiores detalhes em Nota explicativa nº 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** Historicamente, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, a Companhia realizou avaliação dos itens componentes do seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e constatou que a Unidade Geradora de Caixa de Álcoois apresentou valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, resultando na constituição de *impairment* sobre esses ativos. Os fluxos de caixa foram descontados para o período de 10 (dez) anos considerados pela Administração como período adequado para a indústria química, utilizaram taxa de desconto em termos nominais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("*WACC*") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco nos quais a UGC individual opera. As principais premissas são apresentadas a seguir: ***Margens de contribuição:*** Para o período de 2025 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração da Companhia em que a margem de contribuição foi de 18%. Para os períodos a partir de 2026 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2022 a 2024), sendo a margem de contribuição de 19%. A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa. ***Taxas de desconto:*** O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (*WACC*). O *WACC* leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O *WACC* utilizado foi de 14,3% (13,5% antes do imposto de renda). ***Inflação de preços de matérias-primas:*** Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural). ***Market share* durante o período de projeção:** A análise pressupõe que os principais produtos da Companhia acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado. A Administração concluiu que não foram necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2024.

10. Intangível – 10.1. Controladora

	Controladora			
	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Softwares adquiridos de terceiros	5.282	4.250	2.714	2.469
Direitos de exclusividade de patente	8.776	8.776	4.090	5.843
Mais valia de ativos **(a)**	25.261	25.261	22.038	24.074
Impairment Intangível	–	–	(52)	(123)
	39.319	**38.287**	**28.790**	**32.263**
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (*goodwill*)	227.220	227.220	227.220	227.220
	227.220	**227.220**	**227.220**	**227.220**
Total do Intangível	**266.539**	**265.507**	**256.010**	**259.483**

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. A abertura é apresentada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2024		
Mais valia de ativos	% ao ano	Custo histórico	Valor residual
Relacionamento com clientes	5	20.309	18.777
Acordo de não solicitação	20	7.304	4.991
Tecnologia patenteada	17	(2.352)	(1.730)
Total		**25.261**	**22.038**

A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

	Controladora				
	Softwares adquiridos de terceiros	Direitos de exclusividade de patente	Mais valia de ativos (a)	*Impairment* Intangível	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**1.815**	**7.598**	**–**	**(213)**	**9.200**
(+) Adições	881	–	25.261	–	26.142
(-) Amortizações	(227)	(1.755)	(1.187)	90	(3.079)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.469**	**5.843**	**24.074**	**(123)**	**32.263**
(+) Adições	1.033	–	–	–	1.033
(-) Amortizações	(788)	(1.753)	(2.036)	71	(4.506)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.714**	**4.090**	**22.038**	**(52)**	**28.790**

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa nº 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios.

10.2. Consolidado

	Consolidado			
	Custo histórico		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Intangível de vida útil definida				
Softwares adquiridos de terceiros	5.282	4.250	2.714	2.469
Direitos de exclusividade de patente	8.776	8.776	4.090	5.843
Marcas registradas e licenças	–	–	–	4.254
Mais valia de ativos (a)	25.261	25.261	22.038	24.074
Impairment Intangível	–	–	(52)	(123)
	39.319	**38.287**	**28.790**	**36.517**
Intangível de vida útil indefinida				
Ágio (*goodwill*)	227.220	227.220	227.220	227.220
	227.220	**227.220**	**227.220**	**227.220**
Total do Intangível	**266.539**	**265.507**	**256.010**	**263.737**

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. A seguir é apresentada a movimentação do intangível:

	Consolidado					
	Softwares adquiridos de terceiros	Direitos de exclusividade de patente	Marcas registradas e licenças	Mais valia de ativos (a)	*Impairment* Intangível	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**1.815**	**7.598**	**7.685**	**–**	**(213)**	**16.885**
(+) Adições	1.475	–	136	–	–	1.611
(+) Adições oriundas de combinação de negócios	–	–	–	25.261	–	25.261
(-) Amortizações	(821)	(1.755)	(3.567)	(1.187)	90	(7.240)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.469**	**5.843**	**4.254**	**24.074**	**(123)**	**36.517**
(+) Adições	1.033	–	–	–	–	1.033
(-) Baixas	–	–	(2.372)	–	–	(2.372)
(-) Amortizações	(788)	(1.753)	(1.882)	(2.036)	71	(6.388)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.714**	**4.090**	**–**	**22.038**	**(52)**	**28.790**

(a) Advindos do *business combination* conforme apresentado em Nota Explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. **Elekeiroz S.A. – Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura ("*Goodwill*"):** O ágio adquirido por meio de combinações de negócios, oriundo de todas as unidades geradoras de caixa que foram adquiridas, não sendo possível alocar em alguma unidade geradora de caixa específica. Para o teste de *impairment* foi utilizado o fluxo de caixa total da Companhia. O valor recuperável do fluxo de caixa da Companhia é de R$ 1.065.600 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.235.279 em 31 de dezembro de 2023), superando o valor contábil em R$ 513.600 (R$ 405.185 em 31 de dezembro de 2023) e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 5 (cinco) anos com perpetuidade, considerando taxa de desconto em termos nominais e após os impostos nas projeções de fluxo de caixa, custos médios ponderado de capital (WACC) de 14,3% (13,6% em 31 dezembro de 2023) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os 5 (cinco) anos considera uma taxa de crescimento de 3,5%, base IPCA. Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade: **Margens de contribuição:** Para o período de 2025 foi utilizado o orçamento aprovado pela Alta Administração da Companhia em que a margem de contribuição foi de 18%. Para os períodos a partir de 2026 foram aplicadas as médias dos 3 (três) últimos períodos (2022 a 2024), sendo a margem de contribuição de 19%. A margem anteriormente descrita se mantém constante para todo o período do fluxo de caixa. **Taxas de desconto:** O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia e seus segmentos operacionais, sendo derivado de custos médios ponderado de capital (*WACC*). O *WACC* leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de empresas do mesmo segmento de mercado disponíveis para o público. O *WACC* utilizado foi de 14,3% (13,5% antes do imposto de renda). ***Inflação de preços de matérias-primas:*** Os preços das principais matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são balizados pelos preços delas no mercado internacional, indexados ao dólar americano, sendo influenciadas pelo preço do petróleo (Nafta e gás natural). ***Market share* durante o período de projeção:** A análise pressupõe que os principais produtos da Companhia acompanham o crescimento do mercado e a manutenção do *market share* para todo o período projetado. A Administração concluiu que não são necessários ajustes oriundos do teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Investimentos

	Participação %		Saldos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos				
Nexoleum Bioderivados S.A. (a)	–	100%	–	2.379
Cetrel S.A. (b)	2,25%	2,25%	5.463	5.463
Ajuste a valor justo (Cetrel)	–	–	(3.856)	(4.306)
Mais valia (Nexoleum)	–	–	–	4.255
			1.607	**7.791**

(a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou "Contrato de Compra e Venda de Ações" no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para a Ibira Holding S.R.L., uma holding do Grupo OCQ. A transação considerou o valor do patrimônio líquido na data da transação que era de R$ 2.159 e o montante de ágio de R$ 2.373, totalizando a quantia de R$ 4.532 reconhecida no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas e despesas, líquidas"; (b) A Companhia detém participação minoritária na Cetrel, para o qual realiza anualmente teste de redução ao valor recuperável, conforme disposto a seguir: **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Companhia testou o *impairment* em relação ao investimento na Cetrel S.A. que tiveram indicativos de que poderiam estar desvalorizados. Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável foi mensurado através de técnicas de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais mensurando o recebimento de dividendos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("*WACC*") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto, com ajustes para adequar ao perfil de risco deste investimento. A Administração concluiu que seriam necessários ajustes no investimento da Cetrel e reconheceu em 31 dezembro de 2023 o montante de R$ 4.306 na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. Durante o exercício de 2024, a Administração manteve a prática de descontar os fluxos de caixa mensurando o recebimento de dividendos e efetuou o reconhecimento da variação do valor justo no montante de R$ 450 na rubrica de "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. A seguir é apresentada a movimentação dos investimentos:

	Nexoleum	Cetrel	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**7.733**	**5.463**	**13.196**
(+) Aumento de capital	1.300	–	1.300
(+/-) *Impairment*	–	(4.306)	(4.306)
(+/-) Equivalência patrimonial	828	–	828
(-) Amortização do intangível	(3.227)	–	(3.227)
Em 31 de dezembro de 2023	**6.634**	**1.157**	**7.791**
	Nexoleum	**Cetrel**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**6.634**	**1.157**	**7.791**
(+) Ajuste a valor justo	–	450	450
(-) Cessão de ações	(4.532)	–	(4.532)
(-) Baixa de mais valia	(1.882)	–	(1.882)
(+/-) Equivalência patrimonial	(220)	–	(220)
Em 31 de dezembro de 2024	**–**	**1.607**	**1.607**

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	46.308	50.294	46.308	50.295
Fornecedores estrangeiros	–	8.803	–	8.803
Fornecedores risco sacado	218.904	117.126	218.904	117.126
	265.212	**176.223**	**265.212**	**176.224**

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características abaixo: Contas a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros não incidem juros e são geralmente liquidadas pela Companhia em prazo de 25 dias (15 dias em 31 de dezembro de 2023). São apresentados maiores detalhes para fornecedores que são caracterizados pela modalidade de risco sacado, vide: **Risco sacado:** A Elekeiroz possui convênios de pagamentos com instituições financeiras que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Elekeiroz mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Elekeiroz. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento. O prazo praticado pela Elekeiroz em 31 de dezembro de 2024 é de 90 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2023), mantendo assim, condições usualmente praticadas pelo mercado. As transações em aberto em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R$ 218.904 (R$ 117.126 em 31 de dezembro de 2023) e refletem as variações de volumes e preços negociados no período e na alteração do prazo negociado de pagamento dessas compras.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures – a) Empréstimos, financiamentos e debêntures: A posição da dívida é detalhada a seguir:

Instituição financeira/Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data da contratação	Data do vencimento	Controladora e consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos					**312.032**	**356.708**
Banco do Brasil/CCB **(a)**	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	23/07/2031	10.207	15.277
Banco do Brasil/NCE **(a)**	BRL	1,68% a.a. + CDI	21/06/2022	13/07/2031	223.151	251.664
Banco do Brasil/NCE **(a)**	BRL	1,68% a.a. + CDI	13/03/2020	02/07/2031	78.674	89.767
Debêntures					**470.109**	**544.666**
1º Emissão de debêntures – Chembro (incorporada pela Elekeiroz) **(a)**	BRL	3,17% a.a. + CDI	23/03/2023	23/03/2031	470.109	544.666
Custos de transação					**(16.102)**	**(14.677)**
(-) Custos de transação					(16.102)	(14.677)
					766.039	**886.697**
Circulante					104.204	160.072
Não circulante					661.835	726.625

(a) As operações de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem garantias vinculadas de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária. A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos, financiamentos debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**395.604**	**13.027**	**408.631**
(+) Captações	–	603.672	603.672
(+) Provisão de juros	52.214	66.620	118.834
(-) Amortização de principal	(53.885)	(114.195)	(168.080)
(-) Amortização de juros	(37.223)	(24.458)	(61.681)
(-) Reconhecimento de custos de transação	(1.749)	(12.930)	(14.679)
Em 31 de dezembro de 2023	**354.961**	**531.736**	**886.697**
	Empréstimos e financiamentos	**Debêntures**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**354.961**	**531.736**	**886.697**
(+) Captações	–	–	–
(+) Provisão de juros	34.739	70.336	105.075
(-) Amortização de principal	(48.750)	(75.000)	(123.750)
(-) Amortização de juros	(30.664)	(69.893)	(100.557)
(+) Reconhecimento de custos de transação	1.332	1.685	3.017
(-) Novos custos de transação	(4.443)	–	(4.443)
Em 31 de dezembro de 2024	**307.175**	**458.864**	**766.039**

Empréstimo e financiamentos: Cláusulas restritivas – *Covenants* financeiros e não financeiros: Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. A Companhia possui firmado contrato de cédula de crédito, que deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024 (2,50x em 31 de dezembro de 2023), sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via solicitação a respectiva instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2024 e 2023 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos. **Garantias:** As operações possuem garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas. **Custos de transação:** Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" em conta redutora do passivo da dívida dos empréstimos e financiamentos. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contratos de empréstimos e financiamentos, na rubrica de "despesas financeiras". **b) Debêntures: 1º Emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures (ICVM 476):** Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Chembro Química S.A., posteriormente, incorporada pela Companhia, a realização de instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 no valor de até R$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), cujo anúncio de início de distribuição foi realizado em 30 de dezembro de 2022. Os recursos captados no âmbito da emissão foram exclusivamente destinados à aquisição da Companhia pelo **Grupo OCQ**, conforme descrito na Nota explicativa 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. As debêntures possuem características de série única, prazo de 8 anos contados a partir da data de emissão, remuneração CDI com *spread* de 3,17% ao ano e amortizações trimestrais sem carência. **Cláusulas restritivas – *Covenants* financeiros e não financeiros:** As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições envolvidas na transação é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50x referentes aos exercícios fiscais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2023, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via Assembleia Geral de Debenturistas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. **Garantias:** A operação possui garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas. **Custos de transação:** Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de "despesas financeiras". Estes custos estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de "despesas financeiras".

14. Arrendamento mercantil – A Companhia arrenda imóveis e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco (5) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais. A Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia. Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção. O quadro a seguir apresenta a composição dos saldos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor nominal do passivo de arrendamento	**3.558**	**107**
2025	786	107
2026	739	–
2027	739	–
2028 em diante	1.294	–
Ajustado a valor presente	**(924)**	**–**
2025	(322)	–
2026	(262)	–
2027	(194)	–
2028 em diante	(146)	–
Passivo de arrendamento, líquido	**2.634**	**107**
Circulante	429	107
Não circulante	2.205	–

A seguir é apresentada a movimentação do arrendamento mercantil:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	**–**
(+) Novos contratos de arrendamento	107
Em 31 de dezembro de 2023	**107**
	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	**107**
(+) Novos contratos de arrendamento	2.682
(+) Provisão de juros	60
(-) Amortizações	(215)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.634**

Como divulgação espontânea, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção:

	Controladora e Consolidado			
Fluxo de pagamentos futuros	2025	2026	2027	2028 em diante
Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente	786	739	739	1.294
Cenário com inflação	**40**	**32**	**30**	**52**
Taxa de inflação considerada – Fonte Copom	5,04%	4,33%	4,00%	4,00%

15. Provisões para contingências – A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários. A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: **15.1. Processos com risco de perda provável:** A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	304	669
Trabalhistas	9.084	8.703
Tributárias	5.015	7.833
Mais valia de passivo contingentes (Tributários)	19.766	25.551
	34.169	**42.756**

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**1.797**	**9.368**	**984**	**–**	**12.149**
(+) Remensuração de processos	189	666	–	–	855
(+) Novos processos	–	4.848	14	–	4.862
(-) Reversões	(469)	(3.578)	(14)	–	(4.061)
(-) Pagamentos	–	(2.601)	(315)	–	(2.916)
(+) Adições decorrente de combinação de negócios	6.316	–	–	28.927	35.243
(-) Amortização de passivo contingente	–	–	–	(3.376)	(3.376)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.833**	**8.703**	**669**	**25.551**	**42.756**
	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**7.833**	**8.703**	**669**	**25.551**	**42.756**
(+) Remensuração de processos	(108)	893	–	–	785
(+) Novos processos	–	1.731	1.078	–	2.809
(-) Reversões	(2.710)	(2.243)	(80)	–	(5.033)
(-) Pagamentos	–	–	(1.363)	–	(1.363)
(-) Amortização de passivo contingente	–	–	–	(5.785)	(5.785)
Em 31 de dezembro de 2024	**5.015**	**9.084**	**304**	**19.766**	**34.169**

15.2. Processos com risco de perda possível: Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contingências cíveis (i)	4.905	6.998
Contingências trabalhistas (ii)	26.897	92.378
Contingências tributárias (iii)	87.966	54.356
	119.768	**153.732**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Elekeiroz S.A.

a) Cíveis	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Demais processos	4.905	6.998
	4.905	**6.998**

b) Trabalhistas	Controladora e Consolidado 31/12/2023	31/12/2023
Processos Trabalhistas (i)	26.897	92.378
	26.897	**92.378**

i) Englobam processos trabalhistas de natureza relacionadas a horas extras, verbas adicionais, indenizações, verbas rescisórias e outras.

c) Tributárias	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	4.093	3.712
Contribuição previdenciária s/PPR, acordo trabalhista e solidariedade	4.680	4.233
Ação Declaratória do REIQ – MP 863/2018	2.997	2.696
Créditos de PIS/COFINS sobre serviços de insumos	3.182	2.867
Inclusão do ICMS na base de cálculo do AFRMM de importação	5.620	5.046
IPTU Camaçari/BA revisão, área descoberta e majoração abusiva	19.399	15.915
ICMS estorno de crédito em desacordo com a legislação	5.296	4.764
Multa importação	27.794	–
Demais processos	14.935	15.123
	87.996	**54.356**

15.3. Depósitos judiciais: Os valores depositados judicialmente pela Companhia correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas	2.722	3.607
Contingências tributárias	4.439	6.252
	7.161	**9.859**

15.4. Ativos contingentes: A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações financeiras. O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

	Controladora e Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Tributários	**64.652**	**59.060**
SELIC – Não incidência de IRPJ/CSLL (repetição indébito)	44.640	41.037
ICMS -Repetição do crédito acumulado de Igarassú	8.469	7.593
Outros tributários – Valores inferiores a R$ 10 milhões	11.543	10.430
Cíveis	**2.412**	**9.760**
Recuperação judicial	194	4.209
Outros cíveis – Valores inferiores a R$ 10 milhões	2.218	5.551
	67.064	**68.820**

16. Passivo a descoberto (Patrimônio líquido) – (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$ 49.000 (R$ 49.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias com valor nominal de R$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das ações é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dofra Participações Ltda.	49.000	49.000
	49.000	**49.000**

A movimentação do exercício é apresentada a seguir:

Em milhares de ações	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	49.000	103.057
Efeitos da incorporação reversa (a)	–	(54.057)
Emitidas e totalmente integralizadas	**49.000**	**49.000**

(a) As alterações do capital social da Companhia ocorridas durante o exercício de 2023 são oriundas da incorporação reversa, maiores detalhes em Nota Explicativa nº 2.24 – Reestruturação societária e combinação de negócios. **(b) Reserva de lucros a realizar:** Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Companhia e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios. **(c) Reserva de incentivos fiscais: Benefício fiscal – SUDENE:** O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Companhia possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade. Maiores detalhes estão dispostos em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais/Benefícios fiscais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldo de reservas de incentivos fiscais (R$ 72.276 em 31 de dezembro de 2023). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados durante o exercício de 2023. **Benefício fiscal – Desenvolve:** O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("Desenvolve") que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Maiores detalhes estão dispostos em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais/Benefícios fiscais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldos em suas reservas de incentivos fiscais de (R$ 6.692 em 31 de dezembro de 2023). Entretanto, como a Companhia auferiu prejuízo, essa reserva foi absorvida com prejuízos acumulados durante o exercício de 2023. **(d) Distribuição de lucros: Distribuição de dividendos:** A distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados e pagos dividendos. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Companhia aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros. Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio. **(e) Resultado por ação: Resultado básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A seguir é apresentado o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuído aos acionistas	(22.510)	(108.216)
Quantidade de ações (em milhares) – média ponderada	31.192	31.192
Resultado básico e diluído por ação – Em reais	**(0,72)**	**(3,47)**

17. Receita líquida de serviços – A conciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	2.191.287	1.721.530
Receita bruta de serviços	–	59.995
(-) Devoluções e cancelamentos	(9.624)	(21.556)
(-) Impostos sobre vendas	(410.426)	(351.322)
(-) Impostos sobre serviços	(12)	–
	1.771.225	**1.408.647**

18. Custos e despesas por natureza – A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	**(1.545.876)**	**(1.300.181)**	**(1.545.888)**	**(1.300.181)**
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.364.338)	(1.161.484)	(1.364.338)	(1.161.484)
Gastos com pessoal	(74.131)	(69.559)	(74.142)	(69.559)
Serviços de terceiros	(8.884)	(7.519)	(8.884)	(7.519)
Depreciação e amortização	(44.426)	(34.513)	(44.426)	(34.513)
Operação e manutenção	(37.566)	(14.744)	(37.566)	(14.744)
Aluguéis	(1.010)	–	(1.010)	–
Descarte de resíduos	(1.919)	–	(1.919)	–
Gastos com importação/exportação	(9.485)	(6.057)	(9.485)	(6.057)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(3.770)	(8.250)	(3.770)	(8.250)
Outros custos	(347)	1.945	(348)	1.945
Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras	**(145.497)**	**(146.637)**	**(145.793)**	**(146.057)**
Gastos com pessoal	(28.508)	(34.580)	(28.508)	(34.580)
Gastos comerciais	(7.703)	(7.092)	(7.703)	(7.092)
Serviços de terceiros	(15.128)	(14.981)	(15.170)	(14.981)
Depreciação e amortização	(4.233)	(5.213)	(4.233)	(5.220)
Amortização do ágio – Mais valia	(11.980)	(24.071)	(11.980)	(24.071)
Fretes e carretos	(44.260)	(34.916)	(44.260)	(34.916)
Aluguéis	(277)	(273)	(277)	(273)
Provisões para contingências	2.694	1.287	2.694	1.287
Operação e manutenção	(862)	(871)	(862)	(871)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.760)	1.105	(1.250)	1.105
Benefício fiscal – REIQ **(a)**	8.868	–	8.868	–
Benefício fiscal – Desenvolve **(b)**	5.661	–	5.661	–
Alienação de precatórios e reversões **(c)**	17.258	39.566	17.258	39.566
Custos de transação de aquisição da Elekeiroz **(d)**	–	(52.161)	–	(52.161)
Outras receitas (despesas), líquidas **(e)**	(65.267)	(14.437)	(66.031)	(13.850)
Total	**(1.691.373)**	**(1.446.818)**	**(1.691.681)**	**(1.446.238)**

(a) A Companhia aderiu ao Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") durante o exercício de 2024 que prevê créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de determinadas matérias-primas; (b) Maiores detalhes dos benefícios estão descritos em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais/Benefícios fiscais; e (c) Referem-se principalmente a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Empresa Elekeiroz realizou no montante de R$ 16.074 e outras alienações; (d) Referem-se a custos de transação do fechamento do processo de combinação de negócios da Companhia ocorrido durante o exercício de 2023, que não compõem o desempenho orgânico da Companhia; e (e) Foram registrados em 2024 como principais acontecimentos na empresa Elekeiroz na rubrica de outras receitas os montantes de R$ 32.020 referentes a acordos com antigos controladores e R$ 1.065 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida despesa no montante de R$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nexoleum.

19. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	**16.380**	**14.128**	**16.469**	**14.338**
Rendimentos de aplicações financeiras	10.709	9.797	10.709	9.801
Descontos obtidos	362	570	362	570
Atualização monetária ativa	4.675	–	4.763	206
Juros de contas a receber	186	3.488	186	3.488
Outras receitas financeiras	448	273	449	273
Despesa financeira	**(128.856)**	**(123.461)**	**(128.857)**	**(123.431)**
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(110.619)	(105.688)	(110.619)	(105.701)
Custos de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.018)	(1.052)	(3.018)	(1.052)
Cessão de crédito de clientes	(11.417)	(13.784)	(11.417)	(13.784)
Descontos concedidos	(7)	(18)	(7)	(18)
Atualização monetária passiva	(577)	(700)	(577)	(700)
Despesas bancárias	(1.898)	(1.376)	(1.899)	(1.377)
Outras despesas financeiras	(1.320)	(843)	(1.320)	(799)
Variação cambial	**9.762**	**(2.123)**	**9.762**	**(2.115)**
Variação cambial ativa	14.848	6.875	14.848	6.885
Variação cambial passiva	(5.086)	(8.998)	(5.086)	(9.000)
Resultado financeiro, líquido	**(102.714)**	**(111.456)**	**(102.626)**	**(111.208)**

20. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido: Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora 31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	**(75.605)**	**(97.454)**	**(75.605)**	**(97.454)**
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda à alíquota de 15%	–	–	–	–
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	–	–	–	–
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção	–	–	–	–
Contribuição social à alíquota de 9%	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social da Controladora pelo lucro presumido				
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)	**–**	**–**	**–**	**–**
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda à alíquota de 25%	423	29.843	423	29.843
Contribuição social à alíquota de 9%	149	10.740	149	10.740
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	**572**	**40.583**	**572**	**40.583**
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	(23.082)	(148.799)	(23.082)	(148.799)
Total das adições e exclusões permanentes	(43.422)	55.484	(43.422)	55.484
(+) Custos de transação da troca de controle da Companhia	–	52.161	–	52.161
(+) Lei de incentivo a cultura	–	–	–	–
(+) Lei de incentivo ao esporte	–	–	–	–
(+) Fundo da criança e do adolescente	–	–	–	–
(+) Outras adições permanentes	7.410	7.835	7.410	7.835
(-) Crédito de exclusão do ICMS na Base de cálculo de PIS/COFINS	–	–	–	–
(-) Ágio	(45.444)	–	(45.444)	–
(-) Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–
(-) Lei do bem	–	–	–	–
(-) Outras exclusões permanentes	(5.388)	(4.512)	(5.388)	(4.512)
Adições e exclusões temporárias	(9.101)	(4.139)	(9.101)	(4.139)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social – "Base ajustada"	**(75.605)**	**(97.454)**	**(75.605)**	**(97.454)**
Alíquota efetiva – (a)/(b)	0%	0%	0%	0%

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Saldo inicial 31/12/2022	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2023
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	6.283	44.850	–	51.133
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	9.687	1.960	(10.255)	1.392
Provisão para contingências	3.795	3.870	(2.101)	5.564
Impairment ativo imobilizado e intangível	17.147	–	(3.772)	13.375
Habilitação crédito tributário – precatório	16.379	–	(14.567)	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	1.825	6.375	(3.362)	4.838
Ajuste a valor presente (AVP)	42	–	–	42
Total de ativos de impostos diferidos	**55.158**	**57.055**	**(34.057)**	**78.156**
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	(2.656)	–	3.207	551
Créditos tributários	(28.607)	(2.232)	27.087	(3.752)
Ágio alocado	–	(9.013)		(9.013)
Total de passivos de impostos diferidos	**(31.263)**	**(11.245)**	**30.294**	**(12.214)**
Total de imposto diferido líquido	**23.895**	**45.810**	**(3.763)**	**65.942**

	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2024
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	51.133	19.208	–	70.341
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.392	2.202	(1.517)	2.077
Provisão para contingências	5.564	953	(1.745)	4.772
Impairment ativo imobilizado e intangível	13.375	–	(3.588)	9.787
Habilitação crédito tributário – precatório	1.812	–	–	1.812
PROVISÕES DIVERSAS				
Provisões diversas	4.838	5.235	(3.353)	6.720
Ajuste a valor presente (AVP)	42	–	–	42
Total de ativos de impostos diferidos	**78.156**	**27.598**	**(10.203)**	**95.551**
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	551	(2.876)	1.352	(973)
Créditos tributários	(3.752)			(3.752)
Ágio alocado	(9.013)	(15.451)		(24.464)
Total de passivos de impostos diferidos	**(12.214)**	**(18.327)**	**1.352**	**(29.189)**
Total de imposto diferido líquido	**65.942**	**9.271**	**(8.851)**	**66.362**

A Companhia estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 7 (sete) anos. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024
2025	–
2026	8.118
2027	9.169
2028	11.385
2029 em diante	66.879
Total de ativos de impostos diferidos	**95.551**

21. Gestão de risco financeiro – A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Gestão de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **I) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência de Finanças e Diretoria Comercial. As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 15% do faturamento líquido. A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes, além das perdas já provisionadas nestas demonstrações. **II) Risco de liquidez:** As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado. A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

	Controladora e consolidado Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Em 31 de dezembro de 2024					
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	265.212	265.212	265.212	–	–
Contas a pagar – Partes relacionadas	201.836	201.836	201.836	–	–
Mútuos – Partes relacionadas	55.511	104.291	5.511	5.511	93.269
Empréstimos, financiamentos e debêntures	766.039	1.114.976	194.881	204.031	716.064
Arrendamento mercantil	2.634	3.558	786	739	2.033
Outros passivos	14.518	14.518	4.976	9.541	–
	1.305.750	**1.704.391**	**673.202**	**219.822**	**811.366**

	Controladora Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Consolidado Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Em 31 de dezembro de 2023										
Passivos financeiros não derivativos										
Fornecedores	176.223	176.223	176.223	–	–	176.224	176.224	176.224	–	–
Contas a pagar – Partes relacionadas	12.123	12.123	12.123	–	–	12.123	12.123	12.123	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	886.697	886.697	160.072	330.000	396.625	886.697	886.697	160.072	330.000	396.625
Arrendamento mercantil	107	107	72	35	–	107	107	72	35	–
Outros passivos	29.295	29.295	29.295	–	–	29.295	29.295	29.295	–	–
	1.104.445	**1.104.445**	**377.785**	**330.035**	**396.625**	**1.104.446**	**1.104.446**	**377.786**	**330.035**	**396.625**

III) Risco de mercado: O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo. **a) Risco cambial:** As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

		Consolidado			
Operação	**Variável de risco**	**Valor contábil**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US$)	3.093	2.977	3.716	4.465
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US$)	–	–	–	–
Contas a receber – Partes relacionadas	Dólar americano (US$)	–	–	–	–
Totalizador		3.093	2.977	3.716	4.465
Impacto no resultado antes dos impostos			**(116)**	**623**	**1.372**

		31 de dezembro de 2024		
Indexador	**Real**	**Cenário I Provável**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
Dólar americano (US$) – Fechamento do exercício	6,19	–	–	–
Dólar americano (US$) – Projetado Dezembro/2025	–	5,96	7,44	8,94

Fonte: Dólar americano (Boletim Focus).

b) Risco de taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	**165.127**	**48.270**	**165.127**	**48.270**
Títulos e valores mobiliários (i)	165.127	48.270	165.127	48.270
Passivos financeiros	**(824.184)**	**(886.804)**	**(824.184)**	**(886.804)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(766.039)	(886.697)	(766.039)	(886.697)
Arrendamento mercantil	(2.634)	(107)	(2.634)	(107)
Mútuos com partes relacionadas	(55.511)	–	(55.511)	–
Risco de taxa de juros, líquido	**(659.057)**	**(838.534)**	**(659.057)**	**(838.534)**

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa. **Análise de sensibilidade de taxa de juros:** Conforme disposto no CPC 40/IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. **Ativos financeiros (exposição por tipo de risco):** As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI. **Passivos financeiros (exposição por tipo de risco):** Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário "provável" é o cenário trabalhado pela Administração projetado para 31 de dezembro de 2025 e pode ser entendido como saldo estimado das rubricas ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%, conforme julgamento definido pela Administração. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

		Controladora e consolidado			
Operação	**Variável de risco**	**Valor contábil**	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
Caixa e equivalente de caixa	CDI	165.127	189.698	195.841	201.983
Arrendamento mercantil	IGPM	(2.634)	(2.762)	(2.794)	(2.826)
Mútuos – Partes relacionadas	SELIC	(55.511)	(63.699)	(65.746)	(67.793)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(782.141)	(898.524)	(927.619)	(956.715)
Totalizador		(675.159)	(775.287)	(800.319)	(825.351)
Impacto no resultado antes dos impostos			**(100.128)**	**(125.160)**	**(150.192)**

	31 de dezembro de 2024		
Indexador	**Cenário I Provável**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**
CDI	14,88%	18,60%	22,32%
SELIC	14,75%	18,44%	22,13%
IGPM	4,87%	6,09%	7,31%

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual. ***a) Risco de preço dos produtos e insumos:*** A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a Companhia a baixar preços, prejudicando os resultados. ***b) Classificação dos instrumentos financeiros e determinação do valor justo:*** A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

			Controladora 31/12/2024		31/12/2023	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	–	165.217	165.217	47.344	47.344
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	134.956	134.956	122.995	122.995
Contas a receber – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	9.454	9.454	9.482	9.482
Outros ativos	Custo amortizado	–	13.147	13.147	10.807	10.807
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	1.607	1.607	1.157	1.157

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Elekeiroz S.A.**

			Controladora			
			31/12/2024		31/12/2023	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	Custo amortizado	–	(265.212)	(265.212)	(176.223)	(176.223)
Mútuos – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	(55.511)	(55.511)	–	–
Contas a pagar – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	(201.836)	(201.836)	(12.123)	(12.123)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	–	(2.634)	(2.634)	(107)	(107)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	–	(766.039)	(766.039)	(886.697)	(886.697)
Outros passivos	Custo amortizado	–	(14.518)	(14.518)	(29.295)	(29.295)
			(981.369)	**(981.369)**	**(912.660)**	**(912.660)**

			Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	–	165.217	165.217	47.412	47.412
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	134.956	134.956	122.995	122.995
Contas a receber – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	9.454	9.454	9.482	9.482
Outros ativos	Custo amortizado	–	13.147	13.147	10.675	10.675
Investimentos (Cetrel S.A.)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 2	1.607	1.607	1.157	1.157
Fornecedores	Custo amortizado	–	(265.212)	(265.212)	(176.224)	(176.224)
Mútuos – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	(55.511)	(55.511)	–	–
Contas a pagar – Partes relacionadas	Custo amortizado	–	(201.836)	(201.836)	(12.123)	(12.123)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	–	(2.634)	(2.634)	(107)	(107)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	–	(766.039)	(766.039)	(886.697)	(886.697)
Outros passivos	Custo amortizado	–	(14.518)	(14.518)	(29.295)	(29.295)
			(981.369)	**(981.369)**	**(912.725)**	**(912.725)**

Hierarquia de valor justo: A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 – Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 – Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos financeiros de níveis 1 e 3, passivos financeiros mensurados ao valor justo e durante o exercício de 2023 a companhia passou a mensurar o investimento na Cetrel S/A a valor justo. Para os demais instrumentos financeiros, não houve movimentação entre os níveis 1,2 e 3.

22. Seguros (não auditado) – Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir:

	Vigência			
Modalidade	**Início**	**Término**	**Moeda**	**Limites máximos de indenização**
Riscos operacionais	19/09/2024	19/09/2025	Reais	178.000.000
Responsabilidade civil ("D&O")	25/08/2024	25/08/2025	Reais	50.000.000
Responsabilidade civil de terceiros	19/12/2024	19/12/2025	Reais	15.000.000
Veículos	05/02/2024	05/02/2025	Reais	2.200.000
Veículos pesados	16/12/2024	16/12/2025	Reais	450.000
Crédito	31/12/2024	31/12/2026	Dólares norte americanos	753.000
Garantia judicial	02/10/2018	09/09/2029	Reais	30.903.780
Garantia financeira	01/01/2025	31/01/2026	Reais	1.124.630
Transporte internacional – Importação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Transporte internacional – Exportação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Riscos diversos	17/06/2024	17/06/2025	Reais	775.216

23. Eventos subsequentes – Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.

Diretoria: Francisco Fortunato, Domingos Fortunato e **Ricardo Craveiro Massari**
Contador: Humberto Carlos de Souza – CRC 1SP 254.405-O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Elekeiroz S.A. – Várzea Paulista-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elekeiroz S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elekeiroz S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentado como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 8 de fevereiro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.612/F

Rodrigo Ferreira Silva
Contador
CRC RJ 115.537/O-9

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ nº 21.692.479/0001-44

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em reais – R$)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante		**98.246.123**	**80.273.749**
Disponível	4	886.431	2.570.255
Contas a receber	5	13.706.484	31.300.103
Outros créditos	6	78.113.002	39.976.548
Estoques	7	5.046.221	6.156.249
Despesas pagas antecipadamente	8	493.986	270.593
Não circulante		**202.486.521**	**209.860.606**
Depósito e valores vinculados	9	20.705	–
Transações c/ partes rel.	10	58.820.282	67.738.349
Participações societárias	11	1.510.535	1.875.430
Imobilizado / bens em operação	12	142.134.999	140.246.827
Bens imóveis		26.694.353	19.722.328
Veículos		324.992.711	312.416.942
Outros bens de apoio		23.931.999	16.859.503
Imobilizações em andamento		3.119.122	–
Depreciação acumulada	12	(236.603.185)	(208.751.946)
Total do ativo		**300.732.644**	**290.134.355**
Passivo			
Circulante		**143.671.927**	**130.749.846**
Contas a pagar	13	5.525.167	–
Valores a pagar	14	40.121.849	30.060.722
Obrigações fiscais	15	26.447.440	21.177.081
Obrigações trab. e previdenciárias	16	45.972.211	45.776.761
Obrigações por empr. e financiamentos	17	25.605.260	33.735.283
Não circulante		**110.216.891**	**97.176.654**
Valores a pagar	18	6.142.500	–
Empréstimos e financiamentos	19	17.375.650	9.110.429
Outras contas a pagar	20	–	2.905.000
Mutuos	21	2.485.000	–
Parcelamentos fiscais e prev.	22	74.544.839	72.120.894
Riscos fiscais e outros passivos contingentes	23	9.668.902	13.040.332
Patrimônio líquido		**46.843.826**	**62.207.854**
Capital social	24	225.000.000	225.000.000
Reserva de lucros	24	19.102	19.102
Resultados acumulados	24	(187.815.855)	(172.451.826)
Ajuste de avaliação patrimonial	24	9.640.578	9.640.578
Total do passivo		**300.732.644**	**290.134.355**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Receita operacional	Notas	2024	2023
Receita com prestação de serviço público		660.585.924	627.556.564
Outras receitas		116.930	166.807
(–) Deduções da receita bruta		(9.647.805)	(6.060.360)
Receita operacional líquida	25	**651.055.050**	**621.663.011**
(–) Custos	26	(555.845.842)	(528.576.789)
Lucro bruto operacional		**95.209.208**	**93.086.222**
(–) Despesas operacionais	27	**(94.908.667)**	**(115.313.549)**
Administrativas		(75.131.022)	(75.412.099)
Tributárias		(19.412.749)	(35.763.298)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	(2.513.582)
Ganhos/ perdas de capital		(364.896)	(1.624.570)
Prejuízo líquido antes dos efeitos financeiros		**300.541**	**(22.227.327)**
Efeitos financeiros líquidos	28	**(15.392.242)**	**(11.820.028)**
Despesas financeiras		(15.413.874)	(11.841.090)
Receitas financeiras		21.632	21.062
Prejuízo líquido antes da provisão de impostos e Contribuições		**(15.091.701)**	**(34.047.355)**
Imposto de renda pessoa jurídica	30	(193.888)	–
Contribuição social	30	(78.440)	–
Prejuízo líquido do exercício		**(15.364.029)**	**(34.047.355)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	Capital subscrito	Reserva de lucros	Resultados acumulados	Reserva aval. patri.	Total
Saldo em 31/12/2023	225.000.000	19.102	(172.451.826)	9.640.578	62.207.854
Prejuízo acumulados do período	–	–	(15.364.029)	–	(15.364.029)
Saldo em 31/12/2024	**225.000.000**	**19.102**	**(187.815.855)**	**9.640.578**	**46.843.826**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Descrição	2024	2023
Receitas	**651.055.050**	**621.663.011**
Receita com prestação de serviço público	660.585.924	627.556.564
Outras receitas	116.930	166.807
Abatimentos ou descontos incondicionais	(9.647.805)	(6.060.360)
Insumos adquiridos de terceiros	**307.037.805**	**273.762.593**
Custos dos serviços prestados	226.629.712	194.099.574
Serviços de terceiros (consultoria, informática, fretes, etc.)	16.989.153	11.779.270
Despesas administrativas	48.005.066	56.042.659
Despesas financeiras	15.413.874	11.841.090
Valor adicionado bruto	**344.017.245**	**347.900.418**
Retenções		
Depreciação	33.871.127	35.239.307
Valor adicionado liquído produzido	**310.146.118**	**312.661.111**
Valor adicionado recebido em transferência	**(343.263)**	**(1.603.508)**
Outras receitas financeiras	21.632	21.062
Resultado de equivalência patrimonial	(364.896)	(1.624.570)
Valor adicionado total a distribuir	**309.802.854**	**311.057.603**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	**244.048.565**	**234.182.090**
Remuneração direta	172.563.844	166.803.952
Encargos previdenciários	17.246.784	14.443.762
Benefícios	39.031.842	38.125.227
Fgts	15.206.094	14.809.149
Impostos, taxas e contribuições	**21.153.258**	**36.931.840**
Municipais	573.428	528.588
Federais	19.685.077	35.763.298
Estaduais	894.753	639.954
Remuneração de capitais de terceiros	**59.965.060**	**73.991.028**
Serviços prestados por eireli´s (produção das linhas)	51.436.071	65.176.901
Aluguéis	8.528.990	8.814.127
Remuneração de capital próprios	**15.364.029**	**34.047.355**
Prejuízos dos períodos	15.364.029	34.047.355
Total distribuído	**309.802.854**	**311.057.303**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Resultado do exercício/período	(15.364.029)	(34.047.355)
Ajustes para conciliar o resultado às dispon geradas pelas ativ. operacionais		
Depreciação e amortização	33.871.127	35.239.307
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(19.656.199)	38.279.751
(Aumento) redução em realizável a longo prazo	8.897.362	32.318.568
Aumento (redução) em fornecedores	8.750.342	10.648.321
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	17.800.146	(110.682.527)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	(723.369)	2.146.068
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas) atividades operacionais	**33.575.381**	**(26.097.867)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(36.742.456)	(16.128.035)
Venda de imobilizado	983.156	200.706
Aquisição de investimentos controladas/coligadas	364.896	1.875.430
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	–	–
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas) atividades de Investimentos	**(35.394.404)**	**(14.051.899)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	–	62.666.928
Pagamento pgfn	(11.064.943)	(23.208.830)
Financiamentos pagos	(58.217.615)	(24.590.549)
Empréstimos tomados	69.417.756	27.713.600
Disponibilidades líq geradas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	**135.198**	**42.581.149**
Aumento (redução) nas disponibilidades	(1.683.825)	2.431.383
No início do período	2.570.255	138.872
No final do período	886.431	2.570.255

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Objetivos sociais: A NORTE BUSS TRANSPORTES S.A., fundada em 16 de janeiro de 2015, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana; o transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal; a prestação e exploração do serviço de transporte coletivo público de passageiros, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo inclusive: (a) Operação da frota de veículos, incluindo a dos serviços complementares; (b) Administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; (c) Programação da operação; (d) Controle da operação; (e) Operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; (f) Operação dos terminais de integração e estações de transferência. Para consecução dos seus objetivos, a NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. firmou junto à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes, delegação, via licitação, a prestação e exploração do serviço coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **3. Principais diretrizes contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. **b) Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. A Sociedade reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **c) Ativos circulantes e não circulantes: Disponível – caixa e equivalentes de caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se aos numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em três meses ou menos, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, sendo considerado insignificante o risco de mudança do valor. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços. Segunda análise da Alta Administração, não foi realizado ajuste a valor presente nos valores a receber de curto prazo. Não foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existe matéria para tal provisão. **Outros Créditos:** A composição dos Adiantamentos a Terceiros consiste em adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços ligados diretamente à operação, remissão direta são valores que a empresa pagou de despesas dos sócios e posteriormente será cobrado de cada sócio através da compensação dos pagamentos de remissão e adiantamentos a Transcooper, pelos pagamentos de várias obrigações e compromissos. Os Adiantamentos a Funcionários estão representados por um saldo de adiantamento de férias consiste no pagamento antecipado, por parte da empresa, da remuneração devida ao empregado durante o período de férias. Impostos e Contribuições a recuperar consistem em valores de IRPJ e CSLL retidos sobre serviços tomados pagos a maior e IRRF sobre aplicações financeiras. Também os valores de crédito superiores aos débitos que a empresa pagou em exercícios anteriores da folha de pagamento que estão em processo de PERDCOMP. **Valores de Créditos Vinculados:** São valores do parcelamento da Dívida da Transcooper com a Procuradoria Geral da União, que a companhia assumiu, devido a absorção da cooperativa, entendendo o FISCO tratar-se de um grupo econômico. Consta também na conta ANC mantidos para venda, os ônibus que foram tirados de uso, para serem vendidos. **Estoques:** São compostos por peças, acessórios, partes relacionadas e diesel adquiridos para o uso e consumo, manutenção preventiva e periódica da nossa frota de ônibus. **Despesas pagas antecipadamente:** Representam valores de seguros contratados pela companhia, que serão apropriados de acordo com as normas contábeis vigentes. **Depósitos de Resit. e valores vinculados:** Os bloqueios judiciais são realizados pela instituição bancária através de ordem judicial quando o processo está em trânsito, posteriormente, após decisão judicial, o valor pode ser devolvido à empresa ou liberado ao reclamante, conforme decisão. **Transações com partes Relacionadas:** São valores do parcelamento da Dívida da Transcooper com a Procuradoria Geral da União, que a companhia paga para posterior recebimento da Cooperativa, parte do Ativo Não Circulante. **Participações societárias:** Valor de Investimento em outras Empresas, valorizada por Equivalência Patrimonial, no caso de controlada ou pelo custo de aquisição nos demais casos. **Ativo imobilizado:** Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da sociedade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. **Subvenção governamental a apropriar:** A empresa recebeu, no final de dezembro de 2024, subvenção para investimento no valor de R$ 94.904.800,00 proveniente da Prefeitura Municipal de São Paulo, destinada a aquisição de 80% dos valores de 46 ônibus elétricos, sendo que os 20% restantes foram financiados diretamente pela Companhia através de financiamentos bancários. Devido ao curto espaço de tempo, e a falta de documentação própria sobre o processo, por parte da prefeitura, ainda está sendo definido pela SPTrans e o comitê das demais Empresas envolvidas nestas transações a forma correta de contabilização desta subvenção, que será finalizado em 2025. **Imobilizações em andamento:** São provenientes das obras de instalações dos Ônibus elétricos, como Centrais elétricas de transformadores e centros de abastecimento (carregadores) de baterias. **Redução do valor recuperável de ativos (Impairment):** O pronunciamento do CPC 27 requer que os ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para a verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da empresa efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado, e como o principal bem são veículos, e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos, porque esses bens tendem a se valorizar no mercado. d) **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Contas a pagar:** Refere-se a valores de multas Resam parceladas, a serem lançadas como dedução das contas a receber nos próximos períodos. **Valores a Pagar:** Os valores a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **Empréstimos / Financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos de tal forma que, na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os financiamentos são em sua totalidade para aumento da frota, feitos pelos sócios em nome da Empresa. **Parcelamentos Fiscais e Previdenciários:** Neste grupo temos o Parcelamento Simplificado G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado G1, G2 e G4 e o Parcelamento Ordinário da Procuradoria Geral da União proveniente de débitos tributários oriundos de empresas coligadas. **Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes:** As Contingências Judiciais estão sendo reconhecidas de acordo com os relatórios técnicos do setor Jurídico da Cia, respeitando o CPC 25. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação de vida útil dos bens do ativo imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A empresa revisa suas estimativas e premissas anualmente. **Ajuste a valor presente:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado se considerado relevante em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza . e) **Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações de fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. f) **Demonstração dos Valores Adicionados:** As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. g) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Empresa Aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são validas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. As alterações do CPC 03 (R2), CPC 40 (R1), não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. h) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 26: Apresentação e Divulgação nas Demonstracões Financeiras**:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. O CPC 26 (R1) e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 26 (R1) será aplicado retrospectivamente. O Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicacão do Método da Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da empresa. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil S.A. – C/C 20406–4	–	–
Banco do Brasil S.A. – C/C 22406–5	–	–
Banco do Brasil S.A. – C/C 41668–1	–	–
Banco do Brasil S.A. – C/C 41849–8	–	–
Banco Caixa Econômica Federal – C/C 902625–7	–	143.166
Banco Caixa Econômica Federal – C/C 173–1	141.754	–
Banco Safra S.A. C/C 582504–4	371	–
Banco Daycoval C/C 746392–0	444	177
Banco Daycoval C/C 609938–8	–	–
Banco Luso Brasileiro S.A. – C/C 43534	–	–
Banco Luso Brasileiro S.A. – C/C 91091	–	–
Banco BS2 C/C 24.996–3	–	–
Banco do Brasil S.A. – RF CP 20406–4	412.887	1.439.605
Banco do Brasil S.A. – RF CP 22406–5	2.465	116.894
Banco do Brasil S.A. – RF CP 41668–1	322.053	728.200
Banco do Brasil S.A. – RF CP 41849–8	1.592	141.445
Banco Safra S.A. – Aplicação Automática	4.865	768
Total	**886.431**	**2.570.255**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se aos numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em três meses ou menos, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, sendo considerado insignificante o risco de mudança do valor.

5. Contas a Receber de Clientes:	31/12/2024	31/12/2023
SPTrans	13.706.484	31.300.103
Total	**13.706.484**	**31.300.103**

O contas a receber é composto pelo saldo dos serviços de transporte coletivo prestados à SPTrans e não recebidos dentro do mês da prestação, o prazo de recebimento gira em torno de 7 a 12 dias.

6. Outros Créditos:	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a terceiros	57.846.328	23.435.380
Adiantamento a funcionários	421.545	638.328
Impostos a recuperar	5.069.782	5.068.777
Valores a créditos vinculados	14.775.348	10.834.063
Total	**78.113.002**	**39.976.548**

No grupo de outros créditos temos as contas de Adiantamento a Terceiros, que são compostas por adiantamentos a fornecedores e prestadores, temos as contas do grupo de adiantamento a funcionários que são provisionados conforme resumo de folha de pagamento, o grupo de impostos a recuperar que se refere a impostos pagos, que foram solicitados ao FISCO, através de processos de PERDCOMP, em andamento, a conta de valores de créditos vinculados, representa o parcelamento ordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, devido a absorção das obrigações da Transcooper e ANC mantidos para venda, são os ônibus retirados de uso e destinados à venda.

7. Estoques:	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	5.046.221	6.156.249
Total	**5.046.221**	**6.156.249**

São compostos por peças, acessórios, partes relacionadas e diesel adquiridos para o uso e consumo, manutenção preventiva e periódica da nossa frota de ônibus.

8. Despesas Pagas Antecipadamente:	31/12/2024	31/12/2023
Seguros gerais	493.986	270.593
Total	**493.986**	**270.593**

Os seguros são registrados e contabilizados pelo princípio da competência e de acordo com as suas apólices, refletindo assim os princípios contábeis praticados no Brasil.

9. Depósitos de Resit. e valores vinculados:	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueios judiciais	20.705	–
Total	**20.705**	**–**

Os bloqueios judiciais são realizados pela instituição bancária através de ordem judicial quando o processo está em trânsito, posteriormente, após decisão judicial, o valor pode ser devolvido à empresa ou liberado ao reclamante, conforme decisão.

10. Transações com partes Relacionadas:	31/12/2024	31/12/2023
Transações com partes relacionadas (i)	58.820.282	67.738.349
Total	**58.820.282**	**67.738.349**

Valores a receber de empresas coligadas oriundos de débitos tributários assumidos pela companhia.

11. Participações Societárias:	31/12/2024	31/12/2023
Particip. Em Empresas Col./Controladas	1.510.535	1.875.430
Total	**1.510.535**	**1.875.430**

Esta conta registra os valores do investimento líquido em empresas coligadas. **12. Imobilizado:**

	Taxa de Deprec. Anual	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	31/12/2024 Saldo Líquido	31/12/2023 Saldo Líquido
Terrenos	0%	17.640.578	–	17.640.578	17.640.578
Instalações	10%	9.053.775	68.355	8.985.420	2.074.171
Veículos	20%	324.992.711	230.683.356	94.309.355	107.127.906
Máquinas e equipamentos	20%	2.846.217	1.828.372	1.017.845	1.069.446
Ferramentas duráveis	10%	1.072.982	988.149	84.833	191.949
Equipamento de proc. de dados	10%	14.844	–	14.844	14.844
Móveis e utensílios	20%	575.189	318.854	256.336	298.495
Bilhetagem eletrônica	10%	16.910.206	2.332.788	14.577.418	10.403.991
Equipamentos de comunicação	10%	2.458.943	333.270	2.125.673	1.416.512
Equipamentos de segurança	10%	53.617	50.043	3.574	8.936
Imobilizações em Andamento		3.119.122	–	3.119.122	–
Total		**378.738.185**	**236.603.185**	**142.134.999**	**140.246.827**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Norte Buss Transportes S.A.

Movimentação do imobilizado:

	31/12/2023 Líquido	Adições	Baixas Depreciação	Baixas	Depreciação	31/12/2024 Líquido
Terrenos	17.640.578	–	–	–	–	17.640.578
Instalações	2.074.171	6.972.025	–	–	(60.775)	8.985.420
Veículos	107.127.906	2.795.613	6.019.888	(7.003.044)	(31.414.207)	77.526.155
(–) Subvenção govern. a apropriar	–	111.688.000	–	(94.904.800)	–	16.783.200
Máquinas e equipamentos	1.069.446	250.992	–	–	(302.592)	1.017.845
Ferramentas duráveis	191.949	–	–	–	(107.116)	84.834
Equipamento de proc. de dados	14.844	–	–	–	–	14.844
Móveis e utensílios	298.494	2.001	–	–	(44.160)	256.335
Bilhetagem eletrônica	10.403.992	5.864.448	–	–	(1.691.021)	14.577.419
Equipamentos de comunicação	1.416.511	955.056	–	–	(245.894)	2.125.673
Equipamentos de segurança	8.936	–	–	–	(5.362)	3.574
Imobilizações em Andamento	–	4.429.468	–	(1.310.346)	–	3.119.122
Total	**140.246.827**	**132.957.602**	**6.019.888**	**(103.218.190)**	**(33.871.128)**	**142.134.999**

Desde 2020, a Empresa Optou em fazer a Depreciação dos veículos, baseado no seu tempo de vida útil, através de laudos específicos, onde foi determinado novas taxas de depreciações. As diferenças entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal estão sendo registradas no LALUR.

13. Contas a Pagar:	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Pagar – SPTrans	5.525.167	–
Total	**5.525.167**	**–**

Esta conta registra o valor a pagar a SPTrans, referente a valores de multas Resam (Multas Administrativas da SPTrans contra a Nortebuss) parceladas, que serão descontadas mensalmente do valor de repasse da SPTRANS.

14. Valores a Pagar:	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	38.065.155	29.314.813
Outras contas a Pagar	78.650	75.000
Seguros a Pagar	279.193	248.784
Investimento Ponthall Transportes Rod.	528.851	422.125
Parcelamentos Acordos Judiciais	1.170.000	–
Total	**40.121.849**	**30.060.722**

Os fornecedores são compostos pelos nossos prestadores de serviços, fornecedores de peças, materiais e combustíveis ligados a operação ou não. Outras contas a Pagar são relativos a Empréstimo recebido de sócio. Seguros a pagar são os valores de prêmios de seguro da frota, cuja despesa está sendo reconhecida de acordo com a cobertura da apólice. O investimento trata-se de saldo a paga referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada.

15. Obrigações Fiscais:	31/12/2024	31/12/2023
Contr. Prev. s/ receita bruta a rec.	5.026.811	7.054.806
IRPJ a Recolher	193.888	–
CSLL a Recolher	78.440	–
Parcelamento PGFN	13.769.478	9.600.000
Parcelamento simplificado RFB G4	469.894	433.749
Parcelamento Ordinário RFB	1.069.678	1.069.678
Parcelamento simplificado RFB G1, G2 e G4	3.718.571	–
IRRF s/ folha a recolher	2.014.509	3.010.205
INSS s/ serv. tomados	330	275
PIS,COFINS e CSLL a recolher	55.351	6.569
ISS a recolher	50.491	1.799
Total	**26.447.440**	**21.177.081**

Os tributos a recolher são compostos pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Parcelamento Simplificado RFB G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado G1, G2 e G4 e pelos saldos dos tributos mensais, que pelo regime de competência vencem no mês subsequente. Os valores de IRRF, INSS s/ serv. Tomados, PIS, COFINS, CSLL e Contribuição Previdenciária, estão em atraso, e serão parcelados em 2025.

16. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:	31/12/2024	31/12/2023
Salário, Pró–Labore e gratif. a pagar	7.334.640	6.714.446
INSS a recolher	11.305.555	12.898.134
FGTS a recolher	4.474.991	2.608.041
Férias a pagar	22.504.626	22.913.549
13º salário a pagar	45.240	–
Rescisões a pagar	125.317	275.003
Empréstimo Consignado	–	100.729
Pensão alimentícia	181.844	266.858
Total	**45.972.211**	**45.776.761**

Os saldos acima referem – se a obrigações trabalhistas registradas pela folha de pagamento e provisão de férias acumulada. O saldo de 13º salários a pagar é relativo a funcionários que estavam afastados em dezembro, sendo que os pagamentos destes saldos serão realizados no início do exercício de 2025. **17. Empréstimos e Financiamentos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Luso Brasileiro S. A.	217.501	683.772
Banco Bonsucesso S. A.	186.010	838.738
Banco Volkswagen S.A.	3.418.892	3.912.617
Banco Mercedes Benz S.A.	1.659.948	1.940.784
Banco Moneo S.A.	775.779	1.741.640
Banco RCI Brasil S.A.	–	513.622
Qualinvest Adm de Consorcios	155.895	–
Banco Caruana S.A	158.095	–
Capital de Giro Banco Luso	14.480.166	12.092.474
Banco Daycoval S.A.	1.312.425	12.011.636
Financiamentos – Ônibus Elétrico	3.240.549	–
Total	**25.605.260**	**33.735.283**

18. Passivo Não Circulante – Valores a Pagar:	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos Acordos Judiciais	6.142.500	–
Total	**6.142.500**	**–**

Esta conta registra o parcelamento de Acordos Judiciais, ocorrido em abril de 2021, de dívida do consorcio (Norte Buss e Spencer) com a Empresa Patrimony, em relação a demandas de aluguéis do imóvel da G1. O valor da obrigação é o percentual que é de responsabilidade da Norte Buss. **19. Passivo Não Circulante - Empréstimos e Financiamentos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Banco Luso Brasileiro S.A.	471.252	497.996
Banco Bonsucesso S.A.	–	62.120
Banco Volkswagen S.A.	769.644	4.199.349
Qualinvest Adm de Consorcios	738.038	–
Banco Mercedes Benz S.A.	178.069	1.838.016
Banco Moneo S.A.	560.890	1.336.669
Banco Caruana S.A	382.064	–
Capital de Giro Banco Luso	–	33.047
Banco Daycoval S.A.	381.078	1.143.233
Financiamentos – Ônibus Elétrico	13.894.615	–
Total	**17.375.650**	**9.110.429**

Referem-se a financiamento da frota da companhia e capital de Giro, tendo seus valores alocados no circulante e no não circulante de acordo com o período do contrato.

20. Outras Contas a Pagar:	31/12/2024	31/12/2023
Investimento Ponthall Transportes Rod.	–	2.905.000
Total	**–**	**2.905.000**

O investimento trata-se de saldo a pagar referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada, que em 2024, foi classificada para a conta de Mútuos.

21. Mútuos:	31/12/2024	31/12/2023
Investimento Ponthall Transportes Rod.	2.485.000	–
Total	**2.485.000**	**–**

22. Parcelamentos Fiscais e Previdenciários:	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento Simplificado RFB G4	650.623	1.084.372
Parcelamento PGFN	58.820.282	67.738.349
Parcelamento Ordinário RFB	2.228.495	3.298.173
Parcelamento Simplificado RFB G1, G2 e G4	12.845.438	–
Total	**74.544.839**	**72.120.894**

Neste grupo encontra – se o Parcelamento Simplificado RFB G4, Parcelamento Ordinário RFB, Parcelamento Simplificado RFB G1, G2 e G4 e o parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

23. Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes:	31/12/2024	31/12/2023
Causas Cíveis	7.463.239	7.336.131
Causas Trabalhistas	2.205.662	5.704.201
Total	**9.668.902**	**13.040.332**

As ações que envolvem a Norte Buss e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo: Conforme relatório de advogados

Local	Cível/Trabalhista/Outras	Possível	Provável
G 1	Cível	23.011.843	5.011.843
G 2	Cível	13.275.748	2.451.396
G1, G2 e G4	Trabalhistas	1.240.654	2.205.662
	Tributária	–	–
	Outras	–	–
Totais		**37.528.246**	**9.668.902**

As ações Civis em sua maioria são devidas a Acidentes de trânsitos com os ônibus, tendo como vítimas, passageiros, pedestres e outros veículos. As Ações trabalhistas, na maioria são referentes a processos reivindicando horas, extras, adicionais, reflexos, participações nos lucros, dentre outros. **24. Patrimônio Líquido:** O Capital Social totalmente subscrito é de R$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), representado por 1.020 (um mil e vinte), com valor nominal de R$ 220.588,24 (duzentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) cada Ação, classificadas em Ações Ordinárias Nominativas, de Classe NB1 expedidas exclusivamente a sócios fundadores da COMPANHIA e Ações Ordinárias Nominativas de classe NB2 com base no presente Estatuto Social. **Patrimonio Líquido:**

Contas	2024	2023
Capital	R$ 225.000.000	R$ 225.000.000
Reserva de lucros	R$ 9.659.680	R$ 9.659.680
Capital a integralizar	–	–
Prejuízos acumulados	(R$ 187.815.855)	(R$ 172.451.826)
Total	**R$ 46.843.826**	**R$ 62.207.854**

25. Receita Operacional Líquida:	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Transporte de Passageiros	660.585.924	627.556.564
Outras Receitas	116.930	166.807
(–) Deduções da Receita bruta	(9.647.805)	(6.060.360)
Total	**651.055.050**	**621.663.011**

A Receita Operacional Líquida é composta pelos Serviços Prestados de Transporte de Passageiros à SPTrans, e as suas deduções são compostas por descontos e abatimentos incorridos e previstos em contrato. Outras Receitas, valor referente a venda de sucatas, sendo: ferro, plástico e materiais que compõem as peças desgastadas e não podendo mais serem utilizadas nos ônibus.

26. Custos:	31/12/2024	31/12/2023
(–) Custos	(555.845.842)	(528.576.789)
Total	**(555.845.842)**	**(528.576.789)**

Os Custos são compostos por custos com pessoal, custos com veículos, locação de bens, outros custos operacionais como serviços de consultoria, informática, fretes e carretos, e pelo custo com depreciação e amortização dos bens.

27. Despesas Operacionais:	31/12/2024	31/12/2023
Administrativas	(75.131.022)	(75.412.099)
Tributárias	(19.412.749)	(35.763.298)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	–	(2.513.582)
Ganhos/Perdas de Capital	(364.896)	(1.624.570)
Total	**(94.908.667)**	**(115.313.549)**

Compõe as Despesas Operacionais, despesas administrativas, despesas com pessoal, locações, despesas com conservação e manutenção e despesas com materiais de escritório. As despesas tributárias são compostas pela desoneração da folha de pagamento, parcelamento ordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Provisão para créditos de liquidação duvidosa e os Ganhos e Perdas de Capital se referem a perda no Resultado de Equivalência patrimonial no investimento em sua Controlada.

28. Receitas e Despesas Financeiras:	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras	(15.413.874)	(11.841.090)
Receitas Financeiras	21.632	21.062
Total	**(15.392.242)**	**(11.820.028)**

As receitas financeiras são compostas por descontos obtidos e receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras são compostas por juros de boletos pagos com atraso dos fornecedores e prestadores de serviço. **29. Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro:** Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os principais instrumentos financeiros da Empresa estão representados por: i) Caixa e equivalentes de caixa: Está representado ao valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. ii) Contas a receber e contas a pagar: Estão contabilizados pelos seus correspondentes valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado. Gerenciamento de risco: A Empresa possui a reconciliação do fluxo de caixa de forma a proporcionar um balanceamento entre os fluxos de caixa dos ativos e passivos. **29.1. Risco de capital:** A política da Empresa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. **29.2. Risco de crédito:** Entendemos que a Empresa não possui, até a presente data risco de crédito, considerando que nosso único cliente é a SPTrans, através de licitação, com rígido sistema de arrecadação e repasse. **29.3. Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. A Empresa vem monitorando continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e quando necessário altera suas diretrizes justificadamente. A Empresa elabora análises de fluxo de caixa e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. **29.4. Risco operacional:** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos. A diretoria operacional da Empresa é responsável por manter um nível aceitável de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. São responsáveis também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenhar controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenharem essas responsabilidades, definindo uma metodologia padrão de avaliação de risco e fornecendo uma ferramenta para o relatório sistemático de dados de perda operacional. **30. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL) :** Em 2024, embora o resultado contábil da Companhia tenha sido negativo, o lucro tributável (apurado no LALUR) foi positivo. Consequentemente, foram reconhecidos IRPJ e CSLL nos montantes de R$ 193.888 e R$ 78.440, respectivamente, devido a adições à base de cálculo relacionadas a despesas não dedutíveis para fins fiscais.

Jeremias Jose Pereira - *Responsável Legal*
Rogerio Barucci – *Contador – CRC n 1SP168507/O-3*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da **Norte Buss Transportes S.A.,** CNPJ nº 21.692.479/0001-44. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NORTE BUSS TRANSPORTES S.A.,** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** O valor a receber da empresa Transcooper, mencionada em nota explicativa nº 6 (dentro da conta de adiantamentos a terceiros), será amortizado através da formalização de imóvel que está sendo reconhecido e o saldo remanescente, anualmente, através de provisão de perdas de crédito. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nos examinados, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 29 de abril de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa**,** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro-(SP), 24 de abril de 2025. **MB Auditores Independentes Sociedade Simples,** CRC – 2SP 021390/O-7; **Marcelo Bock,** CRC - 1SP 128.524/O-0.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

nstech S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.557	2.840	98.384	144.607	86.272	184.895
Contas a receber	7	–	–	–	196.108	140.899	106.451
Estoques		–	–	–	1.464	1.301	907
Impostos a recuperar	8	2.498	2.036	1.135	19.989	13.798	13.742
Adiantamentos	9	15	–	–	8.896	6.809	6.027
Despesas antecipadas		4	248	9	6.096	2.777	1.635
Outros ativos		–	–	–	7.801	4.438	719
		9.074	**5.124**	**99.528**	**384.961**	**256.294**	**314.376**
Não circulante							
Aplicações financeiras		–	–	–	849	836	704
Partes relacionadas		544	179	–	66	16	–
Depósitos judiciais	19	–	–	–	1.255	673	1.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	–	–	–	15.443	28.223	13.263
Outros ativos		–	–	–	359	875	727
Investimentos	10	1.259.794	1.233.146	1.101.086	2.753	9.445	47.659
Direito de uso	11	–	–	–	21.138	21.239	29.520
Imobilizado	12	–	–	–	25.632	25.845	18.804
Intangível	13	25.067	33.385	41.882	1.318.314	1.264.037	1.212.502
		1.285.405	**1.266.710**	**1.142.968**	**1.385.809**	**1.351.189**	**1.324.256**
Total do ativo		**1.294.479**	**1.271.834**	**1.242.496**	**1.770.770**	**1.607.483**	**1.638.632**

		Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	01/01/2023 (Reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	14	255	34	6	50.842	65.692	61.403
Contas a pagar de combinação de negócios	15	–	–	2.981	80.439	51.098	99.890
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	26.534	20.591	20.050
Passivos de arrendamentos	11	–	–	–	7.886	10.862	7.433
Salários e encargos a pagar	17	–	–	–	79.558	65.445	51.056
Impostos e contribuições a recolher	8	7	4	2.227	12.780	7.688	17.757
Outras contas a pagar	18	66.535	12	–	78.505	13.131	13.921
		66.797	**50**	**5.214**	**336.544**	**234.507**	**271.510**
Não circulante							
Contas a pagar de combinação de negócios	15	–	–	–	59.025	85.793	91.184
Partes relacionadas		1.083	1.188	2.197	–	8	–
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	88.786	4.664	24.207
Passivos de arrendamentos	11	–	–	–	15.114	11.194	24.018
Impostos e contribuições a recolher	8	–	–	–	2.871	734	1.268
Provisão de contingências	19	–	–	–	14.288	15.743	13.188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	8.440	11.304	14.181	28.484	57.426	16.040
Outras contas a pagar	18	–	–	–	7.105	2.759	290
		9.523	**12.492**	**16.378**	**215.673**	**178.321**	**170.195**
Patrimônio líquido							
Capital social	21	66.873	56.776	49.649	66.873	56.776	49.649
Reservas de capital		571.761	640.377	804.768	571.761	641.162	642.810
Ajuste de avaliação patrimonial		545.511	537.605	370.743	545.511	471.437	508.425
Reserva legal		698	698	698	698	698	698
Reserva de lucros		33.316	23.836	(4.954)	33.316	23.836	(4.954)
Acionistas não controladores		–	–	–	394	746	299
		1.218.159	**1.259.292**	**1.220.904**	**1.218.553**	**1.194.655**	**1.196.927**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.294.479**	**1.271.834**	**1.242.496**	**1.770.770**	**1.607.483**	**1.638.632**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora								Consolidado		
	Capital social		Reserva de capital						Patrimônio líquido atribuível aos		
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**68.184**	**(18.535)**	**642.810**	**–**	**508.425**	**698**	**(4.954)**	**–**	**1.196.628**	**299**	**1.196.927**
Integralização e aumento de capital social	1.210	5.917	–		–	–	–	–	7.127	–	7.127
Reserva de benefício fiscal	–	–	571	(2.218)	–	–	–	–	(1.647)	–	(1.647)
Aquisição de participação de acionista minoritário	–	–	–		(42.197)	–	–	–	(42.197)	–	(42.197)
Instrumento de combinação de negócios	–	–	–		4.663	–	–	–	4.663	–	4.663
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–		546	–	–	–	546	–	546
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	–	28.790	28.790	447	29.237
Destinação para reservas	–	–	–		–	–	28.790	(28.790)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	**69.394**	**(12.618)**	**643.380**	**(2.218)**	**471.437**	**698**	**23.836**	**–**	**1.193.909**	**746**	**1.194.655**
Integralização e aumento de capital social (Nota 21)	4.181	5.916	–	–	–	–	–	–	10.097	–	10.097
Ações em tesouraria (Nota 21)	–	–	–	(71.932)	–	–	–	–	(71.932)	–	(71.932)
Reserva de benefício fiscal	–	–	(785)	–	–	–	–	–	(785)	–	(785)
Ágio na aquisição de não controlador	–	–	–	–	12.261	–	–	–	12.261	–	12.261
Instrumento de combinação de negócios	–	–	3.316	–	61.679	–	–	–	64.995	–	64.995
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	134	–	–	–	134	–	134
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	9.480	9.480	951	10.431
Perda de capital participação não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.303)	(1.303)
Destinação para reservas	–	–	–	–	–	–	9.480	(9.480)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**73.575**	**(6.702)**	**645.911**	**(74.150)**	**545.511**	**698**	**33.316**	**–**	**1.218.159**	**394**	**1.218.553**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A nstech S.A. ("nstech" ou "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e Estado de São Paulo. A nstech e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") são uma plataforma de logística aberta, dedicada a transformar o transporte doméstico. Focada em soluções digitais inovadoras, busca aumentar a eficiência operacional e promover a sustentabilidade no setor logístico. Suas tecnologias são projetadas para reduzir emissões de CO2, minimizar acidentes, diminuir roubos de carga e, consequentemente, reduzir custos para todos os participantes da cadeia logística. Com forte atuação nacional e presença internacional em 12 países (Brasil, México, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Chile, Argentina, El Salvador, Paraguai, Portugal e Angola), incluindo uma empresa controlada no México, Log Risk, S. de L.V. de C.V., o Grupo se destaca na integração da cadeia logística voltada ao transporte. Como Companhia de software especializada no transporte doméstico, integra tecnologia de ponta nas operações locais, facilitando a conectividade entre diversos atores da cadeia logística e promovendo o compartilhamento de dados em tempo real, aumentando a transparência e o controle sobre as cargas. O Grupo, com o foco em inovação, incorpora inteligência artificial e análise de dados em suas soluções, permitindo prever demandas, otimizar rotas e gerenciar riscos. A empresa desenvolve plataformas que aprimoram a comunicação e a eficiência dentro da cadeia de *supply chain*, atuando como facilitadora para transportadoras, operadores logísticos, embarcadores e outros participantes do ecossistema. A sustentabilidade é um pilar central na estratégia do Grupo. Suas práticas visam melhorar a eficiência energética e atender às exigências por operações mais verdes, reduzindo o impacto ambiental do transporte de cargas e alinhando-se às exigências regulatórias e sociais. **Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** Combinações de negócios e aquisição de ativos**:** As aquisições, apresentadas abaixo, contribuem com a estratégia do Grupo quanto a expansão de *market share*, da base de clientes e do portfólio de produtos oferecidos ao setor logístico de transportes no país, visando obter retornos futuros. **(i) Aquisição de controle da Signa Consultoria e Sistemas Ltda. ("Signa"):** Em 26 de abril de 2024, a controlada BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a compra de 100% das quotas da Signa Consultoria e Sistemas Ltda., passando a deter a totalidade das quotas do seu capital social. A data de fechamento ocorreu em 30 de abril de 2024. Signa Consultoria e Sistemas Ltda. atua no desenvolvimento e licenciamento de software, suporte técnico em informática, manutenção de programas e bancos de dados, desenvolvimento de sistemas, criação e atualização de páginas eletrônicas, aluguel de software, alocação de mão de obra especializada, aluguel de espaços em computadores, implantação de redes, monitoramento de frotas, consultoria em projetos logísticos, hospedagem de sites e serviços de digitação. **(ii) Aquisição de controle da Log.one Tecnologia da Informação Ltda. ("Log.One"):** Em 29 de outubro de 2024, a controlada KMM Soluções Tecnológicas S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a compra de 100% das quotas da Log.one Tecnologia da Informação Ltda., passando a deter a totalidade das quotas do seu capital social. A data de fechamento ocorreu em 31 de outubro de 2024. A Log.one atua no setor de tecnologia, tendo como atividades desenvolvimento, exploração, licenciamento e comercialização de software de logística integrada de commodities e cargas gerais. **(iii) Aquisição de controle da GBM Logística Sudeste Ltda. ("GBM"):** Em 22 de novembro de 2024, a controlada KMM Soluções Tecnológicas S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a compra de 100% das quotas da GBM Logística Sudeste Ltda., passando a deter a totalidade das quotas do seu capital social. Nesta mesma operação, também foram adquiridas, de forma indireta, as investidas GBM Consultoria & Tecnologia Ltda., GBM Malha Norte Ltda. e GBM Malha Sul Ltda. A data de fechamento ocorreu em 13 de dezembro de 2024. A GBM atua no setor de tecnologia, desenvolvendo software de automatização de coleta de dados e monitoramento em tempo real das operações de carga e descarga nos terminais. Com a aquisição, o Grupo passa a ganhar mais espaço em portos e ferrovias, agregando solução multimodal, desbloqueando novas estratégias de crescimento. **(iv) Cessão de carteira de clientes e outras avenças:** Em 6 de dezembro de 2024, foi celebrado o contrato de cooperação para transferência e cessão de carteira de clientes e outras avenças, entre a controlada Opentech Sistemas de Gerenciamento de Riscos Ltda. e Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A., adquirindo pelo valor de R$ 1.500 a carteira de clientes "NOTREXO", na área de gerenciamento de riscos, contemplando exclusivamente as atividades de cadastro de motoristas e demais profissionais no ramo de carga de transportes de cargas. Reorganização societária**:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas determinadas reorganizações societárias de entidades que pertencem ao mesmo grupo econômico e societário, possuindo operações similares. Nesse contexto, as operações se justificam como uma medida de reorganizar e reduzir custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração mais eficiente ao gerar aproveitamento de sinergias, buscando benefícios de natureza patrimonial e financeira. O critério utilizado para avaliação das entidades cindidas, incorporadas e com aumento de capital foi o valor do acervo líquido ou patrimônio líquido contábil, conforme registrado nos balanços patrimoniais encerrados na data base indicada nos Laudos de Cisão e de Incorporação (um mês precedente da data da aprovação), aprovados durante as alterações dos contratos sociais das empresas avaliadas, conforme listado abaixo: **(i) Aumento de capital da KMM Soluções Tecnológicas Ltda. ("KMM"):** Em 10 de janeiro de 2024, foi aprovado o aumento de capital da KMM, pela sua única sócia BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda., no valor de R$ 11.370, mediante a emissão de 11.370 mil novas quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, mediante contribuição de ativos. Desta forma, o capital social da KMM Soluções Tecnológicas Ltda. passa de R$ 4.962 para R$ 16.332. **(ii) Incorporação da AT&M Alta Tecnologia e Métodos Ltda., Simetrias Informática Ltda. e Simetrias Serviços de processamento de Dados Ltda.:** Em de 30 de junho de 2024, foi aprovada a incorporação da AT&M Alta Tecnologia e Métodos Ltda., Simetrias Informática Ltda. e Simetrias Serviços de processamento de Dados Ltda., que apresentavam na data base do Laudo de Avaliação a valor contábil um patrimônio líquido de R$12.967, R$3.210 e 215, respectivamente, sendo a nstech GR Ltda. a incorporadora. **(iii) Cisão parcial da NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda.:** Em 30 de junho de 2024, foi aprovada a cisão reversa seguida de incorporação da NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda., composto por um acervo líquido de R$ 27.799, dos quais R$24.355, foram vertidos para a Fusion Software e Serviços Ltda., a valor contábil, em aumento do seu capital social, e o valor remanescente, de R$ 3.444, foram realocados para a sua sócia BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda. **(iv) Cisão parcial da NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda.:** Em 31 de julho de 2024, foi aprovada a cisão reversa seguida de incorporação da NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda., composto por um acervo líquido de R$119.526, dos quais R$102.980 foram vertidos para a Btrans Informática Ltda. a valor contábil, sendo R$73.925 em aumento do seu capital social e R$29.055 como instrumento patrimonial de combinação de negócio e o valor remanescente, de R$16.546, foram realocados para a sua sócia BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda. **(v) Cisão parcial da nstech MK Ltda.:** Em 31 de agosto de 2024, foi aprovada a cisão reversa seguida de incorporação da nstech MK Ltda., composto por um acervo líquido de R$49.742, dos quais R$32.109 foram vertidos para a Trizy Tecnologia em Logística Ltda., a valor contábil, em aumento do seu capital social e o valor remanescente, de R$17.633, foram realocados para as suas sócias nstech e nstech GR Ltda. **(vi) Cisão parcial da nstech GR Ltda.:** Em 31 de agosto de 2024, foi aprovada a cisão reversa seguida de incorporação da nstech GR Ltda., composto por um acervo líquido de R$5.750, dos quais R$4.723 foram vertidos para a Onisys na Estrada Software S.A., a valor contábil, em aumento do seu capital social e o valor remanescente, de R$1.027, foi realocado para a Controladora. **(vii) Cisão parcial da BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda.:** Em 30 de setembro de 2024, foi aprovada a cisão reversa seguida de incorporação da BGM Rodotec Tecnologia e Informá-

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	22	–	–	952.467	760.436
Custo dos serviços prestados	23	–	–	(340.187)	(279.890)
Lucro bruto		**–**	**–**	**612.280**	**480.546**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas e marketing	23	(16)	(32)	(35.343)	(28.516)
Despesas administrativas	23	(3.786)	(3.742)	(259.147)	(218.378)
Amortização de ativos – aquisições e impairment	23	(8.180)	(8.461)	(113.488)	(68.181)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	23	–	–	(145.226)	(106.461)
Resultado de equivalência patrimonial	10	12.498	35.828	239	(2.194)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	–	39	(17.308)	6.041
Lucro operacional		**516**	**23.632**	**42.007**	**62.857**
Receitas financeiras	24	7.081	2.393	18.119	19.008
Despesas financeiras	24	(650)	(112)	(33.691)	(29.564)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**6.947**	**25.913**	**26.435**	**52.301**
IRPJ e CSLL correntes	20	(248)	–	(32.166)	(32.645)
IRPJ e CSLL diferidos	20	2.781	2.877	16.162	15.703
Lucro líquido do exercício		**9.480**	**28.790**	**10.431**	**35.359**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		9.480	28.790	9.480	28.790
Não controladores		–	–	951	6.569
		9.480	**28.790**	**10.431**	**35.359**
Quantidade de ações em milhares	21	70.124	69.607	70.124	69.607
Quantidade média de ações em milhares		69.650	96.591	69.650	96.591
Lucro por ação em Reais (básico e diluído)		0,18	0,30	0,19	0,37

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**9.480**	**28.790**	**10.431**	**35.359**
Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	134	–	134	992
Ajustes de avaliação patrimonial				
Aquisição de participação de acionista minoritário	12.261	–	12.261	(42.197)
Instrumento patrimonial de combinação de negócios	61.679	471.437	61.679	471.437
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**83.554**	**500.227**	**84.505**	**465.591**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado)	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL		6.947	25.913	26.435	52.300
Ajustes ao lucro (prejuízo)					
Depreciações	12	–	–	8.444	5.970
Amortizações	13	8.318	8.498	77.181	82.408
Amortizações de direito de uso	11	–	–	2.747	6.342
Ganho na alienação de arrendamentos	11	–	–	–	(1.532)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	12/13	–	–	46.916	(29)
Provisão para contingências	19	–	–	(1.455)	2.556
Perdas (ganhos) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	–	–	6.519	(12.206)
Impairment	13	–	–	54.956	–
Juros sobre contratos de arrendamentos	11	–	–	2.148	2.238
Juros passivos sobre contratos de empréstimos	16	–	–	8.103	5.968
Juros passivos sobre combinação de negócios	15	–	–	5.828	10.789
Perda remensuração de investimento em aquisição de controladas (ágio)	5	–	–	24.416	–
Equivalência patrimonial	10	(12.498)	(35.829)	(239)	1.156
Variações nos ativos:					
Contas a receber		–	–	(59.239)	(22.242)
Partes relacionadas		(470)	–	(50)	–
Estoques		–	–	(163)	–
Impostos a recuperar		(462)	(901)	(5.962)	(56)
Adiantamentos		(15)	–	(2.087)	(782)
Despesas antecipadas		244	–	(3.319)	–
Depósitos judiciais		–	–	(582)	404
Outros ativos		–	(418)	(2.838)	(5.552)
Variações nos passivos:					
Fornecedores		221	29	(14.973)	4.289
Partes relacionadas		–		(8)	
Salários e encargos a pagar		–	–	12.565	14.389
Obrigações tributárias		(80)	(52)	7.738	(850)
Outros passivos		(8.066)	(998)	9.498	1.687
		(5.861)	**(3.758)**	202.579	**147.247**
IRPJ e CSLL pagos		(248)	(2.170)	(33.581)	(27.242)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	16	–	–	(4.729)	(5.946)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(6.109)**	**(5.929)**	**164.269**	**114.059**
Caixa inicial decorrente da combinação de negócios		–	–	361	16.966
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	–	–	(39.234)	(60.259)
Aquisição de participação de controladas	15	–	(2.981)	(109.050)	(141.245)
Aplicações financeiras		–	–	(13)	–
Recebimento de dividendos		98.056	19.436	–	–
Aumento de capital em controladas		(26.087)	(114.619)	–	–
AFAC em controladas	10	(32.127)	–	–	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**39.842**	**(98.164)**	**(147.936)**	**(184.538)**
Captação de empréstimos e financiamentos		–	–	110.838	908
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	–	–	(24.309)	(19.932)
Pagamento de passivos de arrendamentos	11	–	–	(7.631)	(7.581)
Pagamento de juros de aquisição de participação de controladas	15	–	–	(6.880)	(8.665)
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias		–	3.628	–	1.209
Aquisição de ações em tesouraria		(35.932)	–	(35.932)	–
Integralização e aumento do capital social	21	5.916	5.917	5.916	5.917
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(30.016)**	**9.545**	**42.002**	**(28.144)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3.717**	**(95.544)**	**58.335**	**(98.623)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	2.840	98.384	86.272	184.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	6.557	2.840	144.607	86.272

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

nstech S.A.

tica Ltda., composto por um acervo líquido de R$11.857, dos quais R$8.771, foram vertidos para a ASTLOG Tecnologia S.A., a valor contábil, em aumento do seu capital social, R$957 como instrumento patrimonial de combinação de negócio e o valor remanescente, de R$2.129, foram realocados para a Controladora. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214/25, que estabelece a primeira regulamentação da reforma tributária. A Reforma adota um modelo baseado num IVA repartido ("IVA dual"), composto por duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"); e outra subnacional, o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Além disso, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos estabelecido em Lei Complementar. A transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, período em que os dois sistemas tributários – antigo e o novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Como resultado, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade do Grupo. As principais práticas contábeis (Nota 2.7) aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 10 de abril de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos gerados em transações de combinações de negócios e instrumentos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto operações de arrendamento mercantil e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar ou valor em uso. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Conforme Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base na sua respectiva moeda funcional, que é o Real. Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer outra moeda que não a moeda funcional (R$), são registadas às taxas de câmbio vigentes na data da transação. No final de cada exercício, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes no final do exercício. Itens não monetários registrados pelo valor justo denominado em moeda estrangeira são convertidos às taxas vigentes na data na qual o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transação. Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **2.5 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações nos elementos de controle mencionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor de custo. **Participação de não controladores:** A Companhia adota como prática mensurar a participação de não controladores, inicialmente, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há controladas direta ou indiretas que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores. **Estrutura societária:** Abaixo o demonstrativo das empresas que são controladas de forma direta e indireta:

Estrutura Organizacional (Controladas)	Denominação	Atividade principal	31/12/2024		Participação 31/12/2023	
ATSLOG Tecnologia Ltda.	ATSLOG	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	100,00%	Indireta	100,00%
BGM Rodotec Tecnologia e Informática Ltda.	BGM	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	100,00%	Direta	100,00%
BPS Tecnologia de Segurança Ltda.	BPS	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Brasil Risk Gerenciamento de Riscos Ltda.	BRK	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Buonny Projetos e Serviços de Riscos Securitários Ltda.	Buonny	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
CHP Soluções Ltda.	Trafegus	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Mag Editora e Promotora de Eventos Ltda.	Mag Editora	Mídia	Direta	100,00%	Direta	100,00%
nstech FS Ltda.	nstech FS	Gestão de empresas	Direta	96,40%	Direta	100,00%
nstech GR Ltda.	nstech GR	Gestão de empresas	Direta	100,00%	Direta	100,00%
nsteck MK Ltda.	nsteck MK	Gestão de empresas	Direta	92,67%	Direta	100,00%
Onisys na Estrada Software S.A. (k)	Onisys	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Indireta	100,00%
Opentech Sistemas de Gerenciamento de Riscos Ltda.	Opentech	Gerenciamento de riscos	Direta	100,00%	Direta	100,00%
Trizy Tecnologia em Logística Ltda. (c) (k)	Trizy	Desenvolvimento e implantação de software	Direta	92,66%	Indireta	100,00%
AT&M Alta Tecnologia e Métodos Ltda. (j)	AT&M	Averbação eletrônica	–	–	Indireta	100,00%
Atua Sistemas Ltda.	Atua	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Btrans Informática Ltda.	Btrans	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
CT6 Tecnologia Ltda.	Comprovei	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
DATAMEX Tecnologia da Informação Ltda.	DATAMEX	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
nspedágio Soluções para Pedágio Ltda. (h)	nspedágio	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Fusion Software e Serviços Ltda.	Fusion	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
GBM Consultoria & Tecnologia Ltda. (i)	GBM Consultoria	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
GBM Logística Sudeste Ltda. (i)	GBM Logística	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
GBM Malha Norte Ltda. (i)	GBM Malha Norte	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
GBM Malha Sul Ltda. (i)	GBM Malha Sul	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
Gridnet Tecnologia Ltda.	Gridnet	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Hivelog Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	Hivelog	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
KMM Soluções Tecnológicas S.A. (a)	KMM	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log Risk, S. de L.V. de C.V.	Log Risk	Gerenciamento de riscos	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Log.one Tecnologia da Informação Ltda. (g)	Log.one	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda. (b)	NS Kote	Marketplace	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Otimizy Sistemas Inteligentes Ltda.	Otimizy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Qualp Portal de Internet Ltda.	Qualp	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Estrutura Organizacional (Controladas)	**Denominação**	**Atividade principal**	**31/12/2024**		**Participação 31/12/2023**	
RoutEasy Serviços de Assessoria Logística S.A. (f)	RoutEasy	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
Signa Consultoria e Sistemas Ltda. (d)	Signa	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	–	–
Tecchapeco Sistemas Ltda.	Multisoftware	Desenvolvimento e implantação de software	Indireta	100,00%	Indireta	100,00%
nstech IP Instituição de Pagamento S.A. (e)	nstech IP	Pagamento eletrônico (e–frete)	Indireta	93,87%	Indireta	92,50%
Simetrias Informática Ltda. (j)	Simetrias Informática	Comércio varejista de informática		–	Indireta	85,00%
Simetrias Serviços de Processamento de Dados Ltda. (j)	Simetrias Serviços	Comércio varejista de informática		–	Indireta	85,00%
Iamtech Tecnologia da Informação Ltda.	Iamtech	Averbação eletrônica	Indireta	50,00%	Indireta	50,00%

(a) Em 10 de janeiro de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da KMM em sociedade anônima para sociedade limitada. (b) Em 20 de fevereiro de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da razão social da Praxio Tecnologia e Investimentos Ltda., que passa a ser denominada como NS Kote Tecnologia e Investimentos Ltda. (c) Em 27 de março de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da razão social da Sinlog Tecnologia em Logística S.A., que passa a ser denominada como Trizy Tecnologia em Logística Ltda. (d) Em 30 de abril de 2024, a nstech, através de sua controlada BGM, adquiriu 100% do controle da Signa (Nota 1 e 5). (e) Em 10 de junho de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da razão social da IPC Instituição de Pagamentos S.A., que passa a ser denominada como nstech IP Instituição de Pagamentos S.A. (f) Em 20 de agosto de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da RoutEasy em sociedade anônima para sociedade limitada. (g) Em 31 de outubro de 2024, a nstech, através de sua controlada KMM, adquiriu 100% do controle da Log.one (Nota 1 e 5) (h) Em 29 de novembro de 2024, foi aprovado em assembleia a alteração da razão social da Digitalcomm Soluções em Sistemas de Informática Ltda., que passa a ser denominada como nspedágio Soluções para Pedágio Ltda. (i) Em 30 de novembro de 2024, a nstech, através de sua controlada KMM, adquiriu 100% do controle da GBM Logística. Nesta mesma operação, também foi adquirido 100% do controle, de forma indireta, da GBM Malha Norte, GBM Malha Sul e GBM Consultoria (Nota 1 e 5). (j) Controladas incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Nota 1). (k) Controladas que passaram, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de controladas indiretas para diretas, de acordo com as reorganizações societárias divulgadas na Nota 1. **2.6 Reapresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão sendo reapresentadas para refletir determinados ajustes nas controladas, que foram identificados pela Administração da Companhia, para melhor apresentação das demonstrações financeiras. Os impactos dessas reapresentações encontram-se identificados nos quadros abaixo como "Ajustes".

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2023 *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**31/12/2023** *(Reapresentado)*	**31/12/2023** *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**31/12/2023** *(Reapresentado)*
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.840	–	2.840	86.272	–	86.272
Contas a receber	–	–	–	140.899	–	140.899
Estoques	–	–	–	1.301	–	1.301
Impostos a recuperar	2.036	–	2.036	13.798	–	13.798
Adiantamentos	–	–	–	6.809	–	6.809
Despesas antecipadas	248	–	248	2.777	–	2.777
Outros ativos	–	–	–	4.438	–	4.438
	5.124	**–**	**5.124**	**256.294**	**–**	**256.294**
Não circulante						
Aplicações financeiras	–	–	–	836	–	836
Partes relacionadas	179	–	179	16	–	16
Depósitos judiciais	–	–	–	673	–	673
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	3.032	25.192	28.223
Outros ativos	–	–	–	875	–	875
Investimentos	1.238.615	(5.469)	1.233.146	9.445	–	9.445
Direito de uso	–	–	–	21.239	–	21.239
Imobilizado	–	–	–	25.845	–	25.845
Intangível	33.385	–	33.385	1.351.123	(87.086)	1.264.037
	1.272.179	**(5.469)**	**1.266.710**	**1.413.085**	**(61.896)**	**1.351.189**
Total do ativo	**1.277.303**	**(5.469)**	**1.271.834**	**1.669.378**	**(61.895)**	**1.607.483**

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2023 *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**31/12/2023** *(Reapresentado)*	**31/12/2023** *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**31/12/2023** *(Reapresentado)*
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	34	–	34	65.692	–	65.692
Contas a pagar de combinação de negócios	–	–	–	51.098	–	51.098
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	20.591	–	20.591
Passivos de arrendamentos	–	–	–	10.862	–	10.862
Salários e encargos a pagar	–	–	–	65.445	–	65.445
Impostos e contribuições a recolher	4	–	4	7.688	–	7.688
Outras contas a pagar	12	–	12	13.131	–	13.131
	50	**–**	**50**	**234.507**	**–**	**234.507**
Não circulante						
Contas a pagar de combinação de negócios	–	–	–	85.793	–	85.793
Partes relacionadas	1.188	–	1.188	8	–	8
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	4.664	–	4.664
Passivos de arrendamentos	–	–	–	11.194	–	11.194
Obrigações tributárias	–	–	–	734	–	734
Provisão de contingências	–	–	–	15.743	–	15.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.304	–	11.304	113.851	(56.425)	57.426
Outras contas a pagar	–	–	–	2.759	–	2.759
	12.492	**–**	**12.492**	**234.747**	**(56.426)**	**178.321**
Patrimônio líquido						
Capital social	56.776	–	56.776	56.776	–	56.776
Reservas de capital	640.377	–	640.377	641.162	–	641.162
Ajuste de avaliação patrimonial	537.605	–	537.605	471.437	–	471.437
Reserva legal	698	–	698	698	–	698
Reservas de lucros	29.305	(5.469)	23.836	29.305	(5.469)	23.836
Acionistas não controladores	–	–	–	746	–	746
	1.264.761	**(5.469)**	**1.259.292**	**1.200.123**	**(5.468)**	**1.194.655**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.277.303**	**(5.469)**	**1.271.834**	**1.669.378**	**(61.895)**	**1.607.483**

	Controladora				Consolidado	
	01/01/2023 *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**01/01/2023** *(Reapresentado)*	**01/01/2023** *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**01/01/2023** *(Reapresentado)*
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	98.384	–	98.384	184.895	–	184.895
Contas a receber	–	–	–	106.451	–	106.451
Estoques	–	–	–	907	–	907
Impostos a recuperar	1.135	–	1.135	13.742	–	13.742
Adiantamentos	–	–	–	6.027	–	6.027
Despesas antecipadas	9	–	9	1.635	–	1.635
Outros ativos	–	–	–	719	–	719
	99.528	**–**	**99.528**	**314.376**	**–**	**314.376**
Não circulante						
Aplicações financeiras	–	–	–	704	–	704
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–
Depósitos judiciais	–	–	–	1.077	–	1.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	140	13.123	13.263
Outros ativos	–	–	–	727	–	727
Investimentos	1.106.040	(4.954)	1.101.086	47.659	–	47.659
Direito de uso	–	–	–	29.520	–	29.520
Imobilizado	–	–	–	18.804	–	18.804
Intangível	41.882	–	41.882	1.294.077	(81.575)	1.212.502
	1.147.922	**(4.954)**	**1.142.968**	**1.392.708**	**(68.452)**	**1.324.256**
Total do ativo	**1.247.450**	**(4.954)**	**1.242.496**	**1.707.084**	**(68.452)**	**1.638.632**

	Controladora				Consolidado	
	01/01/2023 *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**01/01/2023** *(Reapresentado)*	**01/01/2023** *(Originalmente apresentado)*	**Ajustes**	**01/01/2023** *(Reapresentado)*
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	6	–	6	61.403	–	61.403
Contas a pagar de combinação de negócios	2.981	–	2.981	99.890	–	99.890
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	20.050	–	20.050
Passivos de arrendamentos	–	–	–	7.433	–	7.433
Salários e encargos a pagar	–	–	–	51.056	–	51.056
Impostos e contribuições a recolher	2.227	–	2.227	17.757	–	17.757
Outras contas a pagar	–	–	–	13.921	–	13.921
	5.214	**–**	**5.214**	**271.510**	**–**	**271.510**
Não circulante						
Contas a pagar de combinação de negócios	–	–	–	91.184	–	91.184
Partes relacionadas	2.198	(1)	2.197	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	24.207	–	24.207
Passivos de arrendamentos	–	–	–	24.018	–	24.018
Obrigações tributárias	–	–	–	1.268	–	1.268
Provisão de contingências	–	–	–	13.188	–	13.188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.181	–	14.181	79.539	(63.499)	16.040
Outras contas a pagar	–	–	–	290	–	290
	16.379	**(1)**	**16.378**	**233.694**	**(63.499)**	**170.195**
Patrimônio líquido						
Capital social	49.649	–	49.649	49.649		49.649
Reservas de capital	804.768	–	804.768	642.810		642.810
Ajuste de avaliação patrimonial	370.743	–	370.743	508.425		508.425
Reserva legal	698	–	698	698		698
Reserva de lucros	–	(4.954)	(4.954)	–	(4.954)	(4.954)
Acionistas não controladores	–	–	–	299	–	299
	1.225.857	**(4.953)**	**1.220.904**	**1.201.880**	**(4.954)**	**1.196.927**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.247.450**	**(4.954)**	**1.242.496**	**1.707.084**	**(68.452)**	**1.638.632**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

nstech S.A.

				Controladora		Consolidado
	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	–	–	–	760.436	–	760.436
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(279.890)	–	(279.890)
Lucro bruto	**–**	**–**	**–**	**480.546**	**–**	**480.546**
Despesas operacionais						
Despesas com vendas e marketing	(32)	–	(32)	(28.516)	–	(28.516)
Despesas administrativas	(3.742)	–	(3.742)	(218.378)	–	(218.378)
Amortização de ativos– aquisições	(8.461)	–	(8.461)	(68.181)	–	(68.181)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	–	–	–	(106.461)	–	(106.461)
Resultado de equivalência patrimonial	36.344	(516)	35.828	(2.194)	–	(2.194)
Outras receitas, líquidas	39	–	39	6.041	–	6.041
Lucro operacional	**24.148**	**(516)**	**23.632**	**62.857**	**–**	**62.857**
Receitas financeiras	2.393	–	2.393	19.008	–	19.008
Despesas financeiras	(112)	–	(112)	(29.564)	–	(29.564)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**26.429**	**(516)**	**25.913**	**52.301**	**–**	**52.301**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	–	(32.645)	–	(32.645)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.877	–	2.877	16.219	(516)	15.703
Lucro líquido do exercício	**29.306**	**(516)**	**28.790**	**35.875**	**(516)**	**35.359**
Atribuível a						
Acionistas da Companhia	29.306	(516)	28.790	29.306	(516)	28.790
Não controladores	–	–	–	6.569	–	6.569
	29.306	**(516)**	**28.790**	**35.875**	**(516)**	**35.359**

			Controladora
	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**26.428**	**(515)**	**25.913**
Amortizações	8.498	–	8.498
Equivalência patrimonial	(36.344)	515	(35.829)
Variações nos ativos:			
Impostos a recuperar	(901)	–	(901)
Outros ativos	(418)	–	(418)
Variações nos passivos:			
Fornecedores	29	–	29
Obrigações tributárias	(52)	–	(52)
Outros passivos	(998)	–	(998)
	(3.758)	**–**	**(3.758)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.170)	–	(2.170)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(5.929)**	**–**	**(5.928)**
Aquisição de participação de controladas	(2.981)	–	(2.981)
Recebimento de dividendos	19.436	–	19.436
Aumento de capital em controladas	(114.619)	–	(114.619)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(98.164)**	**–**	**(98.164)**
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	3.628	–	3.628
Integralização e aumento do capital social	5.917	–	5.917
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**9.545**	**–**	**9.545**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(95.544)**	**–**	**(94.547)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.384	–	98.384
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.840	–	2.840

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados de natureza de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrente principalmente de operações de combinações de negócios e reestruturações societárias ocorridas. Nesse contexto, foram ajustados determinados saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos e ágio, além do impacto em patrimônio líquido correspondentes. Adicionalmente, as informações consolidadas comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, divulgadas da Nota 19, referentes às contingências com probabilidades de perda possíveis, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme evidenciado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2023	
	Valores originalmente apresentados	Valores reapresentados
Cível	3.124	16.848
Trabalhista	1.147	895
Administrativa	–	229
Tributária	–	170
Total	**4.272**	**18.142**

2.7 Resumo das principais políticas contábeis: a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros: Classificação: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes - Nota 7. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia, para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no mesmo grupo de contas. Uma análise da idade do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser data ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuírem contas a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira, como também quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e swaps de taxa de juros, quando aplicável. Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que o Grupo tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, devido às estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que Companhia espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva original. **d) Arrendamentos:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento ou a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **e) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas e receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Em relação as controladas, estas são as taxas de vida útil praticadas para os bens do ativo imobilizado:

Classe	Período
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 – 5 anos

Os métodos, taxas e vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente, ou quando qualquer evidência de deterioração do valor for identificada antes do período de um ano, em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **g) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia teve a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h) Perda por redução do valor recuperável (impairment):** A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de impairment de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos. A Companhia baseia seu cálculo de impairment nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que neste caso são os grupos empresariais adquiridas pela nstech, ou seja, as UGCs são as empresas às quais os ativos individuais estão alocados. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 10 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano. As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado. Para os ativos não financeiros, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data e balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se houver tal indicação, a companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por impairment foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado. O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para impairment no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado um impairment, nas demonstrações financeiras consolidadas, devido ao valor recuperável menor que o valor contábil do ágio registrado na aquisição da nstech IP, identificado através do teste de impairment anual. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço **j) Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **k) Combinação de negócios:** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado (compra vantajosa). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e que se espera que seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **l) Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefí-

continuação ☛

continuação ☛

nstech S.A.

cios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Receita de risk monitoring e background check:** As receitas de risk monitoring e brackground check compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento, que transferem aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes às notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita fintech:** As receitas auferidas pela controlada nstech IP: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e Supply Chain e • Plataforma online de formação logística. **m) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **n) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos corrente:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (i.e., diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, enquanto os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos são reconhecidos na medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. O ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante, independente da expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo valor líquido. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social de determinadas controladas, que afetam as demonstrações financeiras consolidadas, são apurados com base no regime tributário do Lucro Presumido. Neste regime as alíquotas de imposto de renda e contribuição social são aplicadas sobre uma base reduzida, com base no tipo de receita apurada, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de receita	% presumido
Serviços	32%
Vendas	8%
Receitas financeiras	100%
Outras receitas	100%

A controlada Log Risk, sediada no México, possui dois tipos de impostos: o imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. As operações desta controlada, sediada fora do Brasil, não apresenta receitas auferidas superiores ao mínimo definido nas regras do Pilar Dois, portanto as divulgações exigidas sobre o tema não impactam as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **2.7.1 Adoção de normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas: 2.7.1.1 Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024:** No exercício de 2024, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board - IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante – Diferimento da data de vigência	01/01/2024
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("Sale and Leaseback")	01/01/2024
Alterações ao CPC 26 (R1)/ IAS 1	Passivo não circulante com cláusulas restritivas ("covenants")	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações apresentadas nestas demonstrações financeiras. **2.7.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alteração ao CPC 02 (R2)/IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alteração ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras	01/01/2027
Alteração à IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	01/01/2027
Alteração aos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 40 (R1)/ IFRS 7	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026

Atualmente, a Administração está efetuando uma avaliação dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia (Nota 2.7), a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são os seguintes: **a) Mensuração dos instrumentos financeiros:** O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de "inputs" que estão ou não baseados em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. Na Nota 4, são apresentados os detalhes dos principais pressupostos utilizados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido com base em dados observáveis em mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração acredita que as técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados são adequados para mensurar os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia. Quando possível, os dados utilizados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para determinar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. **b) Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes:** O Grupo, para o contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na Nota 7. **c) Determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e as vidas úteis dos ativos. As estimativas, premissas e julgamentos refletem a experiência histórica e as expectativas sobre o futuro das condições do setor de construção civil no Brasil e no exterior e das suas operações. O Grupo calcula a depreciação utilizando o método linear. Ao final do exercício, a Companhia revisou as vidas úteis estimadas (Nota 2.7e) dos itens significativos do ativo imobilizado, e não identificou mudanças significativas. **d) Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. **e) Determinação da taxa de desconto incremental utilizada na mensuração das obrigações com arrendamentos:** As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa de juros implícita no arrendamento. As taxas de desconto incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda a estrutura de capital da Companhia e as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato. **f) Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações:** Quando aplicável, as provisões para perdas em processos judiciais contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, a menos que a probabilidade de perda seja considerada possível ou remota. Uma provisão para perda em processos judiciais é reconhecida quando a perda for considerada provável e o montante puder ser confiavelmente estimado. Processos judiciais e outras obrigações similares serão liquidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem. Normalmente, a ocorrência desses eventos não é de controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a uma variedade de graus de incerteza legal e interpretativa, requerendo que a Administração faça estimativas significativas e exerça julgamentos. **g) Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia. As divulgações associadas a estes temas estão incluídas na Nota 15.

Diretoria
Vasco Carvalho Oliveira Neto – *Diretor Presidente*
Eduardo Romeu Ferraz – *Diretor Financeiro*
Rodrigo Moralez – *Contador CRC SP 244.417/O-1*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **nstech S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da nstech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da nstech S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 10 de abril de 2025.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., CRC 2SP000160/O-5
Sérgio Eduardo Zamora, Contador, CRC 1SP168728/O-4.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Estratégia Educacional Participações S/A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**NE**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	47	51	16.371	15.556
Títulos e valores mobiliários	4	–	–	10.794	28.766
Contas a receber	5	–	–	115.385	140.672
Estoques	6	–	–	7.162	8.415
Adiantamentos e despesas antecipadas		–	–	2.065	929
Impostos a recuperar		1	1	3.672	3.198
Outras contas a receber		–	–	245	63
Total do ativo circulante		**48**	**52**	**155.694**	**197.599**
Não circulante					
Depósitos judiciais	15	–	–	47	–
Partes relacionadas	13	–	–	75.856	51.149
Outras contas a receber		–	–	57	59
Ativo fiscal diferido	7	–	–	14.321	–
Instrumentos financeiros derivativos	8	–	–	1.352	1.352
Investimentos	8	–	–	163	85
Imobilizado	9	–	–	12.298	15.020
Intangível	10	–	–	40.686	45.383
Direito de uso	11	–	–	6.223	6.384
Total do ativo não circulante		**–**	**–**	**151.003**	**119.432**
Total do ativo		**48**	**52**	**306.697**	**317.031**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**NE**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores		–	–	14.284	17.560
Professores, autores e *coaching*		–	–	4.642	5.782
Empréstimos a pagar	14	–	–	–	4.865
Impostos a recolher		1	–	4.493	4.233
Obrigações com pessoal		–	–	11.487	15.484
Passivo de arrendamento	11	–	–	2.556	1.742
Outras contas a pagar		–	–	1.552	1.727
Receitas diferidas	12	–	–	207.115	182.368
Total do passivo circulante		**1**	**–**	**246.129**	**233.761**
Não circulante					
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	8	–	–	27.377	42.305
Receitas diferidas	12	–	–	21.165	65.843
Passivo de arrendamento	11	–	–	4.889	4.765
Passivo fiscal diferido	7	–	–	1.112	4.318
Empréstimos a pagar	14	–	–	–	5.676
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	–	–	86	12.409
Investimento em controlada com passivo a descoberto	8	735	54.810	–	–
Participações a pagar		12	12	12	11
Plano de incentivo a pagar	16	–	–	6.626	2.713
Total do passivo não circulante		**747**	**54.822**	**61.267**	**138.040**
Patrimônio líquido					
Capital social	17	6.204	6.204	6.204	6.204
Instrumentos patrimoniais outorgados	17	2.072	1.778	2.072	1.778
Reserva legal	17	40	40	40	40
Prejuízos acumulados		(9.016)	(62.792)	(9.016)	(62.792)
Total do patrimônio líquido		**(700)**	**(54.770)**	**(700)**	**(54.770)**
Total do passivo e de patrimônio líquido negativo		**48**	**52**	**306.697**	**317.031**

Demonstrações dos Resultados

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	18	–	–	378.097	285.462
Custos na venda de produtos e serviços	19	–	–	(102.053)	(88.580)
Lucro bruto		**–**	**–**	**276.044**	**196.882**
Despesas comerciais	19	–	–	(13.633)	(9.630)
Despesas gerais e administrativas	19	(5)	(74)	(215.126)	(172.934)
Resultado de equivalência patrimonial	8	53.780	(214)	78	(43)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro		**53.775**	**(288)**	**47.363**	**14.275**
Receitas financeiras	20	7	5	5.688	4.211
Despesas financeiras	20	(4)	(3)	(6.606)	(10.561)
Resultado financeiro		**3**	**2**	**(918)**	**(6.350)**
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**53.778**	**(286)**	**46.445**	**7.925**
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(2)	(1)	(13.825)	(3.894)
Imposto de renda e contribuição social diferida	21	–	–	21.156	(4.318)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		**53.776**	**(287)**	**53.776**	**(287)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro/(Prejuízo) do exercício	53.776	(287)	53.776	(287)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**53.776**	**(287)**	**53.776**	**(287)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo

	NE	**Capital social**	**Instrumentos patrimoniais**	**Reserva Legal**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)		6.204	1.491	40	(62.505)	(54.770)
Instrumentos patrimoniais	17	–	287	–	–	287
Prejuízo do exercício		–	–	–	(287)	(287)
Saldos em 31/12/2023		**6.204**	**1.778**	**40**	**(62.792)**	**(54.770)**
Instrumentos patrimoniais	17	–	294	–	–	294
Lucro do exercício		–	–	–	53.776	53.776
Saldos em 31/12/2024		**6.204**	**2.072**	**40**	**(9.016)**	**(700)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício					
Ajustes:		53.776	(287)	53.776	(287)
Ativo diferido fiscal constituído		–	–	(14.321)	–
	9, 10				
Depreciações e amortizações	e 11	–	–	20.682	9.175
Baixa de imobilizado	9	–	–	15	68
Baixa de direito de uso	11	–	–	715	–
Baixa de passivo de arrendamento	11	–	–	(928)	–
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	–	–	(12.323)	5.523
Equivalência patrimonial	8	(53.780)	214	(78)	43
Provisão para bônus		–	–	319	4.547
Valor justo outorga stock options	17	–	–	296	286
Valor justo outorga phantom share	16	–	–	773	1.123
Juros sobre mútuo		–	–	(2.735)	(188)
Juros sobre arrendamento	11	–	–	760	262
Juros FIDC		–	–	3.233	5.754
Juros sobre empréstimos e adiantamento de recebíveis		–	–	746	2.369
Rendimento de aplicações financeiras		–	–	(2.784)	(4.022)
Imposto diferido		–	–	(3.206)	4.318
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	(5.130)	(45.370)
Estoques		–	–	1.253	(1.395)
Adiantamentos e despesas antecipadas		–	–	(1.136)	15
Impostos a recuperar		–	–	(474)	(968)
Depósitos judiciais		–	–	(47)	10
Outras contas a receber		–	–	(180)	432
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		–	–	(3.276)	12.831
Professores, autores e coaching		–	–	(1.140)	1.224
Obrigações com pessoal		–	–	(4.316)	(3.143)
Plano de incentivo a pagar				3.140	
Impostos a recolher		1	–	260	(68)
Receita diferida		–	–	(19.931)	102.501
Outras contas a pagar		–	1	(175)	549
Juros pagos sob passivo de arrendamento				(760)	(263)
Juros pagos sob empréstimos				(329)	(2.369)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3)	(72)	12.699	92.957
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento Tutory		–	–	(200)	(4.000)
Aquisição de imobilizado	9	–	–	(9.636)	(1.934)
Aquisição de intangível	10	–	–	(1.232)	(729)
Títulos e valores mobiliários		–	–	20.756	(15.533)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		–	–	9.688	(22.196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Mútuo com partes relacionadas	13	–	–	(21.772)	(50.961)
Obrigações por cotas de fundo de investimentos		–	–	(18.161)	(15.069)
Pagamento de empréstimos	14	–	–	(10.541)	(4.459)
Pagamento principal passivo de arrendamento		–	–	(1.098)	(1.350)
Antecipação de recebíveis		–	–	30.000	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		–	–	(21.572)	(71.839)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(3)	(72)	815	(1.078)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	51	123	15.556	16.634
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	48	51	16.371	15.556

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – O Estratégia Educacional Participações S.A. (a "Companhia" ou "Estratégia Educacional") foi constituída em 19 de julho de 2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitas, como por exemplo,cursos preparatórios para concursos públicos e vestibulares e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma online. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são chamados de "Grupo" ou "Grupo Estratégia". a) Situação econômica e financeira: A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2024, patrimônio líquido negativo de R$ 699 e capital circulante negativo de R$90.435 devido, principalmente, ao diferimento de suas receitas em 12, 24 ou 36 meses, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia monitora as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas medidas necessárias para assegurar a liquidez e a saúde financeira do Grupo. Em 2021, efetuou uma captação de um FIDC, no montante de R$66.143, conforme divulgado em detalhes no item b) desta nota explicativa. A Companhia também efetuou, em março de 2024, a liquidação antecipada da dívida (cédula de crédito) contraída junto ao banco ABC Brasil S.A. no montante de R$ 10.541, operação financiada por meio da antecipação de recebíveis com Bradesco com vencimentos em outubro de 2024. Além disso, em dezembro de 2024, efetuou outra operação de antecipação de recebíveis com o Bradesco no montante de R$ 30.000 com vencimentos entre janeiro e março de 2025. b) Cessão de direitos: Em março de 2021, foi aprovada, pela administração da Companhia, a estruturação do Estratégia Educacional Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"), sob forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 60 meses. O total do Patrimônio Líquido definido pela administração foi no valor de R$ 66.143, alinhada com a estrutura de capital ótima da Companhia. O objetivo do FIDC é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio de aplicação dos recursos do FIDC, preponderantemente, na aquisição dos Direitos Creditórios do Estratégia Concursos S.A. ("Estratégia") e aplicação em Ativos Financeiros, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O FIDC adquirirá créditos originados das transações de pagamento via cartão de crédito das principais bandeiras de cartão (Visa, Master, Elo, AMEX e Hiper) por meio da plataforma de pagamentos do Estratégia, garantidos por cessão fiduciária das agendas de recebíveis futuros. O FIDC iniciou suas operações em setembro de 2021, com a emissão de 55.000.000 cotas com valor nominal unitário de R$1,00 (um real), sendo 36.800.000 cotas seniores com rentabilidade teto anual de CDI + 5,00% da variação do DI, 13.200.000 cotas mezanino com rentabilidade teto anual de CDI + 7,00% da variação do DI e 5.000.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. As cotas seniores e mezanino ficaram divididas igualmente com 25.000.000 cotas cada, subscritas pelo Banco Itaú S.A. e ARX Investimentos LTDA. Em outubro de 2021, foi realizada uma nova emissão de 9.400.000 cotas seniores com rentabilidade anual de CDI +5,00% subscrita pelo Ibiúna Credit FIM CP e 1.600.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. A totalidade do valor das cotas seniores e mezanino, correspondente ao principal investido, será amortizada ao longo de 5 (cinco) anos, a partir de sua data da emissão, com uma carência de 12 (doze) meses. A rentabilidade acrescida às cotas seniores e mezanino serão pagas mensalmente, a partir da data da emissão. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sumário das políticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e estão apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 16 de abril de 2025. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Resumo das políticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo:** a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R$), que representa o ambiente econômico no qual a Companhia realiza suas operações. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm vencimentos inferiores há 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. c) Títulos e valores mobiliários: Compreendem aplicações financeiras que não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor e/ou têm vencimentos superiores a 90 dias. d) Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração:* A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. O ativo ou o passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Companhia (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. No final de cada período de divulgação, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. A Companhia baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas. *Mensuração do valor justo:* Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem gerar variações nos valores justos estimados. e) Contas a receber: O contas a receber está registrado conforme os valores nominais das faturas e deduzidas, quando aplicável, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise específica da situação de cada cliente quanto à idade das contas e situação financeira, e/ou em liquidação judicial feita pela Administração, para as quais a Companhia não dispõe de garantias para fazer face às perdas prováveis nas respectivas realizações. Até 31 de dezembro de 2024 não houve necessidade de constituição de devedores duvidosos. f) Estoques: Os estoques consistem majorita sobre dir autora sobre as vendas de cursos e pacotes em livros digitais. Seus valores são calculados com base em um percentual aplicado sobre o valor das vendas , com perce, estabelecido em contrato. Demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, os estoques consistem em direitos autorais sobre vendas de cursos e pacotes dos livros digitais. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. g) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço patrimonial da investida na mesma data-base do balanço da controladora. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas caso a controlada apresente saldo de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) e, também quando aplicável, para outros investimentos considerados difícil recuperação. h) Imobilizado: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A depreciação do ativo se inicia quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando está no local e em condição necessária para funcionar da maneira pretendida pela administração, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Intangível: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da amortização do período. Os ativos intangíveis são compostos por: (i) Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado; (ii) Direitos autorais adquiridos para utilização de materiais de propriedade intelectual dos professores, com vida útil definida de 10 anos; (iii) Marcas e patentes referentes ao registro no nome e marca da companhia, não são amortizados e, (iv) Ágio ("goodwill"), apurado na aquisição de controlada, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor patrimonial. j) Arrendamentos: O Grupo aluga diversos andares de prédios comerciais para sua operação e atividades administrativas., Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo. São depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. k) "Impairment" de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" no fim de cada exercício. l) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. A Companhia não reconhece um ativo contingente como ativo. A divulgação de ativo contingente é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Entretanto, quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a Companhia for praticamente certo, então o referido ativo não é um ativo contingente, e seu reconhecimento é apropriado. m) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Os passivos tributários correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa de imposto de renda e da contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que a diferença temporária dedutível possa ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. n) Estimativas contábeis: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das políticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado e intangível para fins de depreciação e amortização, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. o) Reconhecimento de receita: A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é calculada com base nos preços de venda estabelecidos pela Administração e é reconhecida na demonstração do resultado ao longo do prazo do *termo de uso* que define o tempo durante o qual os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços serão efetivamente prestados, conforme cada produto ou serviço. Enquanto essa obrigação não é satisfeita, na medida em que os alunos ainda têm o direito de acesso ativo à plataforma de ensino por tempo definido conforme o *termo de uso*, os valores são reconhecidos como receita diferida no passivo. A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado ao aluno para download, sejam apostilas, provas, questões e/ou vídeo aulas. Os serviços prestados, por sua vez, referem-se às respostas aos fóruns de perguntas, monitoria, auxílio aos clientes, aula online, entre outros. Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas, de acordo com a vigência contratual. As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado, conforme a disponibilização de materiais para o cliente. A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados. p) Custos de producões, direitos autorais e servicos: Os custos correspondem ao valor justo da contraprestação paga ou a pagar de gastos diretos com a produção de livros digitais, com serviços prestados e com direitos autorais, no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece os custos por competência conforme os serviços prestados, a utilização de materiais diretos para produção de matérias e a disponibilização de materiais para o cliente. Os custos com professores podem ser divididos em dois tipos: serviço prestado e direito autoral. O valor dos direitos autorais reconhecidos no resultado e pagos aos professores refere-se ao montante dos direitos autorais relacionados ou à venda de Cursos e Pacotes ou à venda de Assinaturas. Os direitos autorais associados à Cursos e Pacotes são calculados à proporção de 10% sobre o montante das vendas destes produtos e pagos ao(s) professor(es) responsável(eis) pela produção do curso específico e detentores dos direitos autorais. Os direitos autorais associados às Assinaturas, são mensurados mensalmente por meio da avaliação da estante virtual do aluno, que pode conter de zero até 3 matérias em utilização, concomitantemente, sendo que a existência da referida matéria na estante mensal é que definirá se haverá o pagamento do direito autoral e para quem será realizado. Havendo ao menos 1 curso na estante virtual, o valor a ser pago será sempre calculado à razão de 10% do valor da venda realizada (com poucas exceções). Caso exista mais de um curso na estante, esse mesmo valor será rateado proporcionalmente, conforme a quantidade de matéria (até 3), entre os professores detentores dos direitos autorais das respectivas matérias. q) Pagamento baseados em ações: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações estão de acordo com as normas adotadas no Brasil. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O Grupo também possui planos de pagamento por caixa, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados, em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento em caixa, baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil. O valor das ações outorgadas no referido plano é mensurado e reconhecido pelo seu respectivo valor justo mensurado a cada data de reporte, em contrapartida ao correspondente aumento no passivo da Companhia, contabilizando o referido plano à medida em que os serviços são prestados pelos funcionários e prestadores de serviços, beneficiários do plano, ou seja, ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), com o correspondente aumento do passivo. r) Classificação de ativos e passivos, circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados no circulante quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados no não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a liquidar. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de valores e dos riscos envolvidos. **2.4. Base para consolidação das demonstrações financeiras:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. Em casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

	Participação	
	2024	**2023**
Estratégia Concursos S.A.	**100%**	100%
Estratégia Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controle indireto)	**12,46%**	31,44%

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os saldos e as transações decorrentes de negócios entre as companhias, bem como de lucros ou prejuízos não realizados, patrimônio líquido das controladas e investimento em controladas na controladora. A controlada, Estratégia Concursos S.A., possui participação societária na investida listada abaixo, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. Como não possui o controle desta empresa, seus saldos não são consolidados.

	Participação	
	2024	**2023**
Tutory Ensino Ltda.	**35,44%**	35,44%

2.5. Normas emitidas, mas ainda não vigente: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Estratégia Educacional Participações S/A.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. retrospectivamente. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As Alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	10	10	48	615
Aplicações financeiras	37	41	16.323	14.941
	47	**51**	**16.371**	**15.556**

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos é remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia por meio de instrumentos conservadores de baixo risco, com taxa de rentabilidade média 97,5% do CDI (94,0% em 2023), podendo ser resgatados a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

4. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	2024	2023
Letras Financeiras do Tesouro	10.794	28.766
Total a vencer	**10.794**	**28.766**

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos de renda fixa. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI, disponibilizados ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN etc.).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	168.149	177.390
Saldo de direitos creditórios cedidos	(23.181)	(36.718)
Saldo de antecipações de recebíveis (a)	(29.583)	–
Total a vencer	**115.385**	**140.672**

O saldo da rubrica "Contas a receber" de clientes não possui saldos vencidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração concluiu não haver necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente concentrados em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. (a) Em março de 2024, a Companhia antecipou recebíveis com o Bradesco, no montante de R$ 10.687, para a quitação do empréstimo bancário do Banco ABC. O saldo foi 100% amortizado, em novembro de 2024. Em dezembro de 2024, antecipou recebíveis novamente com o Bradesco, no montante de R$ 30.000, e o saldo, em 31 de dezembro de 2024, desta rubrica, será 100% amortizado até março de 2025, a não ser que a Administração decida realizar novas operações de antecipação.

6. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Custo com direitos autorais	7.162	8.415
	7.162	**8.415**

A Companhia registra seus estoques de direitos autorais mediante pagamento do custo em função do faturamento do mês e apropria em seu resultado de acordo com o reconhecimento da receita mensal de cursos e pacotes, em período de 12 meses. A Administração não identificou perda em seu estoque e considera o prazo de realização em doze meses.

7. Ativo e passivo fiscal diferido – A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias dedutíveis. A conciliação e composição dos saldos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Ativo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais acumulados	11.114	–
Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL	3.207	–
Total ativo fiscal diferido	14.321	–
Passivo fiscal diferido		
Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL	(972)	(4.318)
PIS e COFINS sobre variações de cotas do FIDC	(140)	–
Total passivo diferido	**(1.112)**	**(4.318)**

A Companhia avaliou a probabilidade de realização dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de lucro tributável futuro. De acordo com as estimativas, espera-se a recuperação integral do saldo reconhecido de prejuízos fiscais acumulados nos próximos anos. A administração revisa periodicamente essas projeções e, caso necessário, ajustará o saldo dos ativos fiscais diferidos para refletir mudanças nas condições econômicas e fiscais.

8. Investimentos e investimento em controlada com passivo a descoberto

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Estratégia Concursos S.A. (i)	(735)	(54.810)	–	–
Tutory Ensino Ltda.	–	–	163	85
Investimentos	–	–	163	85
Investimento em controlada com passivo a descoberto	**(735)**	(54.810)	–	–

(i) A Companhia possui investimento em empresa com o Patrimônio Líquido devedor, sendo reclassificada para a conta de investimento em controlado com passivo a descoberto.

8.1. Informações sobre os investimentos

	2024			2023		
	Tutory	FIDC	Concursos	Tutory	FIDC	Concursos
Quantidade de ações	–	–	10.000	–	–	10.000
Participação %	35,44%	12,46%	100%	35,44%	31,44%	100%
Capital social	3	29.016	10.482	3	42.324	10.482
Patrimônio líquido	2.903	31.273	(735)	2.434	61.704	(54.810)
Lucro/(Prejuízo) líquido	219	6.695	53.780	1.413	13.136	(214)

Em 18 de dezembro de 2023, o Estratégia Concursos S.A. celebrou "Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária" com os sócios, da empresa Tutory Ensino Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.923.113/0001-20, por meio do qual: (i) adquiriu 1.063 (mil e sessenta e três) Quotas, correspondentes a 35,44% (trinta e cinco vírgula quarenta e quatro por cento) da Participação Societária da Sociedade, pelo valor total de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), pago na data de assinatura do Contrato, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis; e (ii) efetuou um investimento conversível em Participação Societária da Sociedade (culminando na celebração de um Contrato de Investimento Conversível, adicionalmente ao Contrato de Compra e Venda), no valor de R$3.000.000,00 (três milhões de reais), correspondentes a adicionais 13,56% (treze vírgula cinquenta e seis por cento) do capital social da Sociedade, sendo (a) R$1.000.000,00 (um milhão de reais), pagos na data da assinatura do Contrato, e (b) R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a serem pagos no segundo aniversário da data de assinatura, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, antecipar ou adiar, total ou parcialmente, tais valores. A compra e venda conjuntamente com a conversão do investimento em participação societária acima descritas dão ao Estratégia Concursos S.A. a participação de 49,02% das Quotas da empresa Tutory Ensino Ltda., não implicando, portanto, em controle societário. A Companhia classificou essa participação como uma *joint venture*, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo contabilizada pelo método de aquisição, preconizado pelos CPC 18 e CPC 15. Como parte dos termos acordados no "Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária", o Estratégia Concursos S.A. possui uma opção de compra da participação remanescente, que pertence aos sócios controladores, de 50,98%. Esta opção de compra poderá ser exercícia e o seu valor de mercado na data da aquisição é de R$1.352 e encontra-se registrado na conta de "Instrumentos financeiros derivativo".

Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
	Concursos	Tutory
Saldo em 31 de dezembro 2022	(54.883)	–
Equivalência patrimonial	(214)	(43)
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	287	–
Aquisição de investimento	–	128
Saldo em 31 de dezembro 2023	(54.810)	85
Equivalência patrimonial	**53.780**	**78**
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	**295**	**–**
Aquisição de investimento	**–**	**–**
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(735)**	**163**

8.2. Movimentação das obrigações por cotas de fundo de investimentos: A movimentação abaixo está relacionada à consolidação do FIDC e refere-se ao saldo, em 31 de dezembro de 2024, das ações que não pertencem ao Estratégia.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2022	57.374
Variações na amortização de cotas	(8.805)
Resultado do exercício FIDC	13.136
Eliminação – cotas do Estratégia	(19.400)
Saldo em 31 de dezembro 2023	42.305
Amortização de cotas	**(18.969)**
Variações na amortização de cotas	**1.689**
Resultado do exercício FIDC	**6.695**
IRRF come cotas	**(447)**
Eliminação – cotas do Estratégia	**(3.896)**
Saldo em 31 de dezembro 2024	**27.377**

9. Imobilizado – a) Composição do imobilizado

		Consolidado			
				2024	2023
			Depreciação		
	Vida útil	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	5.079	(2.216)	2.863	2.686
Computadores e periféricos	5	6.513	(4.623)	1.890	2.128
Equipamentos de comunicação	10	3.182	(3.182)	–	595
Móveis e utensílios	10	1.100	(794)	306	334
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	5	8.142	(903)	7.239	9.277
		24.016	**(11.718)**	**12.298**	15.020

	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.317**	**2.841**	**719**	**366**	**9.451**	**–**	**15.694**
Adições	815	242	553	72	252	–	1.934
Baixas	(62)	(5)	–	–	–	–	(67)
Depreciações	(384)	(950)	(676)	(104)	(427)	–	(2.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.686**	**2.128**	**596**	**334**	**9.276**	**–**	**15.020**
Adições	656	758	–	79	110	8.033	9.636
Transferências	–	–	–	–	8.033	(8.033)	–
Baixas	(8)	(7)	–	–	–	–	(15)
Depreciações	(471)	(989)	(596)	(107)	(10.180)	–	(12.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.863**	**1.890**	**–**	**306**	**7.239**	–	**12.298**

(a) As principais aquisições e projetos no ano 2024 estão relacionados à mudança de localização da matriz, da cidade de São Paulo para a cidade de Barueri. O impacto é visto nas adições de benfeitorias em imóveis de terceiros na unidade de Barueri e o aumento na depreciação acumulada, pela redução da vida útil pela entrega do imóvel de São Paulo. O Grupo efetuou a revisão de vida útil de seus ativos imobilizados conforme cada caso e não houve impacto para o ano de 2024. O Grupo apresenta resultados operacionais positivos, portanto, não há indícios de desvalorização do imobilizado. O Grupo não possui ativos imobilizados para os quais tenha titularidade restrita ou que foram dados em garantia para passivos. Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado.

10. Intangível – (i) Composição do intangível

		Consolidado			
				2024	2023
	Vida útil	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	5	1.134	(1.134)	–	140
Direitos autorais	10	54.619	(17.096)	37.523	41.686
Marcas e patentes	–	1.037	–	1.037	1.037
Mais valia carteira de cliente/contrato	–	797	(100)	697	797
Mais valia contrato de não competição	–	594	(119)	475	594
Mais valia softwares	–	1.096	(219)	877	1.096
Ágio	–	33	–	33	33
Intangível em andamento (*)	–	44	–	44	–
		59.354	(18.668)	40.686	45.383

	Softwares	Direitos autorais	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Mais-valia – Carteira de cliente	Mais-valia – competição	Mais-valia – Software	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2022	**249**	**21.646**	**1.037**	**24.633**	**–**	**–**	**–**	**–**	**47.565**
Adições	65	664	–	–	797	594	1.096	33	3.249
Transferências (*)	–	24.633	–	(24.633)	–	–	–	–	–
Baixas	(1)	–	–	–	–	–	–	–	(1)
Amortizações	(173)	(5.257)	–	–	–	–	–	–	(5.430)
Saldo em 31/12/2023	**140**	**41.686**	**1.037**	**–**	**797**	**594**	**1.096**	**33**	**45.383**
Adições	–	1.188	–	44	–	–	–	–	1.232
Amortizações	(140)	(5.351)	–	–	(100)	(119)	(219)	–	(5.929)
Saldo em 31/12/2024	**–**	**37.523**	**1.037**	**44**	**697**	**475**	**877**	**33**	**40.686**

(*) Refere-se à aquisição de Direitos Autorais relacionados ao curso de Residência Médica lançado completamente em 2023. O Grupo efetuou a revisão de vida útil e não houve impacto para o ano de 2024.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento – (i) Composição do ativo do direito de uso

			Consolidado	
			2024	2023
	Prazo do contrato	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Edificações		10.120	(3.897)	6.223	6.384
		10.120	**(3.897)**	**6.223**	**6.384**

Movimentação do ativo	**Edificações**
Saldo em 31 de dezembro 2022 (reapresentado)	1.007
Adições por novos contratos	6.582
Baixas	–
Amortizações	(1.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.384
Adições por novos contatos	**2.964**
Baixas	**(715)**
Amortizações	**(2.410)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.223**

A Companhia arrenda edificações cujo prazo de arrendamento é de três à cinco anos, em 31/12/2024 e 2023. As obrigações do Grupo são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados.

b) Composição do passivo de arrendamento

	Consolidado	
	2024	2023
Valores a pagar de arrendamento		
Em até 1 ano	2.556	1.742
De 2 a 3 anos	3.537	2.732
De 4 a 5 anos	1.352	2.033
	7.445	**6.507**
Circulante	2.556	1.742
Não circulante	4.889	4.765

Movimentação do passivo de arrendamento	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	1.276
Adições por novos contratos	6.582
Juros do período	262
Pagamentos de principal	(1.350)
Pagamento de juros	(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.507
Adições por novos contatos	**2.964**
Baixas	**(928)**
Juros do período	**760**
Pagamentos de principal	**(1.098)**
Pagamento de juros	**(760)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7.445**

12. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2024	2023
Livros digitais	240.489	248.089
Serviços prestados	22.319	20.198
Cancelamentos (*)	(34.528)	(20.076)
	228.280	**248.211**
Circulante	207.115	182.368
Não circulante	21.165	65.843
	228.280	**248.211**

(*) Refere-se a cancelamentos por desistência do curso, aprovação em concursos ou migração para um outro produto que serão reconhecidos no resultado mês a mês anulando os respectivos reconhecimentos das receitas.

	Consolidado	
	2024	2023
12 meses	207.115	182.368
24 meses	21.163	53.321
36 meses	2	12.522
	228.280	**248.211**

13. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	Valores a receber	Valores a receber	Valores a receber (a)	Valores a receber
Sisley Participações S/A	–	–	42.698	25.831
Heber Felipe Araújo de Carvalho	–	–	14.452	13.727
Ricardo Vale Silva	–	–	16.460	9.958
Ricardo Torques	–	–	239	145
Rosenval Costa Junior	–	–	222	134
Wagner Damazio	–	–	193	117
Luis Eduardo Pereira	–	–	183	111
Fani Feitosa	–	–	121	73
Silvio Vranjac	–	–	88	53
Total com acionistas	**–**	**–**	**74.656**	**50.149**
Investimento Conversível Tutory	–	–	1.200	1.000
Total com acionistas	**–**	**–**	**75.856**	**51.149**

(a) Dois mútuos com os acionistas a serem liquidados em uma parcela única em 2027 e 2028, remunerados conforme a variação do IPCA. Remuneração da Administração: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos administradores foram de R$5.695 (R$5.343 em 31 de dezembro de 2023), apropriados ao resultado nas rubricas "Pró-labore "Despesas com Pessoal".

14. Empréstimos e financiamentos

				Controladora e Consolidado	
Modalidade/ moeda	Instituição	Encargos financeiros	Vencimento	Garantias 2024	2023
Capital de giro	Banco ABC	CDI + 4,2% a.a.	48 meses	Sim –	10.541
Total				–	**10.541**
Circulante				–	4.865
Não circulante				–	5.676

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	15.000
Captações	–
Pagamento de principal	(4.459)
Apropriação de encargos financeiros	2.369
Pagamento de encargos financeiros	(2.369)
Saldo em 31/12/2023	10.541
Captações	**–**
Pagamento de principal	**(10.541)**
Apropriação de encargos financeiros	**329**
Pagamento de encargos financeiros	**(329)**
Saldo em 31/12/2024	**–**

O Grupo detinha empréstimos bancários no montante de R$ 10.541, em 31 de dezembro de 2023. De acordo com os termos do contrato, tanto os juros como o principal seriam pagos mensalmente até a data do vencimento final, em 2026. A Companhia efetuou a quitação, em março de 2024, de forma espontânea antecipada, no montante de R$9.807, financiada com a operação de antecipação de recebíveis com Bradesco. **15. Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas –** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, que estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Em bases periódicas, a administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas e ajusta as respectivas provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos externos e informações atualizadas disponíveis no fim de cada exercício, tais como a natureza dos processos, jurisprudências e a experiência em processos análogos. No exercício de 2024, o Estratégia reverteu a totalidade da provisão que vinha sendo realizada, mensalmente desde 2020, referente às contribuições previdenciárias, decorrentes da contratação de prestadores de serviços para a área de Tecnologia da Informação (TI), com fundamento em avaliação jurídica a respeito da licitude das referidas contratações, seja com base na legislação aplicável, seja com base no entendimento jurisprudencial atual. A cuidadosa análise realizada em conjunto com os nossos consultores jurídicos indicou a ausência dos elementos essenciais para a configuração de vínculo empregatício e de hipossuficiência dos contratados, caracterizando a prestação de serviços como atividade autônoma. Além disso, decisões judiciais recentes têm reafirmado a validade desse modelo de contratação, reduzindo significativamente o risco de autuações ou cobranças adicionais, não havendo, ainda, precedentes desfavoráveis à Companhia nas causas contra ela propostas, envolvendo a temática em questão. Diante da fundamentação jurídica consistente e da provável chance de êxito em eventuais questionamentos administrativos ou judiciais, a decisão da Companhia corroborada com a opinião de seus assessores jurídicos entende como adequada a reversão da provisão anteriormente constituída e a desnecessidade de continuar realizando ditas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	–	–	39	12.363
Civil	–	–	47	46
	–	–	**86**	**12.409**

A movimentação e composição dessa provisão são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	6.886
Adições	–	5.617
Pagamentos/baixas	–	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	12.409
Adições	–	129
Pagamentos/baixas	–	(12.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**86**

A Companhia possui registrado no seu ativo não circulante saldo de R$ 47, referente a depósitos judiciais trabalhistas (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). Processos com estimativa de perda classificada como possível: A Companhia possui ações de natureza trabalhista, fiscal e outras envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$ 140.784 em 31 de dezembro de 2024 (R$115.455 em 31 de dezembro de 2023), o qual é demonstrado por natureza, como segue:

	2024	2023
Cível	3.462	1.814
Trabalhista	2.584	2.321
Fiscal	134.738	111.320
	140.784	**115.455**

A Companhia é parte envolvida em algumas naturezas. As principais causas são: • Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de multa isolada e juros pela falta de retenção na fonte e recolhimento do Imposto de Renda sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R$ 23.802 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 22.218 em 31 de dezembro de 2023). • Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Segurados e Multas Previdenciárias sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R$ 30.013 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 28.173 em 31 de dezembro de 2023). Processo Administrativo envolvendo os Autos de Infração nºs 006.848.707-0/006.848.708-8/006.848.709-6/006.848.710-0/006.848.711-8/006.848.712-6, que visam à

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Estratégia Educacional Participações S/A.

cobrança de valores a título de (i) ISS acrescidos de multa de ofício no percentual de 50% do valor do tributo supostamente devido, bem como (ii) multa de 100% do valor do principal alegadamente devido pela suposta omissão de receita de prestação de serviços, todos relativos aos anos-calendário de 2018, 2019 e 2020. Os Autos de Infração tiveram origem na Operação de Verificação nº 3.926.208-1. Em síntese, a autoridade fiscal entendeu que a receita de venda de mercadorias, mais precisamente de livros digitais, deveria ter sido também oferecida à tributação pelo ISS. Preliminarmente, a empresa alega que houve decadência dos créditos de ISSQN relacionados a fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro a 5 de julho de 2018, consubstanciados no auto de infração nº 006.848.707. No mérito, sustenta que os créditos de ISS sobre venda de mercadorias consubstanciados nos autos de infração nº 006.848.707-0, 006.848.709-6 e 006.848.711-8 não são devidos, na medida em que os valores lançados como "Receitas" em seu SPED contábil representam corretamente o total da sua receita, composta por (i) vendas de bens e (i) prestação de serviços, e que a base de cálculo do ISS para os anos de 2018, 2019 e 2020 é composta pela exata parcela da receita vinculada à prestação de serviços. Subsidiariamente, alega a invalidade das multas por suposta omissão de receita veiculadas pelos autos de infração nºs 006.848.708-8, 006.848.710-0 e 006.848.712-6, em vista da inocorrência de omissão de receitas, da ausência de previsão legal para exigência cumulativa de multa de ofício e de multa por descumprimento de obrigação acessória e do princípio da consunção, ou, minimamente, a invalidade parcial das multas por alegada omissão de receitas, em decorrência do princípio da vedação ao confisco. Valor da causa atualizado R$ 71.059 em 31 de dezembro de 2024 (R$60.081 em 31 de dezembro de 2023). **16. Plano de incentivo a pagar –** Plano de incentivo de Longo Prazo da Estratégia Educacional: A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos colaboradores da Companhia e de sua controlada, bem como pessoas jurídicas prestadoras de serviços e consideradas "chaves" para a Companhia. Como o Estratégia optou pela outorga em incentivo financeiro em caixa, a contrapartida do lançamento da despesa é o Passivo Não Circulante a seu valor justo mensurado na data da concessão do incentivo. Até que o passivo seja liquidado, a entidade ajusta o valor justo do passivo ao final de cada exercício social e na data de sua liquidação, sendo as alterações de valores reconhecidas no resultado do período, obedecendo o regime de competência. (a) Quantidade de ações de referência: contempla o direito de incentivo da totalidade de 13.336 ações de referência, sendo que 5.619 são opções do Tipo A e 7.717 são opções do Tipo B; (b) Data da Concessão (*grant date*): quatro datas de outorga das opções em 8 de abril, 2 e 10 de maio de 2022 e 19 de janeiro de 2023; (c) Períodos de Maturação: o direito do incentivo se torna adquirido após o período de 24 meses a partir da data de outorga. Porém, em 8.314 das opções, 15% das opções se tornam maduras na data de assinatura do contrato de outorga, mais 15% das opções após seis meses da data de outorga, mais 15% das opções após 12 meses, contados a partir da data de outorga, mais 15% das opções após 18 meses contados a partir da data de outorga e o restante 40% a partir da data de ocorrência de um evento de liquidez. Em 6.769 opções, 15% das opções se tornam maduras após 135 dias contados a partir da data de assinatura do contrato de outorga, mais 15% das opções após 315 dias da data de outorga, mais 15% das opções após 495 dias, contados a partir da data de outorga, mais 15% das opções após 675 dias contados a partir da data de outorga e o restante 40% a partir da data de ocorrência de um evento de liquidez. Na hipótese de ser consumado, durante o período de maturação, um evento de liquidez, o período de maturação será antecipado para 100% das opções de referência. Será considerado evento de liquidez a alienação do controle da Companhia para terceiros ou oferta inicial em Bolsa de Valores – IPO; (d) Datas Máximas para Exercício: as opções expiram com o encerramento do plano de incentivo, 10 (dez) anos contados da data de aprovação do plano em 5 de abril de 2022; (e) Preço de Exercício de Referência: o preço de exercício de referência para a opção Tipo A é de R$1.500,00 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado desde 7 de novembro de 2019 até a data do pagamento de incentivo da opção de referência. Para a opção do Tipo B, o preço de exercício de referência é de R$4.500,00 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado também desde 7 de novembro de 2019 até a data do pagamento do incentivo. As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos. **17. Patrimônio líquido –** Capital: O capital subscrito e integralizado em é representado 201.603 ações, sem valor nominal, perfazendo um total de R$6.204, distribuídas como segue:

	Participação acionária	
Sócios:	2024	2023
Sisley Participações S/A	51,5%	51,5%
Heber Felipe Araújo de Carvalho	27,4%	27,4%
Ricardo Vale Silva	19,8%	19,8%
Diretores pessoa física	1,3%	1,3%
	100,0%	**100,0%**

Reserva legal: Refere-se à constituição de reserva de acordo com o art. 193 da lei 6.404/76, referente à 5% do lucro líquido, permanecendo o montante R$ 40 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Instrumentos patrimoniais outorgados: A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos executivos. Como o Estratégia optou pela outorga em Instrumentos Patrimoniais (ações) a contrapartida do lançamento da despesa é o Patrimônio Líquido a seu valor justo mensurado na data a outorga, obedecido o regime de competência. *Plano de opções de compras de ações Estratégia Educacional:* • Quantidade de ações: Contempla direito de compra da totalidade de 15.240 ações, sendo que 10.240 são do Tipo A e 5.000 do Tipo B; • Data da concessão (Grant Date): data da outorga das opções em 31 de março de 2021 e 02 de maio de 2023; • Períodos de maturação: Duas formas distintas: para a maioria dos beneficiários, 21% das opções podem ser vestidas imediatamente após a outorga, mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados da data da outorga, e o restante 30% podem ser vestidos a partir de 30 de setembro de 2024; (ii) na segunda forma de outorga, as opções poderão ser vestidas na proporção de 14% das ações após a primeira maturação, em 1º de fevereiro de 2022 e mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados a partir da primeira data de maturação, e o restante 30% poder ser vestidas a partir de 1º de fevereiro de 2026. • Datas máximas para exercício: O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 8 (oito) anos contados a partir da data de outorga; As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos.

18. Receitas de vendas e serviços

	Consolidado	
	2024	2023
Livros digitais	416.062	315.280
Serviços prestados	51.060	52.659
(-) Impostos sobre venda de livros e serviços prestados	(41.530)	(32.533)
(-) Cancelamentos	(47.495)	(49.944)
	378.097	**285.462**

19. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado – A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação da despesa com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Direitos autorais	–	–	(28.526)	(26.342)
Serviços prestados	–	–	(51.708)	(42.286)
Plataformas de ensino	–	–	(2.001)	(2.223)
Despesas com pessoal	1	–	(81.332)	(73.708)
Serviços de terceiros	–	68	(31.390)	(17.568)
Despesas com viagens	–	–	(2.834)	(873)
Despesas com marketing	–	–	(91.863)	(62.892)
Despesas administrativas	4	6	(11.983)	(10.934)
Depreciações e amortizações	–	–	(20.682)	(8.960)
Outras despesas/(receitas)	–	–	(8.493)	(25.358)
	5	74	**(330.812**	**(271.144)**
Custos na venda de produtos e serviços	–	–	(102.053)	(88.580)
Despesas comerciais	–	–	(13.633)	(9.630)
Despesas gerais e administrativas	5	74	(215.126)	(172.934)
	5	**74**	**(330.812)**	**(271.144)**

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	(7)	(5)	2.784	4.022
Juros ativos com partes relacionadas	–	–	2.735	188
Juros ativos na compensação de créditos de impostos			130	–
Descontos obtidos	–	–	39	1
Total	**(7)**	**(5)**	**5.688**	**4.211**
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimo e antecipação de recebíveis	–	–	(746)	(2.369)
Juros na operação de FIDC	–	–	(3.233)	(5.754)
Juros na operação com arrendamentos	–	–	(760)	(262)
Outras	4	3	(1.867)	(2.176)
Total	**4**	**3**	**(6.606)**	**(10.561)**
Total resultado financeiro	**(3)**	**(2)**	**918**	**(6.350)**

21. Imposto de renda e contribuição social – A Companhia está inserida dentro do regime fiscal de lucro presumido, recolhendo imposto de renda e contribuição social com base nos respectivos faturamentos líquidos dos exercícios. A controlada Estratégia Concursos está inserida dentro do regime fiscal de lucro real, recolhendo imposto de renda e contribuição social com base nos respectivos resultados fiscais dos exercícios. A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social, efetiva e nominal, com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**46.445**	7.925
Alíquota nominal	**34%**	34%
Créditos (Débitos) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	**(15.791)**	(2.695)
Ativo diferido fiscal não reconhecido sobre diferenças temporárias	**21.156**	(3.896)
Diferenças permanentes indedutíveis	**1.967**	(1.621)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**7.332**	(8.212)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.825)	(3.894)
Imposto de renda e contribuição social diferida	21.156	(4.318)
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	**7.331**	(8.212)
Alíquota efetiva	**-16%**	104%

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuia estoque de prejuízo fiscal de IRPJ R$ 29.809 e base negativa de CSLL de R$ 40.688 (R$ 43.276 e R$ 53.350 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente). **22. Cobertura de seguros** – A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Coberturas	2024	2023
Garantia – fiança locatícia	129.727	3.327
Patrimonial – residencial/empresarial	20.586	22.330
Equipamentos	–	186
D&O	40.000	–
Proteção de dados	20.000	–
Seguro de vida	8.400	–
	218.713	**25.843**

23. Instrumentos financeiros – a) Considerações gerais: As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos em curto prazo e longo prazo, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a pagar ou de gerenciamento de caixa, professores, autores, coaching e partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados com propósitos especulativos. Nas datas dos balanços, controladora e consolidado, esses ativos e passivos mensurados ao seu custo amortizado com seu valor justo são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	47	51	16.371	15.556
Títulos e valores mobiliários	–	–	10.794	28.766
Contas a receber de clientes	–	–	115.385	140.672
Partes relacionadas	–	–	75.856	51.149
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.352	1.352
Outras contas a receber	–	–	302	122
Total	**47**	**51**	**220.060**	**237.617**
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	–	–	14.284	17.560
Professores, autores e coaching	–	–	4.642	5.782
Passivo de arrendamento	–	–	7.445	6.507
Outras contas a pagar	–	–	8.178	4.441
Participações a pagar	12	12	12	12
Empréstimos	–	–	–	10.541
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	–	–	27.377	42.304
Total	**12**	**12**	**61.938**	**87.147**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: b) Risco de liquidez: A Administração elabora um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. c) Risco de crédito: A carteira de clientes da Companhia é majoritariamente composta por recebíveis de cartão de crédito junto a operadora de crédito. Os valores sem previsão de recebimento, quando existem, são integralmente provisionados. Para 31 de dezembro de 2024 e 2023, as companhias não possuem saldo de provisão para devedores duvidosos. d) Risco de variação cambial sobre exposição líquida: Os recebíveis e fornecedores das companhias estão apurados e registrados em reais e não possuem risco de exposição a variação cambial. e) Risco de taxas de juros: Os resultados financeiros da Companhia são afetados pela volatilidade das taxas de juros, especialmente em relação ao CDI. São representados, por saldos no ativo, pela rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e, no passivo, pela rubrica "Obrigações por cotas de fundo de investimentos". **24. Eventos subsquentes –** Conforme mencionado na Nota Explicativa 5(a), a Companhia realizou, em dezembro de 2024, operação de antecipação de recebíveis com a instituição financeira Bradesco, no montante de R$ 30.000. Referida operação foi integralmente amortizada até março de 2025, conforme os vencimentos originalmente pactuados. Após o encerramento do exercício social, no primeiro trimestre de 2025, a Companhia celebrou novas operações de antecipação de recebíveis oriundos de vendas a prazo, junto ao Bradesco, totalizando R$ 24.023, com vencimentos programados para o segundo trimestre de 2025. Os recursos obtidos foram destinados ao reforço do capital de giro, visando à liquidação de obrigações de curto prazo no início do exercício. As operações encontram-se lastreadas em recebíveis performados, com baixo índice de devolução, e não representam riscos relevantes para a Companhia. A administração avalia que tais transações não acarretam impactos significativos na continuidade operacional nem em sua estrutura de capital.

Diretoria

Marcus Meireles Vieira – CPF 968.933.387.91 – Diretor Financeiro
Adriano Miguel – Controller – CRC SP 1SP 223.002/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselho de Administração e Administradores da
Estratégia Educacional Participações S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do Estratégia Educacional Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Estratégia Educacional Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador
CRC-SP 292.795/O

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.569.357/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em Milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Ativo Circulante				**Passivo circulante**			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	8	53	Contas a pagar		5.234	174
Aplicações financeiras	5	73.663	9.219	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	159.313	17.330
Impostos a recuperar	6	1.043	2.615	Impostos a recolher	10	25.224	3.674
Despesas antecipadas		40	38	Dividendos a pagar	.	292	—
Outros ativos	8	2.036	359	Outras contas a pagar		587	218
Total do ativo circulante		**76.790**	**12.284**	**Total do passivo circulante**		**190.650**	**21.396**
Ativo não circulante				**Passivo não circulante**			
Contas a receber de partes relacionadas	13	11.682	25.599	Contas a pagar a partes relacionadas	13	4.312	4.189
Ativos fiscais diferidos	7	53.253	24.998	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	3.538	752
Outros ativos	8	3.679	3.509	Provisão para contingências		29	131
Investimentos	11	70.220	81.846	**Total do passivo não circulante**		**7.879**	**5.072**
Imobilizado		—	13	**Patrimônio líquido**			
Intangível	12	551.317	248	Capital social	14.1	420.471	50.471
Total do ativo não circulante		**690.151**	**136.213**	Reserva de capital	14.2	104.079	58.146
				Reservas	14.3	43.862	13.412
				Total do patrimônio líquido		**568.412**	**122.029**
Total do ativo		**766.941**	**148.497**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**766.941**	**148.497**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Reservas de lucros: Reserva legal	Prejuízos / Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2022		**50.471**	**45.131**	**12.454**	**1.844**	**—**	**109.900**
Prejuízo líquido do exercício		—	—	—	—	(886)	(886)
Pagamentos baseados em ações		—	13.015	—	—	—	13.015
Absorção do prejuízo do exercício		—	—	(886)	—	886	—
Saldo em Saldo em 31/12/2023		**50.471**	**58.146**	**11.568**	**1.844**	**—**	**122.029**
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	30.742	30.742
Aumento de capital		370.000	—	—	—	—	370.000
Pagamentos baseados em ações	14.2	—	45.933	—	—	—	45.933
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da reservas	14.3.1 / 14.3.2	—	—	28.913	1.537	(30.450)	—
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	14.4	—	—	—	—	(292)	(292)
Saldo em Saldo em 31/12/2024		**420.471**	**104.079**	**40.481**	**3.381**	**—**	**568.412**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita líquida de atividades de transação e outros serviços	15	346.399	147.787
Lucro bruto		**346.399**	**147.787**
Custo dos serviços	16	(217.896)	(109.257)
Despesas administrativas	16	(40.165)	(22.663)
Despesas de vendas		(770)	(21)
Salários e remunerações	16	(52.773)	—
Marcação a mercado em títulos patrimoniais designados		—	—
Prejuízo operacional		**34.795**	**15.846**
Receitas financeiras		—	—
Despesas financeiras		(711)	(521)
Outras receitas financeiras		1.515	2.232
Resultado financeiro líquido		**804**	**1.711**
Outras receitas (despesas), líquidas	14	(2.230)	(12.350)
Perda no investimento em controladas	11	7.493	(4.459)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**40.862**	**748**
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(38.375)	(2.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	28.255	818
Prejuízo do exercício		**30.742**	**(886)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Resultado do exercício		**30.742**	**(886)**
Ajustes:			
Depreciação e amortização	16	(3.873)	935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(28.255)	(818)
Ganho/Perda no investimento em associados para o exercício	11	(7.493)	4.459
Juros,variações monetárias e cambiais, líquidas		(804)	(216)
Despesa de pagamentos baseados em ações	16	(45.933)	13.015
		(86.358)	**17.375**
Atividades operacionais			
Aplicações financeiras		64.444	(9.098)
Outros ativos		1.846	(26)
Contas a receber de partes relacionadas		(13.917)	455
Impostos a recuperar		(1.573)	5.385
Despesas antecipadas		2	(4)
Contas a pagar a partes relacionadas		(123)	4.036
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(137.660)	4.226
Obrigações tributárias		(21.550)	11.952
Provisão para contingências		100	129
Outros passivos		(363)	(560)
Contas a pagar		(5.064)	(11.399)
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	(12.676)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades operacionais		**(169.474)**	**8.909**
Venda de bens e equipamentos		(13)	—
Compras e desenvolvimento de ativos intangíveis		551.068	—
Perda de participação em coligadas e controladas		(11.626)	—
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades de investimento		**539.429**	**—**
Pagamento dividendos e JSCP		—	(10.921)
Aumento de capital, líquido de custos de transação		(370.000)	—
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades de financiamento		**(370.000)**	**(10.921)**
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(45)**	**(2.012)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	53	2.065
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8	53
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**(45)**	**(2.012)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Buy4") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, na Av. Rebouças, 2.880 sala 1, 3º andar, CEP 05402-500, e foi constituída em 17 de abril de 2012. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços nos processos de emissão, renovação, gravação e processamento de operações de cartões de crédito e débito, cartões de uso múltiplo, bem como outros meios de pagamento eletrônicos, de propriedade de terceiros, compreendendo atividades de processamento de dados, em especial os relativos às transações resultantes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento, incluindo transações por meio do comércio eletrônico. Ela também atua com inovação, desenvolvimento e implementação de serviços de processamento eletrônico de dados. Em 31 de dezembro de 2024 a STNE Investimentos S.A. ("STNE Invest") era a única acionista da Companhia e possui a StoneCo Ltd. como acionista indireta e final, sociedade constituída nas Ilhas Cayman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31 ("StoneCo"). A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2025. **1.1. Demonstrações Consolidadas:** As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo aos dispostos no CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, visto que a controladora final StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Companhia possui como controladora final a StoneCo Ltd., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Companhia não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Companhia não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo Ltd disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações aplicáveis emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, pagamentos baseados em ações e para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Companhia denominados em moedas estrangeiras. **3.2. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2024: • Alterações ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em agosto de 2023, o CPC aprovou as alterações ao CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulante ou não circulante. As alterações são efetivas para o exercício anual iniciado em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • Alterações ao CPC 06 - Responsabilidade de arrendamento em uma venda e leaseback: Em agosto de 2023 o CPC aprovou alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um arrendatário utiliza na mensuração do passivo de arrendamento resultante de uma transação de venda e leaseback, para garantir que o arrendatário não reconheça qualquer quantia de ganho ou perda relacionada com o direito de uso que retém. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a transações de venda e leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. • Alterações ao CPC 03 - Demonstração de Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação: Em dezembro de 2023 o CPC aprovou alterações ao CPC 03 e ao CPC 40, para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento com fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.3.1. Pronunciamentos novos ou revisados ainda não adotados:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em junho de 2024 pelo CPC, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em julho de 2024 o CPC aprovou alterações ao CPC 02, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia esta avaliando as alterações as serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.4. Julgamentos, estimativas e premisssas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas nas notas explicativas a que se referem. **4. Caixa e equivalentes de caixa: 4.1. Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **4.2. Composição dos saldos:**

	2024	2023
Depósitos em bancos nacionais	8	53
Total	**8**	**53**

5. Aplicações financeiras: 5.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJR) ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia mantém os saldos em títulos de aplicações financeiras. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva (TJE). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. **5.2. Composição dos saldos:**

	2024	2023
Títulos de aplicações financeiras	73.663	9.219
Total	**73.663**	**9.219**

A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	**9.219**	**121**
(+) Aporte	438.028	117.470
(–) Resgates	(373.584)	(108.372)
Saldo final	**73.663**	**9.219**

6. Tributos a recuperar: 6.1. Composição dos saldos:

	2024	2023
PIS e COFINS	757	2.173
Imposto de renda retido na fonte sobre receitas financeiras	—	217
Retenção de impostos sobre vendas	78	100
Outros impostos retidos na fonte	208	125
Total	**1.043**	**2.615**

7. Imposto de renda e contribuição social: 7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Impostos correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **7.1.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. **7.2. Imposto de renda e contribuição social: 7.2.1. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:**

	2023	2022
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40.862	748
Alíquotas vigentes – %	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(13.893)**	**(254)**
Lei do bem	17.547	1.796
Outros incentivos fiscais	736	155
Lei de incentivo à cultura e assistência social	383	64
Equivalência patrimonial coligadas	2.548	(1.516)
Despesas permanentes	(13.492)	(1.879)
Diferenças temporárias	(3.949)	—
Imposto de renda e contribuição social	**(10.120)**	**(1.634)**
Impostos correntes	(38.375)	(2.452)
Impostos diferidos	28.255	818
Imposto de renda e contribuição social	**(10.120)**	**(1.634)**
Taxa (%) de alíquota efetiva	**24,8 %**	**218,4 %**

7.2.2. Imposto diferidos: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas a seguir:

	2023	Movimentação	2024
Prejuízo fiscal/Base negativa	11.472	(11.472)	—
Provisão para pagamentos baseados em ações	9.556	12.284	21.840
Diferenças temporárias	3.970	27.443	31.413
Total ativo fiscal diferido	**24.998**	**28.255**	**53.253**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24.998**	**28.255**	**53.253**

	2022	Movimentação	2023
Provisão para pagamentos baseados em ações	—	9.556	9.556
Prejuízo fiscal/Base negativa	12.584	(1.112)	11.472
Diferenças temporárias	11.596	(7.626)	3.970
Total ativo fiscal diferido	**24.180**	**818**	**24.998**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24.180**	**818**	**24.998**

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício. **7.2.3. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido:** A Companhia estima a realização dos ativos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudo técnico de realização. Segue expectativa de realização:

Ano	Valor
2024	11.120
2025	6.934
2026	4.267
2027	2.665
2028 em diante	12
Total	**24.998**

8. Outros ativos:

	2024	2023
Adiantamento salarial	2.036	359
Empréstimos conversíveis	3.679	3.509
Total	**5.715**	**3.868**
Circulante	2.036	359
Não Circulante	3.679	3.509

9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:

	2024	2023
Provisão para férias, 13º salário e encargos	151.235	16.714
Provisão para participação lucros e bônus	11.616	1.368
Salários a pagar	—	—
Total	**162.851**	**18.082**
Circulante	159.313	17.330
Não circulante	3.538	752

10. Impostos a recolher:

	2024	2023
Contribuições sobre receitas	2.768	588
Imposto de Renda a pagar	2.720	46
Impostos sobre serviços (ISS)	2.399	583
Imposto de renda retido na fonte	13.783	1.734
Retenção de impostos sobre serviços prestados	52	—
Previdência Social incidente sobre a receita bruta (INSS)	3.502	723
Total	**25.224**	**3.674**
Circulante	25.224	3.674
Não circulante	—	—

11. Investimentos: 11.1. Políticas contábeis: A Companhia contabiliza seus investimentos em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos da investida desde a data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das investidas. Qualquer alteração no VJORA dessas investidas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma investida é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida está deteriorado. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre a investida, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de controle, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado. **11.2. Movimentação dos investimentos:**

Controlada	Participação	2023	Equivalência Patrimonial	Pagamento baseado em ações	Movimentação de Capital	2024
Buy4 Sub LLC ("Buy4 LLC")	100%	81.845	7.492	—	(19.119)	70.218
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	0,01%	1	1	—	—	2
Total		**81.846**	**7.493**	**—**	**(19.119)**	**70.220**

11.3. Informações financeiras dos investimentos:

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
Buy4 LLC	34.870	43.838	8.432	59	70.217	(7.492)
Stone Log	24.791	49.819	49.166	6.738	18.706	(6.564)

12. Intangível: 12.1. Políticas contábeis: 12.1.1. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no

continuação ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ←

Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **12.1.2. Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **12.1.3. Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3–5
Marcas e patentes	20

12.1.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. **12.2. Composição dos saldos:**

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Software	11.397	103.646	(1.138)	4.263	**118.168**
Ativos de direito de uso – Software	142	452.384	(2)	(4.263)	**448.261**
Custo	**11.539**	**556.030**	**(1.140)**	**—**	**566.429**
Software	(11.291)	(3.860)	39	—	**(15.112)**
Amortização acumulada	**(11.291)**	**(3.860)**	**39**	**—**	**(15.112)**
Intangível de uso	**248**	**552.170**	**(1.101)**	**—**	**551.317**

	2022	Adições	2023
Software	11.397	—	**11.397**
Intangível em andamento	142	—	**142**
Custo	**11.539**	**—**	**11.539**
Software	(10.381)	(910)	**(11.291)**
Amortização acumulada	**(10.381)**	**(910)**	**(11.291)**
Intangível de uso	**1.158**	**(910)**	**248**

	2023	2022
Contas a pagar do comércio interno	5.232	174
Total	**5.232**	**174**
Circulante	5.234	174
Não circulante	—	—

13. Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Ativos	**2024**	**2023**
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	11.545	14.870
MNLT S.A. ("MNLT")	—	10.718
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	137	11
Contas a receber de partes relacionadas	**11.682**	**25.599**

Passivos	**2024**	**2023**
Buy4 LLC	3.621	3.416
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	486	24
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	91	—
STNE Participações S.A. ("STNE PAR")	45	2
MNLT	43	747
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	22	—
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	4	—
Contas a pagar de partes relacionadas	**4.312**	**4.189**

As principais operações com partes relacionadas foram: Contas a receber e pagar de partes relacionadas: Os saldos referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas, empréstimos para suporte de caixa á controlada Buy4 LLC, saldo a receber da Stone Pagamentos relacionado principalmente aos serviços prestados pela Companhia de processamento de pagamentos e o mútuo com MNLT S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes estão compostos pelos serviços de processamento de pagamento prestado pela Buy4 para as empresas do mesmo grupo controlador final e despesas relacionadas substancialmente a reateio de despesas e serviços tomados. Pessoas-chaves Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Buy4 não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia. **14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 420.471, representado por 519.553.676 ações ordinárias sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

Acionistas	País sede	Participação %	Ações	2024 Ações	2023 Ações
STNE Invest.	Brasil	100%	Ordinárias	519.553.676	149.553.676
Total de ações				**519.553.676**	**149.553.676**

Em 02 de janeiro de 2023, a STNE PAR, foi parcialmente cindida e sua parcela cindida foi vertida para a constituição da STNE Invest. Neste movimento societário, a totalidade da participação societária detida pela STNE PAR na Companhia foi transferido para a STNE Invet. Em 29 de novembro de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), onde a Empresa deliberou a respeito do aumento de capital social de R$ 370.001 mediante a emissão de 370.000.000 novas quotas, que passou a ser R$ 420.471 totalmente subscrito e integralizado, divididos em 519.553.676 quotas sem valor nominal ("Novas Ações") ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, fixado combase nos critéios espitulados pelos artigos 14 e 170, § 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, (R$ 50.471, divididos em 149.553.676 quotas sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023). O registro junto a JUCESP foi efetuado em 18 de dezembro de 2024. **a. Reservas:** No exercício de 2024 e 2023 não houve movimentação no capital da Companhia, sendo que não houve emissão e/ou cancelamento de suas ações da Companhia. **14.2. Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu reserva de capital no montante de R$ 45.933, com um total de R$ 104.079 (R$ 58.146 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **14.3. Reservas de lucros: 14.3.1. Reservas legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a BUY4 deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescidos dos montantes da reserva de capital, exceder 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$ 1.537 com um total de R$ 3.381 (R$ 1.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).e 2023, a Companhia não constituiu reserva legal, possuindo um total de R$ 3.381. **14.3.2. Reservas de investimentos:** A reserva de investimento foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei º 6.404/76, e do Estatuto Social da Companhia, a BUY4 deve destinar para a reserva de investimentos o montante limitado a 100% do capital da Companhia , com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Comapnhia constituiu reservas de investimentos no montante de R$ 28.913 com um total de R$ 40.481 (R$ 11.568 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). **14.4. Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios de R$ 292 (R$ — no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao prejuízo líquido do exercício). **14.5. Juros sobre capital próprio:** Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não distribuiu JSCP. **15. Receita de serviços: 15.1. Políticas contábeis: 15.1.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que é a principal em seus acordos de receita, porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: • identificação dos contratos com o cliente; • identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; • determinação do preço da transação; • alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e • reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: **15.1.1.1. Receita de serviços de processamento:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a implantação, operacionalização, tratamento de dados e gestão de rede de captura de transações. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (por exemplo, número de transações de pagamento processadas); como tal, o preço total da transação é variável apesar do preço de cada transação ser especificado em contrato. **15.1.2. Imposto sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota – % Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% – 5,00%	—%

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 13.2) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 15.2.) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%.

15.2. Composição receita de serviços:

	2024	2023
Receita bruta de transação e outros serviços	396.874	171.610
(–) Impostos sobre vendas	(50.475)	(23.823)
Receita liquida de transações e outros serviços	**346.399**	**147.787**
Total	**346.399**	**147.787**
Momento do reconhecimento de receita		
Reconhecida em um momento específico no tempo	346.399	147.787
Total	**346.399**	**147.787**

16. Composição de custos e despesas por natureza

	2024	2023
Despesa com pessoal	(240.854)	(87.734)
Captura e processamento	(60.170)	(50.406)
Gasto com viagens	(2.105)	(1.325)
Depreciação e amortização	(3.873)	(935)
Serviços de terceiros	(375)	(30)
Outras despesas/ receitas operacionais	(6.456)	(3.861)
Total	**(313.833)**	**(144.291)**
Função		
Despesas administrativas e gerais	(40.165)	(22.663)
Despesas de vendas	(770)	(21)
Salários	(52.773)	—
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.230)	(12.350)
Total das receitas (despesas) operacionais	**(95.938)**	**(35.034)**
Custos dos serviços prestados	(217.896)	(109.257)
Total das despesas por função	**(313.834)**	**(144.291)**

16.1. Beneficios a empregados: 16.1.1. Políticas contábeis: 16.1.1.1. Obrigações de curto prazo: Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **16.1.1.2. Remuneração com base em ações:** A Empresa possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. **16.1.1.3. Transações líquidas em ações:** As práticas contábeis utilizadas pela Empresa, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das *Restricted Shares Units* ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e *Performance Shares Units* ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de *players* similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **a) Restricted share units:** A Empresa outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As ações restritas tem valor justo na data de outorga de R$ 45,26 a R$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 1 a 10 anos. Em 31 de Dezembro de 2024 não haviam UARs a serem emitidas para os beneficiários. **b) Performance share units:** A partir de 2022 a Empresa concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 4,11% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 5 anos, e volatilidade anual de 67,47% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de Dezembro de 2024 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. **c) Movimentações:** As movimentações ocorridas em 2024 e 2023 de RSUs e PSUs são apresentadas a seguir:

	RSUs	PSUs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**557.666**	**296.698**	**854.364**
Outorgadas	797.549	788.063	1.585.612
Emitidas	(43.182)	—	(43.182)
Transferências entre empresas do grupo	105.387	—	105.387
Canceladas	(37.058)	(10.989)	(48.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.380.362**	**1.073.772**	**2.454.134**
Outorgadas	680.851	333.319	1.014.170
Emitidas	(221.232)	—	(221.232)
Transferências entre empresas do grupo	(353.635)	(307.949)	(661.584)
Canceladas	2.015.991	646.424	2.662.415
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.502.337**	**1.745.566**	**5.247.903**

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 52.773 (R$ 11.834 em 31 de dezembro de 2023), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. **16.1.1.4. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **16.1.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 16.1.2.1. Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: • estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e • outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado. **16.1.3. Composição benefícios a empregados:**

	2024	2023
Salários e benefícios	(125.994)	(57.285)
Participação nos lucros e bônus anuais	(53.961)	(15.940)
Pagamentos baseados em ações	(52.773)	(11.834)
Custos previdenciários	(8.126)	(2.676)
Total de custo e despesa	**(240.854)**	**(87.734)**

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício. **17. Instrumentos financeiros: 17.1. Políticas contábeis:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **17.1.1. Ativos financeiros: 17.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. **17.1.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: **17.1.1.2.1. Ativo financeiro ao custo amortizado (instrumentos de dívidas):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Outros ativos e Contas a receber de partes relacionadas. **17.1.1.2.2. Ativo financeiro a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívidas):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. **17.1.1.2.3. Ativo financeiro a VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívidas):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. **17.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. **17.1.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigado a restituir. **17.1.2. Passivos financeiros: 17.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. **17.1.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: **17.1.2.2.1. Passivo financeiro ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR podem incluir passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também pode incluir instrumentos financei-

continuação ←

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

ros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria. **17.1.2.2.2. Passivo financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. **17.1.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **17.1.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **17.1.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

A Diretoria: **Camila Del Poente** – Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	42	127	5.415	3.825
Contas a receber	5	–	–	91.862	73.631
Estoques	6	–	–	11.306	10.364
Tributos a recuperar	–	86	55	2.043	825
Contas a receber de partes relacionadas	7.2	14.320	200	–	–
Créditos diversos	8	680	713	1.869	1.542
Total do ativo circulante		**15.128**	**1.095**	**112.495**	**90.187**
Não circulante					
Contas a receber	5	–	–	812	–
Créditos diversos	8	1.262	1.966	1.262	1.966
Depósitos judiciais	15	25	25	25	124
		1.287	**1.991**	**2.099**	**2.090**
Investimentos	9	91.905	76.312	–	–
Imobilizado	10	2.107	2.290	6.982	6.246
Intangível	11	–	–	5.972	3.442
		94.012	**78.602**	**12.954**	**9.688**
Total do ativo não circulante		**95.299**	**80.593**	**15.053**	**11.778**
Total do ativo		**110.427**	**81.688**	**127.548**	**101.965**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	12	168	147	6.933	8.874
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	163	133	13.001	10.521
Contas a pagar	–	115	408	401	849
Adiantamento de clientes	–	–	–	–	439
Total do passivo circulante		**446**	**688**	**20.335**	**20.683**
Não circulante					
Provisão para perda em Investimento	9	2.838	–	–	–
Provisões para contingências	15	–	–	70	282
Total do passivo não circulante		**2.838**	**–**	**70**	**282**
Patrimônio líquido					
Capital social	16	30	30	30	30
Reserva Legal	–	6	6	6	6
Reserva de lucros	–	107.107	80.964	107.107	80.964
Total do patrimônio líquido		**107.143**	**81.000**	**107.143**	**81.000**
Total do passivo e patrimônio líquido		**110.427**	**81.688**	**127.548**	**101.965**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	17	–	–	237.817	228.880
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18	–	–	(73.315)	(69.180)
Lucro bruto		**–**	**–**	**164.502**	**159.700**
Despesas/receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	19	(5.659)	(6.155)	(68.824)	(60.328)
Outras receitas e despesas operacionais	20	1.847	222	(848)	267
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(3.812)**	**(5.933)**	**94.830**	**99.639**
Despesas financeiras	21	(4)	(11)	(1.668)	(1.703)
Receitas financeiras	21	32	78	3.217	1.700
Lucro/(prejuízo) antes das participações societárias		**(3.784)**	**(5.866)**	**96.379**	**99.636**
Resultado de equivalência patrimonial	9	80.328	86.696	–	–
Lucro antes das provisões tributárias		**76.544**	**80.830**	**96.379**	**99.636**
Imposto de renda e contribuição social	14	–	–	(19.835)	(18.806)
Lucro líquido do exercício		**76.544**	**80.830**	**76.544**	**80.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro do exercício	**76.544**	**80.830**	**76.544**	**80.830**
(+/-) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**76.544**	**80.830**	**76.544**	**80.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucro do exercício**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**30**	**6**	**65.968**	**–**	**66.004**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**–**	80.830	**80.830**
Dividendos mínimos obrigatórios	16	–	–	**–**	(20.207)	**(20.207)**
Dividendos extraordinários propostos	16				(45.871)	**(45.871)**
Transferência para reserva de lucros	16	–	–	14.996	(14.996)	**–**
Outras movimentações	–	–	–	–	244	**244**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**30**	**6**	**80.964**	**–**	**81.000**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**–**	76.544	**76.544**
Dividendos mínimos obrigatórios	16	–	–	**–**	(19.136)	**(19.136)**
Dividendos extraordinários propostos	16	–	–	–	(31.152)	**(31.152)**
Transferência para reserva de lucros	16	–	–	26.143	(26.143)	**–**
Outras movimentações	–	–	–	–	(113)	**(113)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**30**	**6**	**107.107**	**–**	**107.143**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	76.544	80.830	96.379	99.636
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado à geração de caixa pelas atividades operacionais				
Depreciação	203	222	818	1.092
Amortização	–	8	538	359
Provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	–	–	2.334	980
Resultado de equivalência patrimonial	(80.328)	(86.696)	–	–
Outras movimentações em controladas	(113)	244	(113)	244
Provisão para demandas judiciais	–	–	(212)	249
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	(21.377)	(19.386)
Estoques	–	–	(942)	935
Tributos a recuperar	(31)	(55)	(1.218)	(195)
Créditos diversos	737	566	377	1.491
Depósitos judiciais	–	(23)	99	4
Fornecedores	21	65	(1.941)	2.118
Obrigações trabalhistas e tributárias	30	(2)	634	1.520
Contas a pagar	(293)	243	(448)	339
Adiantamento de clientes	–	–	(439)	304
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(17.989)	(19.213)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	**(3.230)**	**(4.598)**	**56.500**	**70.477**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucros distribuídos	(50.288)	(66.078)	(50.288)	(66.078)
Aquisição de imobilizado	(20)	(34)	(1.554)	(1.945)
Aquisição de intangível	–	–	(3.068)	(2.884)
Lucros recebidos de controladas	67.573	74.774	–	–
Aporte de capital em controladas	–	(30)	–	–
Empréstimos pagos (concedidos) à parte relacionadas	(14.120)	10.010	–	–
Adiantamento para Futuro Aumento De Capital (AFAC)	–	(14.200)	–	–
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento	**3.145**	**4.442**	**(54.910)**	**(70.907)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(85)**	**(156)**	**1.590**	**(430)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	127	283	3.825	4.255
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	42	127	5.415	3.825
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(85)**	**(156)**	**1.590**	**(430)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional – 1.1. Informações sobre a controladora: A **ARA Empreendimentos e Participações SA. ("Companhia" ou "Controladora")** é uma sociedade anônima, constituída em 24 de outubro de 2014, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi criada para atuar como holding e administradora das empresas (controladas) responsáveis pela produção, desenvolvimento, modelagem e comercialização dos calçados, bolsas, acessórios e vestuário da marca "Santa Lolla". A marca "Santa Lolla" está presente no mercado nacional a mais de 20 anos e tem seu foco direcionado ao atendimento das demandas do público feminino de todas as idades. Com um portfólio de mais de 7.000 itens e com 5 novas coleções a cada ano, busca atender a demanda crescente deste mercado, atentando-se para as novidades e tendências nacionais e internacionais da moda, com produtos autênticos com grande aceitação e penetração no mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a marca "Santa Lolla" possuía 309 franquias (309 em 2023), distribuídas em todo o território nacional e internacional, 2.615 pontos de vendas em lojas multimarcas (2.486 em 2023) e uma loja própria ("Concep Store") localizada em uma das principais ruas de comércio da Cidade de São Paulo ("Oscar Freire"), além de ter uma forte atuação por meio do e-commerce. **1.2. Informações sobre as empresas controladas**

Empresa	Participação	Principais atividades
Stella Franquias	100%	Administração e expansão das franquias, vendas, licenciamento de marcas.
RVF Franquias	100%	Licenciamento de marcas e representação comercial por conta de terceiros.
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	100%	Importação e exportação de calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário em geral. Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, calçados e artigos de viagem.
Verden Comércio de Calçados	100%	Comércio varejista de calçados, bolsas, cintos, artigos de vestuários, bijuterias e congêneres.
Tror Assessoria em Marketing	100%	Assessoria em marketing, produção de filmes em estúdio cinematográficos ou qualquer outra plataforma que tenha como finalidade a publicidade dos produtos e da marca.
Alle Franquias Ltda	100%	Exploração do ramo de franquias, venda e licenciamento de marcas e comércio varejista de calcados.
Merke Assessoria de Marketing Ltda.	100%	Assessoria em marketing, produção de filmes em estúdio cinematográficos ou qualquer outra plataforma que tenha como finalidade a publicidade dos produtos e da marca, comercio varejista de calçados.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **ARA Empreendimentos e Participações SA.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 25 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.4. Mensuração do valor:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração. **2.5. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não existe incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, devendo ser destacado: • A existência de caixa e equivalentes de caixa e limite de crédito que podem ser usados em caso de recessão; • Situação de liquidez confortável e rigorosamente acompanhada por seus gestores; • Baixa exposição a volatidade cambial. Assim, estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Políticas contábeis materiais** – As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir: **3.1. Base de consolidação:** As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Controladora e das seguintes sociedades controladas:

Investidas consideradas no processo de consolidação	**% de Participação 2024 e 2023**
Stella Franquias Ltda.	100%
RVF Franquias Ltda.	100%
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados Ltda.	100%
Verden Comércio de Calçados Ltda.	100%
Tror Assessoria em Marketing Ltda.	100%
Merke Assessoria de Marketing Ltda	100%
Alle Franquias Ltda.	100%

Os principais procedimentos adotados no processo de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas e do saldo de investimentos da controladora. Não há segregação da participação de minoritários; e (iii) eliminação dos saldos de despesas e receitas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de transações entre as empresas. Foram utilizadas as demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base, ou seja, 31 de dezembro de 2024. **3.2. Reconhecimento de receita:** O resultado das operações é apurado de acordo com o princípio da competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas, e quando possa ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas. **a. Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos é transferido; **b. Receita de royalties:** A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis; **c. Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **3.5. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.6. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição das participações societárias nas controladas. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos quotistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. **3.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. **3.8. Intangível:** Referem-se substancialmente a licenças de softwares, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição. Esses custos são amortizados durante 05 (cinco) anos, compatível com a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente o efeito deste procedimento e no exercício de 2024 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **3.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Impostos e contribuições: 3.12.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – corrente:** A Companhia optou pelo regime de lucro presumido, onde a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 32% sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviço, 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas auferidas na venda de produtos e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% para lucros superiores a R$ 240.000 anuais para o imposto de renda (IRPJ), e de 9% para a contribuição social (CSLL). Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas optaram pelo Lucro Real onde o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, são consideradas para apuração do lucro tributável corrente. **3.12.2. Imposto sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes principais impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): alíquotas de 1,65% e 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): alíquota de 7,6% e 3,0%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alíquota média de 12%; • Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza (ISS): alíquota de 5%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas na demonstração do resultado. **3.13. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa, individual e consolidado, foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas. **3.15. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia e suas controladas é o contas a pagar a fornecedores, que foi classificado na categoria de custos amortizados. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas classificados nas seguintes categorias: **a) Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos e passivos financeiros a custo amortizado:** O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** O ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **c) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.16. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios e/ou períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **3.17. Informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia e suas controladas estão organizadas em uma única unidade de negócio. Os produtos estão representados pela marca "Santa Lolla" e, embora sejam comercializados por meio de diferentes canais de distribuição, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa	–	–	9	11
Bancos conta movimento	–	–	165	–
Aplicações financeiras	42	127	5.241	3.814
	42	**127**	**5.415**	**3.825**

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações próximas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	**2023**
Royalties e comissões	90.215	72.725
Operadora de crédito	7.213	3.326
	97.428	**76.051**
(-) Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(4.754)	(2.420)
	92.674	**73.631**
Ativo circulante	91.862	73.631
Ativo não circulante	812	–
	92.674	**73.631**

5.1. Entendimento das operações: a) Royalties e comissões: Os valores a receber vinculados as operações de vendas diretas, comissões e royalties são concentradas nessa conta; **b) Operadora de crédito:** Os saldos da rubrica "operadora de crédito" contemplam vendas para o varejo intermediadas por empresas que atuam nesse segmento de mercado. Nesse

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

tipo de operação, os clientes pagam à essas operadoras que posteriormente repassam os valores à Companhia quando os produtos são efetivamente entregues. **5.2. Composição do contas a receber por intervalo de vencimento:** As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes na inadimplência de seus clientes. A composição de contas a receber por vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	74.554	60.641
Vencidos até 30 dias	7.052	3.222
Vencidos de 31 a 90 dias	6.235	3.935
Vencidos de 91 a 180 dias	4.833	5.833
Vencidos acima de 180 dias	4.754	2.420
	97.428	**76.051**

5.3. Provisão para créditos com liquidação duvidosa: A Companhia e suas controladas analisam periodicamente os títulos que compõem sua carteira de recebíveis, adotando o procedimento de calcular a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) para os títulos vencidos há mais de 180 dias e que não estejam em processo de negociação ou acordo vinculado as extensões de prazo de pagamento, além de avaliar outros indicativos que impliquem em sua realização. A movimentação das provisões para perdas encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**
Saldo inicial	(2.420)	(1.440)
(Complemento)/Reversão de PCLD	(2.334)	(980)
Saldo final	**(4.754)**	**(2.420)**

6. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Mercadoria para revenda **(a)**	11.306	10.170
Estoques em poder de terceiros	–	194
	11.306	**10.364**

(a) As mercadorias para revendas são compostas, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos franquiados, venda nas lojas próprias e rápido atendimento ao e-commerce. **7. Transações com partes relacionadas 7.1. Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração total paga aos administradores e reconhecidas na demonstração do resultado individual e consolidado foi de R$70 e R$119. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os membros da Administração e seus empregados. **7.2. Contas a receber de partes relacionadas:** Referem-se às operações de empréstimos em forma de mútuo com vencimento no exercício social seguinte (ativo circulante), celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais. Referidas operações não são remuneradas, conforme mutuado entre as partes. Sua composição é conforme segue:

	Controladora	
Descrição	**2024**	**2023**
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	–	200
Verden Comércio de Calçados Ltda.	8.670	–
Alle Franquias Ltda.	3.000	–
Tror Assessoria em Marketing Ltda.	2.650	–
Saldo final	**14.320**	**200**

8. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Alienação de investimento – "ZOT"	1.862	2.566	1.862	2.566
Adiantamento a fornecedores	–	4	925	833
Outros créditos	80	109	344	109
	1.942	**2.679**	**3.131**	**3.508**
Circulante	680	713	1.869	1.542
Não circulante	1.262	1.966	1.262	1.966
	1.942	**2.679**	**3.131**	**3.508**

8.1. Alienação de investimento – "ZOT" Em 30 de junho de 2019 a Companhia alienou a totalidade de sua participação na controlada "ZOT Alliance Importação e Exportação Ltda." apurando o seguinte resultado na operação:

Descrição	**R$**
Valor total da venda	4.312
(-) Custo do investimento	4.783
Prejuízo auferido na alienação da controlada	**(471)**

O contrato celebrado entre as partes estabelece que o fluxo de recebimento dessa operação ocorrerá em 47 parcelas mensais, não lineares, conforme resumido a seguir:

Descrição	**R$**
Valor total da venda	4.312
(+) Juros incorridos na operação	225
(-) Recebimentos durante os exercícios de 2019 a 2023	(1.971)
(-) Recebimentos durante o exercício de 2024	(704)
Saldo a receber em 31/12/2024	**1.862**
Ativo circulante	600
Ativo não circulante	1.262
	1.862

9. Investimentos – 9.1. Composição dos investimentos

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	**% – Participação**	Controladora 2024	Controladora 2023
Stella Franquias Ltda	100	33.851	21.684
RVF Franquias Ltda.	100	12.897	7.502
SKO Comércio, Impo. E Export. de Calçados Ltda.	100	24.270	21.455
Tror Assessoria em Marketing Ltda.	100	2.646	4.152
Verden Comércio de Calçados Ltda.	100	7.038	12.457
Merke Assessoria de Marketing Ltda	100	11.203	8.986
Alle Franquias Ltda	100	–	76
		91.905	**76.312**
Provisão para perda em investimentos (passivo)			
Alle Franquias Ltda.	100	(2.838)	–
		89.067	**76.312**

9.2. Movimentação dos investimentos – Controladora

	Stella Franquias	RVF Franquias	SKO Comércio	Verden Comércio	Tror Assessoria	Merke Assessoria	Alle Franquias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.031**	**9.731**	**7.666**	**7.742**	**3.453**	**–**	**537**	**50.160**
(+) Aumento de capital social	–	–	–	–	–	30	–	**30**
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	37.718	20.856	13.789	(3.290)	(291)	19.826	(1.912)	**86.696**
(-) Distribuição de lucros	(37.065)	(23.085)	–	(2.755)	–	(10.870)	(999)	**(74.774)**
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	10.760	990		2.450	**14.200**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.684**	**7.502**	**21.455**	**12.457**	**4.152**	**8.986**	**76**	**76.312**
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	41.037	14.185	12.055	(5.346)	(1.506)	22.817	(2.914)	**80.328**
(-) Distribuição de lucros	(28.870)	(8.790)	(9.240)	(73)	–	(20.600)	–	**(67.573)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**33.851**	**12.897**	**24.270**	**7.038**	**2.646**	**11.203**	**(2.838)**	**89.067**

10. Imobilizado

	% – Taxa anual de depreciação	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Equipamentos para processamento de dados	20	38	18	1.869	1.665
Equipamentos telefônicos e acessórios	20	–	–	50	50
Imóveis	4	–	–	934	934
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	4	2.240	2.240	3.524	3.000
Instalações	10	6	6	933	189
Máquinas e equipamentos	10	11	11	545	505
Móveis e utensílios	10	53	53	1.445	1.403
Veículos	20	675	675	675	675
		3.023	3.003	9.975	8.421
(-) Depreciações acumuladas		(916)	(713)	(2.993)	(2.175)
		2.107	**2.290**	**6.982**	**6.246**

10.1. Movimentação do imobilizado

							Controladora
	2022	Adição	Depreciação	2023	Adição	Depreciação	2024
Equipamentos para processamento de dados	**9**	–	(3)	**6**	20	(4)	**22**
Instalações	**5**	2	(1)	**6**	–	(1)	**5**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**2.184**	32	(94)	**2.122**	–	(90)	**2.032**
Máquinas e equipamentos	**8**	–	–	**8**	–	(1)	**7**
Móveis e utensílios	**52**	–	(7)	**45**	–	(5)	**40**
Veículos	**220**	–	(117)	**103**	–	(102)	**1**
	2.478	**34**	**(222)**	**2.290**	**20**	**(203)**	**2.107**

							Consolidado
	2022	Adição	Depreciação	2023	Adição	Depreciação	2024
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**2.241**	730	(110)	**2.861**	524	(124)	**3.261**
Equipamentos para processamento de dados	**844**	516	(360)	**1.000**	204	(308)	**896**
Equipamentos telefônicos e acessórios	**15**	33	(7)	**41**	–	(10)	**31**
Imóveis	**884**	2	(39)	**847**	–	(75)	**772**
Instalações	**80**	34	(18)	**96**	744	(37)	**803**
Máquinas e equipamentos	**308**	34	(42)	**300**	40	(56)	**284**
Móveis e utensílios	**804**	283	(87)	**1.000**	42	(108)	**934**
Veículos	**217**	313	(429)	**101**	–	(100)	**1**
	5.393	**1.945**	**(1.092)**	**6.246**	**1.554**	**(818)**	**6.982**

11. Intangível

	% – Taxa anual de amortização	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Software	20	110	110	3.061	2.691
Direito de uso de ponto de comercialização (i)	20	–	–	4.348	1.650
		110	**110**	**7.409**	**4.341**
(-) Amortizações acumuladas		(110)	(110)	(1.437)	(899)
		–	**–**	**5.972**	**3.442**

(i) Referem-se aos direitos de uso de pontos de comercialização que foram classificados como ativos intangíveis com vida útil definida. A amortização dos valores é calculada com base nos prazos de utilização dos espaços contidos nos contratos celebrados junto a terceiro, possuindo uma média de 5 anos de duração.

11.1. Movimentação do intangível

	Softwares			
	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial	–	8	3.442	917
(+) Adições	–	–	3.068	2.884
(-) Amortizações	–	(8)	(538)	(359)
Saldo final	**–**	**–**	**5.972**	**3.442**

12. Fornecedores – O saldo é composto pela aquisição de matéria-prima e produtos acabados que compõem o processo produtivo da Companhia e suas controladas, com vencimento dos títulos em prazo inferior a 12 meses.

13. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	23	21	540	537
Pró-labore a pagar	5	5	10	9
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)	7	6	153	142
Provisão de férias e encargos	87	67	1.546	1.726
Obrigações com pessoal	–	–	20	4
Total das obrigações trabalhistas	**122**	**99**	**2.269**	**2.418**
Obrigações tributárias				
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	–	–	5.130	3.792
CSLL – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	–	–	1.974	1.466
PIS – Programa de Integração Social	–	–	241	180
COFINS – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	–	–	1.112	828
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	–	–	542	369
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado	–	–	253	262
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	14	18	412	334
ISS – Imposto sobre Serviços	–	–	575	433
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	24	15	465	412
Outros	3	1	28	27
Total das obrigações tributárias	**41**	**34**	**10.732**	**8.103**
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	**163**	**133**	**13.001**	**10.521**

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Descrição	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido antes das provisões tributárias	76.544	80.830	96.379	99.636
Ajustes				
Resultado de equivalência patrimonial	(80.328)	(86.696)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	**(3.784)**	**(5.866)**	**96.379**	**99.636**
(x) Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$ 240 ano) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 9%	–	–	(19.835)	(18.806)
Taxa efetiva de IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**21%**	**19%**

15. Provisões para demandas judiciais – 15.1. Perdas prováveis: A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas e cíveis. Com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme relacionamos a seguir:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Provisão para demandas judiciais	70	282
	70	**282**

Adicionalmente, foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade às discussões dos processos judiciais, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2024 de R$25 (R$124 em 2023). **15.2. Perdas possíveis:** Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos referem-se, basicamente, a ações trabalhistas e cíveis, cujos valores requeridos nas ações em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$518 (R$715 em 31 de dezembro de 2023). **16. Patrimônio líquido – 16.1. Composição do capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2024 é de R$30.000 composto por 30.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	**Ações**	**R$**
Rubens João Martinez Junior	10.000	10.000
Fabio Martinez	10.000	10.000
Vanessa Martinez	10.000	10.000
	30.000	**30.000**

16.2. Lucros e dividendos: No exercício de 2024 foram distribuídos, e pagos, lucros ao quotistas no montante de R$ 50.288 (R$ 66.078 em 2024). **16.3. Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício obedecerá a destinação prevista na Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, destacando-se: **(i)** Amortização dos prejuízos acumulados; **(ii)** Importância de 5% destinada à constituição da reserva legal limitada a 20% do capital social; **(iii)** Distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 25% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e **(iv)** Destinação do saldo remanescente dos lucros para a constituição da reserva de retenção de lucros, visando a continuidade e expansão das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 houve a seguinte apuração:

	2024	2023
Lucro líquido para cálculo de reserva legal	76.544	80.830
(-) Reserva legal – 5% **(ii)**	–	–
(=) Lucro líquido para cálculo dos dividendos	**76.544**	**80.830**
(-) Dividendos mínimos obrigatórios **(iii)**	(19.136)	(20.207)
(-) Dividendos extraordinários propostos	(31.152)	(45.871)
(-) Outras movimentações	(113)	244
(=) Reserva de retenção de lucros (iv)	**26.143**	**14.996**

17. Receita operacional líquida

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Revendas – mercado interno	93.789	87.177
Revendas – mercado externo	1.545	1.886
Receita – Royalties	175.521	171.328
Receita bruta	**270.855**	**260.391**
Devolução de vendas	(4.663)	(4.480)
Descontos e abatimentos	(612)	(465)
Impostos sobre vendas	(27.763)	(26.566)
Deduções da receita bruta	**(33.038)**	**(31.511)**
	237.817	**228.880**

18. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Matéria-prima e mercadorias	(42.591)	(36.147)
Despesa com pessoal	(19.197)	(17.340)
Despesa com marketing	(4.862)	(5.905)
Fretes	(3.661)	(4.531)
Serviços de terceiros	(1.972)	(4.195)
Aluguéis	(609)	(572)
Energia elétrica, água e gases industriais	(423)	(490)
	(73.315)	**(69.180)**

19. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Comissões sobre vendas	–	–	(15.971)	(17.195)
Serviços de terceiros	(1.117)	(1.073)	(19.987)	(16.375)
Despesa com pessoal	(3.208)	(3.791)	(12.194)	(11.394)
Aluguéis e condomínios	(639)	(604)	(4.136)	(3.980)
Correios	(8)	(22)	(809)	(1.188)
Depreciações e amortizações	(203)	(222)	(1.356)	(1.092)
Materiais de consumo	–	(5)	(1.657)	(1.174)
Telefone	(1)	–	(234)	(194)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(2.334)	(980)
Manutenção	(30)	(17)	(194)	(20)
Impostos e taxas	(73)	(79)	(385)	(549)
Despesa com viagens	(58)	(120)	(1.335)	(1.082)
Locação de equipamentos	–	–	(111)	(159)
Água, energia elétrica e gases	–	–	(109)	(116)
Seguros	(25)	(26)	(104)	(153)
Outras despesas comerciais	(19)	–	(3.300)	(2.130)
Outras despesas administrativas	(278)	(196)	(4.608)	(2.547)
	(5.659)	**(6.155)**	**(68.824)**	**(60.328)**

20. Outras receitas e despesas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Perda com baixa de descontos	–	–	(974)	(896)
Perdas e roubos	–	–	(1.721)	(1.169)
Processos judiciais (i)	1.549	–	1.549	–
Outras receitas	298	222	298	2.332
	1.847	**222**	**(848)**	**267**

(i) Refere-se ao reconhecimento de ganho decorrente de decisão judicial favorável no processo nº 1074281-76.2015.8.26.0100, relacionado a rescisão contratual com pedido de indenização por perdas e danos em função do descumprimento contratual quanto a entrega parcial e falhas no software contratado.

21. Despesas e receitas financeiras

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	–	(11)	(779)	(942)
Descontos concedidos	(3)	–	(737)	(588)
Variação cambial passiva	–	–	(131)	(158)
Juros pagos ou incorridos	–	–	(21)	(10)
Outras despesas financeiras	(1)	–	–	(5)
	(4)	**(11)**	**(1.668)**	**(1.703)**
Receitas financeiras				
Juros ativos	–	–	771	889
Descontos obtidos	32	–	1.164	59
Rendimento de aplicações financeiras	–	78	3	116
Variação cambial ativa	–	–	1.056	632
Outras receitas financeiras	–	–	223	4
	32	**78**	**3.217**	**1.700**
Resultado financeiro	**28**	**67**	**1.549**	**(3)**

22. Instrumentos financeiros – Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia e suas controladas restringem-se, principalmente, a operações de contas a receber e a pagar, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **• Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)**: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; **• Contas a receber de clientes (nota 5)**: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **• Transações com partes relacionadas (nota 7):** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado. **• Fornecedores (nota 12)**: Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado. **23. Considerações sobre o risco – Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem política de aprovação de crédito, trabalhando com prazos curtos de recebimento, minimizando assim qualquer possibilidade de volumes relevantes de inadimplência. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação ("*rating*"). **Riscos de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco operacional:** A Companhia e suas controladas operam na fabricação, no desenvolvimento, na modelagem e no comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino e a representação da marca Santa Lolla. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria nestas localidades. **Risco cambial:** O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela venda de produtos em moeda estrangeira. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia entende ser reduzido o risco de exposição a variação cambial em função do volume de vendas realizadas ao exterior. **Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia e suas controladas não efetuaram operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **Operações de confirming (Risco sacado):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tinha qualquer acordo de "securitização de contas a pagar", "*confirming*" ou "*forfait*", assim como não tinha outras obrigações contratuais de qualquer tipo que não estivessem no curso normal dos negócios e que pudessem ter um efeito adverso sobre a Empresa (por exemplo, contratos ou acordos de compra fora das condições normais de mercado; ou outros acordos financeiros fora do curso normal dos negócios; saldos em aberto em cartas de crédito; compromissos de compra para quantidades de estoque superiores às exigências normais ou a preços superiores aos preços de mercado vigentes). **24. Cobertura de seguros (não auditado)** – A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens (imóveis próprios, lucros cessantes e outros) sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia e suas controladas. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

A Diretoria

Thiago Ribeiro Fraga – Contador CRC 1SP 276.132/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
ARA Empreendimentos e Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **ARA Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **ARA Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira, individual e consolidada. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com

continua ...

... continuação

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstrações financeira, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda. – CRC 2SP 031.269/O-1
Fábio Marchesini – Contador CRC 1SP 244.093/O-1
Juliana Machado de Freitas – Contadora CRC 1SP-268.105/O-0

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/MF nº 09.134.807/0001-91 – NIRE 35 500 759.561

Balanço Patrimonial
Encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.2(a)/3	150.955	107.191
Contas a Receber de Clientes	2.2(b) /4	22.757.782	25.120.751
Estoques	2.2(d)	1.981.244	1.630.785
Outros Créditos	2.2(b)	373.732	257.360
Total do Ativo Circulante		**25.263.714**	**27.116.086**
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	2.2(e) /4	**3.171.777**	**–**
Imobilizado Líquido	2.2(e)/5	30.216.320	24.691.540
Total do Ativo Não Circulante		**33.388.097**	**24.691.540**
Total do Ativo		**58.651.811**	**51.807.626**
Passivo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Empreiteiros, Fornecedores, Juros de Mora	2.2(b)/6	17.947.073	19.725.555
Obrigações Sociais	2.2(b)	2.117.253	2.062.257
Obrigações Fiscais	2.2(b)	218.295	198.689
Provisões Tributárias	7	1.515.243	2.453.658
Outras Obrigações a Pagar	2.2(b)	218.951	544.378
Total do Passivo Circulante		**22.016.816**	**24.984.537**
Não Circulante			
Provisão para Contingências e Parcelamentos	2.2(b)/7	9.804.264	6.227.252
Total do Não Circulante		**9.804.264**	**6.227.252**
Patrimônio Líquido			
Capital Social		**9.086.495**	**8.561.487**
Resultado Acumulado	8	**423.907**	**423.907**
Reservas	2.2(g)	**17.320.329**	**11.610.443**
Resultado do Exercício	2.2(f)	**–**	**–**
Total do Patrimônio Líquido		**26.830.732**	**20.595.837**
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**58.651.811**	**51.807.626**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita Operacional Bruta		**83.177.874**	**72.420.601**
Receita de Tarifas		64.402.429	55.638.604
Receita de Taxas		17.395.297	15.732.562
Multas e Juros de Mora		962.874	847.803
Receitas Diversas		417.274	201.632
(-) Deduções da Receita Bruta		**7.609.340**	**6.622.893**
COFINS	9	6.251.102	5.441.512
PIS/PASEP	9	1.356.996	1.181.381
Outras Despesas Tributárias		1.241	–
(=) Receita Operacional Líquida		**75.568.535**	**65.797.708**
(-) Custos Operacionais da Receita		42.972.450	**39.480.004**
Custos com Produtos Químicos		1.346.485	1.348.558
Pessoal e Encargos Sociais		**9.952.299**	**9.294.920,63**
Diretoria de Abastecimento de Água		6.627.626	6.196.314
Diretoria de Esgotamento Sanitário		641.151	521.697
Diretoria de Manejo de Resíduos		1.342.911	1.207.142
Despesa com Provisões Operacionais		1.340.611	1.369.768
Despesas Administrativas		**31.673.666**	**28.836.525**
Diretoria de Abastecimento de Água		14.453.868	12.522.349
Diretoria de Esgotamento Sanitário		6.425.910	6.621.453
Diretoria de Manejo de Resíduos		10.367.412	9.441.984
Cessão Área da União – CAPTACÃO ETA		120.640	136.475
Secretaria do Meio Ambiente – DAEE		305.836	114.265
= Resultado Operacional Bruto		**32.596.085**	**26.317.703**
(-) Despesa Operacional		**40.114.134**	**34.324.160**
Pessoal e Encargos Sociais		**7.687.319**	**7.180.019**
Presidência		1.513.696	1.498.893
Diretoria Comercial		1.729.007	1.620.324
Diretoria Administrativa e Financeira		1.813.816	1.582.675
Diretoria de Planejamento		739.337	640.733
Diretoria Financeira		946.117	798.312
Despesa com Provisões Administrativas		945.346	1.039.082
Despesas Administrativas		**9.073.612**	**7.688.522**
Presidência		534.489	640.806
Diretoria Comercial		3.637.427	3.372.092
Diretoria Administrativa e Financeira		4.543.827	3.195.957
Diretoria de Planejamento		215.776	354.162
Diretoria Financeira		142.094	125.505
Despesas Bancárias		**827.077**	**771.965**
Tarifas Bancárias		827.077	771.965
Juros e Encargos		**1.102.995**	**1.081.855**
Juros de Mora	11	1.102.995	1.081.855
Despesas com Provisões		**20.271.398**	**16.648.827**
Provisão Contingência Cível e Trabalhista		16.102.494	14.836.689
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa – Créditos a Receber		2.921.589	1.380.324
Provisão para Contingência Tributária		1.082.344	–
Provisão de Juros (SELIC)		164.971	431.814
Depreciação Acumulada		1.151.732	**952.971**
Depreciação Acumulada		1.149.715	950.975
Amortização do Período		2.017	1.996
(=) Resultado Operacional Líquido		**(7.518.049)**	**(8.006.456)**
(+) Outras Receitas Operacionais		**18.899.348**	**16.330.126**
Receitas de Aplicações Financeiras		70.210	14.931
Outras Receitas Não Operacionais		18.829.138	16.315.196
(-) Outras Despesas Operacionais		**2.119.590**	**999.270**
Programa Produtor de Água		60.000	–
Perda na Baixa Bens do Ativo Imobilizado		790.359	13.661
Perdas de Créditos Não Liquidados		1.123.673	683.562
Outras Despesas Operacionais		28.695	135.720
Movimentação Estoque		116.862	166.327
(=) Resultado antes da Contribuição Social e Imposto de Renda		**9.261.709**	**7.324.401**
Base para Cálculo dos Impostos		9.261.709	**7.324.401**
(-) Provisão para IRPJ		–	**347.088**
(-) Provisão para CSLL		**651.763**	**634.855**
(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		**8.609.947**	**6.342.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**8.609.947**	**6.342.458**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
(=) Resultado Abrangente do Exercício	**8.609.947**	**6.342.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

Descrição	Capital Social	Ajuste de Exercícios Anteriores	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Reservas de Lucros	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2022	**6.810.420**	**2.012.001**	**1.929.164**	**1.614.541**	**–**	**12.366.126**
Integralização de Terreno	1.751.067	–	–	–	–	1.751.067
Reclassificação de lucros e prejuízos	–	(2.012.001)	(1.505.257)	(1.614.541)	7.992.392	(5.131.799)
Ajuste de Exercícios Anteriores	–			–	3.618.051	–
Saldos em 31/12/2023	**8.561.487**	**–**	**423.907**	**–**	**11.610.443**	**20.595.837**
Integralização de Terreno	525.008	–	–	–	–	525.008
Reclassificação de lucros e prejuízos	–	–	–	–	8.609.947	8.609.947
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	(2.900.060)	(2.900.060)
Saldos em 31/12/2024	**9.086.495**	**–**	**423.907**	**–**	**17.320.329**	**26.830.732**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	45.657	45.291
Lucro do Exercício		8.609.947	6.342.458
Ajustes:			
Depreciação e Amortização		1.151.732	952.971
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Ajuste de Exercícios Anteriores	10	(2.900.060)	136.184
		6.861.618	**7.431.614**
(Aumento) Redução – Contas a Receber		(697.705)	(3.929.187)
(Aumento) Redução – Estoques		(350.459)	(259.770)
(Aumento) Redução – Outros Créditos		(227.475)	(262.200)
Aumento (Redução) – Fornecedores		(1.778.482)	(217.035)
Aumento (Redução) – Obrigações Sociais		54.996	(536.425)
Aumento (Redução) – Obrigações Fiscais		19.606	17.518
Aumento (Redução) – Provisões Tributárias		(938.415)	(133.063)
Aumento (Redução) – Outras Obrigações e Pagar		(325.427)	240.082
Aumento (Redução) – Provisão Contingências e Parcelamentos		3.577.012	2.074.260
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**6.195.269**	**4.425.794**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		**(6.676.512)**	**(6.626.502)**
Variação do Ativo não circulante		(382.373)	–
Aquisição de Ativo Imobilizado		(6.294.139)	(6.626.502)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**525.008**	**1.751.067**
Integralização de Capital	5	525.008	1.751.067
Aumento (Redução) – Empréstimos		–	–
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa		**43.765**	**(449.641)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**107.191**	**556.832**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**150.955**	**107.191**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(em Reais)*

1. Contexto Operacional – a **Companhia de Serviço de água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG** foi criada inicialmente como sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 3.933/2007, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007. Alterada a natureza jurídica para empresa pública através da Lei Municipal nº 5.518/2023 cujo proprietário do capital é o município de Guaratinguetá. Foi criada com objetivo de operar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá. A Companhia tem por objetivos: • Estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Exercício de quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis – 2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis –** Na preparação de suas demonstrações contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **2.2. Principais Práticas Contábeis: a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa e fundos em contas bancárias de livre movimentação. **b. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **c. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2024, não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **d. Estoque:** os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante. **e. Imobilizado:** Registrado com base no valor original de custo, mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear e taxas que levam em consideração o período de vida útil do bem. **f. Apuração do Resultado do Exercício:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A Companhia reconhece a receita quando: **I)** os bens ou os serviços são entregues, **II)** o valor pode ser mensurado com segurança, **III)** seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e **IV)** é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **g. Patrimônio Líquido:** O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Capital Social, Reserva de Legal e Reservas de Lucros. O saldo de lucros é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Caixa Geral	–	–
Contas Correntes – Bancárias	123.069	66.714
Aplicações de Liquidez Imediata	27.886	40.477
Saldo	**150.955**	**107.191**

4. Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes correspondem a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá, e são classificados como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:

	2024	2023
Crédito a Receber	29.939.355	29.647.515
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.921.589)	(1.380.324)
Perdas De Créditos Não Liquidados	(4.259.983)	(3.146.440)
Saldo	**22.757.782**	**25.120.751**

A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2024 e 2023 inclui o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irrecuperáveis perante a Lei ou antieconômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. O valor de R$4.259.983 (quatro milhões duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e oitenta e três reais) refere-se as perdas Dedutíveis atendendo os atrativos da Lei 9.430/96. Os Realizáveis a Longo Prazo correspondem às negociações e parcelamentos celebrados com clientes de dívidas já vencidas anteriormente, cujas parcelas em aberto ultrapassem o período de um exercício. De forma que as parcelas vincendas no próximo exercício, 2025, estão contidas nos Créditos a Receber do Ativo Circulante, as demais parcelas estão contidas no Realizável a Longo prazo.

5. Imobilizado	2023	Aquisições	Desvalorização	Baixas	Depreciação	2024
Aparelhos de Medição e Orientação	469.885	269.128	(36.728)	3.372	57.304	641.607
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	42.869	2.547	–	–	11.839	33.577
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos	17	–	557	–	16	558
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	4.988	3.942	–	–	1.193	7.737
Máquinas e Equipamentos Industriais	–	–	–	–	–	–
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	71.896	9.829	(1.694)	–	14.916	65.115
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	40.103	–	1.520	–	13.892	27.730
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	1.590.394	393.015	(38.793)	949	199.250	1.744.417
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	198.849	959.547	696	2.938	29.689	1.126.464
Equipamentos de Processamento de Dados	106.019	22.053	(866)	–	31.235	95.972
Equipamentos de Tecnologia da Informação	29.686	16.740	10.411	–	9.723	47.114
Sistemas Aplicativos – Softwares	73.925	1.260	(1.116)	–	27.643	46.426
Mobiliário em Geral	120.032	9.302	10.613	381	29.039	110.527
Utensílios em Geral	112.417	4.304	10.147	158	15.807	110.902
Coleções e Materiais Bibliográficos	3.677	–	159	–	613	3.223
Equipamentos para áudio, Vídeo e Foto	36.666	1.890	441	–	3.830	35.167
Veículos em Geral	644.235	–	18.898	–	97.869	565.263
Cota Consórcio Veículos	360.114	–	–	360.114	–	–
Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros	31.358	–	27.366	–	10.814	47.910
Outros Bens Móveis	47.086	–	(915)	–	4.985	41.187
Armazéns/ Galpões	158.897	–	–	–	2.593	156.304
Glebas	6.882.569	–	–	–	–	6.882.569
Terrenos	1.220.918	525.008	–	–	–	1.745.926
Glebas Rurais	89.374	–	–	–	–	89.374
Sistemas de Esgoto e/ou de Abastecimento	7.147.815	733.127	(434.808)	–	417.780	7.028.354
Obras em Andamento	1.795.882	3.781.001	–	58.108	–	5.518.775
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	454.227	–	(25.725)	–	19.311	409.191
Imóveis em Poder de Terceiros	2.814.987	–	842.210	–	152.400	3.504.797
Gastos de Implantação e Pré-operacionais	130.133	–	–	–	–	130.133
Intangível	12.524	–	–	12.524	–	–

No ano de 2024 foi incorporado ao imobilizado dois terrenos como integralização de capital social pela Prefeitura Municipal, totalizando o valor de R$525.008 (quinhentos e vinte e cinco mil e oito reais) de aumento de imobilizado e aumento de capital social. **6. Empreiteiras e Fornecedores –** As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulantes, exceto quando o prazo de vencimentos for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. Está contido no montante de fornecedores a pagar o total de R$13.546.114 (treze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e quatorze reais) referente a liquidações a pagar ao Fornecedor Guaratinguetá Saneamento S.A. (GSSA) dos períodos dos anos de 2019 a 2021, valores que são objetos de ação em andamento na Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, considerada para provisionamento de contingências cíveis remota, conforme avaliação do escritório jurídico. **7. Provisão para Contingências e Parcelamentos –** Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo consultor jurídico e por julgamento da administração. Em 2024 a provisão atingiu o montante de R$5.287.196 (cinco milhões duzentos e oitenta e sete mil cento e noventa e seis reais) sendo lançado 100% do valor classificado como provável.

Chance de Perda	Cível	Trabalhista	Parecer Jurídico Tributária	Total	Provisão para Contingências
Provável	845.071	3.114.540	1.327.585	5.287.196	5.287.196
Possível	305.512	117.000	–	422.512	–
Remoto	209.040.515	472.024	2.106.955	2 11.619.494	–
Total	**210.191.098**	**3.703.564**	**3.434.540**	**2 17.329.202**	**5.287.196**

As principais ações que figuram os valores de provisões cíveis remotas são: • Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público no ano de 1998, valor da causa R$126.998.502 (cento e vinte e seis milhões novecentos e noventa e oito mil quinhentos e dois reais), objetivando a condenação do Município e do SAAEG (autarquia) à universalização do tratamento do esgoto. Classificada como remota por não ter a SAEG como titular da ação, no entanto considerando o risco de responsabilização solidária a SAEG está em tratativas de celebração de um Termo de Ajuste de Conduta junto ao Ministério Público. • Processo arbitral promovido pela GSSA em desfavor da SAEG, em que o provisionamento, no valor de R$78.752.638 (setenta e oito milhões setecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e oito reais), é feito com base nas informações prestadas pelo escritório de advocacia contratado para defender os interesses da SAEG, Dinamarco, Beraldo & Bedaque Advocacia. Esta ação encontra-se classificada com a probabilidade de perda como remota em razão do estágio do procedimento arbitral estar em fase pericial, tendo em vista que os valores devidos ainda estão em discussão e esclarecimento. Após a conclusão da prova pericial, essa classificação deverá ser reavaliada. Os débitos parcelados de tributos federais estão registrados como segue:

a) Circulante	2024	2023
PGFN – débitos previdenciários (a)	414.438	379.559
RFB – débitos previdenciários (b)	503.953	821.866
PGFN – demais débitos	–	–
RFB – demais débitos	28.995	546.734
Total	**947.386**	**1.748.159**
b) Não Circulante	**2024**	**2023**
PGFN – débitos previdenciários (a)	695.971	1.035.704
RFB – débitos previdenciários (b)	1.321.421	130.752
PGFN – demais débitos	–	–
RFB – demais débitos	–	44.143
Total	**2.017.392**	**1.210.599**

(a) Refere-se a um parcelamento de débitos de INSS do período de agosto de 2022, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. (b) Refere-se a dois parcelamentos de débitos de INSS dos períodos de 2019 a 2023, cuja dívida global foi parcelada em até 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. **8. Imposto de Renda e Contribuição Social –** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Em outubro de 2023 foi deferido o pedido de tutela de urgência referente a Imunidade tributária relacionado ao IRPJ, em decorrência da Lei Municipal nº 5.518/2023, de 19.09.2023, que transformou a SAEG em empresa pública municipal. Sendo assim, os valores de IRPJ não estão sendo destacados nas demonstrações contábeis do ano de 2024. **9. Impostos sobre Receitas –** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. Esses tributos são apurados pelo regime de não cumulatividade, deduzindo dos débitos apurados os respectivos créditos admitidos na legislação. **10. Ajustes de Exercícios Anteriores –** Os ajustes de exercícios anteriores são advindos de correções realizadas no período de 2024 de despesas relativas a competências anteriores, contabilizadas no patrimônio líquido para evitar distorções no resultado do exercício de 2024. Assim detalhadas:

Histórico	Valor	Reconhecimento do Ajuste
Pedido de Restituição 09296.53539.110124.1.2.04-0674 pagamento a Maior PIS junho/2019.	3.425,54	Reversão de Despesa
Anulação de Resto a Pagar, OP 470 e 468, GR Industria E Comercio De Produtos Químicos S.A.	5.280,00	Reversão de Despesa
Reversão de Provisão de Despesas NF 525 – Montik Vale Comércio E Montagens Industriais Ltda.	167.484,77	Reversão de Despesa
Anulação de Resto a Pagar, OP 498, INSS.	15.283,89	Reversão de Despesa
Ajuste lançamento indevido PER/DCOMP 09296.53539.110124.1.2.04-0674 em 29/12/2023.	3.425,54	Despesa
Anulação de Resto a Pagar, OP 419, Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais.	0,01	Reversão de Despesa
Diferença de ativação de Obras em Andamento dos anos de 2022 e 2023.	15.516,21	Reversão de Despesa
IRPJ P.A. 01/2022, referente Retificação de e-LALUR.	1.094,91	Despesa
Parcelamento nº 02110001200996828382488 – Contribuição Previdenciária de julho à dezembro de 2020	1.110.809,81	Despesa
IRPJ P.A. 06/2022, referente Retificação de e-LALUR.	1.277,51	Despesa
CSLL P.A. 01/2022, referente Retificação de e-LACS.	101,56	Despesa
CSLL P.A. 06/2022, referente Retificação de e-LACS.	118,05	Despesa
CSLL P.A. 07/2023, referente Retificação de e-LACS.	1.272,74	Despesa
Tributos sobre a Folha de Pagamento – Contribuição Previdenciária de abril de 2019 à julho de 2020.	576.737,10	Despesa
Anulação de Resto a Pagar, OP 493, B A N C O S.	5.429,25	Reversão de Despesa
TUST/TUSD referente OP 3851, EDP SAO PAULO, NFCE 139980293 de 22/06/2023.	311,34	Despesa
Provisao INSS e FGTS Folha de Pagamentos de agosto de 2020 a dezembro De2023	1.417.331,33	Despesa

11. Multas e Juros – Os valores registrados nas despesas de Multas e Juros são referentes a multas compensatórias e moratórias e juros de mora referente a atrasos nos pagamentos à fornecedores ou de tributos, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	**Valor**
Auto de Infração do Ministério do Trabalho e Emprego	1.873
Juros de Mora Fornecedores em atraso	271
Multa – Não cumprimento de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental	26.794
Multa/Juros – Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul	21.233
Multa de Trânsito	104
Multa/Juros Atraso IRPJ/CSLL	9.504
Multa/ Juros ISS	1.023
Multa/Juros Atraso FGTS	3.636
Multa/Juros Atraso INSS	1.020.085
Multa/Juros Atraso PIS/COFINS	53
Multa/Juros Atraso Retenções na Fonte	900
Multa/Juros Parcelamentos PIS/COFINS	17.519

12. Cobertura de Seguros – A Companhia mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade, apólice Caixa Seguros, registrado na SUSEP.

13. índices de Líquidez índices	2024	2023
Índice de Liquidez Imediata (Ativo Disponível/ Passivo Circulante)	0,01	0,00
Índice de Liquidez corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	1,15	1,09
Índice de Liquidez Seco (Ativo Circulante – Estoque/Passivo Circulante)	1,06	1,02
Índice de Liquidez Geral (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,89	0,87
Garantia ao Capital de Terceiros (Patrimônio Líquido/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,84	0,66
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,69	0,80

Edilson Aleixo de Oliveira
Diretor Presidente

Maurício Guilherme Câmara
Diretor Administrativo e Financeiro

Ana Luisa Abreu Fonseca
Contadora – CRC: SP - 346.419/O-8

continua ...

... continuação

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais procederam ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao exercício social findo em **31 de dezembro de 2024** e outros documentos pertinentes, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório da auditoria contratada DAVI & CORRÊA Auditores Independentes, datado de 10 de abril de 2025 os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletindo nas Demonstrações Financeiras e aprovam por unanimidade as referidas contas mencionadas na ata da 1ª Reunião do Conselho Fiscal de 2025, opinando pela sua aprovação e posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral.

Guaratinguetá, 29 de abril de 2025.

Alexandre Augusto Rocha da Costa
Membro Conselho Fiscal

Giuliano Lobo França
Membro Conselho Fiscal

Tania Mara Reis de Souza R. da Silva
Membro Conselho Fiscal

Laércio Andrade dos Santos
Membro Conselho Fiscal

Maurício Lobosco Werneck
Membro Conselho Fiscal

Relatório Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Conselheiros – **Conselheiros, Diretores e demais Administradores da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG Guaratinguetá-SP – Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Para a elaboração de demonstrações contábeis de propósito especial, conforme nota explicativa nº 4. **Base para opinião com ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Clientes a Receber – Limitação de Escopo:** Conforme Demonstrações Contábeis e Nota explicativa 4 a companhia apresentou em 31/12/2024 o saldo de R$ 32.766.116 créditos a receber curto e longo prazo divergente do relatório financeiro que apresentou uma distorção de R$ 2.204.342 destacamos que não foi recebida documentação suporte correspondente que pudesse justificar a divergência apresentada, o reflexo de eventuais distorções, não nos foi possível mensurar os impactos em contas patrimoniais e de resultado. **Outros Assuntos – Auditoria de ano anterior:** As demonstrações contábeis da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por nossos auditores independentes, com emissão de opinião sem ressalvas datado em 04/04/2024. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S CRC-RS 3.797
Pedro Osório Correa Contador CRC-RS 42.462/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Sintel Tecnologia e Informação S.A.

CNPJ nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.207.692.474

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
A T I V O	*Notas*	**31/dez/24**	**31/dez/23**	**31/dez/24**	**31/dez/23**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa		334.289,69	408.958,97	4.307.115,91	5.152.768,38
Aplicações financeiras		5.346.709,41	6.428.247,61	31.435.553,62	27.658.668,26
Total caixa e equivalentes de caixa	4	**5.680.999,10**	**6.837.206,58**	**35.742.669,53**	**32.811.436,64**
Outros créditos					
Duplicatas a receber	5	2.938.105,36	2.546.528,26	5.846.166,40	4.955.101,97
Outros créditos		1.007.296,77	718.627,56	1.221.554,56	787.169,84
Impostos a recuperar		65.675,53	385.772,51	68.344,92	477.870,58
Total outros créditos		**4.011.077,66**	**3.650.928,33**	**7.136.065,88**	**6.220.142,39**
Total do circulante		**9.692.076,76**	**10.488.134,91**	**42.878.735,41**	**39.031.579,03**
Não circulante					
Realizável a longo prazo	6	210.996,06	210.996,06	–	–
Investimentos	7	29.886.047,52	24.804.083,39	–	–
Ativo permanente	8	1.211.026,96	1.578.381,35	1.211.026,96	1.578.381,35
Total do não circulante		**31.308.070,54**	**26.593.460,80**	**1.211.026,96**	**1.578.381,35**
Total do ativo		**41.000.147,30**	**37.081.595,71**	**44.089.762,37**	**40.609.960,38**
P A S S I V O					
Circulante					
Fornecedores		1.055.788,36	2.134.407,73	1.161.424,81	2.677.413,80
Empréstimos e financiamentos	9	1.815.160,27	1.818.800,44	1.820.792,54	1.777.170,00
Obrigações tributárias		261.960,62	451.321,17	842.869,54	468.037,91
Obrigações sociais e trabalhistas		821.646,63	886.231,48	821.646,63	886.231,48
Outras obrigações		264.974,38	284.205,94	268.131,06	314.700,91
Provisões		1.108.161,84	1.031.261,83	1.108.161,84	1.031.261,83
Total do circulante		**5.327.692,10**	**6.606.228,59**	**6.023.026,42**	**7.154.815,92**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	9	2.400.000,00	4.200.000,00	2.400.000,00	4.200.000,00
Total do exigível a longo prazo		**2.400.000,00**	**4.200.000,00**	**2.400.000,00**	**4.200.000,00**
Total do não circulante		**2.400.000,00**	**4.200.000,00**	**2.400.000,00**	**4.200.000,00**
Participação dos quotistas minoritários		**–**	**–**	**2.394.280,71**	**2.979.777,33**
Patrimônio líquido					
Capital social		20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00
Reserva de lucros		13.272.455,24	6.275.367,16	13.272.455,24	6.275.367,16
Total do patrimônio líquido	11	**33.272.455,24**	**26.275.367,16**	**33.272.455,24**	**26.275.367,16**
Total do passivo e patrimônio líquido		**41.000.147,30**	**37.081.595,71**	**44.089.762,37**	**40.609.960,39**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000.000,00**	**13.697.352,77**		**– 23.697.352,77**
Lucros distribuidos	–	(2.365.000,00)		– (2.365.000,00)
Integralização de capital	10.000.000,00	(10.000.000,00)		– –
Transferência para reserva de lucros	–	4.943.014,39	(4.943.014,39)	–
Transações de capital com os sócios	***10.000.000,00***	***(7.421.985,61)***	***(4.943.014,39)***	***(2.365.000,00)***
Resultado do período	–	–	4.943.014,39	4.943.014,39
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**	***4.943.014,39***	***4.943.014,39***
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.000.000,00**	**6.275.367,16**		**– 26.275.367,16**
Lucros distribuidos	–	(4.684.088,62)		– (4.684.088,62)
Transferência para reserva de lucros	–	11.681.176,70	(11.681.176,70)	–
Transações de capital com os sócios	**–**	***6.997.088,08***	***(11.681.176,70)***	***(4.684.088,62)***
Resultado do período	–	–	11.681.176,70	11.681.176,70
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**	***11.681.176,70***	***11.681.176,70***
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20.000.000,00**	**13.272.455,24**		**– 33.272.455,24**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/24	**31/dez/23**	**31/dez/24**	**31/dez/23**
Receita operacional bruta	51.614.453,17	50.454.797,25	59.090.553,88	55.705.316,83
(–) Deduções	(2.748.827,42)	(2.731.996,74)	(2.748.827,42)	(2.731.996,74)
Receita líquida dos serviços prestados	**48.865.625,75**	**47.722.800,51**	**56.341.726,46**	**52.973.320,09**
Custo dos serviços prestados				
(–) Infraestrutura	(3.520.831,72)	(2.998.520,65)	(3.520.831,72)	(2.998.520,65)
(–) Produtos	(971.944,23)	(1.300.947,44)	(971.944,23)	(1.300.947,44)
(–) Pessoal	(11.496.981,92)	(10.446.431,52)	(11.496.981,92)	(10.446.431,52)
(–) Desenvolvimento de produtos	(547.139,00)	(3.666.304,78)	(547.139,00)	(3.666.304,78)
(–) Deslocamento/viagens nacionais	(37.249,46)	(97.399,59)	(37.249,46)	(97.399,59)
(–) Viagens internacionais	(58.954,21)	(149.470,10)	(58.954,21)	(149.470,10)
(–) Serviços contratados	(8.608.937,25)	(6.536.555,79)	(8.608.937,25)	(6.536.555,79)
Total custos dos serviços prestados	**(25.242.037,79)**	**(25.195.629,87)**	**(25.242.037,79)**	**(25.195.629,87)**
Lucro bruto operacional	**23.623.587,96**	**22.527.170,64**	**31.099.688,67**	**27.777.690,22**
(–) Despesas gerais e administrativas	(15.876.281,00)	(14.601.270,71)	(18.561.371,80)	(16.509.871,62)
(–) Despesas tributárias	(525.493,67)	(1.647.844,57)	(525.493,67)	(1.647.844,57)
(–) Depreciações e amortizações	(464.021,63)	(441.363,09)	(464.021,63)	(441.363,09)
(+/–) Receitas/despesas operacionais	27.040,78	29.203,15	27.040,78	29.203,15
(+/–) Equivalência patrimonial	7.134.103,37	1.180.295,40	–	–
Total das despesas operacionais	**(9.704.652,15)**	**(15.480.979,82)**	**(19.523.846,32)**	**(18.569.876,13)**
Lucro antes do resultado financeiro	**13.918.935,81**	**7.046.190,82**	**11.575.842,36**	**9.207.814,09**
(–) Juros s/empréstimos de financiamentos	(456.732,35)	(616.917,09)	(456.732,35)	(616.917,09)
(–) Despesas financeiras	(89.589,71)	(128.256,23)	(167.330,70)	(167.953,47)
(+) Receitas financeiras	680.293,98	826.673,93	1.417.737,53	826.673,93
(+/–) Variação cambial	(112.670,61)	(238.486,98)	(112.670,61)	(238.486,98)
Total do resultado financeiro	**21.301,31**	**(156.986,37)**	**681.003,86**	**(196.683,61)**
Lucro antes dos impostos	**13.940.237,12**	**6.889.204,45**	**12.256.846,22**	**9.011.130,48**
(–) Provisão para csll	(615.195,93)	(529.272,77)	(615.195,93)	(529.272,77)
(–) Provisão para ir	(1.643.864,49)	(1.416.917,29)	(2.935.788,12)	(2.233.397,52)
Resultado antes das participações	**11.681.176,70**	**4.943.014,39**	**8.705.862,17**	**6.248.460,19**
(+/–) Ganhos/perdas soc. Controladas	–	–	4.365.910,85	(132.818,19)
(+/–) Participação dos minoritários	–	–	(1.390.596,32)	(1.172.627,61)
Participação dos minoritários	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro do exercício	**11.681.176,70**	**4.943.014,39**	**11.681.176,70**	**4.943.014,39**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/dez/24	31/dez/23
Resultado líquido do exercício	**11.681.176,70**	**4.943.014,39**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**11.681.176,70**	**4.943.014,39**

DEMONSTRAÇÕES DO FL UXO DE CAIXA (DFC)

	Controladora		Consolidado	
I – caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades Operacionais	***10.510.152,68***	***8.518.565,43***	***14.109.389,82***	***8.295.161,36***
Lucro líquido ajustado	**12.145.198,33**	**5.384.377,48**	**16.303.987,17**	**7.870.118,68**
Lucro líquido do período	4.547.073,33	3.762.718,99	18.815.280,07	6.123.309,79
Depreciações.Amortizações	464.021,63	441.363,09	464.021,63	441.363,09
Resultado de equivalência patrimonial	7.134.103,37	1.180.295,40	(2.975.314,53)	1.305.445,80
(+/–) Aumento/ diminuição do ativo circulante	**(360.149,33)**	**1.877.255,59**	**(1.516.440,08)**	**2.108.541,31**
Duplicatas a receber	(391.577,10)	2.268.613,89	(1.641.080,43)	2.614.618,57
Outros créditos	(288.669,21)	(101.290,66)	(269.673,72)	(124.954,62)
Impostos a recuperar	320.096,98	(290.067,64)	394.314,06	(381.122,64)
(+/–) Aumento/ diminuição do passivo circulante	**(1.274.896,32)**	**1.256.932,36**	**(678.157,27)**	**(1.683.498,63)**
Fornecedores	(1.078.619,37)	480.904,87	(915.512,86)	(2.175.945,35)
Obrigações tributárias	(189.360,55)	280.907,72	271.610,27	225.487,99
Obrigações sociais e trabalhistas	(64.584,85)	202.555,15	(64.584,85)	202.555,15
Outras obrigações	(19.231,56)	181.284,07	(46.569,85)	(46.876,97)
Provisões	76.900,01	111.280,55	76.900,01	111.280,55
II – caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de Investimentos	***(5.178.631,37)***	***(1.254.265,48)***	***(5.178.631,37)***	***(1.254.265,48)***
Investimento/ redução do imobilizado bruto	(5.178.631,37)	(1.254.265,48)	(5.178.631,37)	(1.254.265,48)
III – caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de Financiamentos	***(6.487.728,79)***	***(4.179.185,51)***	***(4.609.132,89)***	***(4.413.803,09)***
Financiamentos	(1.803.640,17)	(1.814.185,51)	(1.756.377,46)	(1.830.477,33)
Lucros distribuidos	(4.684.088,62)	(2.365.000,00)	(9.743.020,42)	(2.365.000,00)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	6.890.264,99	(218.325,76)
Variação líquida do caixa	***(1.156.207,48)***	***3.085.114,44***	***4.321.625,56***	***2.627.092,80***
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.837.206,58	3.752.092,14	31.421.043,97	30.184.343,85
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.680.999,10	6.837.206,58	35.742.669,53	32.811.436,64
Variação do caixa	***(1.156.207,48)***	***3.085.114,44***	***4.321.625,56***	***2.627.092,80***

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - (DVA)

	31/dez/24	31/dez/23
1 – Receitas	***48.865.625,75***	***47.722.800,51***
Receita operacional líquida	48.865.625,75	47.722.800,51
2 – Insumos adquiridos de terceiros	***(34.774.935,20)***	***(33.885.475,06)***
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(25.242.037,79)	(25.195.629,87)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.559.938,19)	(8.719.048,34)
Outras	27.040,78	29.203,15
3 – Valor adicionado bruto (1–2)	***14.090.690,55***	***13.837.325,45***
4 – Retenções	***(464.021,63)***	***(441.363,09)***
Depreciações e amortizações	(464.021,63)	(441.363,09)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3–4)	***13.626.668,92***	***13.395.962,36***
6 – Valor adicionado recebido em transferência	***7.831.813,71***	***2.006.969,33***
Resultado de equivalência patrimonial	*7.134.103,37*	*1.180.295,40*
Receitas financeiras	697.710,34	826.673,93
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)	***21.458.482,63***	***15.402.931,69***
8 – Distribuição do valor adicionado	***(21.458.482,63)***	***(15.402.931,69)***
Pessoal e encargos	(6.316.342,81)	(5.882.222,37)
Impostos, taxas e contribuições	(2.784.554,09)	(3.594.034,63)
Remuneração de capitais de terceiros	(676.409,03)	(983.660,30)
Lucros retidos do exercício	(11.681.176,70)	(4.943.014,39)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2024

1. Atividades operacionais: A companhia tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades: A prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service – SaaS); serviços de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premisses); cursos e treinamentos para profissionais da área de informática e de negócios; customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; execução de projetos na área de tecnologia da informação e Supply Chain (outsourcing de operações); licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não financeiros da empresa por terceiros. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais e foram elaboradas, pela Empresa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** Os principais critérios contábeis adotados para a elaboração das demonstrações foram: **1.** Caixa e Equivalentes de Caixa: São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia do mês de dezembro de 2024, quando aplicável; **2.** Uso de estimativas: a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça estimativas **e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis, Equivalências Patrimoniais e nas notas explicativas** às demonstrações contábeis. Os valores efetivos podem divergir dessas estimativas; **3.** Instrumentos financeiros: a empresa apura, com base nas informações relevantes de mercado disponíveis ou outras técnicas de avaliação, o valor justo dos instrumentos financeiros, na data do balanço; **4.** O regime de competência foi observado para registrar as receitas e despesas do exercício; **5.** Os ativos e passivos com prazos vencíveis em até 360 dias são demonstrados como circulantes; **6.** Imobilizado: os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e mercado, ajustados pelas Depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em conta a vida útil dos bens até a data do balanço; **7.** Intangível: Os bens do Ativo Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados pelas Amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em conta a vida útil ou o seu valor recuperável até a data do balanço; **8.** Os critérios e obrigações decorrentes de aplicações e financiamentos estão atualizados pelos juros e atualizações contratuais até 31/12/2024; **9.** A provisão para férias é constituída para cobertura das obrigações relativas às férias, vencidas e proporcionais, aos respectivos encargos sociais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Está composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/Dez/24	**31/Dez/23**	**31/Dez/24**	**31/Dez/23**
Caixa	90.497,33	80.460,09	92.664,64	80.460,09
Caixa	**90.497,33**	**80.460,09**	**92.664,64**	**80.460,09**
Banco Itau – C/C 44593–8	237.656,49	321.721,49	237.656,49	321.721,49
Bank Sintel Americas INC	–	–	1.975.479,93	677.809,89
BNP – Belgium	–	–	1.995.178,98	4.065.999,53
Banco Santander – 13002791–9	1.866,69	4.950,75	1.866,69	4.950,75
Daycoval	4.269,18	1.826,64	4.269,18	1.826,64
Bancos c/movimentos	**243.792,36**	**328.498,88**	**4.214.451,27**	**5.072.308,29**
Banco Itaú – apl44593–8 – Fundo Trust DI	4.924.558,43	6.009.562,07	4.924.558,43	6.009.562,07
Banco Santander – CDB	422.150,98	418.685,54	422.150,98	418.685,54
Bank Sintel Americas INC	–	–	26.088.844,21	21.230.420,65
Aplicações financeiras	**5.346.709,41**	**6.428.247,61**	**31.435.553,62**	**27.658.668,26**
Total Caixa e equivalentes de caixa	**5.680.999,10**	**6.837.206,58**	**35.742.669,53**	**32.811.436,64**

5. Duplicatas a receber: Está composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/Dez/24	**31/Dez/23**	**31/Dez/24**	**31/Dez/23**
Duplicatas a receber	2.967.783,19	2.572.250,77	5.875.844,23	4.980.824,48
(–) Provisão para Devedores Duvidosos	(29.677,83)	(25.722,51)	(29.677,83)	(25.722,51)
Total Duplicatas a receber	**2.938.105,36**	**2.546.528,26**	**5.846.166,40**	**4.955.101,97**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **6. Realizável a longo prazo:** Está composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/Dez/24	**31/Dez/23**	**31/Dez/24**	**31/Dez/23**
Créditos c/pessoas ligadas (pf/pj)	210.996,06	210.996,06	–	–
créditos c/pessoas ligadas (pf/pj)	**210.996,06**	**210.996,06**	**–**	**–**
Total Realizável a longo prazo	**210.996,06**	**210.996,06**	**–**	**–**

7. Investimentos: As participações societárias foram avaliadas pelo método de Equivalência Patrimonial reconhecida contabilmente no encerramento do exercício.

Discriminação	Patrimônio Líquido	Participação do Capital	Valor Investimento	Investimento Inicial + Integralização	Equivalência Resultado	Saldo Investimento
Participação Sintel Americas	6.357.660,22	100%	6.357.660,22	713.160,08	5.644.500,13	6.357.660,21
Integralização Capital (Americas)	21.228.000,00		–	21.228.000,00	–	21.228.000,00
Participação Sintel Belgium	4.694.668,05	49%	2.300.387,34	810.784,11	1.489.603,23	2.300.387,30
	32.280.328,27		**8.658.047,57**	**22.751.944,19**	**7.134.103,37**	**29.886.047,52**

8. Ativo permanente: Está composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/Dez/24	**31/Dez/23**	**31/Dez/24**	**31/Dez/23**
Máquinas e equipamentos	1.239.413,28	1.239.413,28	1.239.413,28	1.239.413,28
Móveis e utensílios	1.501.737,54	1.502.156,04	1.501.737,54	1.502.156,04
Veículos	855.944,84	855.944,84	855.944,84	855.944,84
Instalações	178.728,73	172.583,05	178.728,73	172.583,05
Computadores e Periféricos	1.168.867,41	1.276.693,59	1.168.867,41	1.276.693,59
(–) Depreciações acumuladas	(3.733.664,84)	(3.468.409,45)	(3.733.664,84)	(3.468.409,45)
Imobilizado téc.tangível	**1.211.026,96**	**1.578.381,35**	**1.211.026,96**	**1.578.381,35**
Total Ativo permanente	**1.211.026,96**	**1.578.381,35**	**1.211.026,96**	**1.578.381,35**

9. Empréstimos e financiamentos: Está composto dos seguintes valores:

Empréstimos e Financiamentos

Início	Vencto.	Banco	Tipo da Conta	Taxas	Parc.	Principal	Juros	Amortizações	Saldo Contábil
31/03/20	15/04/27	BNDES	Contrato de Financiamento	1,83% a.a (IPCA)	60	9.000.000,00	1.616.780,48	(6.401.620,21)	4.215.160,27
Total Endividamento						**9.000.000,00**	**1.616.780,48**	**(6.401.620,21)**	**4.215.160,27**
Curto Prazo									**1.815.160,27**
Longo Prazo									**2.400.000,00**

Os empréstimos e financiamentos são compostos pelos contratos de financiamento do BNDES, cujas taxas de juros são definidas com base ("IPCA"), calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 1,83 % ao ano e pelo spread do BNDES de 2,39 % com seus vencimentos previstos até abril de 2027. **Índices BNDES: Parágrafo XX Contrato BNDES** - Manter, durante a vigência deste Contrato, os seguintes índices, expressos com duas casas decimais, sem arredondamento, e apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários:

• Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT): igual ou maior que 0,50 (cinquenta centésimos);

PL	33.272.455,24
AT	41.000.147,30
(PL/AT)	**0,81**

• Dívida Bancária Líquida/EBITDA (DBL/EBITDA): igual ou menor que 3,00 (três);

DBL	4.215.160,27
EBITDA	14.382.957,44
(DBL/EBITDA)	**0,29**

10. Seguros contratados: Em 31/12/2024 a empresa mantém o **Seguro empresarial** para cobertura de incêndio, explosão e implosão, queda de raio, danos elétricos, vendaval, fumaça e impacto de veículos. **Seguro de responsabilidade civil profissional de diretores e administradores**, responsabilidade solidária, danos morais, difamação, calúnia e injúria, propriedade intelectual, extravio, roubo ou furto de documentos. **Seguros dos autos/frotas,** colisão, incêndio, roubo/furto, blindagem, danos materiais, corporais, mortes e invalidez por passageiros. **11. Patrimônio líquido:** O capital da sociedade, é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 16.400.000 (dezesseis milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R$ 1,00 (um real) cada uma, e 3.600.000 (três milh**ões** e seiscentos mil) ações preferenciais nominativas, escrituradas, sem valor nominal e com valor de emissão de R$ 1,00 (um real). O Patrimônio Líquido da empresa, integralizado pelos lucros e prejuízos acumulados atualizados, perfaz o total de R$ 33.272.455,24 (2023 – R$ 26.275.367,16). **12. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incorporam os saldos e valores compartilhados da controladora em conjunto com as seguintes empresas incluídas na consolidação, não auditadas: • Sintel Americas Inc • Sintel Belgium SPRL **a) Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas em conformidade com os procedimentos de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Na consolidação são eliminados os investimentos nas investidas, assim como, os saldos a receber e a pagar e as receitas e as despesas, decorrentes de transações entre as sociedades. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas e as demonstrações contábeis das empresas investidas são preparadas para o mesmo período de divulgação. São Paulo, 23 de abril de 2025.

Carlos Wagner dos Santos - *Sócio Diretor Presidente*

Vannei Ricardo Bastos Vicário - *TC CRC/SP: 1SP 284.759/O - 2*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores da **Sintel Tecnologia e Informação S.A. CNPJ: 58.048.000/0001-41** São Paulo - SP **Introdução Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Empresa **SIntel Tecnologia e Informação S.A.**, identificadas como Consolidado e Controladora que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **Sintel Tecnologia e Informação S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos

continua ☛

continuação

Sintel Tecnologia e Informação S.A.

no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025

Oliveira & Associados Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 014925/O-1

Prof. Bento M. Oliveira
CRC nº 1 SP 103484/O-2-S-DF - CVM nº 5521/99 - Sócio – Diretor

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

TECHINT
Engenharia e Construção

Techint Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.575.775/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.694	20.545	22.265	22.035
Clientes (Nota 5)	116	250	116	250
Partes relacionadas (Nota 21)	50.742	41.424	26.238	17.340
IRPJ e CSLL a recuperar	612	2.328	715	2.583
Impostos a recuperar (Nota 6)	1.175	12.730	3.022	14.753
Estoques (Nota 7)	3.560	9	3.560	9
Adiantamentos a fornecedores	31	13	31	598
Outros ativos	1.092	1.669	1.228	1.823
	79.022	78.968	57.175	59.391
Não circulante				
Tributos diferidos (Nota 18)	71.492	126.206	71.492	126.206
Ativos relacionados a contratos de cliente (Nota 22)	206.700	206.700	206.700	206.700
Impostos a recuperar (Nota 6)			3.026	3.026
Indenizações a receber (Nota 8)	109.290	598.113	109.290	598.113
Outros ativos	1.359	2.812	1.359	2.812
	388.841	933.831	391.867	936.857
Ativos de direito de uso (Nota 10)	9.396	10.322	9.396	10.322
Imobilizado (Nota 11)	127.872	134.679	127.872	134.765
Intangível (Nota 12)	1.349	1.356	1.349	1.356
	138.617	146.357	138.617	146.443
	527.458	1.080.188	530.484	1.083.300
Total do ativo	**606.480**	**1.159.156**	**587.659**	**1.142.691**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Fornecedores (Nota 13)	14.088	9.869	14.945	10.819
Passivos relacionados a contratos com clientes (Nota 22)	2.478	7.858	2.478	7.858
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	51.908	245.231	51.908	245.231
Passivo de arrendamento (Nota 10)	2.399	2.099	2.399	2.099
Impostos e contribuições	3.012	1.780	3.012	1.781
Salários e encargos sociais (Nota 15)	11.027	7.042	11.027	7.042
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)	167	2.919	738	3.422
Provisão para custos incorridos	425	10	425	10
Partes relacionadas (Nota 21)	720	539	720	539
Provisão para indenizações (Nota 16)	4.243	1.458	4.243	1.458
Outros passivos	205	334	205	334
	90.672	**279.139**	**92.100**	**280.593**
Não circulante				
Provisão para contingências (Nota 19)	6.570	13.305	6.570	13.305
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)		167	3.825	3.990
Passivo de arrendamento (Nota 10)	6.997	8.223	6.997	8.223
Partes relacionadas (Nota 21)	214.800	160.365	214.800	160.365
Gratificações a empregados (Nota 2.2 (j) d)	15.301	13.793	15.301	13.793
Provisão para honorários (Nota 8)		139.283		139.283
Outras Obrigações – Adiantamento (Nota 8 (d))	-	123.536		123.536
Provisão para perda com Investimento (Nota 9)	24.060	21.729		
	267.728	**480.401**	**247.493**	**462.495**
Total do passivo	**358.400**	**759.540**	**339.593**	**743.088**
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídas aos acionistas da controladora (Nota 23)				
Capital social	664.370	497.579	664.370	497.579
Prejuízos acumulados	(439.532)	(121.303)	(439.532)	(121.303)
Ajustes de avaliação patrimonial	23.242	23.340	23.242	23.340
	248.080	**399.616**	**248.080**	**399.616**
Participação de não controladores			(14)	(13)
	248.080	**399.616**	**248.066**	**399.603**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**606.480**	**1.159.156**	**587.659**	**1.142.691**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores							
			Reservas de lucros					
	Capital realizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Lucros a realizar	Prejuízo acumulados	Total	Participação de não controlador	Total do patrimônio líquido
Em 01/01/2023	**497.579**	**45.779**	**7.914**	**41.301**	**–**	**592.573**	**(14)**	**592.559**
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	–	(4.360)	–	–	4.360	–	–	–
Realização do custo atribuído, líquida dos impostos diferidos	–	(18.079)	–	–	18.079	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(192.957)	(192.957)	1	(192.956)
Destinação do Prejuízo do Exercício								
Absorção do Prejuízo	–	–	(7.914)	(41.301)	49.215	–	–	–
Em 31/12/2023	**497.579**	**23.340**	**–**	**–**	**(121.303)**	**399.616**	**(13)**	**399.603**
Aumento de capital	166.791	–	–	–	–	166.791	–	166.791
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	–	(98)	–	–	98	–	–	
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(318.327)	(318.327)	(1)	(318.328)
Em 31/12/2024	**664.370**	**23.242**	**–**	**–**	**(439.532)**	**248.080**	**(14)**	**248.066**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida de obras e serviços (Nota 24)	49.679	13.381	49.679	13.381
Custo dos produtos vendidos e serviços (Nota 25)	(32.195)	(43.086)	(32.339)	(43.175)
Lucro (prejuízo) bruto	**17.484**	**(29.705)**	**17.340**	**(29.794)**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 25)	(69.791)	(62.307)	(70.694)	(63.108)
De vendas (Nota 25)	(98)	(316)	(98)	(316)
Resultado de participações societárias (Nota 9 (b))	(2.331)	681		
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 26)	63.842	3.855	63.109	6.657
Lucro (prejuízo) operacional	**9.106**	**(87.792)**	**9.657**	**(86.561)**
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras (Nota 27)	12.983	27.763	13.109	31.305
Despesas financeiras (Nota 27)	(285.702)	(56.975)	(286.380)	(61.747)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(263.613)**	**(117.004)**	**(263.614)**	**(117.003)**
IRPJ e CSLL (Nota 18 (b))				
Do exercício Diferido	(54.714)	(75.953)	(54.714)	(75.953)
Prejuízo do exercício	**(318.327)**	**(192.957)**	**(318.328)**	**(192.956)**
Atribuível a				
Acionistas da Controladora	(318.327)	(192.957)	(318.327)	(192.957)
Participação dos não controladores			(1)	1
Prejuízo do exercício	**(318.327)**	**(192.957)**	**(318.328)**	**(192.956)**
Prejuízo básico e diluído por ação do exercício – atribuível aos acionistas da controladora – R$	(18,16)	(17,68)		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Prejuízo do exercício	(318.327)	(192.957)	(318.328)	(192.956)
Outros resultados abrangentes				
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos	(98)	(4.360)	(98)	(4.360)
Realização do custo atribuído, líquida dos impostos diferidos		(18.079)		(18.079)
Resultado abrangente do exercício	(318.425)	(215.396)	(318.426)	(215.395)
Atribuível a				
Acionistas da Controladora	(318.425)	(215.396)	(318.425)	(215.396)
Participação dos não controladores			(1)	1
	(318.425)	**(215.396)**	**(318.426)**	**(215.395)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(263.613)**	**(263.613)**	**(263.613)**	**(263.613)**
Ajustes ao resultado:				
Indenizações a receber (Nota 8)	223.727	–	223.727	–
Depreciação e amortização (Notas 10, 11 e 12)	10.041	10.673	10.043	10.679
Resultado na venda de imobilizado (Nota 26)	(23)	(4.134)	122	(4.134)
Resultado na alienação de ativos mantidos a venda (nota 11 e)	(5.433)	–	(5.433)	–
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (b))	2.331	(681)	–	–
(Reversão) provisão para adiantamento de fornecedores	(1.055)	–	(1.055)	–
(Reversão) provisão de honorários (Nota 8)	(133.283)	–	(133.283)	–
(Reversão) provisão para contingências (Nota 19)	(7.003)	7.669	(7.003)	(134)
Provisão (reversão) provisão para indenizações (Nota 16)	2.785	(599)	2.785	(599)
(Reversão) provisão para custos incorridos	415	(2.660)	415	(2.660)
Provisão para juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	13.296	18.663	13.296	18.663
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos (nota 14)	45.245	(10.045)	45.245	(10.045)
Variações cambiais sobre mútuos (Nota 21)	45.883	(12.101)	45.883	(12.102)
Provisão para juros de mútuos (Nota 21)	8.552	7.770	8.552	7.770
Gratificações a empregados (Nota 2.2 (j) d)	1.508	1.021	1.508	1.021
Atualização outras Obrigações – Adiantamento Nota 8 (iii))	11.560	29.566	11.560	29.566
Juros de Passivo de arrendamento (Nota 10)	561	258	561	258
Juros parcelamentos (Nota 17)	175	453	793	691
Reversão para perda de estoques (Nota 7)	–	(6.075)	–	(6.075)
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	134	311	134	311
Indenizações a receber (Nota 8)				
Ativos relacionados a contratos com clientes	130.000	21.139	130.000	21.139
Passivos relacionados a contratos com clientes	(5.380)	7.858	(5.380)	7.858
Impostos a recuperar	13.271	1.995	13.599	21.199
Estoques	(3.551)	7.620	(3.551)	7.620
Outros ativos	2.030	2.224	2.048	6.246
Partes relacionadas	(9.137)	(1.297)	(8.717)	(17.252)
Fornecedores	4.219	(7.683)	4.126	(12.439)
Fornecedores – risco sacado	–	(357)	–	(357)
Salários e encargos sociais	3.985	(302)	3.985	(302)
Impostos e contribuições parcelados (Nota 17)	(3.094)	(982)	(3.642)	3.106
Adiantamentos a fornecedores	1.037	249	1.622	249
Impostos e contribuições	1.232	(1.561)	1.232	(1.564)
Provisão para honorários (Nota 8)	(6.000)	(1.000)	(6.000)	(1.000)
Provisões para contingências (Nota 19)	268	(475)	268	(475)
Outros passivos	(129)	(1.772)	(129)	(1.772)
Outros	–	–	(1)	1
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**89.987**	**(56.692)**	**89.129**	**(56.969)**
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(20.872)	(16.807)	(20.872)	(16.807)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**69.115**	**(73.499)**	**68.257**	**(73.776)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1 Contexto operacional: A Techint Engenharia e Construção S.A. ("Techint" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 2º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo. A Companhia é controlada pelo seu acionista direto controlador TEI&C SA ("TEI&C" ou "Controladora"), e sua empresa-mãe é Techint E&C S.A. A Techint, sua controlada Socominter - Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter") (coletivamente, "Grupo") e seus consórcios em conjunto operam no Brasil e realizam diversos projetos relacionados à engenharia, construção e fornecimento de equipamentos e materiais com foco nos setores de Energia, Petróleo e Gás, Mineração, Fertilizantes, Siderurgia e estudos no segmento de Transição Energética. Atuando no Brasil há mais de 75 anos, a Techint executou os principais projetos de infraestrutura do país, tendo atuado em todas as refinarias da Petrobrás instaladas em território nacional, na maior parte da malha de dutos de grande porte em operação e nos maiores projetos de geração de energia. Em todos os mercados em que atua, a Techint é reconhecida por seus clientes, parceiros, seguradoras e demais agentes financeiros como uma empresa com capacidade técnica, financeira, de alta qualidade e grande performance em suas entregas, inclusive em situações adversas como na Pandemia Covid- 19, onde concluiu e entregou aos seus clientes dois grandes contratos de termeletricas. A Companhia compartilha da sua estrutura de custos corporativos, gerenciais e operacionais com sua Controlada e demais empresas relacionadas. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada no dia 24/04/2025. **1.1 Ações da Administração:** Transparência, Qualidade, Segurança, Diversidade e Confiabilidade são os valores fundamentais que norteiam a gestão da Companhia. No Brasil, a cultura de Compliance tem sido promovida há décadas com seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades com e onde a companhia atua. A empresa adota uma gestão pautada na ética e integridade, com um canal de denúncias efetivo denominado Linha Transparente, amplamente divulgado tanto internamente quanto externamente. Este canal permite o recebimento de denúncias de irregularidades de qualquer natureza, podendo ser acessado através do telefone 0800 900 0314, pela intranet ou pelo site www.bkms- system.com/TechintEC. Recentemente, a Companhia atualizou suas normas de compliance visando a melhoria contínua do seu Programa de Conduta nos Negócios, consolidando uma prática rigorosa de cumprimento de normas internas e leis, e sempre reforçando uma comunicação transparente com seus stakeholders. Esse compromisso é sustentado por um monitoramento contínuo, treinamentos periódicos, comunicação clara e due diligences. O Comitê de Compliance continua atuado fortemente, com a missão de garantir, controlar e monitorar o cumprimento das políticas, procedimentos e legislações aplicáveis por todos os envolvidos com a Companhia, incluindo sócios, acionistas, colaboradores, prestadores de serviços e clientes. Como resultado de um processo constante de fortalecimento da governança e da construção de um programa robusto e eficaz, a Companhia mantém, pelo sétimo ano consecutivo, a certificação do Sistema de Gestão de Compliance – ISO 37001. Além disso, desde 2019, a Companhia tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, reafirmando seu compromisso com os dez princípios universais relacionados a direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A Companhia vem tomando algumas ações para mitigar o risco de insolvência e garantir a liquidação de seus compromissos de curto e longo prazos, dentre as quais podemos destacar a manutenção dos empréstimos financeiros (mútuos) aportados por sua Controladora, venda de ativos imobilizados não-operacionais, equipamentos de construção e forte retomada do setor comercial, com foco em projetos EPCs. No exercício findo em 31/12/2024, a Companhia registrou prejuízo de R$ 318.327 (R$ 192.957 em 2023). Graças às ações de mitigação anteriormente citadas, cabe reiterar que a Companhia, a exemplo de exercícios anteriores, cumpriu com todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais, financeiras e fiscais. A Companhia vem recebendo e possui suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário. **1.2 Relação comercial com Petrobras, Eletronuclear e processos administrativos e judiciais em andamento:** Em 10/04/2015, a Companhia recebeu notificação da Controladoria Geral da União (CGU) informando a instauração de processo administrativo tendo por objeto licitações conduzidas pela Petrobras. Em 10/05/2019, a CGU aplicou penalidade de inidoneidade à Companhia, proibindo a Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, incluindo a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. A Companhia realizou sua reabilitação perante a CGU, tendo sido a mesma deferida por decisão publicada no Diário Oficial em 30/11/2022. No âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), com relação às contratações com a Petrobrás, há um único contrato objeto de procedimentos administrativos, relacionado à unidade de coqueamento retardado do Comperj, que a Companhia executou em consórcio, em razão de suposto sobrepreço e fraude na referida contratação. A Companhia apresentou sua defesa nos referidos processos administrativos. O procedimento relativo à alegada fraude foi julgado e arquivado, estando, assim, encerrado, e os relativos a sobrepreço aguardam apreciação e julgamento, sem prejuízo da eventual posterior discussão da questão em sede judicial. A Companhia tomou conhecimento em setembro de 2022 de uma ação de improbidade administrativa proposta pela Petrobras em função de ter mantido consórcio para execução de dois contratos com a Petrobras, sendo um deles o contrato relacionado à unidade de coqueamento retardado do Comperj, em apuração que se sobrepõe àquela conduzida pelo TCU. Sem prejuízo da aplicação das modificações havidas na legislação de regência posteriormente ao ajuizamento da demanda, a Companhia apresentou sua defesa em agosto de 2023 e aguarda sua oportuna apreciação em primeira instância. A Companhia foi também intimada a apresentar Defesa Prévia em outra ação de improbidade administrativa proposta pela AGU em função de ter mantido consórcio para execução de um dos contratos com a Petrobras objeto da ação. No âmbito desse processo não foram imputadas condutas individuais da Companhia, mas sua suposta responsabilidade na qualidade de consorciada, e já foi apresentada a Defesa Prévia. Foi proferida decisão, que determinou a instauração formal da ação. Em função das modificações havidas na legislação de regência, o Ministério Público manifestou seu interesse em dar continuidade à ação, tendo sido ratificada a decisão de instauração da ação. A Companhia recorreu contra tal decisão, e o recurso foi objeto de apreciação em segunda instância, em 17/12/2024, que determinou a remessa do processo de volta à primeira instância para julgamento. Em 07/01/2025, a Advocacia Geral da União interpôs um Recurso Especial que aguarda avaliação de admissibilidade. A seu turno, no ano de 2017, no âmbito do processo administrativo em curso perante o TCU com relação a contratação da montagem eletromecânica da usina de Angra 3 com o cliente Eletrobras Eletronuclear S.A., feita pelo Consórcio Angramon, do qual a Companhia é consorciada, o TCU declarou a Companhia e outras empresas como inidôneas por até cinco anos para participar de licitação na Administração Pública Federal. Em 2019, o pedido de reexame interposto pela Companhia e outras empresas foi julgado e rejeitado, com a manutenção da decisão recorrida que declarou a inidoneidade da Companhia. A Companhia ajuizou mandado de segurança contra tal decisão perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu liminarmente os efeitos da decisão do TCU, decisão esta confirmada em sede de julgamento de mérito, tanto monocraticamente em maio de 2023, como pelo colegiado em fevereiro de 2024. Recursos foram interpostos pela União, entretanto os mesmos foram rejeitados, com trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia em agosto de 2024. Em 08/12/2021, o TCU determinou a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de eventual dano ao erário com relação à contratação da montagem eletromecânica da usina de Angra 3. Foi apresentada defesa pelas consorciadas e pelo Consórcio e aguarda-se sua análise pelo Tribunal. A seu turno, a Companhia e as consorciadas individualmente apresentaram defesa em processo judicial instaurado pela Eletronuclear tendo por objeto esse mesmo alegado dano, confundindo-se assim com o da Tomada de Contas Especial; aguarda-se a fase de instrução dos processos. Com relação a dois processos que a Companhia tinha perante o TCU, para apuração de eventuais irregularidades em contratos de refinarias da Petrobras (RNEST e REPAR), tais processos foram instaurados em função de delações feitas por terceiros e tiveram a fase administrativa encerrada com a imposição da pena de inidoneidade por 3 anos. A Companhia ajuizou mandados de segurança perante o Supremo Tribunal Federal contra tais decisões, tendo já sido provido em decisão de mérito no caso REPAR, decisão já transitada em julgado. No caso RNEST, o TCU reconheceu a compensação da penalidade da CGU no PAR relativo às contratações com a Petrobras e extinguiu o processo, arquivando-o. Ambos os casos foram definitivamente encerrados em 2023. A Companhia não apresenta qualquer restrição de contratação ou inidoneidade, podendo participar de quaisquer licitações e contratações, inclusive com Petrobras e Eletronuclear. Por fim, estão em curso cinco processos administrativos instaurados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apuração de eventuais infrações em relação aos contratos mantidos com a Eletronuclear (processo instaurado em 05/11/2015) e com a Petrobras (processo instaurado em 22/12/2015), e a participação em licitação de obras civis de infraestrutura hídrica e de irrigação, sobretudo no Nordeste do Brasil (processo instaurado em 03/12/2019), bem como de obras civis de infraestrutura e superestrutura ferroviárias para a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (processo instaurado em 26/02/2020) e, por fim, em licitações de obras aeroportuárias pela Infraero (processo instaurado em 29/09/2021), envolvendo a Companhia e, com exceção do caso Valec, alguns de seus administradores. As defesas já foram apresentadas em todos os processos e aguardam análise pelo CADE. Presentemente, não é possível prever a duração dos processos judiciais e dos procedimentos administrativos, assim como os seus desdobramentos e efeitos para a Companhia oriundas dessas incertezas, além das informações prestadas acima. **1.3 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2024. **1.4 Impactos relacionados às mudanças climáticas:** No que tange os cuidados com o meio ambiente e mudanças climáticas, a Companhia possui e segue suas políticas, bem como monitora as ações para proteção do meio ambiente. A Administração entende que não há impactos financeiros relacionados a esse tema a serem mencionados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício 2024. **2 Resumo das políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras individuais**: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"),e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos e edificações na data de transição para CPCs e IFRS e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas contábeis materiais e também o exercício de julgamento para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para IRPJ, custos incorridos e a incorrer nas obras em curso, indenizações a receber e outras similares, conforme divulgadas na Nota 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2 Principais práticas contábeis**: **(a) Conversão de moeda estrangeira**: **(i) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando- se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia, sua controlada e seus consórcios em conjunto. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **(b) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). Em 31/12/2024 e 2023 não havia ativos financeiros desta natureza. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia e suas subsidiárias para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Compa-

continuação ☛

continuação ☛

Techint Engenharia e Construção S.A.

nhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, quando aplicável: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e • Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito, ou não, a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, A Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado: os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais. • Quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. • As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em receitas (despesas) financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. ***Impairment***: A Companhia, sua controlada e seus consórcios em conjunto avaliam anualmente, quando aplicável, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **(c) Clientes:** O grupo de contas a receber de clientes é reconhecido com base nos faturamentos efetuado a clientes, sendo apurado de acordo com o progresso da obra tendo como bases os custos incorridos e a margem bruta estimada do projeto. A prática contábil para o reconhecimento da provisão para perda esperada com créditos das contas a receber está descrita na Nota 2.2 (b), acima. **(d) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. O saldo de estoques inclui os valores antecipados a fornecedores para compra de estoques. **(e) Participação em consórcios controlados em conjunto:** Os ativos, passivos, ganhos e perdas decorrentes da participação da Companhia em consórcios, nos termos do artigo 278 da Lei das Sociedades por Ações, nos quais o controle é compartilhado são reconhecidos, substancialmente, na proporção da participação da Companhia. **(f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas quando necessárias. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados dos grupos de terrenos, edificações e benfeitorias pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 01/01/2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (Nota 11). Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	5–50
Ativo de direito de uso	5
Máquinas	2–10
Veículos	5–10
Móveis, utensílios e equipamentos	2–10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício (vide Nota 11 (a) e (b)). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **(g) Intangíveis (*softwares*)** : As licenças adquiridas de programas de computador e os gastos com a implantação de *softwares* reconhecidos como ativos são capitalizados e amortizados, usando-se o método linear ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa de 20% ao ano. **(h) Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor residual de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não foram identificados eventos ou alterações nas circunstâncias que pudessem indicar que o valor contábil pode não ser recuperável. **(i) Fornecedores em operação de Risco Sacado:** A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras destinadas aos projetos da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores e a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) não impactando a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. **(j) Benefícios a funcionários: (a) Benefícios de demissão**: Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão em virtude de uma oferta de demissão voluntária. **(b) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é efetuado mensalmente à razão de um doze avos do valor da participação a pagar com base na melhor estimativa disponível na data-base. **(c) Previdência privada:** A Companhia possui Programa de Previdência Complementar através das modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Programa de Seguro de Vida com Cobertura por Sobrevivência (VGBL), ambas modalidades pautadas em regime de contribuição definida. Ambas as opções foram estabelecidas com o Itaú Vida e Previdência S.A., entidade aberta de previdência privada. Estes planos não incluem benefício de risco e, portanto, não produzem passivo atuarial. As contribuições da patrocinadora ao Programa de Previdência apresentam-se como segue: . Contribuições básicas - destinam-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda e são idênticas à contribuição dos participantes. . Contribuições extraordinárias - podem ser realizadas em qualquer tempo, a critério da patrocinadora e dos participantes. No exercício findo em 31/12/2024, a Companhia efetuou contribuições para o Programa de Previdência no montante de R$ 1.085 (2023 - R$ 738) para custeio dos planos de benefícios. O custo com o Programa de Previdência Complementar é reconhecido como despesa no momento em que as contribuições da Companhia, como patrocinadora, são contratualmente devidas. **(d) Gratificações a empregados:** A *holding* Techint E&C S.A. possui um programa de retenção e incentivos de longo prazo para alguns funcionários de algumas das suas subsidiárias através do qual alguns executivos seniores da Companhia receberão um número de Unidades de Valor ("Unidades") por ação da Techint E&C S.A., de acordo com o valor contábil do patrimônio líquido. Este número de Unidades é definido pela administração da Techint E&C S.A. O direito as Unidades será adquirido no prazo de cinco anos e a Companhia pagará em dinheiro um valor equivalente às Unidades atribuídas após um período de até dez anos, a partir da data de recebimento das Unidades, tendo o empregado como opção solicitá-la no sétimo ano, ou quando se desligar da Companhia, ao valor contábil por ação do último patrimônio líquido publicado (excluindo não controladores) da Techint E&C S.A. Os beneficiários receberão uma quantia em dinheiro equivalente ao dividendo pago por ação da Techint E&C S.A., toda vez que a mesma pagar dividendos aos seus acionistas. **(k) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(l) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma provisão nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **(m) Receita de Contratos com Clientes:** O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas. Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho. **(n) Receita de contrato de construção:** A prática contábil de reconhecimento da receita de contratos com clientes tem como referência o princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um produto ou serviço é transferido para o cliente. Portanto, as receitas de vendas e os correspondentes custos associados ao projeto de construção são apropriados ao resultado do exercício à medida em que a obrigação de desempenho seja satisfeita ao longo do tempo. A administração adota o método de *Percentage of Completion* para reconhecimento da Receita recorrente de seus projetos de longo prazo, quando aplicável. O principal contrato em execução no ano de 2024 refere-se ao projeto MOA/PCI em Ipatinga – MG, tal projeto executado pela Companhia trata-se de prestação de serviço com reconhecimento da receita após execução dos eventos reconhecidos previamente em contrato. **2.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de comandar as atividades relevantes da investida. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis sob as circunstâncias. Essas premissas incluem estimativas relativas ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, raramente serão iguais aos resultados reais relacionados. As estimativas e premissas que têm um risco significante de causar um ajuste material aos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal são abordadas abaixo. **(a) IRPJ, CSLL e outros impostos:** Os valores provisionados de IRPJ e CSLL são reconhecidos por estimativa mensal/balancete de suspensão. Há muitas transações e cálculos para os quais a determinação final de imposto é incerta, desse modo, o ajuste anual tem a finalidade de corrigir o saldo de acordo com o resultado final apurado pela Companhia. Para determinar o valor de ativos de imposto diferidos a serem reconhecidos para os quais é provável que o lucro tributável futuro seja compensado, a Companhia adota as alíquotas aplicadas aos prejuízos fiscais não utilizados e bases negativas, além de diferenças temporárias dedutíveis. A compensação de prejuízos fiscais no Brasil não prescreve, mas seu uso é limitado em cada ano fiscal a um máximo de 30% do lucro tributável anual. Ao determinar o valor de ativos de imposto diferido a serem reconhecidos, a Companhia considerou, entre outros, os seguintes fatores: (i) as razões subjacentes para ter incorrido em prejuízos fiscais e as medidas tomadas após as perdas serem sofridas para mitigar essas razões, inclusive a reestruturação de atividades e alterações em procedimentos e políticas; (ii) os mais recentes resultados tributáveis observados; (iii) a reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e (iv) expectativa sobre lucro tributável futuro com base nos planos estratégicos, inclusive contratos já adjudicados à Companhia e o volume esperado de contratos no campo de operações da Companhia e as expectativas da administração quanto ao volume de contratos que podem ser adjudicados em última instância. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados. A estimativa é que a Companhia volte a gerar lucro tributável a partir do segundo semestre de 2025. **(b) Reconhecimento de receita:** A Companhia utiliza o Método de insumo para registro das receitas em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15, itens 41-43 e na "Apêndice B - Orientação de aplicação" B14, B18 e B19. A norma orienta que o reconhecimento da receita deve ser em relação à obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. **(c) Indenizações a receber:** A Companhia analisa suas contas de ativos e passivos sujeitas a liquidação financeira, frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta de fatores de dinheiro no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Companhia efetua o ajuste contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho ou perda no resultado de acordo com o passar do tempo, conceito este aplicável a todas as contas monetárias do balanço. As atualizações pertinentes ao recebimento do possível crédito de sua ação indenizatória contra o Ministério da Educação pelo processo do CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança), estão demonstradas na Nota 8 – Indenizações a Receber. **(d) Contratos Onerosos:** Quando for provável que os custos totais do contrato excedam à receita total, a Companhia reconhece imediatamente a perda esperada como uma despesa. A quantia de tal perda é determinada independentemente: (i) de haver ou não sido iniciado o trabalho relativo ao contrato; (ii) da fase de execução da atividade do contrato; ou (iii) da quantia de lucros que se espera que surjam em outros contratos que não são tratados como um contrato de construção único. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **(e) Continuidade Operacional:** A Administração considera que a situação patrimonial e financeira da Companhia é um assunto relevante no contexto de suas Demonstrações Financeiras. Conforme destacado na Nota 1.1, o ano de 2024 foi marcado por um ambiente de grandes desafios de estabilidade econômica que impactou diretamente na retomada comercial esperada pelo mercado, mesmo com esse desafio a Companhia manteve participação ativa em propostas no segmento da siderurgia e mineração, que viabilizou a aquisição de um novo contrato com empresas relacionadas. Para mitigação dos riscos de insolvência, a Companhia tem atuado na exportação de serviços técnicos especializados de engenharia, de modo a atender projetos alocados onde sua Controladora atua, além de uma gestão de venda dos seus ativos não operacionais e manutenção de seus empréstimos com sua Controladora direta. Além do exposto acima, a Companhia acredita nos mercados de óleo e gás, geração de energia, mineração, fertilizantes, siderurgia e transição energética, mantendo uma relação comercial próxima aos potenciais investidores. Adicionalmente, a Companhia vem recebendo e possui suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2024: Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024. . Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor- arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para a Companhia. . Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2024. **3.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). . Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. . Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30/05/2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 01/01/2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. . Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza : em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 01/01/2026. A Companhia não espera que as alterações resultem em impactos materiais. . IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31/12/2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. . IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 01/01/2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto

continuação ☛

continuação

Techint Engenharia e Construção S.A.

significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4 Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recursos em bancos e em caixa	91	383	91	507
Recursos em bancos denominados em euros	81	16	81	16
Depósitos bancários de curto prazo (i)	21.522	20.146	22.093	21.512
	21.694	**20.545**	**22.265**	**22.035**

(i) Os valores considerados como depósitos bancários de curto prazo correspondem a certificados de depósito realizados com instituições financeiras de primeira linha que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de exposição financeira e remuneração média equivalente a 97,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósito e operações compromissadas apresentados como equivalentes de caixa tem prazo original menor do que 90 dias ou a instituição financeira tem um compromisso contratual de efetuar o resgate do instrumento a qualquer momento quando solicitado pela Companhia sem qualquer perda de rendimento. **5 Clientes:**

	Controladora e Consolidado:	
	2024	2023
Ministério da Educação e do Desporto	–	13.487
Outros	116	250
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	116	13.737
	–	**(13.487)**
	116	**250**

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	**(13.487)**	**(13.487)**
Realização PCLD (i)	13.487	
Saldo Final	**–**	**(13.487)**

(i) A provisão para crédito de liquidação duvidosa e seu respectivo valor a receber que a Companhia possuía com o cliente Ministério da Educação, no montante de R$ 13.487 foi realizada durante 2024, conforme acordo de transferência dos respectivos direitos creditórios, não contemplando nenhum impacto no resultado do exercício findo em 31/12/2024.

Contas a receber por prazo de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
A vencer (até 30 dias)	116	149
A vencer (de 61 a 360 dias)	–	101
Vencido (acima de 360 dias)	–	13.487
	116	**13.737**

6. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	735		735	
Programa de Integração Social (PIS) (i)	60	3.631	258	4.004
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	7	9.060	1.656	10.710
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	349	15	349	15
Outros	24	24	24	24
Total Ativo Circulante	**1.175**	**12.730**	**3.022**	**14.753**
Impostos sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (ii)	–	–	3.026	3.026
Total Ativo Não Circulante	**–**	**–**	**3.026**	**3.026**
Total	**1.175**	**12.730**	**6.048**	**17.779**

(i) Os saldos de PIS e COFINS apresentados nas demonstrações financeiras de 2023 são valores remanescentes dos créditos apurados pela execução e exportação da Plataforma FPSO P-76 e também de créditos por vendas mercantis oriundos da execução dos projetos de Jaguatirica II e Parnaíba V pela Companhia e sua controlada Socominter. Em setembro de 2024 houve a restituição do crédito restante de PIS e COFINS referente ao projeto P-76, no valor de R$15.513, tal crédito sofreu correção monetária no montante de R$3.579 pela taxa Selic. (ii) As operações mercantis com os contratos executados para a Eneva (Jaguatirica II e Parnaíba V) geraram também créditos de ICMS no estado de São Paulo, sendo que a Companhia e sua controlada tomaram a decisão de venda dos créditos a outros contribuintes, realizando caixa no decorrer do ano de 2023. A parcela mantida no ativo não circulante trata de créditos aguardando homologação pela Receita Federal. **7. Estoques**:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Materiais e peças (i)	3.544	–
Adiantamentos a fornecedores	16	9
	3.560	**9**

A provisão para perda de estoques apresentou a seguinte movimentação:

Provisão para perda nos estoques		
Saldo inicial	–	6.075
(Reversão) provisão de estoques	–	(6.075)
Saldo final	**–**	**–**

(i) Em 2024 houve um aumento dos valores mantidos em estoque, em virtude da contratação de um novo projeto para execução. **8. Indenizações a receber:** No exercício findo em 31/12/2011, a Companhia reconheceu ganho proveniente de indenização por conta de danos emergentes, em decorrência de decisão transitada em julgado em 04/04/2011, relativos a Contrato de Construção civil celebrado em 01/10/1991 com o Ministério da Educação e do Desporto, que tinha como objeto a construção de 200 unidades do Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC). Esta indenização foi postulada pela Companhia em decorrência da rescisão unilateral do Contrato pelo Poder Público, efetivada em 30/09/1996, quando 41 unidades do CIAC já tinham sido concluídas e outras se encontravam em construção. Em 15/09/2010, foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça o direito da Companhia de ser indenizada pelos danos emergentes apurados no laudo pericial, no valor atualizado até 31/12/1998 de R$ 93.283, devidamente atualizados conforme os critérios definidos na decisão transitada em julgado em 04/04/2011. Em 18/07/2011, foi proposta pela Companhia a execução da decisão, acompanhada de laudo pericial contábil que atualizou o valor dos danos emergentes segundo os critérios definidos na decisão condenatória transitada em julgado, totalizando o valor atualizado R$ 339.263, na data de 30/06/2011, conforme segue:

Detalhes	Valores
Custos extras – atualizados até 31/12/1998	70.714
Custas legais – atualizados até 31/12/1998	12
Compensação de adiantamentos – atualizados até 31/03/1996	(6.933)
Total líquido	63.793
Atualizações monetárias (INPC/IBGE) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença	82.866
Juros legais (1% ao mês linear) desde as datas respectivas estabelecidas na sentença	192.604
Total dos danos causados atualizados	**339.263**

O valor da indenização registrado em 2011 foi apurado a partir do valor estabelecido em laudo de perito contábil, líquido das despesas advocatícias atreladas à realização do crédito e efeitos tributários, acrescido da atualização monetária pelos índices oficiais (INPC/BACEN) e juros de 1% ao mês, sendo o valor resultante descontado a valor presente com base nos índices DI x TR divulgados/ pela BM&FBOVESPA, levando-se em consideração o recebimento em precatórios conforme previsto na legislação vigente. Em 25/10/2011, tendo sido devidamente citada para a Execução, a União opôs Embargos à Execução, em que postulava critérios para atualização do débito divergentes daqueles definidos na decisão transitada em julgado, cujo julgamento ocorreu em 19/10/2012. Apesar da Companhia considerar equivocada a decisão do juiz da primeira instância em reduzir em seis meses a data para início da atualização do valor da indenização, a Companhia, conservadoramente, reconheceu uma redução do valor do crédito em R$ 14.906, mantendo os demais valores e critérios de atualização do crédito em conformidade com a decisão transitada em julgado, os quais foram confirmados pela sentença. Foi interposto o competente Recurso de Apelação, que foi julgado em 14/06/2023, mantendo-se a sentença de primeira instância. A União interpôs embargos de declaração, os quais estão pendentes de julgamento. Em 06/09/2012, a União apresentou no Superior Tribunal de Justiça uma ação rescisória requerendo rescisão da decisão final transitada em julgado, a qual foi contestada pela Companhia em 09/11/2012 no sentido de serem improcedentes as alegações da ação. A ação foi julgada totalmente improcedente em 09/08/2023, tendo o acórdão transitado em julgado. Em 16/12/2021, o governo brasileiro emitiu a Emenda Constitucional (CA) 114/21 que inclui um limite anual até 2026 para alocar no orçamento do governo despesas relacionadas a pagamentos devidos a decisões judiciais ("precatórios"). Essa questão está sendo revista pelo Supremo Tribunal Federal. **Operação de venda com o Banco BTG Pactual:** Em 02/12/2021, a Companhia concluiu as negociações iniciais e assinou um contrato (Adendo e Escritura Pública doravante denominado "Contrato") com o Banco BTG Pactual para a venda do crédito. Tais valores negociados foram reconhecidos na linha de "Outras Obrigações – Adiantamento" do balanço patrimonial da Companhia, na ocasião o Banco BTG Pactual realizou um pagamento de R$70.000 a título de adiantamento (Parcela P1). Tais valores negociados foram reconhecidos na linha de "Outras Obrigações – Adiantamento" do balanço patrimonial da Companhia. As principais características do Contrato assinado estão descritas abaixo: i. A Techint Brasil recebeu a título de adiantamento do BTG Pactual ("BTG") um pagamento inicial no valor de R$ 70.000, como primeira parcela de uma operação relacionada à venda do processo. ii. Com base no Acordo, o BTG concluiu nos primeiros meses de 2023 a substituição do nome da Techint Engenharia nos tribunais onde o processo judicial está sendo conduzido. iii. O pagamento a título de adiantamento inicialmente efetuado pelo BTG sofreu atualizações mensais de acordo com as premissas negociadas em contrato. iv. Dependendo do momento em que o "precatório" seja finalmente emitido, o BTG se compromete a pagar à Techint Brasil o saldo remanescente do acordo, cujo valor depende das premissas estabelecidas no contrato. No ano de 2022, a Companhia atualizou o crédito de acordo com as definições estabelecidas no processo judicial. Já no ano de 2023, apesar de um cenário mais favorável devido aos avanços processuais acima citados, a Companhia tomou a decisão de não atualizar o crédito, devido a possibilidades de negociação para antecipação dos recebimentos, onde após análise, concluiu que diante de uma eventual taxa de deságio, o valor a receber pelo crédito está bem próximo ao valor líquido reconhecido contabilmente. No ano de 2024, a Companhia concluiu o processo de venda definitiva ao Banco BTG, através de nova negociação firmada em contrato no mês de setembro. Tal negociação seguiu o plano estratégico divulgado pela Administração de antecipação no recebimento dos créditos. Diante da negociação, foram definidas novas premissas junto ao Banco BTG. a. Valor adicional recebido no ato da efetivação da negociação de R$130.000; b. Parcela futura de R$67.000 a ser corrigida até a data do consequente recebimento, conforme taxas definidas em contrato; c. Parcela futura de R$40.758, a ser corrigida até a data do consequente recebimento, conforme taxas definidas em contrato; d. Liquidação do adiantamento reconhecido anteriormente a título de parcela P1, no montante de R$135.096 (2023 R$123.536); e. Reversão da provisão de honorários advocatícios no montante de R$139.283 Conforme contrato firmado com o BTG, os honorários no valor de R$133.283 serão pagos diretamente pelo próprio BTG, portanto sendo contemplado como crédito da negociação firmada entre as partes, não havendo mais nenhuma obrigação por parte da Companhia. Adicionalmente, como parte do valor a receber de R$67.000, o mesmo contempla entre outros valores o reembolso dos honorários advocatícios, no montante de R$7.000, preliminarmente pagos pela Companhia. A Companhia realizou cálculo de AVP da parcela futura do crédito (item iii.), adotando uma taxa de desconto Selic e spread de 4%. A movimentação dos valores registrados nos créditos a receber e na respectiva provisão para honorários advocatícios está apresentada a seguir:

				2024
	Indenização	Honorários	Adto. BTG	Valor líquido
Saldo em 31/12/2023	**598.113**	**(139.283)**	**(123.536)**	**335.294**
Reembolso adiantamento provisão de honorários	7.000			7.000
Pagamento parcial Fee advogados (a)	(6.000)	6.000		
Reversão da provisão de honorários (b)	(133.283)	133.283		
Reversão parcial do crédito (c)	(92.976)			(92.976)
Liquidações recebidas	(130.000)			(130.000)
Atualização monetária adiantamento			(11.560)	(11.560)
Liquidação adiantamento BTG (i)	(135.096)		135.096	
Ajuste AVP parcela futura	(4.992)			(4.992)
Atualizações financeiras parcelas futuras	6.524			6.524
Saldo em 31/12/2024	**109.290**			**109.290**
Resultado com a venda total dos créditos				
Recuperação de despesas administrativas	7.000			7.000
Reversão de provisão de honorários em "Outras receitas e despesas"		59.636		59.636
Reversão de provisão de honorários em "Resultados Financeiros (Nota 27)"		79.647		79.647
Valor da baixa do crédito em "Resultados financeiros (Nota 27) (a, b e c)	(232.259)			(232.259)
Atualização outras Obrigações – Adiantamento em "Resultados financeiros (Nota 27)"			(11.560)	(11.560)
Atualização financeira em "Resultados financeiros (Nota 27)"	6.524			6.524
Valor Ajuste AVP parcela futura em "Resultados financeiros" (Nota 27)	(4.992)			(4.992)
Resultado com a operação	(223.727)	139.283	(11.560)	(96.004)

				2023
	Indenização	Honorários	Adto. BTG	Valor líquido
Saldo em 31/12/2022	**598.113**	**(140.283)**	**(123.536)**	**334.294**
Pagamento parcial Fee advogados		1.000		1.000
Saldo em 31/12/2023	**598.113**	**(139.283)**	**(123.536)**	**335.294**

(i) A liquidação no montante de R$135.096, reconhecido anteriormente a título de parcela P1, se deu através de compensação de ativos e passivos, não envolvendo diretamente o caixa e consequentemente não transitando na DFC. **9. Investimentos: (a) Participação em sociedades controlada e coligada**:

		2024
	Controlada Socominter Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter")	Coligada Umon Engenharia de Montagem Ltda. ("Umon")
Capital social	6.350	12.720
Número de quotas possuídas	6.346.164	4.240.157
Valor nominal por lote de mil quotas – R$	1	1
Participação no capital – %	99,94	33,33
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)	(24.074)	(43)
Lucro do exercício	(2.332)	

		2023
	Controlada Socominter Sociedade Comercial Internacional Ltda. ("Socominter")	Coligada Umon Engenharia de Montagem Ltda. ("Umon")
Capital social	6.350	12.720
Número de quotas possuídas	6.346.164	4.240.157
Valor nominal por lote de mil quotas – R$	1	1
Participação no capital – %	99,94	33,33
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (i)	(21.742)	(43)
Prejuízo do exercício	681	

(i) Conforme detalhado na Nota 9 (c)(ii), a Companhia não reconheceu qualquer valor em relação o passivo a descoberto da coligada Umon. **(b) Movimentação dos investimentos / provisão para perdas em investimentos**:

	2024	2023
Saldos iniciais	**(21.729)**	**(22.410)**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.331)	681
Saldos finais	**(24.060)**	**(21.729)**

(c) Outras informações: **(i) Socominter**: A controlada Socominter exerce atividades comerciais de revenda de materiais e/ou equipamentos a serem incorporados em projetos de infraestrutura, destacando-se na construção de plantas industriais, usinas termoelétricas, unidades petroquímicas, refinarias e plataformas e obras correlatas. **(ii) Umon:** A investida Umon detém 14.408.271 ações, representando 72,92% do capital social da empresa Itamon Construções Industriais Ltda. ("Itamon"). Os saldos nas empresas investidas são reduzidos a zero nas circunstâncias de patrimônio líquido negativo. Assim, o investimento na coligada Umon está contabilizado pelo valor de zero em 31/12/2024 e 2023 e somente será reconhecida equivalência patrimonial a partir do momento em que o patrimônio da coligada deixar de ser negativo, se acontecer, na medida em que não existe intenção manifestada de manutenção de apoio financeiro ou responsabilidade formal ou operacional para a cobertura do passivo a descoberto. **(d) Consórcios com controle compartilhado:** A Companhia possui a seguinte participação em consórcios em 31/12/2024 e de 2023: **(i) Consórcio Techint Confab Umsa:** Consórcio constituído com o objetivo de construção do Lote 1 de tanques de armazenamento para a Refinaria Abreu e Lima - RNEST, situada no município de Ipojuca, estado de Pernambuco. A Techint somente participou das atividades de construção civil com 60% desses serviços, que por sua vez corresponderam a 41% do escopo do contrato. O consórcio foi baixado em março de 2023, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. **(ii) Consórcio Techint - Andrade Gutierrez (TE-AG) :** A Techint possui uma participação de 50% no consórcio estabelecido em 03/03/2010 para executar um contrato com a Comperj Petroquímicos Básicos S.A., uma subsidiária da PETROBRAS. O projeto destinava-se a fornecer equipamento e materiais, construir, instalar, testar e fornecer assistência inicial do processo de coqueamento retardado, a área de Controle, área de armazenamento e subestações elétricas. Este contrato foi suspenso unilateralmente pelo cliente em 2015 e segue em aberto aguardando avanços nas negociações finais para o seu encerramento. **(iii) Consórcio Techint - Techint Óleo e Gás (TTP-76) :** O consórcio foi constituído com o objetivo de construir, integrar e comissionar a plataforma offshore FPSO P76 para a PNBV – Petrobras Holanda, onde a Techint atua com uma participação de 99%. Ao final de 2018, o consórcio concluiu seu escopo e a exportação da plataforma foi concretizada, iniciando sua operação de extração. Foi assinado pelas partes no dia 07/03/2022 o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), encerrando o contrato entre o Consórcio TTP76 e a PNBV. O consórcio foi baixado em junho de 2024, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. **(iv) Consórcio Angramon:** A Techint possui uma participação de 14,29 % no consórcio estabelecido em setembro de 2014, para prestação de serviços técnicos especializados de montagem eletromecânica com fornecimento de materiais e componentes e apoio ao comissionamento para unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA, resultado da junção dos Consórcios Angra 3 e Una 3, conforme previsto no edital da concorrência, da qual estes dois consórcios se sagraram vencedores. O consórcio foi baixado em setembro de 2023, quando ocorreram as liquidações de todas as suas obrigações e seus direitos. No quadro abaixo são demonstrados os saldos e resultados oriundos dos consórcios os quais a Companhia possui participação ativa:

				2024
Ativos	Consórcio Techint Confab Umsa	Consórcio TE–AG	Consórcio TTP– 76	Consórcio Angramon
Circulantes	–	38	–	–
Não circulantes	–	–	–	–
	–	**38**	**–**	**–**
Passivos				
Circulantes	–	449	–	–
Não circulantes	–	298	–	–
	–	**747**	**–**	**–**
Ativos (Passivos) líquidos	**–**	**(709)**	**–**	**–**
Receitas				
Despesas	–	(113)	(339)	–
Prejuízo do exercício	–	(113)	(339)	–
Participação proporcional em consórcios – %	41	50	99	14

				2023
Ativos	Consórcio Techint Confab Umsa	Consórcio TE–AG	Consórcio TTP– 76	Consórcio Angramon
Circulantes	–	24	10.879	–
Não circulantes	–	18	–	–
		42	**10.879**	**–**
Passivos				
Circulantes	–	682	867	–
Não circulantes	–	208	648	–
		890	**1.515**	**–**
Ativos (Passivos) líquidos	**–**	**(848)**	**9.364**	**–**
Receitas				
Despesas (i)	–	(76)	3.496	–
Lucro (prejuízo) do exercício	–	(76)	3.496	–
Participação proporcional em consórcios – %	41	50	99	14

(i) Do total reconhecido de R$3.496, houve recebimento de restituição de imposto – REINTEGRA, no valor de R$3.294 e atualizações financeiras do referido crédito no valor de R$715, apresentando assim um resultado positivo para a linha indicada no exercício. **10. Ativo de direito de uso – aplicação da CPC06 (R2) / IFRS 16:** A Companhia arrenda 1 andar onde está localizado seu escritório central. O contrato de locação deste imóvel tem vigência de 5 anos. O arrendamento inclui a opção de renovação pelo mesmo período após o término do prazo do contrato. A Companhia não arrenda veículos e equipamentos que sejam afetados por esta norma. Em 2023 a Companhia renovou pelo mesmo período o contrato de arrendamento reconhecendo ativos de direito de uso no montante R$10.497 ajustado a valor presente e em contrapartida no passivo como arredamento de leasing. Para o referido ativo acima descrito, a Companhia adota a premissa de taxa incremental de financiamento de 8,6% a.a. Mensalmente os impactos são contabilizados no resultado através da amortização do leasing sobre o ativo de direito de uso e o reconhecimento em despesa financeira que será a diferença da parcela paga mensal do valor do aluguel versus o valor reconhecido no passivo como arredamento de leasing. Os saldos reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Encargos de depreciação	2.124	2.078
Despesas com juros	561	258
	2.685	**2.336**

A seguir, estão apresentadas as movimentações no direito de uso do ativo da Controladora e do Consolidado:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01/01/2024	**10.322**
Adição	1.198
Depreciação	(2.124)
Saldo em 31/12/2024	**9.396**
Custo total	18.444
Depreciação acumulada	(9.048)
Valor residual	9.396

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01/01/2023	**1.797**
Adição	10.603
Depreciação	(2.078)
Saldo em 31/12/2023	**10.322**
Custo total	17.246
Depreciação acumulada	(6.924)
Valor residual	10.322

A seguir, estão apresentadas as movimentações do passivo de arrendamento da Controladora e do Consolidado, que constam no balanço patrimonial da Companhia de "Passivo de arrendamento":

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01/01/2024	**10.322**
Pagamentos	(2.685)
Juros	561
Constituição	1.198
Saldo em 31/12/2024	**9.396**
Passivo circulante	2.399
Passivo não circulante	6.997
	9.396

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01/01/2023	**1.786**
Pagamentos	(2.325)
Juros	258
Constituição	10.603
Saldo em 31/12/2023	**10.322**
Passivo circulante	2.099
Passivo não circulante	8.223
	10.322

Os períodos de vencimento dos contratos da Controladora e Consolidado são apresentados a seguir:

	1° ano	2° ano	3° ano	4° ano
Análise de vencimentos – Passivos de arrendamento	2.399	2.333	2.332	2.332
Total	**2.399**	**2.333**	**2.332**	**2.332**

11. Imobilizado:

	Controladora						Consolidado					
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Outros	Total	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Outros	Total
Saldos em 01/01/23	**35.057**	**102.472**	**126**	**1.687**	**2.378**	**141.720**	**35.057**	**102.564**	**126**	**1.687**	**2.378**	**141.812**
Adição				700	244	944				700	244	944
Depreciação		(6.324)	34	(531)	(1.048)	(7.869)		(6.330)	34	(531)	(1.048)	(7.875)
Depreciação do Custo atribuído		(241)				(241)		(241)				(241)
Alienação		507	(27)	(222)	(133)	125		507	(27)	(222)	(133)	125
Saldos em 31/12/23	**35.057**	**96.414**	**133**	**1.634**	**1.441**	**134.679**	**35.057**	**96.500**	**133**	**1.634**	**1.441**	**134.765**
Custo total	35.057	161.646	3.215	3.196	36.305	239.419	35.057	161.812	3.216	3.196	36.305	239.586
Depreciação acumulada		(65.232)	(3.082)	(1.562)	(34.864)	(104.740)		(65.312)	(3.083)	(1.562)	(34.864)	(104.821)
Valor residual	35.057	96.414	133	1.634	1.441	134.679	35.057	96.500	133	1.634	1.441	134.765
Saldos em 01/01/24	**35.057**	**96.414**	**133**	**1.634**	**1.441**	**134.679**	**35.057**	**96.500**	**133**	**1.634**	**1.441**	**134.765**
Adição				221	523	744				221	523	744
Depreciação		(5.926)	(24)	(600)	(828)	(7.378)		(5.928)	(24)	(600)	(828)	(7.380)
Depreciação do Custo atribuído		(80)				(80)		(80)				(80)
Alienação		(70)		(23)		(93)		(154)		(23)		(177)
Saldos em 31/12/24	**35.057**	**90.338**	**109**	**1.232**	**1.136**	**127.872**	**35.057**	**90.338**	**109**	**1.232**	**1.136**	**127.872**
Custo total	35.057	161.522	2.820	3.268	30.622	233.289	35.057	161.522	2.820	3.268	30.622	233.289
Depreciação acumulada		(71.184)	(2.711)	(2.036)	(29.486)	(105.417)		(71.184)	(2.711)	(2.036)	(29.486)	(105.417)
Valor residual	35.057	90.338	109	1.232	1.136	127.872	35.057	90.338	109	1.232	1.136	127.872

continuação

continuação ☛

Techint Engenharia e Construção S.A.

O valor principal que compõe o imobilizado é a Unidade Offshore Techint (UOT) que está localizada no litoral do Paraná, no valor de R$ 124.284 em 31/12/2024 (R$ 131.116 em 2023). A Companhia tem avaliado diferentes oportunidades de operações no local, recebendo inclusive visitas de possíveis clientes e potenciais parceiros nas áreas de Offshore e Energia, salientando que seu valor de mercado é bastante superior ao seu valor residual contábil. **(a) Revisão da vida útil e valor contábil:** Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável. **(b) Custo atribuído:** Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Resolução CFC no 1.263/09, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura dos bens imóveis, que compreendem os terrenos, edificações e benfeitorias, na data da transição para IFRS em 01/01/2009 no montante de R$ 92.586 (R$ 61.107, líquido de efeitos fiscais). Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizar este trabalho, os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e o ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O laudo de avaliação do novo custo atribuído gerado por especialistas externos foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03/03/2011. No decorrer do ano de 2023 houve realização considerável da reavaliação de bens imobilizados, devido a venda do Terreno denominado Arujá (antigo Parque de Máquinas). Com a movimentação, os saldos atualizados de reavaliação são de R$ 35.365 (R$ 23.340, líquido de efeitos fiscais). Durante o ano de 2024 não houve movimentos relevantes de redução desses valores, e o saldo da reserva é de R$23.242. **(c) Depreciação:** Em 2024 o montante consolidado reconhecido como depreciação foi de R$7.460 (2023 - R$ R$8.116) em "Despesas gerais e administrativas". **(d) Bens em garantia:** Em decorrência de ação civil pública promovida pela Petrobras para discussão de alegados danos relacionados a projetos executados em consórcio pela Companhia no passado, foi requerido o bloqueio cautelar de bens da Companhia, medida deferida em setembro de 2022. Posteriormente, as partes acordaram limitar esse bloqueio provisoriamente a um imóvel da Companhia (a Unidade Offshore Techint – UOT, em Pontal do Paraná). A ação judicial encontra-se em curso, a Companhia já apresentou sua defesa e aguarda o julgamento. **(e) Ativo mantido para venda CPC31 / IFRS 5:** A área em Arujá (antigo Parque de Máquinas) em novembro de 2023 foi alienada e baixada conforme escritura lavrada em cartório, desta forma os valores anteriormente transferidos para Ativo Mantido para Venda foram baixados. Pela venda foi recebido o valor de R$42.500, resultando em um ganho de R$5.433 (vide Nota 26). **12. Intangível:** O item consiste em licenças de *software* e custos de desenvolvimento de *software*.

	Controladora			Consolidado		
	Valor original	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor original	Amortização acumulada	Valor líquido
Total em 01/01/2023	**21.025**	**(20.284)**	**741**	**21.260**	**(20.519)**	**741**
Adição	1.100		1.100	1.100		1.100
Amortização		(485)	(485)		(485)	(485)
Total em 31/12/2023	**22.125**	**(20.769)**	**1.356**	**22.360**	**(21.004)**	**1.356**
Adição	452		452	452		452
Amortização		(459)	(459)		(459)	(459)
Alienação	(43)	43		(278)	278	
Total em 31/12/2024	**22.534**	**(21.185)**	**1.349**	**22.534**	**(21.185)**	**1.349**

13. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Nacionais Materiais	6.837	5.093	7.604	6.013
Serviços	5.800	3.513	5.800	3.514
	12.637	**8.606**	**13.404**	**9.527**
Estrangeiros Materiais	793	164	883	193
Serviços	658	1.099	658	1.099
	1.451	**1.263**	**1.541**	**1.292**
	14.088	**9.869**	**14.945**	**10.819**

Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia não oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. **14. Empréstimos e financiamentos**:

		Controladora e Consolidado	
	Indexador / taxa média de juros %	2024	2023
Capital de Giro			
Moeda Estrangeira (USD)	7,12% a.a (i)	51.908	245.231
Circulante		51.908	245.231

(i) A taxa media de juros de 7,12% a.a refere-se ao ano de 2024 (2023 8,64% a.a). A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia durante o ano de 2024 e 2023 se deu da seguinte forma:

	2024
	Controladora e Consolidado
	Capital de Giro Moeda Estrangeira
Saldo em 01/01/2024	**245.231**
Novas captações	172.970
Amortização de principal	(403.962)
Amortização de juros	(20.872)
Variação cambial	45.245
Despesa de juros	13.296
Saldo em 31/12/2024	**51.908**

	2023		
	Controladora e Consolidado		
	Capital de Giro Moeda Nacional	Capital de Giro Moeda Estrangeira	Total
Saldo em 01/01/2023	**56.768**	**157.627**	**214.395**
Novas captações		140.435	140.435
Amortização de principal	(53.500)	(47.910)	(101.410)
Amortização de juros	(8.564)	(8.243)	(16.807)
Variação cambial		(10.045)	(10.045)
Despesa de juros	5.296	13.367	18.663
Saldo em 31/12/2023		**245.231**	**245.231**

15. Salários e encargos sociais:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Salários	1.925	215
Previdência social (INSS)	828	227
Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS)	685	322
Prov. gratificação e participação nos resultados		1.349
Provisão para férias	7.588	4.928
Outros	1	1
	11.027	**7.042**

16. Provisões para indenizações:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante	4.243	1.458
	4.243	**1.458**

Referem-se à provisão para obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e aviso prévio a pagar no caso de demissão de funcionários horistas, os quais não pertencem ao quadro permanente de funcionários da Companhia. **17. Impostos e contribuições parcelados:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante	167	2.919	738	3.422
Passivo não circulante		167	3.825	3.990
	167	**3.086**	**4.563**	**7.412**

A movimentação dos impostos e contribuições parcelados da Companhia durante o ano de 2024 se deu da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Saldo em 01/01/2024	**3.086**	**7.412**
Amortização de principal (i)	(3.094)	(3.642)
Despesa de juros	175	793
Saldo em 31/12/2024	**167**	**4.563**

Abertura por ano de vencimento (Consolidado):

	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	+ 5 Anos
Parcelamento ISS MPGO (ii)	167				
Parcelamento ICMS – Tamburi (iii)	571	570	570	570	2.115
	738	**570**	**570**	**570**	**2.115**

(i) Com relação ao parcelamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), no valor original de R$ 8.614 com o débito reconhecido em outubro de 2019. O total do cálculo contempla o depósito de 8% da remuneração do trabalhador, atualização monetária, juros de mora e multa, em conformidade com a Lei n° 8.036/90. Os débitos correspondem ao período de janeiro de 1979 a setembro de 1983. O parcelamento dos débitos foi realizado em 60 parcelas consecutivas tendo o primeiro vencimento em 30/11/2019 e o último para 30/10/2024, como previsto no próprio parcelamento, em 2024 houve a liquidação final do referido débito. (ii) Em março de 2023, a Companhia efetivou um acordo com o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) a fim de liquidar a discussão quanto a processo referente ao Imposto sobre Serviço (ISS), não recolhido. O acordo foi feito em 24 parcelas fixas, sendo a primeira paga em abril de 2023 e última em março de 2025. (iii) Em junho de 2023, houve efetivação da homologação para parcelamento referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nos termos da Lei nº 11.785/23 do Estado do Espírito Santo, com adesão dos débitos ao REFIS/2023 – ES. O acordo foi feito em 120 parcelas, sendo a primeira paga em junho de 2023 e a última para maio de 2033. **18. Tributos diferidos - IRPJ e CSLL: (a) Movimentação do IRPJ e CSLL diferidos**: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

				Controladora e Consolidado	
	2022	Creditado (debitado) à demonstração do resultado de 2023	2023	Creditado (debitado) à demonstração do resultado de 2024	2024
Prejuízos fiscais de IRPJ	117.109	(60.198)	56.911		56.911
Bases negativas de CSLL	47.685	(27.197)	20.488		20.488
Diferenças temporárias					
Provisão para contingências	2.298		2.298	1.407	3.705
Provisão para indenizações	699		699	744	1.443
Provisão para custos incorridos	909		909	(765)	144
Provisão para gratificações e encargos sociais	178		178	(178)	
Provisão para perda nos estoques	2.065		2.065	(2.065)	
Provisão para honorários	54.747		54.747	(54.747)	
Provisão para garantias				842	842
Reavaliação do imobilizado	34	(34)			
Impairment de ativos	62	(40)	22	(3)	19
	225.786	**(87.469)**	**138.317**	**(54.765)**	**83.552**
Ajustes de avaliação patrimonial	(23.627)	11.516	(12.111)	51	(12.060)
Impostos diferidos, líquido	202.159	(75.953)	126.206	(54.714)	71.492

Em 2024 a Companhia apresentou prejuízo fiscal e tomou por decisão, como já realizado em exercícios anteriores, não registrar o IRPJ diferido do exercício, no valor de R$63.271 (2023 – R$24.355) apresentando um valor total não reconhecido de R$243.962 (2023 R$180.691), uma vez que a Administração entende que o valor reconhecido no ativo não circulante estaria nos limites consideráveis nas projeções de consumo futuras. Ainda em 2023, a Companhia decidiu por contabilizar uma baixa parcial no valor de R$ 85.937 em seu saldo de IRPJ e CSLL Diferidos (IRD), em virtude de nova análise referente realização do ativo já contabilizado, reduzindo a perspectiva da realização em um prazo de cinco anos. O consumo dos saldos de IRD sobre prejuizos fiscais e base negativa, baseado nas futuras projeções de lucro é apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	2025	2026	2027	2028	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ	1.547	21.305	17.046	17.013	56.911
Bases negativas de CSLL	557	7.670	6.137	6.124	20.488
	2.104	**28.975**	**23.183**	**23.137**	**77.399**

(b) Reconciliação do benefício (despesa) do IRPJ e da CSLL: Os valores de IRPJ e CSLL demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(263.612)	(117.004)	(263.614)	(117.003)
IRPJ e CSLL a alíquotas nominais (34%)	89.628	39.781	89.629	39.781
Ajustes para cálculo da alíquota efetiva				
Resultado de participação em investidas	(792)	231		
Doações, incentivos fiscais, incentivo longo prazo de funcionários e outros	(15)	(11)	(15)	(11)
Indenizações – resultados financeiros (i)	(78.448)	340	(78.448)	340
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa (ii)	(63.271)	(24.355)	(64.052)	(25.963)
Multas não dedutíveis	–	(17)	–	(17)
Utilização prejuízo fiscal para pagamento de parcelamento	(10)	(1.457)	(10)	(1.457)
Baixa por impairment – IRD contabilizado (iii)		(85.937)		(85.937)
Outros	(1.806)	(2.324)	(1.818)	(3.138)
Provisões para Perdas		(2.204)		449
IRPJ e CSLL	(54.714)	(75.953)	(54.714)	(75.953)
Corrente				
Diferido	(54.714)	(75.953)	(54.714)	(75.953)
	(54.714)	**(75.953)**	**(54.714)**	**(75.953)**

(i) Representa o efeito tributário de 34% relativo reversão total da provisão para horários advocatícios em 2024 e reversão parcial da provisão em 2023. (ii) Refere-se a parcela não constituída de IRD, conforme decisão da Companhia de não atualizar o seu saldo com base nos prejuízos fiscais mais recentes. (iii) Durante o ano de 2023 houve baixa parcial do saldo ativo de IRD no valor de R$85.937, dada a não recuperabilidade dentro do prazo de cinco anos definido pela Companhia. **(c) ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro:** A Administração avaliou e não identificou nenhuma posição tributária incerta na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia no exercício de 2024 e de 2023. Atualmente a Companhia possui um total de nove processos que tramitam na Refeita Federal do Brasil – RFB com possibilidade de perda possível envolvendo IRPJ e CSLL, sendo que sete ainda se encontram em fase administrativa, e dois em fase judicial, que somados representam aproximadamente R$10.665 (2023 R$32.000). Ademais a administração realizou a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro à luz do ICPC 22/IFRIC 23 e não identificou necessidade de realizar nenhuma provisão adicional no balanço de 2024 e de 2023. **19. Provisões para contingências**:

	2024				
	Controladora e Consolidado				
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 01/01/2024	**592**	**6.162**	**4.814**	**1.737**	**13.305**
Depósitos judiciais (i)	595				595
Reversões de provisão	(238)	(2.927)	(4.077)	(541)	(7.783)
Baixas por pagamento	(327)	–	–	–	(327)
Adições e atualizações monetárias (ii)	371	255	54	100	780
Saldo em 31/12/2024	**993**	**3.490**	**791**	**1.296**	**6.570**
Provisões	1.029	3.490	791	1.296	6.606
Depósitos judiciais	(36)	–	–	–	(36)
Saldo em 31/12/2024	**993**	**3.490**	**791**	**1.296**	**6.570**

	2023				
	Controladora				
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 01/01/2023	**990**	**3.512**	**534**	**1.075**	**6.111**
Depósitos judiciais (i)	17				17
Reversões de provisão	(307)	(585)		(482)	(1.374)
Baixas por pagamento	(372)	–	–	(120)	(492)
Adições e atualizações monetárias (ii)	264	3.235	4.280	1.264	9.043
Saldo em 31/12/2023	**592**	**6.162**	**4.814**	**1.737**	**13.305**
Provisões	1.223	6.162	4.814	1.737	13.936
Depósitos judiciais	(631)				(631)
Saldo em 31/12/2023	**592**	**6.162**	**4.814**	**1.737**	**13.305**

				Consolidado	
	Trabalhista	Tributários	Cíveis	Outros	Total
Saldo em 01/01/2023	**990**	**11.315**	**534**	**1.075**	**13.914**
Depósitos judiciais (i)	17				17
Reversões de provisão	(307)	(8.833)		(482)	(9.622)
Baixas por pagamento	(372)	–	–	(120)	(492)
Adições e atualizações monetárias (ii)	264	3.680	4.280	1.264	9.488
Saldo em 31/12/2023	**592**	**6.162**	**4.814**	**1.737**	**13.305**
Provisões	1.223	6.162	4.814	1.737	13.936
Depósitos judiciais	(631)				(631)
Saldo em 31/12/2023	**592**	**6.162**	**4.814**	**1.737**	**13.305**

(i) Os saldos de depósitos judiciais somam-se às contingências, reduzindo assim o seu saldo, devido teor em garantia do depósito. (ii) Em todas as esferas (trabalhistas, cíveis e tributárias), ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. A Companhia mantém processos administrativos e judiciais nos quais discute assuntos de ordem trabalhista, tributária e civil. Quando aplicável, estes processos são garantidos por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes destes processos são avaliadas e contabilizadas pela administração, apoiadas pelo parecer de consultores jurídicos externos. Além das contingências provisionadas, a Companhia gere processos tributários e cíveis para os quais seus consultores jurídicos as consideram como resultado de perda possível e, consequentemente, nenhuma provisão foi registrada em 31/12/2024 para a somatória dos processos a seguir:

	2024	2023
Tributários	126.484	100.058
Cíveis	141.074	152.481

Em ambas as esferas, ocorreram atualizações monetárias de acordo com as taxas praticadas por cada tribunal regional. Os principais processos da esfera cível e tributário que tiveram movimentação durante o ano de 2024 com impacto na probabilidade de perda possível foram: **Tributário**: Em 2024 a Companhia e sua controlada possuem ao todo setenta e cinco processos mantidos como provisão de perda possível, sendo cinco processos novos no montante de R$6.110. **Cível**: Em 2024 a Companhia e sua controlada possuem ao todo dez processos mantidos como provisão de perda possível. No mesmo ano, houve mudança de prognósticos e também encerramentos de processos, que geraram a redução apontada no quadro acima. **20. Gestão de risco financeiro: Riscos financeiros:** As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda estrangeira, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A natureza das atividades de seus contratos implica em que a Companhia deve administrar riscos relativos a condições na compra de materiais e equipamentos que fazem parte de seus contratos de construção e que podem ser uma grande parte do escopo do trabalho. Os riscos de mercado são administrados quando a Companhia entende que tal procedimento é necessário para suportar as estratégias corporativas. O diretor financeiro é responsável por revisar as informações e por administrar os riscos de mercado e riscos de liquidez. **Risco de crédito e qualidade de crédito de ativos financeiros:** A Companhia acredita que atualmente a maioria das contrapartes com respeito a ativos financeiros é de riscos de crédito de alta qualidade. A Companhia historicamente limitou suas contrapartes onde investir disponibilidades de liquidez a bancos brasileiros ou internacionais geralmente considerados da mais alta qualidade.

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023	2024	2023
Saldos denominados em dólares	81		81	
Saldos denominados em euros		16		16
Saldos denominados em reais	21.613	20.529	22.184	22.019
Total de caixa e equivalentes de caixa	21.694	20.545	22.265	22.035

A tabela a seguir apresenta os *ratings* de crédito dos bancos nos quais a Companhia mantém saldos classificados em "Caixa e equivalentes de caixa" em 31/12/2024. Em todos os casos os *ratings* são de longo prazo.

Banco	Escala (nacional ou global), agência de Rating, Long Time.	*Rating*
Saldos denominados em dólares		
Citibank – Estados Unidos	Global/S&P/LT	A+
Intesa Sanpaolo SpA	Global/S&P/LT	BBB
Itau Nassau Bahamas	Global/Moodys/LT	A3
Saldos denominados em reais		
Banco Bradesco S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco BTG Pactual S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco do Brasil S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco Santander (Brasil) S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br
Itaú Unibanco S.A.	Nacional/Fitch/LT	BB+
Caixa Economica Federal	Nacional/S&P/LT	BB.br
Banco Citibank S.A.	Nacional/S&P/LT	BB.br

Clientes: Conforme detalhado na Nota 5, todos os riscos com contas a receber de clientes que trazem qualquer insegurança para a Companhia e suas subsidiárias está devidamente provisionado. **Risco de moeda estrangeira:** A Companhia opera no Brasil e está exposta a risco de moeda estrangeira decorrente de certas dívidas sendo a principal de empréstimos com exterior e mútuo com a sua controladora. A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos denominados em moedas correntes diferentes de reais (R$). Todas as posições correspondem a US$.

	Em milhares de dólares:	
Estadunidenses:	2024	2023
Depósitos bancários de curto prazo em dólares	13	12
Contas a receber de partes relacionadas	640	
Contas a pagar de partes relacionadas	(58)	(108)
Contas a pagar empréstimos e mútuos	(43.071)	(83.778)
Exposição líquida	(42.476)	(83.874)

Risco de taxa de juros: A Companhia está sujeita a risco de juros com respeito a: (i) seus empréstimos e financiamentos, e (ii) seus ativos financeiros registrados como "Equivalentes de caixa". **Risco de liquidez:** A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Controladora
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)
Em 31/12/2024		
Fornecedores	**14.088**	
Partes relacionadas	720	214.800
Empréstimos e financiamentos	51.908	–
	66.716	**214.800**
Em 31/12/2023		
Fornecedores	9.869	
Partes relacionadas	539	160.365
Empréstimos e financiamentos	245.231	–
	255.639	**160.365**

		Consolidado
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)
Em 31/12/2024		
Fornecedores	14.945	
Partes relacionadas	720	214.800
Empréstimos e financiamentos	51.908	–
	67.573	**214.800**
Em 31/12/2023		
Fornecedores	10.819	–
Partes relacionadas	539	160.365
Empréstimos e financiamentos	245.231	–
	256.589	**160.365**

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração. **Administração de capital:** A Companhia busca manter um índice de endividamento adequado a nível de mercado considerando os riscos envolvidos e a indústria onde opera. O índice de Endividamento é obtido pela divisão da dívida líquida (soma de passivo circulante e passivo não circulante menos disponibilidades) pelo patrimônio líquido capital total.

	Consolidado	
	2024	2023
Dívida Líquida	336.706	721.053
Total do Patrimônio Líquido	**248.080**	**399.616**
Indice de Alavancagem Financeira (%)	136	180

O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido diminuiu de 180% para 136% como resultado, principalmente, do aumento dos fluxos de caixa operacionais. Para se manter em posição competitiva em ofertas para clientes, a Administração monitora ativamente e considera o impacto das decisões financeiras sobre estes índices. **21. Transações com partes relacionadas:** Os saldos a pagar e a receber referem-se principalmente a fornecimento de serviços de engenharia, fornecimento de materiais, aluguéis de máquinas e equipamentos, fornecimento de serviços administrativos e o uso da estrutura física e pessoal entre as empresas da Companhia.

	Controladora			
	2024		2023	
Ativo Circulante	Saldo	Receitas (despesas)	Saldo	Receitas (despesas
Confab Industrial S.A.	17	72	6	71
Tebra Construção e Montagem Ltda.	6.461	10.743	17.317	23.594
Socominter So. Com. Int. Ltda. (i)	24.504	707	24.084	692
Techint S.A. de C.V. (Temex)		99		
Techint Compañía Técnica Internacional S.A.C.I. (Uruguay)	321	398		
Techint Chile S.A.	3.147	7.520		10.172
Usiminas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	15.796	44.815		
Exiros Brasil			17	
Ternium Brasil LTDA.	496	496		499
Techint E&C S.A.				
	50.742	**64.850**	**41.424**	**35.028**
Passivo Circulante				
Confab Industrial S.A.		(24)		
Exiros.BR LTDA	102	(290)		(261)
Tebra Construção e Montagem Ltda.	255	(2.148)	16	
Techint Cía. Técnica Internacional SACI (Tearg)				(33)
Techint E&C S.A.	2	(2)		
Techint S.A. de C.V. (Temex)	361	(364)	523	2
Wisdery S.A.				(201)
	720	**(2.828)**	**539**	**(493)**
Passivo Não Circulante				
Techint E&C S.A.	214.800	(8.552)	160.365	(7.770)
	214.800	**(8.552)**	**160.365**	**(7.770)**

(i) Os valores com a controlada Socominter são eliminados na consolidação, sendo a única diferença entre os valores de Controladora e Consolidado nas Demonstrações Financeiras. A Companhia possui contratos de mútuo com sua Controladora para aquisição de recursos como capital de giro, suprindo assim necessidades de curto prazo de caixa. As informações de taxa contratual e prazo de vencimento do mútuo contratado estão descritas no quadro abaixo:

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Techint Engenharia e Construção S.A.

Passivo Não Circulante	Controladora Indexador %	Prazo de Vencimento
Techint E&C S.A.	5,10% a.a	Dezembro de 2026

Abaixo demonstramos a movimentação em 2024 e 2023.

	2024 Controladora Mútuo Sociedade Relacionada
Saldo em 01/01/2024	**160.365**
Variação cambial	45.883
Despesa de juros	8.552
Saldo em 31/12/2024	**214.800**

	2023 Controladora Mútuo Sociedade Relacionada
Saldo em 01/01/2023	**164.696**
Variação cambial	(12.101)
Despesa de juros	7.770
Saldo em 31/12/2023	**160.365**

O pessoal-chave da administração considera os membros da Diretoria. As despesas com remuneração estão apresentadas a seguir:

	2024	2023
Salários e contribuições sociais	6.570	4.235
Bônus e contribuições sociais (i)	7.635	5.355
Provisões de Incentivo de longo prazo Nota 2.2 (j) (d)	5.084	1.946
	19.289	**11.536**

(i) Durante o exercício de 2024 houve resgates de cotas dos diretores no montante de R$5.876. **22. Ativos e Passivos relacionados a contratos com clientes:**

	Controladora e Consolidado 2024	2023
Ativo Não Circulante		
Indenizações por contratos concluídos	206.700	206.700
	206.700	**206.700**
Passivo Circulante	**2024**	**2023**
Provisão para garantias (i)	(2.478)	(7.858)
	(2.478)	**(7.858)**

Em anos anteriores, antes da pandemia da COVID-19, a Companhia firmou contratos de empreitada com Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. e Azulão Geração de Energia S.A., sociedades controladas da Eneva S.A., para (i) transformar uma usina termoelétrica a gás natural de ciclo simples em ciclo fechado, com a montagem e comissionamento de uma turbina a vapor ("UTE Parnaíba V") em Santo Antônio dos Lopes - MA; e (ii) construir, montar e comissionar uma usina termoelétrica a gás natural de ciclo fechado ("UTE Jaguatirica II") em Boa Vista – RR. Ambos os projetos foram executados e entregues. No entanto, ambos foram seriamente afetados pelos efeitos causados pela disrupção generalizada em decorrência da pandemia da COVID-19, que ocasionou o aumento anormal dos preços de mercadorias e insumos internacionais, graves impactos, inclusive de mão de obra e atrasos de fornecedores, dentre outros problemas, gerando assim impactos de custo e prazo sobre as obras, afetando a Companhia. A Companhia tentou uma solução negociada com a Eneva, mas não teve sucesso. Diante disso, a Companhia iniciou processos arbitrais para solução das controvérsias, os quais estão em fase de instrução probatória e ainda pendentes de julgamento. Considerando os ritos normais de um processo arbitral, a Companhia acredita que os procedimentos arbitrais serão finalizados em um período de médio ou longo prazo, razão pela qual os valores em discussão permanecem registrados no ativo não circulante. (i) A Companhia reconheceu uma provisão para custos futuros no período de garantia de seus projetos concluídos, conforme contrato. Até o efetivo aceite final pelo cliente, custos com reparos e manutenção são esperados e a provisão visa evitar ou minorar o impacto no resultado futuro da Companhia, quando da efetivação desses custos. **23. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2024 está representado por 17.527.713 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, que pertencem substancialmente a acionistas domiciliados no exterior, conforme demonstrado a seguir (em quantidade de ações):

TEI&C S.A.	16.367.849
Techint Compañía Técnica Int. S.A.C.I.	1.159.864
	17.527.713

Cada ação ordinária confere ao titular direito a um voto nas assembleias gerais. No mês de julho de 2024, a Companhia recebeu aumento de capital das suas controladoras totalizando o valor de R$ 166.791, sendo pela TEI&C S.A. o valor de R$147.588 e pela Techint Compañía Técnica Int. S.A.C.I. o valor de R$19.203. O valor de aumento de capital foi registrado na Jucesp. O capital social em dezembro de 2024 é de R$ 664.370 e 2023 é de R$ 497.579 e está registrado no Banco Central do Brasil (BACEN) em reais. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido, ajustado conforme previsto no artigo 202 da Lei no 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. A Companhia não realizou distribuição de juros sobre capital próprio durante os anos de 2024 e 2023. **(c) Reserva de retenção de lucros:** Em 2024 e 2023, não houve destinação para esta reserva. **(d) Reserva de lucros a realizar:** Em conformidade com o artigo 197 da Lei no 6.404/76, a administração propõe à Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de lucros a realizar relativa à atualização, líquida de despesas e efeitos tributários, proveniente dos créditos a receber por danos emergentes relativa aos CIAC, conforme descrito na Nota 8. Em dezembro de 2024 e 2023 não há saldos dessa reserva. **(e) Reserva legal:** A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até a reserva atingir 20% do capital social. Em 2024 e 2023, diante do cenário de prejuízo nos exercícios, a administração da Companhia não constituiu Reserva Legal, além de ter consumido totalmente seu saldo ainda em 2023. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial:** O valor registrado sob "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado (Nota 11 (b)) e é realizado, líquido dos efeitos de impostos, através de: (i) baixa ou alienação dos bens e (ii) depreciação. A diferença entre a depreciação de ativos com custo atribuído e a depreciação dos valores históricos de tais ativos em 2024 no valor de R$98 (2023 R$22.439) foi contabilizada contra "Prejuízos Acumulados".

24 Receita líquida das obras e serviços:

	Controladora e Consolidado 2024	2023
Techint Chile S.A.	7.520	10.172
Usiminas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	44.815	
Outros clientes	2.582	5.226
Receita Bruta	54.917	15.398
(Impostos)	(5.238)	(2.017)
Receita Líquida	49.679	13.381
Nacional	41.165	2.909
Exportação	8.514	10.472
	49.679	**13.381**

25. Custo e despesas por natureza:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Custos de mão de obra	(65.304)	(52.504)	(65.304)	(52.504)
Serviços de terceiros	(11.367)	(26.472)	(12.239)	(27.406)
Materiais de instalação e construção	(3.235)	(10.289)	(3.250)	(10.234)
Aluguel de equipamentos	(24)	(345)	(24)	(345)
Depreciação do imobilizado (Nota 10 e 11)	(9.582)	(10.188)	(9.584)	(10.194)
Amortização do intangível (Nota 12)	(459)	(485)	(459)	(485)
Reversão de perda nos estoques (Nota 7)		6.075		6.075
Reversão de contingências	–	1.388	–	1.388
Reversão de perda nos adiantamentos a fornecedores	1.055	–	1.055	–
(Provisão) Reversão para custos incorridos	(415)	2.660	(415)	2.660
Estrutura com escritórios	(1.737)	(2.019)	(1.737)	(2.019)
Impostos, taxas e contribuições	(5.757)	(8.755)	(5.763)	(8.759)
Fretes e transportes	(425)	(856)	(428)	(856)
Outros	(4.834)	(3.919)	(4.983)	(3.920)
	(102.084)	**(105.709)**	**(103.131)**	**(106.599)**

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Custos	(32.195)	(43.086)	(32.339)	(43.175)
Despesas gerais e administrativas	(69.791)	(62.307)	(70.694)	(63.108)
Despesas de vendas	(98)	(316)	(98)	(316)
	(102.084)	**(105.709)**	**(103.131)**	**(106.599)**

26. Outras receitas operacionais, líquidas:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Resultado na venda de imobilizado		4.134		4.134
(i) Resultado na alienação de ativos mantidos para venda (Nota 11 (e)) (ii)	23	5.433	(122)	5.433
Reversão (provisão) de Contingências de Processos Judiciais	7.330	(7.946)	7.330	(143)
Pagamento de processos judiciais	(456)	(1.691)	(458)	(1.691)
Perda com créditos a receber				
Reversão de provisão de honorários (Nota 8)	59.636	(4)	59.636	(4)
Outros	(2.691)	3.929	(3.277)	(1.072)
	63.842	**3.855**	**63.109**	**6.657**

(i) Em 2023 nas vendas de equipamentos foi apurado um resultado de R$ 4.134. (ii) Em 2023 se concretizou a venda do imóvel Dutra até então classificado como Ativo disponível para a venda. **27. Receitas e despesas financeiras, líquidas:**

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.655	1.476	1.752	1.751
Ganhos cambiais				
Atualização indenizações a receber (Nota 8)	6.524	24.198	6.524	24.222
Outras receitas financeiras	4.804	2.089	4.833	5.332
Despesas financeiras	12.983	27.763	13.109	31.305
Juros de empréstimos e financiamentos	(13.857)	(18.921)	(13.857)	(18.921)
Juros sobre mútuos	(8.552)	(7.770)	(8.552)	(7.770)
Perdas cambiais	(93.343)		(93.392)	(4)
Despesas bancárias e corretagem	(249)	(15)	(253)	(4.375)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(311)		(317)	
Baixa do crédito e reversão de provisão de honorários (Nota 8)	(152.612)	(208)	(152.612)	(374)
Atualização outras Obrigações – Adiantamento (Nota 8)	(11.560)	(29.566)	(11.560)	(29.566)
Valor Ajuste AVP indenizações a receber (Nota 8)	(4.992)		(4.992)	
Outras despesas financeiras	(226)	(495)	(845)	(737)
	(285.702)	**(56.975)**	**(286.380)**	**(61.747)**
Resultado financeiro, líquido	(272.719)	(29.212)	(273.271)	(30.442)

28. Compromissos firmados com clientes: Em 2024 a Companhia assinou um novo contrato de prestação de serviço, de mão de obra administrada com a Usiminas pelo prazo de três anos. **29 Cobertura de seguros**: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos que atua desde a fase de análise da proposta até a execução e conclusão do empreendimento. Para mitigar os riscos durante a execução, a Companhia realiza contratações de cobertura de seguros para os bens de sua propriedade, com a finalidade de cobrir os valores em caso de eventuais sinistros (a avaliação de suficiência de seguros não fez parte do escopo da auditoria), de acordo com a natureza da atividade.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura em reais
Patrimônio/Estoques	Incêndio/raio/explosão/dano elétrico/vendaval a fumaça/	194.593
Bens e mercadorias	Transporte Nacional	28.786
Automóvel	Colisão / Incêndio / Roubo	1.800

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura em dólares estadunidenses
Bens e mercadorias	Transporte Importação	5.000
Responsabilidade Civil	RC Risco Operacional / RC Empregador	25.000
Equipamentos	Risco Operacional / Equipamentos Moveis	5.000

Além dos acima citados, é prática de mercado que os clientes contratem o seguro para Builder´s Risks e/ou Risco de Engenharia, que abrange todo e qualquer evento do empreendimento. **30. Eventos subsequentes**: **Novas contratações de empréstimos:** A Companhia realizou em janeiro de 2025, novas captações no mercado financeiro para caixa de giro de modo a cumprir com obrigações de curto prazo, no montante total de R$8.745 com prazos de liquidação entre 60 dias e 360 dias, a uma taxa média de contratação de 6,43%a.a.

A Diretoria

Guilherme Pires de Mello - *Diretor Geral* **Fábio Aquino** - *Diretor Administrativo e Financeiro* **Thiago Cortez** - *Contador - CRC nº 1SP-324180/O-4*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Techint Engenharia e Construção S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Techint Engenharia e Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: **Processos de investigação em curso**: Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que encontram-se em curso investigações e processos relacionados à operação denominada "Lava Jato" que envolvem a Companhia. Em resumo: (i) Em outubro de 2019, a Companhia foi objeto de solicitações de informações pelas autoridades brasileiras como parte da operação denominada "Lava Jato". Essas investigações estão em andamento e a Companhia atendeu as solicitações de informações. (ii) Em setembro de 2022, a Companhia tomou conhecimento de uma ação de improbidade administrativa proposta pela Petrobras em função de ter mantido consórcio para execução de outros dois contratos com a Petrobras, sendo um deles o contrato relacionado à unidade de coqueamento retardado do Comperj, em apuração que se sobrepõe àquela conduzida pelo TCU. Sem prejuízo da aplicação das modificações havidas na legislação, referente ao prazo prescricional, posteriormente ao ajuizamento da demanda, a Companhia apresentou sua defesa em agosto de 2023 e aguarda sua oportuna apreciação em primeira instância. (iii) A Companhia encontrava-se impedida de apresentar novas propostas em licitações e/ou de ser contratada diretamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras desde dezembro de 2014. Em 10/05/2019, a Controladoria Geral da União (CGU), aplicou penalidade de inidoneidade proibindo a Companhia de licitar e contratar com a Administração Pública Federal. A Companhia realizou sua reabilitação perante a CGU, tendo sido a mesma deferida por decisão publicada no Diário Oficial em 30/11/2022. (iv) A Companhia e alguns de seus administradores foram notificados sobre cinco processos administrativos pelo Conselho Administrativo de Defesa econômica (CADE), para investigar os processos de contratação dos contratos firmados com a Eletrobrás Eletronuclear S.A., com a Petrobras, de participação em licitações de obras civis de infraestrutura hídrica e de irrigação, sobretudo no Nordeste do Brasil, participação de licitação em obras civis de infraestrutura e superestrutura ferroviárias para a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., e em licitações de obras aeroportuárias pela Infraero. As defesas para todos os processos já foram apresentadas e aguardam análise pelo CADE. (v) Em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) julgou o processo administrativo relacionado ao contrato com a Eletrobras Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear"), no qual a Companhia e outras empresas que integravam o consórcio contratado foram declaradas inidôneas para participar de licitações da Administração Pública Federal por um período de até cinco anos. Em 2019, o pedido de reexame foi julgado e rejeitado, com a manutenção da decisão recorrida. A Companhia ajuizou mandado de segurança contra tal decisão perante o Supremo Tribunal Federal que suspendeu liminarmente os efeitos da decisão do TCU, decisão esta confirmada em sede de mérito, tanto monocraticamente em maio de 2023, como pelo colegiado em fevereiro de 2024. Recursos foram interpostos pela União, entretanto os mesmos foram rejeitados, com trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia em agosto de 2024. Em 08/12/2021, o TCU determinou a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de eventual dano ao erário com relação à contratação da montagem eletromecânica da usina de Angra 3. Foi apresentada defesa pelas consorciadas e pelo Consórcio e aguarda-se sua análise pelo TCU. Adicionalmente, em 2022, a Eletronuclear ajuizou outra ação judicial referente ao referido suposto dano, de forma individual, contra cada uma das consorciadas. Nesse sentido, a Companhia apresentou defesa relacionada a esta ação, a qual aguarda a fase de instrução dos processos. (vi) O TCU conduz também outros processos administrativos sobre o contrato da unidade de coqueamento retardado do Complexo Químico do Rio de Janeiro - COMPERPJ, que a Companhia executou em consórcio para a Petrobrás, em razão de suposto sobrepreço e fraude na referida contratação. A Companhia apresentou sua defesa nos referidos processos administrativos. O procedimento relativo à alegada fraude foi julgado e arquivado em favor da Companhia, estando, assim, encerrado. Quanto ao processo relativo a sobrepreço, a Companhia aguarda apreciação e julgamento. (vii) Foram ainda instaurados outros dois processos perante o TCU para apuração de eventuais irregularidades em contratos de refinarias da Petrobras (Refinaria Abreu e Lima - RNEST e Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR). Em 2021, ambos os processos administrativos tinham sido julgados com decisão desfavorável à Companhia, estipulando a penalidade de inidoneidade pelo prazo de três anos. Em 2022, a Companhia recorreu dessas decisões junto ao Supremo Tribunal Federal e ajuizou dois mandados de segurança contra tais decisões, tendo sido provido em decisão de mérito no caso REPAR, decisão já transitada em julgado em favor da Companhia. No caso RNEST, o TCU extinguiu o processo. Ambos os casos foram definitivamente encerrados em 2023. (viii) A Companhia foi intimada para a apresentação de defesa prévia em outra ação de improbidade administrativa apresentada pela Advocacia Geral da União (AGU) que menciona sua participação em consórcio na execução de um dos contratos da Petrobras. Em função das modificações havidas na legislação, referente ao prazo prescricional, o Ministério Público manifestou seu interesse em dar continuidade à ação, tendo sido ratificada a decisão de instauração da ação. A Companhia recorreu contra tal decisão, e o recurso foi objeto de apreciação, em segunda instância, que determinou a remessa do processo de volta à primeira instância para julgamento. Em 07/01/2025, a Advocacia Geral da União interpôs um Recurso Especial que aguarda avaliação de admissibilidade. A Companhia informa que, nas atuais circunstâncias, não é possível prever a duração dos processos e das investigações bem como as futuras consequências para a Companhia oriundas dessas incertezas. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer efeitos que possam eventualmente advir das investigações e processos em curso. Nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29/04/2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Gustavo dos Santos Amud
Contador
CRC 1RJ085031/O-0

CL Castelo Branco Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 44.259.217/0001-96

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 25 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	14.797	26.475	Fornecedores	2.653	55
Despesas a apropriar	53	53	Obrigações tributárias	636	128
Adiantamento a fornecedores	15.353	10.015	Outras contas a pagar	1	–
Estoque – Imoveis em construção	206.959	107.376	Partes relacionadas – Mutuo	593	593
Partes relacionadas – Mutuo	407	10	**Total do passivo circulante**	**3.883**	**776**
Total do ativo circulante	**237.569**	**143.929**	**Passivo não circulante**		
			Sociedade em conta de participação – SCP	231.730	142.534
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**231.730**	**142.534**
Partes relacionadas – Mutuo	1.160	–	**Patrimônio líquido**		
Despesas a apropriar	31	83	Capital social	10	10
Imobilizado	10	13	Reserva Legal	112	–
Total do ativo não circulante	**1.201**	**96**	Lucros acumulados	3.035	705
			Total do patrimônio líquido	**3.157**	**715**
Total do ativo	**238.770**	**144.025**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**238.770**	**144.025**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Despesas operacionais			Despesas financeiras	(22)	(5)
Despesas gerais e administrativas	(348)	(109)	**Resultado financeiro**	**4.268**	**1.409**
Despesas Tributárias	(13)	(63)	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	**3.907**	**1.237**
	(361)	**(172)**	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.465)	(457)
Resultado operacional	**(361)**	**(172)**	**Lucro líquido do exercício**	**2.442**	**780**
Receitas financeiras	4.290	1.414			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Lucros e prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10**	**(75)**	**–**	**(65)**
Lucro líquido do exercício	–	780	–	780
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10**	**705**	**–**	**715**
Reserva Legal	–	(112)	112	–
Lucro líquido do exercício	–	2.442	–	2.442
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10**	**3.035**	**112**	**3.157**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de 40 galpões com 110.027,50 m2s, sito à Rua Jussara, 510, Av. Piramboia, 1800 e Av. Piracema, 100 – Tamboré – Barueri-S.P.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 25 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.442	780
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**2.442**	**780**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro Líquido Antes do Imposto de renda e da Contribuição Social	3.907	1.237
Aumento/(redução) no ativo:		
Despesas a apropriar	52	(135)
Estoque – Imoveis em construção	(99.583)	(79.209)
Adiantamento a fornecedores	(5.338)	(10.015)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	2.598	26
Obrigações tributárias	508	94
Outras contas a pagar	1	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(97.855)**	**(88.002)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.465)	(457)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(99.320)**	**(88.459)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Sociedade em conta de participação – SCP	89.196	107.119
Partes relacionadas – Mutuo	(1.557)	(10)
Imobilizado	3	(13)
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**87.642**	**107.096**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.678)**	**18.637**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	26.475	7.838
No final do exercício	14.797	26.475
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(11.678)**	**18.637**

Cláudio Kluger – Diretor – CPF 294.840.928-45
Alvin Gilmar Francischetti – CRC SP 124.215/O-6

CLG Bis Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 46.678.638/0001-87

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.453.113	10.538.265	Fornecedores	37.514	–
Contas a receber	–	–	Obrigações trabalhistas e tributárias	65.200	29.717
Partes relacionadas	3.410	3.410	Adiantamento de clientes	475.537	–
Créditos diversos	344	8.848.686	**Total do passivo circulante**	**578.252**	**29.717**
Tributos a recuperar	41.627	16.094	**Passivo não circulante**		
Despesas antecipadas	–	–	Obrigações com investidores – SCP	56.388.322	45.493.664
Total do ativo circulante	**1.498.494**	**19.406.455**	Impostos diferidos	–	798.553
			Total do passivo circulante	**56.388.322**	**46.292.218**
Partes relacionadas	10.116.098	26.586.200	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**		
Investimentos	45.563.776	12.000	Capital social	23.000	23.000
Propriedade para investimento	–	15.290	Reserva legal	–	–
Total do ativo não circulante	**55.679.873**	**26.613.490**	Reserva de lucros	188.795	(324.989)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**211.795**	**(301.989)**
Total do ativo	**57.178.368**	**46.019.945**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**57.178.368**	**46.019.945**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	503.837	–	**Resultado operacional**	**(733.312)**	**(249.101)**
(-) Tributos incidentes	(18.390)	–	Despesas financeiras	(10)	(857)
Receita líquida	**485.447**	**–**	Receitas financeiras	449.553	723.622
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**449.543**	**722.765**
Despesas administrativas e gerais	(881.464)	(249.101)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**(283.769)**	**473.664**
Despesas tributárias	(194.318)	–	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	–	(798.553)
Resultado de equivalência patrimonial	(118.982)	–	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**(283.769)**	**(324.889)**
Outras receitas e despesas	(23.995)	–			
	(1.218.759)	**(249.101)**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000**	**–**	**–**	**(100)**	**9.900**
Aumento de capital	13.000	–	–	–	13.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(324.889)	(324.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.000**	**–**	**–**	**(324.989)**	**(301.989)**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	797.553	797.553
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(283.769)	(283.769)
Destinação para reserva de lucros	–	–	188.795	(188.795)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**23.000**	**–**	**188.795**	**–**	**211.795**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a participação acionária em investidas, que são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(283.769)	(324.889)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**(283.769)**	**(324.889)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(283.769)	473.664
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	118.982	–
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	–	–
Créditos diversos	8.848.342	(8.848.686)
Tributos a recuperar	(26.533)	(16.094)
Despesas antecipadas	–	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	37.514	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	35.484	29.717
Adiantamento de clientes	475.537	–
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**9.205.557**	**(8.361.400)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**9.205.557**	**(8.361.400)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	15.290	(9.000)
Investimentos em coligadas e controladas	(45.670.758)	(12.000)
Aumento de capital	–	13.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(45.655.468)**	**(8.000)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	16.470.102	(26.586.000)
Obrigações com investidores – SCP	10.894.657	45.493.664
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	**27.364.760**	**18.907.664**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(9.085.151)**	**10.538.265**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.538.265	–
No final do exercício	1.453.113	10.538.265
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(9.085.151)**	**10.538.265**

Claudio Kluger – Diretor
Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/O-3

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

CLD Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 08.944.728/0001-83

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 25 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	10.955	11.675	Fornecedores	3.106	2.352
Contas a receber	3.920	–	Obrigações tributárias	584	199
Adiantamento a fornecedores	8	5	Outras contas a pagar	1.228	228
Tributos a recuperar	55	12	Impostos diferidos	564	–
Total do ativo circulante	**14.938**	**11.692**	**Total do passivo circulante**	**5.481**	**2.779**
			Passivo não circulante		
			Permuta de imóveis	57.255	57.255
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**57.255**	**57.255**
Propriedade para investimento	337.204	279.342	**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	4	4	Capital social	350.587	276.587
Total do ativo não circulante	**337.208**	**279.346**	Capital a integralizar	(65.226)	(45.083)
			Reserva Legal	263	27
			Lucros e prejuízos acumulados	3.785	(527)
			Total do patrimônio líquido	**289.410**	**231.004**
Total do ativo	**352.146**	**291.038**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**352.146**	**291.038**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023			
Receita Operacionais	13.240	–	**Resultado operacional**	(5.594)	(519)
Lucro bruto	13.240	–	Receitas financeiras	910	1.592
Despesas operacionais			Despesas financeiras	(4)	(13)
Despesas gerais e administrativas	(5.772)	(519)	**Resultado financeiro**	**907**	**1.579**
Despesas Tributárias	(86)	–	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	6.501	1.060
Despesas comerciais	(1.789)	–	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.354)	(517)
	(7.647)	**(519)**	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(420)	–
			Lucro líquido do exercício	**4.727**	**543**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	4.727	543
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	4.727	543

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro Líquido Antes do Imposto de renda e da Contribuição Social	6.501	1.060
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(3.920)	–
Imóveis em construção	(57.862)	(84.332)
Tributos a recuperar	(43)	(2)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	754	313
Obrigações tributárias	385	(32)
Outras contas a pagar	1.000	(114)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(53.185)**	**(83.107)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.389)	(517)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(54.574)**	**(83.624)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(21.000)
Aumento de capital social	53.858	94.793
Partes relacionadas	(3)	(5)
Imobilizado	–	2
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**53.855**	**73.790**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(720)**	**(9.834)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.675	21.509
No final do exercício	10.955	11.675
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(720)**	**(9.834)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros e prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**136.711**	**21.000**	**(1.043)**	**–**	**156.668**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(21.000)	–	–	(21.000)
Aumento de capital	94.793	–	–	–	94.793
Reserva Legal	–	–	(27)	27	–
Lucro líquido do exercício	–	–	543	–	543
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**231.504**	**–**	**(527)**	**27**	**231.004**
Aumento de capital	53.858	–	–	–	53.858
Reserva Legal	–	–	(236)	236	–
Distribuição de lucros – SCP	–	–	(178)	–	(178)
Lucro líquido do exercício	–	–	4.727	–	4.727
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**285.362**	**–**	**3.786**	**263**	**289.410**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de 34 galpões com 121.192,17 m2s, sito à Rua Cabo Norberto Enrique Weber, 222 – Parque Novo Mundo -S.P., tendo a primeira fase 14 galpões e 44.255,50m2s.

2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 25 de abril de 2025.

Claudio Kluger – Diretor

Alvin Gilmar Francischetti – CRC-SP 124.215/O-6

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.901.688	2.520.115	Fornecedores	156.399	88.117
Contas a receber	5.053.851	4.321.707	Obrigações trabalhistas e tributárias	1.670.994	1.590.744
Impostos a recuperar	4.077	–	Contas a pagar	4.592.614	4.256.488
Créditos diversos	38.000	–	**Total do passivo circulante**	**6.420.008**	**5.935.349**
Total do ativo circulante	**6.997.615**	**6.841.822**	**Patrimônio líquido**		
Ativo não circulante			Capital social	172.433.161	23.830.990
Depósitos judiciais	–	10.704	Reserva de capital	–	144.758.005
Partes relacionadas	5.569.769	3.849.021	Reserva legal	2.337.711	4.766.198
Propriedade para investimento	168.623.495	168.588.995	Reserva de lucros	–	–
Total do ativo não circulante	**174.193.264**	**172.448.720**	**Total do patrimônio líquido**	**174.770.872**	**173.355.192**
Total do ativo	**181.190.880**	**179.290.541**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**181.190.880**	**179.290.541**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	37.787.580	40.841.040	**Resultado operacional**	**32.690.129**	**37.104.542**
(-) Descontos concedidos	(200.719)	(133.071)	Despesas financeiras	(322.289)	(312.707)
(-) Tributos incidentes	(1.356.091)	(1.460.829)	Receitas financeiras	66.173	221.506
Receita líquida	**36.230.771**	**39.247.140**			
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(256.117)**	**(91.201)**
Despesas administrativas e gerais	(3.839.683)	(2.398.992)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**32.434.012**	**37.013.340**
Despesas tributárias	10	121.657	Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.120.418)	(4.874.976)
Outras receitas e despesas	299.031	134.736			
	(3.540.642)	**(2.142.599)**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**28.313.594**	**32.138.364**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	28.313.594	32.138.364
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**28.313.594**	**32.138.364**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	32.434.012	37.013.340
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(732.144)	(848.558)
Créditos diversos	(38.000)	–
Impostos a recuperar	(4.077)	–
Depósitos judiciais	10.704	(3.022)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	68.282	86.514
Obrigações trabalhistas e tributárias	80.250	399.085
Contas a pagar	336.126	730.396
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**32.155.154**	**37.377.756**
Imposto de renda e contribuição social	(4.120.418)	(4.874.976)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**28.034.737**	**32.502.780**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(26.897.914)	(31.485.581)
Partes relacionadas	(1.720.748)	(1.706.238)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(28.618.663)**	**(33.191.819)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(618.427)**	**(689.039)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.520.115	3.209.154
No final do exercício	1.901.688	2.520.115
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(618.427)**	**(689.039)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**23.830.990**	**144.758.005**	**3.844.166**	**269.248**	**–**	**172.702.409**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	32.138.364	32.138.364
Constituição de reserva legal	–	–	922.032	–	(922.032)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(269.248)	(31.216.332)	(31.485.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.830.990**	**144.758.005**	**4.766.198**	**–**	**–**	**173.355.192**
Aumento de capital	148.602.171	(144.758.005)	(3.844.166)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	28.313.594	–	28.313.594
Constituição de reserva legal	–	–	1.415.680	(1.415.680)	–	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(26.897.914)	–	(26.897.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**172.433.161**	**–**	**2.337.711**	**–**	**–**	**174.770.872**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 44 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLGA – Centro Logístico Guarulhos Aeroporto, localizado na Rua Jamil João Zarif, 684, na cidade de Guarulhos, SP.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Claudio Kluger – Diretor

Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

CLIR Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 16.833.685/0001-97

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.764.861	1.111.290	Fornecedores	4.730	34.080
Contas a receber	3.255.729	4.268.538	Obrigações trabalhistas e tributárias	1.554.549	1.404.520
Créditos diversos	2.332	79.901	Contas a pagar	2.503.746	1.970.331
Total do ativo circulante	**5.022.922**	**5.459.729**	**Total do passivo circulante**	**4.063.026**	**3.408.931**
			Passivo não circulante		
Ativo não circulante			Partes relacionadas	–	–
Depósitos judiciais	–	26.480	Obrigações com investidores – SCP	2.132.061	2.132.061
Partes relacionadas	9.448.496	6.976.895	**Total do passivo circulante**	**2.132.061**	**2.132.061**
Despesas antecipadas	–	90.850	**Patrimônio líquido**		
Propriedade para investimento	82.951.089	82.951.089	Capital social	84.171.825	84.171.825
Imobilizado	34.582	43.300	Reserva legal	7.090.177	5.835.525
Total do ativo não circulante	**92.434.167**	**90.088.613**	Reserva de lucros	–	–
			Total do patrimônio líquido	**91.262.002**	**90.007.350**
Total do ativo	**97.457.089**	**95.548.342**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**97.457.089**	**95.548.342**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	34.276.089	26.928.128	**Resultado operacional**	**28.757.164**	**24.337.159**
(-) Descontos concedidos	(360.362)	(216.676)	Despesas financeiras	(146.524)	(108.390)
(-) Tributos incidentes	(1.242.691)	(1.205.693)	Receitas financeiras	79.477	12.397
Receita líquida	**32.673.035**	**25.505.760**	**Resultado financeiro**	**(67.047)**	**(95.993)**
Despesas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**28.690.117**	**24.241.166**
Despesas administrativas e gerais	(2.877.338)	(1.928.074)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.597.066)	(4.038.279)
Despesas tributárias	(65.232)	416.467	**Lucro líquido do exercício**	**25.093.052**	**20.202.887**
Outras receitas e despesas	(973.302)	343.007			
	(3.915.871)	**(1.168.601)**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**84.171.825**	**4.825.380**	**186.363**	**–**	**89.183.568**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	20.202.887	20.202.887
Constituição de reserva legal	–	1.010.144	–	(1.010.144)	–
Distribuição de lucros	–	–	(186.363)	(19.192.743)	(19.379.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**84.171.825**	**5.835.525**	**–**	**–**	**90.007.350**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	25.093.052	25.093.052
Constituição de reserva legal	–	1.254.653	–	(1.254.653)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(23.838.399)	(23.838.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**84.171.825**	**7.090.177**	**–**	**–**	**91.262.002**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões" do "Centro Logístico Imigrantes", situado na Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Paulo/SP. **2. Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	25.093.052	20.202.887
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**25.093.052**	**20.202.887**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28.690.117	24.241.166
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8.718	8.718
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	1.012.809	6.224.560
Créditos diversos	77.569	(79.901)
Tributos a recuperar	–	–
Depósitos judiciais	26.480	–
Despesas antecipadas	90.850	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(29.350)	31.827
Obrigações trabalhistas e tributárias	150.029	448.865
Contas a pagar	533.415	656.766
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**30.560.636**	**31.532.001**
Imposto de renda e contribuição social	(3.597.066)	(4.038.279)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**26.963.571**	**27.493.722**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(23.838.399)	(19.379.106)
Partes relacionadas	(2.471.601)	(7.036.895)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(26.310.000)**	**(26.416.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**653.570**	**1.077.722**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.111.290	33.569
No final do exercício	1.764.861	1.111.290
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**653.570**	**1.077.722**

Cláudio Kluger – Diretor – CPF 294.840.928-45

Ronaldo Pires da Silva – CRC SP 164.536/O-7

CLO Rodoanel Osasco SPE S/A

CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 29 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	608.897	1.322.503	Fornecedores	8.738	1.766
Contas a receber	2.127.822	1.161.888	Obrigações trabalhistas e tributárias	929.666	875.705
Créditos diversos	3.234	133	Cauções locatícios recebido	2.021.204	2.100.941
Total do ativo circulante	**2.739.953**	**2.484.524**	Adiantamento de clientes	–	–
			Total do passivo circulante	**2.959.608**	**2.978.412**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Partes relacionadas	343.394	2.320.894	Capital social	118.760.132	118.760.132
Propriedade para investimento	148.580.898	147.017.439	Reserva de capital	27.264.158	28.209.549
Total do ativo não circulante	**148.924.292**	**149.338.333**	Reserva legal	2.680.347	1.874.764
			Total do patrimônio líquido	**148.704.637**	**148.844.445**
Total do ativo	**151.664.245**	**151.822.857**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**151.664.245**	**151.822.857**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	10	20.560.489	20.403.851	**Resultado financeiro**		**(98.696)**	**(387.084)**
Despesas operacionais				**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**		**18.407.667**	**18.502.517**
Despesas administrativas e gerais	11	(1.969.196)	(1.442.480)	Imposto de renda e contribuição social – correntes	13	(2.190.880)	(2.324.046)
Despesas tributárias	11	(84.930)	(71.770)	Imposto de renda e contribuição social – diferidos	13	(105.094)	(126.413)
Outras receitas e despesas	11	–	–	**Lucro líquido do exercício**		**16.111.693**	**16.052.058**
		(2.054.126)	**(1.514.250)**				
Resultado operacional		**18.506.363**	**18.889.601**				
Despesas financeiras	12.2	(106.047)	(449.799)				
Receitas financeiras	12.1	7.351	62.715				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	**126.772.000**	**27.264.158**	**1.072.161**	**35.043**	**–**	**155.143.362**
Redução de capital social	(8.011.868)	–	–	–	–	(8.011.868)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.052.058	16.052.058
Constituição de reserva legal	–	–	802.603	–	(802.603)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(35.043)	(14.304.064)	(14.339.107)
Constituição de reserva de capital	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	**118.760.132**	**27.264.158**	**1.874.764**	**–**	**945.391**	**148.844.445**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.111.693	16.111.693
Constituição de reserva legal	–	–	805.585	–	(805.585)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(16.251.499)	(16.251.499)
Outras movimentações	–	–	(2)	–	–	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**118.760.132**	**27.264.158**	**2.680.347**	**–**	**–**	**148.704.637**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLO Centro Logístico Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco-SP. **2. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 29 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.111.693	16.052.058
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**16.111.693**	**16.052.058**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.407.667	18.502.517
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Outras movimentações	(2)	
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(965.934)	338.112
Créditos diversos	(3.101)	(133)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	6.972	1.766
Obrigações trabalhistas e tributárias	(51.133)	(1.114)
Cauções locatícios recebido	(79.737)	284.538
Adiantamento de clientes	–	(138.263)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**17.314.732**	**18.987.423**
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(2.190.880)	(2.324.046)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**15.123.852**	**16.663.377**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(1.563.459)	(995.149)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	(1.563.459)	(995.149)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(16.251.499)	(14.339.107)
Partes relacionadas	1.977.500	(2.320.894)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(14.273.999)**	**(16.660.001)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(713.606)**	**(991.773)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.322.503	2.314.276
No final do exercício	608.897	1.322.503
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(713.606)**	**(991.773)**

Renato Kluger – Diretor – CPF 311.755.948-57

Ronaldo Pires da Silva – CRC SP 164.536/O-7

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

CLP – Rodoanel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 19.381.521/0001-64

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.663.812	569.457	Fornecedores	58.125	353.965
Contas a receber	1.046.389	708.098	Obrigações trabalhistas e tributárias	573.877	329.982
Créditos diversos	–	35.783	Contas a pagar	3.727.864	2.588.327
Total do ativo circulante	**2.710.201**	**1.313.338**	**Total do passivo circulante**	**4.359.866**	**3.272.274**
			Passivo não circulante		
			Partes relacionadas	254.543	1.212.521
Ativo não circulante			Permuta de imóveis	37.742.290	37.742.290
Partes relacionadas	6.578.669	2.196.270	**Total do passivo circulante**	**37.996.832**	**38.954.810**
Propriedade para investimento	1.680.610	2.135.536	**Patrimônio líquido**		
Estoque de imóveis	37.742.290	37.742.290	Capital social	11.751	11.751
Total do ativo não circulante	**46.001.568**	**42.074.096**	Reserva legal	2.350	2.350
			Reserva de lucros	6.340.969	1.146.249
			Prejuízos acumulados	–	–
			Total do patrimônio líquido	**6.355.071**	**1.160.350**
Total do ativo	**48.711.769**	**43.387.434**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**48.711.769**	**43.387.434**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	13.187.587	8.438.441	**Resultado operacional**	**8.992.666**	**3.613.079**
(-) Descontos concedidos	(1.167.939)	(1.001.411)	Despesas financeiras	(276.038)	(184.794)
(-) Tributos incidentes	(426.370)	(245.606)	Receitas financeiras	35.717	2.675
Receita líquida	**11.593.279**	**7.191.424**	**Resultado financeiro**	**(240.321)**	**(182.119)**
Despesas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**8.752.344**	**3.430.960**
Despesas administrativas e gerais	(2.595.250)	(3.559.166)			
Despesas tributárias	(5.363)	(19.179)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.295.872)	(786.008)
	(2.600.613)	**(3.578.345)**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**7.456.472**	**2.644.952**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.751**	**–**	**–**	**(337.697)**	**(325.946)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.644.952	2.644.952
Constituição de reserva legal	–	2.350	–	(2.350)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(1.158.656)	(1.158.656)
Destinação para reserva de lucros	–	–	1.146.249	(1.146.249)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.751**	**2.350**	**1.146.249**	**–**	**1.160.350**
Lucro líquido do exercício	–	–	7.456.472	–	7.456.472
Distribuição de lucros	–	–	(2.261.751)	–	(2.261.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**11.751**	**2.350**	**6.340.969**	**–**	**6.355.071**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	7.456.472	2.644.952
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**7.456.472**	**2.644.952**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.752.344	3.430.960
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(338.291)	(708.098)
Créditos diversos	35.783	(35.783)
Estoque de imóveis	–	
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(295.840)	352.311
Obrigações trabalhistas e tributárias	243.895	288.754
Contas a pagar	1.139.537	747.984
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**9.537.428**	**4.076.128**
Imposto de renda e contribuição social	(1.295.872)	(786.008)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**8.241.556**	**3.290.120**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	454.926	37.742.290
Fluxo de caixa gerado nas atividades de investimento	454.926	37.742.290
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(5.340.376)	(2.008.080)
Distribuição de lucros	(2.261.751)	(1.158.656)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(7.602.127)**	**(3.166.736)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.094.355**	**37.865.674**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	569.457	446.073
No final do exercício	1.663.812	569.457
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.094.355**	**123.384**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 32 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Centro Logístico Perus Rodoanel, localizado na Raimundo Pereira de Magalhães, 18.500, Perus-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Claudio Kluger – Diretor – CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – Contador CRC-SP 164.536/O-7

CLR Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.293/0001-09

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.015	151.873	Fornecedores	77.009	64.691
Contas a receber	2.099.201	1.915.096	Obrigações trabalhistas e tributárias	468.378	450.975
Total do ativo circulante	**2.101.216**	**2.066.970**	Caução	318.683	242.822
			Partes relacionadas	219.000	243.185
			Total do passivo circulante	**1.083.070**	**1.001.673**
Ativo não circulante			**Passivo não circulante**		
Depósito judicial	–	19.540	Obrigações com investidores – SCP	4.163.262	4.163.262
Partes relacionadas	1.740.883	1.368.581	**Total do passivo circulante**	**4.163.262**	**4.163.262**
Propriedade para investimento	57.042.461	57.042.461	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**		
Total do ativo não circulante	**58.783.345**	**58.430.582**	Capital social	53.935.526	53.935.526
			Reserva legal	1.702.703	1.397.091
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**55.638.229**	**55.332.617**
Total do ativo	**60.884.561**	**60.497.552**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**60.884.561**	**60.497.552**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	7.981.747	7.327.843	Despesas financeiras	(18.138)	(73.987)
(-) Tributos incidentes	(286.674)	(292.218)	Receitas financeiras	4.403	7.795
Receita líquida	**7.695.073**	**7.035.625**	**Resultado financeiro**	**(13.734)**	**(66.192)**
Despesas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**6.964.304**	**6.331.379**
Despesas administrativas e gerais	(773.307)	(752.669)			
Outras receitas e despesas	56.273	114.614	Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(832.030)	(849.702)
	(717.034)	**(638.055)**	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(20.031)	(208.363)
Resultado operacional	**6.978.039**	**6.397.570**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**6.112.243**	**5.273.314**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**53.935.526**	**1.133.425**	**–**	**55.068.951**
Lucro líquido do exercício	–	–	5.273.314	5.273.314
Constituição de reserva legal	–	263.666	(263.666)	–
Distribuição de lucros	–	–	(5.009.648)	(5.009.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**53.935.526**	**1.397.091**	**–**	**55.332.617**
Lucro líquido do exercício	–	–	6.112.243	6.112.243
Constituição de reserva legal	–	305.612	(305.612)	–
Distribuição de lucros	–	–	(5.806.631)	(5.806.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**53.935.526**	**1.702.703**	**–**	**55.638.229**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	6.112.243	5.273.314
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**6.112.243**	**5.273.314**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.964.304	6.331.379
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(184.105)	681.398
Depósito judicial	19.540	(5.390)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	12.318	(32.770)
Obrigações trabalhistas e tributárias	17.403	214.964
Caução	75.861	14.591
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**6.905.322**	**7.204.171**
Imposto de renda e contribuição social	(852.061)	(1.058.064)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**6.053.261**	**6.146.107**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	–
Investimentos em coligadas e controladas	–	–
Distribuição de lucros	(5.806.631)	(5.009.648)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(5.806.631)**	**(5.009.648)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(396.488)	(1.286.381)
Obrigações com investidores – SCP	–	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(396.488)**	**(1.286.381)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(149.858)**	**(149.922)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	151.873	301.795
No final do exercício	2.015	151.873
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(149.858)**	**(149.922)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 29 de abril de 2025.

Claudio Kluger – Diretor – CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – CRC SP 164.536/O-7

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

D.C.A. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.149.253/0001-27

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	155	10	Obrigações trabalhistas e tributárias	–	6
Partes relacionadas	1.002.789	–	**Total do passivo circulante**	**–**	**6**
Tributos a recuperar	44	210	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**1.002.988**	**220**	Partes relacionadas	1.105.500	333.606
			Total do passivo circulante	**1.105.500**	**333.606**
			Patrimônio líquido		
Ativo não circulante			Capital social	109.429.036	31.577.302
Investimentos	110.966.835	109.830.946	Reserva de capital	–	75.784.698
Total do ativo não circulante			Reserva legal	1.435.287	2.812.052
			Reserva de lucros	–	–
			Prejuízos acumulados	–	(676.499)
	110.966.835	**109.830.946**	**Total do patrimônio líquido**	**110.864.323**	**109.497.553**
Total do ativo	**111.969.823**	**109.831.166**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**111.969.823**	**109.831.166**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receitas/Despesas operacionais			Despesas financeiras	3	(539)
Despesas administrativas e gerais	(14.142)	(5.993)	Receitas financeiras	–	–
Despesas tributárias	(216)	(1.540)	**Resultado financeiro**	**3**	**(539)**
Resultado de equivalência patrimonial	13.819.762	15.110.366	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**13.805.407**	**14.900.326**
Outras receitas e despesas	–	(201.969)	**Lucro líquido do exercício**	**13.805.407**	**14.900.326**
	13.805.403	**14.900.865**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**31.577.302**	**75.784.698**	**2.067.036**	**766.423**	**–**	**110.195.459**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.900.326	14.900.326
Constituição de reserva legal	–	–	745.016	–	(745.016)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(766.423)	(14.831.809)	(15.598.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**31.577.302**	**75.784.698**	**2.812.052**	**–**	**(676.499)**	**109.497.553**
Aumento de capital	77.851.734	(75.784.698)	(2.067.036)	–	–	(0)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.805.407	–	13.805.407
Constituição de reserva legal	–	–	690.270	(690.270)	–	–
Absorção do prejuízo acumulado	–	–	–	(676.499)	676.499	
Distribuição de lucros	–	–	–	(12.438.637)	–	(12.438.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**109.429.036**	**–**	**1.435.287**	**–**	**–**	**110.864.323**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo como fator preponderante a participação como investidora nos empreendimentos de seu interesse. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	13.805.407	14.900.326
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**13.805.407**	**14.900.326**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.805.407	14.900.326
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(13.819.762)	(15.110.366)
Perdas em créditos	–	201.969
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	167	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(6)	(70)
Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais	**(14.195)**	**(8.142)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(14.195)**	**(8.142)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	12.683.873	15.272.744
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	**12.683.873**	**15.272.744**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(12.438.637)	(15.598.231)
Partes relacionadas	(230.895)	333.606
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(12.669.533)**	**(15.264.625)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**145**	**(23)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10	33
No final do exercício	155	10
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**145**	**(23)**

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/O-3

C.L.G. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.126.928/0001-91

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.158.055	906.372	Fornecedores	190.878	62.477
Contas a receber	1.997.239	2.018.678	Obrigações trabalhistas e tributárias	715.635	700.741
Partes relacionadas	–	–	Contas a pagar	2.782.761	1.559.890
Créditos diversos	–	–	**Total do passivo circulante**	**3.689.273**	**2.323.108**
Tributos a recuperar	5.288	3.506	**Passivo não circulante**		
Despesas antecipadas	–	–	Obrigações com investidores – SCP	31.852.080	31.852.080
Total do ativo circulante	**3.160.582**	**2.928.557**	Permuta de imóveis	–	–
			Total do passivo circulante	**31.852.080**	**31.852.080**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Depósitos judiciais	–	–	Capital social	93.303.578	93.303.578
Partes relacionadas	35.869.900	34.236.618	Reserva legal	3.226.321	2.695.529
Investimentos	–	–	Reserva de lucros	(0)	31.651
Propriedade para investimento	93.040.771	93.040.771	Prejuízos acumulados	–	–
Total do ativo não circulante	**128.910.671**	**127.277.390**	**Total do patrimônio líquido**	**96.529.899**	**96.030.758**
Total do ativo	**132.071.253**	**130.205.946**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**132.071.253**	**130.205.946**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	15.507.342	12.940.072		**(2.364.685)**	**(1.106.748)**
(-) Descontos concedidos	(197.493)	(40.376)	**Resultado operacional**	**12.382.444**	**11.223.435**
(-) Tributos incidentes	(562.720)	(569.512)	Despesas financeiras	(133.721)	(66.690)
Receita líquida	**14.747.129**	**12.330.183**	Receitas financeiras	27.512	52.437
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(106.209)**	**(14.252)**
Despesas administrativas e gerais	(2.417.218)	(1.341.657)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**12.276.235**	**11.209.183**
Despesas tributárias	(11.982)	(1.145)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.660.380)	(1.911.064)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**10.615.855**	**9.298.119**
Outras receitas e despesas	64.514	236.054			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**93.303.578**	**2.230.623**	**1.074.895**	**96.609.096**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	9.298.119	9.298.119
Constituição de reserva legal	–	464.906	(464.906)	–
Distribuição de lucros	–	–	(9.876.457)	(9.876.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**93.303.578**	**2.695.529**	**31.651**	**96.030.758**
Aumento de capital	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	10.615.855	10.615.855
Constituição de reserva legal	–	530.793	(530.793)	–
Distribuição de lucros	–	–	(10.116.714)	(10.116.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**93.303.578**	**3.226.321**	**(0)**	**96.529.899**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 25 unidades autônomas "galpões" do Centro Logístico Guarulhos, situado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Av. Dona Carmela Dutra, Município e Comarca de Guarulhos. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	10.615.855	9.298.119
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**10.615.855**	**9.298.119**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12.276.235	11.209.183
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	21.439	2.383.325
Tributos a recuperar	(1.782)	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	128.400	60.308
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.894	169.678
Contas a pagar	1.222.871	187.156
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**13.662.057**	**14.009.650**
Imposto de renda e contribuição social	(1.660.380)	(1.911.064)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**12.001.678**	**12.098.586**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Distribuição de lucros	(10.116.714)	(9.876.457)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(10.116.714)**	**(9.876.457)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(1.633.282)	(2.384.538)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(1.633.282)**	**(2.384.538)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**251.682**	**(162.409)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	906.372	1.068.782
No final do exercício	1.158.055	906.372
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**251.682**	**(162.409)**

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

GB Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 34.042.574/0001-44

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.745.822	2.040.710	Fornecedores	3.210	158.212
Contas a receber	1.857.108	1.789.472	Obrigações trabalhistas e tributárias	909.077	828.395
Créditos diversos	125.000	848	Contas a pagar	2.156.586	2.045.242
Tributos a recuperar	16.232	16.232	**Total do passivo circulante**	**3.068.873**	**3.031.848**
Despesas antecipadas	–	–	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**3.744.162**	**3.847.263**	Obrigações com investidores – SCP	29.894.332	139.496.744
Ativo não circulante			Permuta de imóveis	43.794.402	43.794.402
Depósitos judiciais	400.355	–	**Total do passivo circulante**	**73.688.734**	**183.291.147**
Partes relacionadas	685.959	8.178.890	**Patrimônio líquido**		
Investimentos	62.955	10.889	Capital social	109.603.413	1.000
Propriedade para investimento	138.666.032	137.990.819	Reserva legal	868.045	200
Estoque de imóveis	43.794.402	43.794.402	Reserva de lucros	124.800	7.498.069
Total do ativo não circulante	**183.609.702**	**189.975.000**	**Total do patrimônio líquido**	**110.596.258**	**7.499.269**
Total do ativo	**187.353.865**	**193.822.263**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**187.353.865**	**193.822.263**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	22.921.468	16.545.728		**(1.447.858)**	**(5.303.297)**
(-) Descontos concedidos	(889.626)	(1.310.933)	**Resultado operacional**	**19.782.290**	**9.440.743**
(-) Tributos incidentes	(801.694)	(490.754)	Despesas financeiras	(111.344)	(141.052)
Receita líquida	**21.230.148**	**14.744.040**	Receitas financeiras	90.438	47.525
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(20.906)**	**(93.527)**
Despesas administrativas e gerais	(1.502.129)	(4.980.735)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**19.761.384**	**9.347.216**
Despesas tributárias	(1.626)	(241.740)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.404.483)	(1.650.759)
Resultado de equivalência patrimonial	57.065	(80.822)	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**17.356.901**	**7.696.457**
Outras receitas e despesas	(1.169)	–			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.000**	**–**	**–**	**(2.680.912)**	**(2.679.912)**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	2.482.724	2.482.724
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.696.457	7.696.457
Constituição de reserva legal	–	200	–	(200)	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	7.498.069	(7.498.069)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**200**	**7.498.069**	**–**	**7.499.269**
Aumento de capital	109.602.413	–	–	–	109.602.413
Lucro líquido do exercício	–	–	17.356.901	–	17.356.901
Constituição de reserva legal	–	867.845	(867.845)	–	–
Distribuição de lucros	–	–	(23.862.324)	–	(23.862.324)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**109.603.413**	**868.045**	**124.800**	**–**	**110.596.258**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos Em Reais)

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLIR 2 – Centro Logístico Imigrantes 2, localizado na Estrada Galvão Bueno, 3300, São Bernardo do Campo-SP.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	17.356.901	7.696.457
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**17.356.901**	**7.696.457**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	19.761.384	9.347.216
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(57.065)	80.822
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(67.636)	(1.789.472)
Créditos diversos	(124.152)	19.837
Tributos a recuperar	–	2.021
Depósitos judiciais	(400.355)	–
Despesas antecipadas	–	77.097
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(155.001)	(957.553)
Obrigações trabalhistas e tributárias	80.682	(201.625)
Contas a pagar	111.344	376.307
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**19.149.201**	**6.954.650**
Imposto de renda e contribuição social	(2.404.483)	(1.650.759)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**16.744.718**	**5.303.891**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(675.213)	–
Investimentos em coligadas e controladas	5.000	–
Aumento de capital	109.602.413	–
Distribuição de lucros	(23.862.324)	–
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**85.069.876**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	7.492.931	(7.876.912)
Obrigações com investidores – SCP	(109.602.413)	1.955.685
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(102.109.482)**	**(5.921.227)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(294.888)**	**(617.336)**
Caixa e equivalentes de caixa		
	2.040.710	2.658.046
	1.745.822	2.040.710
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(294.888)**	**(617.336)**

Claudio Kluger – Diretor
Ronaldo Pires da Silva – Contador CRC-SP 164.536/O-7

CLI V Maria Loprete Empreendimento Imobiliário S/A

CNPJ/MF nº 44.946.454/0001-25

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 24 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	5.254.082	605.806	Fornecedores	1.106.354	–
Contas a receber	–	–	Obrigações trabalhistas e tributárias	369.049	–
Impostos a recuperar	7.257	314	Contas a pagar	–	–
Partes relacionadas	681.865		**Total do passivo circulante**	**1.475.402**	**–**
Créditos diversos	4.641		**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**5.947.845**	**606.120**	Adiantamento para futuro aumento de capital	26.155.226	–
			Total do passivo circulante	**26.155.226**	**–**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Depósitos judiciais	–	–	Capital social	88.818.874	68.818.874
Propriedade para investimento	110.586.028	68.140.152	Reserva legal	7.849	–
Total do ativo não circulante	**110.586.028**	**68.140.152**	Reserva de lucros	76.522	–
			Prejuízos acumulados	–	(72.602)
			Total do patrimônio líquido	**88.903.245**	**68.746.272**
Total do ativo	**116.533.873**	**68.746.272**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**116.533.873**	**68.746.272**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Despesas operacionais			Receitas financeiras	317.330	170
Despesas administrativas e gerais	(59.995)	(4.912)	**Resultado financeiro**	**312.809**	**(380)**
Despesas tributárias	(26.051)	(354)			
Outras receitas e despesas	–	–	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**226.764**	**(5.647)**
	(86.046)	**(5.267)**			
Resultado operacional	**(86.046)**	**(5.267)**	Imposto de Renda e Contribuição Social	(69.791)	–
Despesas financeiras	(4.521)	(550)	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**156.973**	**(5.647)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**67.827.805**	**–**	**–**	**(66.956)**	**67.760.850**
Aumento de capital	991.069	–	–	–	991.069
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(5.647)	(5.647)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	–
Outras movimentações	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**68.818.874**	**–**	**–**	**(72.602)**	**68.746.272**
Aumento de capital	20.000.000	–	–	–	20.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	156.973	156.973
Constituição de reserva legal	–	7.849	–	(7.849)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**88.818.874**	**7.849**	**–**	**76.522**	**88.903.245**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de um empreendimento imobiliário de caráter logístico, localizados em São Bernardo do Campo-SP e, compra e venda, locação e permuta do Empreendimento. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 24 de abril de 2025.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	156.973	(5.647)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**156.973**	**(5.647)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	226.764	(5.647)
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	–	–
Créditos diversos	(4.641)	–
Impostos a recuperar	(6.943)	(11)
Depósitos judiciais	–	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	1.106.354	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	369.049	–
Contas a pagar	–	–
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**1.690.582**	**(5.657)**
Imposto de renda e contribuição social	(69.791)	–
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.620.792**	**(5.657)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(42.445.876)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	(42.445.876)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	20.000.000	991.069
Partes relacionadas	25.473.360	(469.455)
Fluxo de caixa consumido nas/(originado nas) atividades de financiamento	**45.473.360**	**521.614**
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**4.648.276**	**515.956**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	605.806	89.850
No final do exercício	5.254.082	605.806
Redução/(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**4.648.276**	**515.956**

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Alvin Gilmar Francischetti – CRC-SP 124.215/O-6

Dutra Logística Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 41.866.850/0001-54

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 29 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	10.427.595	7.972.468	Fornecedores	–	100.000
Contas a receber	4.010	4.010	Obrigações trabalhistas e tributárias	37.546	20.965
Tributos a recuperar	47.078	37.269	**Total do passivo circulante**	**37.546**	**120.965**
Total do ativo circulante	**10.478.684**	**8.013.747**	**Passivo não circulante**		
			Obrigações com investidores – SCP	126.260.948	104.825.214
			Total do passivo circulante	**126.260.948**	**104.825.214**
			Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Ativo não circulante			Capital social	10.000	10.000
Investimentos	137.295.394	94.532.014	Reserva de capital	1.193.800	–
Total do ativo não circulante	**137.295.394**	**94.532.014**	Prejuízos acumulados	–	(2.410.418)
			Lucros acumulados	20.271.784	–
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**21.475.584**	**(2.400.418)**
Total do ativo	**147.774.078**	**102.545.761**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**147.774.078**	**102.545.761**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Despesas operacionais			Despesas financeiras	(30)	(9.372)
Despesas administrativas e gerais	(768.568)	(784.865)	Receitas financeiras	1.072.232	864.213
Despesas tributárias	(382)	(21.589)	**Resultado financeiro**	**1.072.202**	**854.841**
Resultado de equivalência patrimonial	23.524.056	321.915	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**24.216.560**	**370.302**
Outras receitas	389.252	–	Imposto de Renda e Contribuição Social	(340.559)	(269.832)
	23.144.359	**(484.539)**	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**23.876.002**	**100.470**
Resultado operacional	**23.144.359**	**(484.539)**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000**	**–**	**(2.510.888)**	**(2.500.888)**
Lucro líquido do exercício	–	–	100.470	100.470
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.000**	**–**	**(2.410.418)**	**(2.400.418)**
Lucro líquido do exercício	–	–	23.876.002	23.876.002
	–	1.193.800	(1.193.800)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.000**	**1.193.800**	**20.271.784**	**21.475.584**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	23.876.002	100.470
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**23.876.002**	**100.470**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.216.560	370.302
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	23.524.056	(321.915)
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	(9.809)	(15.227)
Contas a receber	–	
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(100.000)	100.000
Obrigações trabalhistas e tributárias	16.581	13.350
Contas a pagar	–	(68.090)
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**47.647.388**	**78.420**
Imposto de renda e contribuição social	(340.559)	(269.832)
Fluxo de caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**47.306.829**	**(191.413)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	(66.287.437)	(25.867.640)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(66.287.437)**	**(25.867.640)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com investidores – SCP	21.435.734	32.842.296
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**21.435.734**	**32.842.296**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.455.127**	**6.783.243**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.972.468	1.189.225
No final do exercício	10.427.595	7.972.468
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.455.127**	**6.783.243**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico o investimento e participação nos empreendimentos próprios.

2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 29 de abril de 2025.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Daniel Pereira** – CRC-SP 128.326/O-3

Itapevi 3 Galpões S.A.

CNPJ/MF nº 10.215.999/0001-40

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 29 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	213.948	9.322	Fornecedores	238.051	–
Partes relacionadas	1.116.379	–	Obrigações trabalhistas e tributárias	898.018	541.777
Tributos a recuperar	–	156	Adiantamento de clientes	934.519	–
Total do ativo circulante	**1.330.327**	**9.478**	**Total do passivo circulante**	**2.070.587**	**541.777**
Investimentos	88.786.857	17.368.412	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**		
Propriedade para investimento	–	–	Capital social	87.903.614	16.485.170
Total do ativo não circulante	**88.786.857**	**17.368.412**	Reserva legal	142.982	–
			Reserva de lucros	–	350.944
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**88.046.596**	**16.836.114**
Total do ativo	**90.117.183**	**17.377.890**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**90.117.183**	**17.377.890**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023		2024	2023
Receita com locação de imóveis	4.415.701	–	**Resultado operacional**	**2.858.490**	**1.170.229**
(-) Tributos incidentes	(161.173)	–	Despesas financeiras	(301)	(144)
Receita líquida	**4.254.527**	**–**	Receitas financeiras	1.454	20
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**1.153**	**(124)**
Despesas administrativas e gerais	(3.471.711)	–	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**2.859.643**	**1.170.105**
Despesas tributárias	(451.308)	(465)	Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	–	–
Outras receitas e despesas	2.526.981	1.170.695	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**2.859.643**	**1.170.105**
	(1.396.037)	**1.170.229**			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.485.170**	**–**	**351.533**	**16.836.703**
Aumento de capital	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	1.170.105	1.170.105
Distribuição de lucros	–	–	(1.170.695)	(1.170.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.485.170**	**–**	**350.944**	**16.836.114**
Aumento de capital	71.418.444	–	–	71.418.444
Lucro líquido do exercício	–	–	2.859.643	2.859.643
Constituição de reserva legal	–	142.982	(142.982)	–
Distribuição de lucros	–	–	(3.067.605)	(3.067.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**87.903.614**	**142.982**	**–**	**88.046.596**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.859.643	1.170.105
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**2.859.643**	**1.170.105**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.859.643	1.170.105
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	156	5
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	238.051	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	356.241	–
Adiantamento de clientes	934.519	–
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**4.388.610**	**1.170.110**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.388.610**	**1.170.110**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	(71.418.445)	–
Distribuição de lucros	(3.067.605)	(1.170.695)
Aumento de capital	71.418.444	–
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(3.067.606)**	**(1.170.695)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(1.116.379)	–
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	**(1.116.379)**	**–**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**204.626**	**(585)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.322	9.906
No final do exercício	213.948	9.322
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**204.626**	**(585)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos Em Reais)

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a compra e venda de bens imóveis próprios e, locação dos mesmos.

2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 29 de abril de 2025.

Claudio Kluger – Diretor **Daniel Pereira** – CRC-SP 128.326/O-3

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Grand Point Comércio de Veículos Ltda.

CNPJ nº 01.291.387/0001-45

Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos milhares de Reais)

Balanço Patrimonial - Consolidado

Ativo Circulante	**2023**	**2024**	**Passivo Circulante**	**2023**	**2024**
Disponível	9.493	4.232	Fornecedores	11.255	13.566
Aplicações Financeiras	332	465	Adiantamentos de Clientes	8.431	8.803
Cartões de Credito a receber	8.176	4.247	Floor Plan à Pagar	106.991	131.239
Contas a receber	10.214	10.720	Empréstimos e Financiamentos	14.198	16.533
Estoques Veículos Novos	92.891	129.738	Obrigações trabalhistas e tributárias	5.150	5.348
Estoques Veículos Usados	30.850	40.184	Impostos à Pagar	3.292	4.647
Estoques Peças	7.566	9.160	Outras Contas à pagar	5.767	6.274
Impostos à Compensar	40	63		**155.084**	**186.409**
Adiantamentos e Outros Créditos	1.874	4.050	**Passivo não-circulante**		
Coligadas	0	8	Arrendamentos Alugueis	21.851	16.134
	161.434	**202.868**	Outras Obrigações de Longo Prazo	1.112	893
Ativo não-circulante			Empréstimos e Financiamentos	9.082	9.799
Depósitos Judiciais	8.062	8.084		**32.044**	**26.827**
	8.062	**8.084**	**Patrimônio líquido**		
Investimentos	0	0	Capital social	5.000	5.000
Imobilizado	43.593	36.712	Reservas	43.459	43.459
Intangível	433	11	Lucros/Prejuízos acumulados	(13.616)	2.877
Intangível Arrendamento	24.942	19.349	Distribuição De Lucros	(7.685)	(15.405)
	68.968	**56.072**	Lucros/Prejuízos do exercício	24.178	17.857
				51.336	**53.788**
Total do Ativo	**238.464**	**267.024**	**Total do Passivo**	**238.464**	**267.024**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	**2024**		**2023**	**2024**
Receita Operacional Bruta	898.160	1.020.785	**Despesas Totais**	**(18.059)**	**(6.545)**
Impostos sem Vendas	(10.380)	(10.830)	**Margem Ebitda**	**44.615**	**46.873**
Descontos e devoluções de vendas	(11.693)	(12.938)	Depreciação e Amortização	(12.547)	(16.539)
Receita Operacional líquida	**876.088**	**997.017**	Receitas Financeiras	172	35
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(813.413)	(943.598)	Juros Financeiros	(3.853)	(2.969)
Margem Bruta	**62.674**	**53.419**	**Resultado Financeiro**	**(3.681)**	**(2.934)**
Despesas Variáveis com Vendas	(22.203)	(25.292)	**Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**	**28.387**	**27.400**
Despesas Floor Plan	(3.310)	(5.359)			
Despesas Administrativas	(46.039)	(50.986)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.209)	(9.543)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	53.492	75.091	**Lucro Líquido do Período**	**24.178**	**17.857**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2024		**2024**
Atividades Operacionais		Fornecedores contas a pagar	2.597
Lucro liquido	17.857	**Caixa Líquido Consumido/Gerado**	**19.042**
(+) Depreciação e Amortização	16.539	**Atividades de Investimentos**	
(+) Juros sobre arrendamentos	2.458	Imobilizado/Intangível	(3.643)
Lucro do exercício ajustado	**36.854**	**Caixa Líquido Consumido/Gerado**	**(3.643)**
Contas a receber	3.422	**Atividades de Financiamentos**	
Estoques Total	(47.775)	Empréstimos e Financiamentos	3.052
Impostos Total	1.926	Arrendamentos Alugueis	(8.175)
Floor Plan à Pagar	24.248	Distribuição de lucros	(15.405)
Adiantamentos e Outros Créditos	(1.804)	**Caixa Líquido Consumido/Gerado**	**(20.528)**
Coligadas Total	(8)	**Caixa no Início do Período**	**9.825**
Depósitos Judiciais	(22)	**Variação de Caixa no Período**	(5.128)
		Caixa no Final do Período	**4.697**

Andre Rodrigues Marques
Diretor Financeiro
CPF: 339.510.778-75

Claudio de Souza Almeida - Contador
CPF: 324.976.408-66
CRC: 1SP313.288/O-0

Ikatu Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 25.268.211/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**Passivo + PL**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante	**1.651**	**7.531**	**Circulante**	**29.080.611**	**4.430.076**
Caixa e equivalentes de caixa	9	40	Impostos e contribuições	63	30
Aplicações de liquidez imediata	1.642	7.491	Obrigações trabalhistas	3.389	3.168
Não circulante	**166.963.372**	**95.997.898**	Titulos a pagar	29.077.159	4.426.879
Compromissos contratuais a receber	131.385.866	60.134.188	**Não circulante**	**96.897.659**	**50.206.047**
Participações societárias	35.577.506	35.863.710	Emprestimos e financiamentos	96.897.659	50.206.047
			Titulos a pagar	–	–
			Patrimonio líquido	**40.986.752**	**41.369.306**
			Capital social	1.500	1.500
			AFAC	6.762.000	6.762.000
			Reserva de lucros	6.878.453	6.974.803
			Outros resultados abrangentes	27.344.799	27.631.003
Total do ativo	**166.965.023**	**96.005.429**	**Total do passivo + PL**	**166.965.023**	**96.005.429**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	**31/12/2023**
(–) Custos operacionais	(1.694)	(6.307)
Lucro operacional bruto	**(1.694)**	**(6.307)**
(–) Despesas administrativas	(92.895)	(88.860)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(94.589)**	**(95.167)**
Receitas financeiras	–	53
(–) Despesas financeiras	(1.760)	(1.872)
Prejuízo antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**(96.349)**	**(96.986)**
(–) IRPJ e CSLL diferido	–	–
Prejuízo do exercício	**(96.349)**	**(96.986)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	**Adto P/Aumento de Capital**	**Reserva de capital**	**Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2023	**1.500**	**6.762.000**	**34.702.792**	**(96.986)**	**41.369.306**
Aumento de capital social	–	–	–	–	–
Prejuizo do exercício	–	–	(383.191)	(96.349)	(479.540)
Saldos em 31/12/2024	**1.500**	**6.762.000**	**34.319.601**	**(96.349)**	**40.986.752**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	31/12/2024	**31/12/2023**
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	(382.553)	(325.583)
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	286.203	228.666
Total dos fluxos de caixa das atividades financeiras	90.471	102.391
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**(5.879)**	**5.474**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.530	2.056
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.651	7.530
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**(5.879)**	**5.474**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal: Participação em outras sociedades civis ou comerciais,como sócia, acionista ou quotista (holding), com início de atividades em 22/07/2016. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo , 31/12/2024.

DIRETORIA: Eliane Rodrigues Silva *- Diretora*; **Maria Benedita Barbosa Rocha** *- Diretora*
Nelson Corrêa Cabral - *TC 1SP068009/O-8*

Grandpar Intermediação de Negócios e Participações S.A.

CNPJ nº 01.625.297/0001-43

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Valores Expressos Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial - Consolidado

Ativo Circulante	**2023**	**2024**		**2023**	**2024**
Disponível	1	57	Investimentos Controladas e Coligadas	1.483	2.961
Coligadas	1.785	7.880		**1.483**	**2.961**
	1.786	**7.937**			
Investimentos	95.245	104.154	**Patrimônio Líquido**		
	95.245	**104.154**	Capital social	36.980	36.980
Total do Ativo	**97.031**	**112.091**	Reservas	4.352	7.270
Passivo Circulante	**2023**	**2024**	Lucros/Prejuízos acumulados	28.152	51.251
Coligadas	46	5.860	Distribuição De Lucro	(8.600)	(15.982)
	46	**5.861**	Lucros/Prejuízos do exercício	34.618	23.749
Passivo Não Circulante				**95.502**	**103.269**
			Total do Passivo	**97.031**	**112.091**

Demonstração do Resultado o Exercício

	2023	**2024**		**2023**	**2024**
Despesas Administrativas	(22)	31	**Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**	**34.618**	**23.749**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	34.640	23.718			
Despesas Totais	**34.618**	**23.749**	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
Margem Ebitda	**34.618**	**23.749**	**Lucro Líquido do Período**	**34.618**	**23.749**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2024		**2024**
Atividades Operacionais		**Caixa Líquido Consumido/Gerado**	**16.289**
Lucro Líquido do Período	**23.749**	**Atividades de Financiamentos**	
(-) Equivalencia Patrimonial	(24.336)	Distribuição de lucros	(15.982)
(+) Distribuição desproporcional Coligadas Total	616	**Caixa Líquido Consumido/Gerado**	**(15.982)**
Caixa Líquido Consumido/Gerado	**(280)**	Caixa no Início do Período	**1**
Atividades de Investimentos	**(251)**	Variação de Caixa no Período	**56**
Investimentos	16.289	Caixa no Final do Peíodo	**57**

Victor Hara
Diretor
CPF: 148.547.748-43

Claudio de Souza Almeida - Contador
CPF: 324.976.408-66
CRC: 1SP313.288/O-0

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF n.º 10.647.979/0001-48 - NIRE n.º 35.300.366.026

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, da Concessionária Rota Das Bandeiras S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os Senhores titulares das Debêntures em circulação da 2ª (segunda) série (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., objeto do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.", celebrado entre a **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** sociedade por ações com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 10.647.979/0001-48 e com sede na Rodovia Dom Pedro I (SP065), Km 110 + 400, Pista Sul, s/n, Sítio da Moenda, CEP 13.252-800, município de Itatiba, estado de São Paulo ("Companhia") e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 07, grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário") em 30 de outubro de 2019, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de maio de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia, nos termos da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "Instrução de Voto", respectivamente), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte **ordem do dia** ("Ordem do Dia"): **(i)** alteração da Data de Vencimento da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032; **(ii)** alteração do cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme cronograma a ser apresentado na Proposta da Administração, disponibilizado no website do Agente Fiduciário e da Companhia, conforme indicado abaixo; e **(iii)** condicionada à aprovação das matérias listadas nos itens (i) e (ii) acima, a autorização ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas acima, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos contratos de garantia. **Informações Gerais: I. Local**: A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos do artigo 5º, Parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a Assembleia Geral de Debenturistas, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. **II. Material de Apoio**: A administração da Companhia disponibiliza aos Debenturistas, nesta data, a proposta da administração com informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia ("Proposta da Administração"). A Proposta da Administração pode ser encontrada no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/) ou obtida por meio do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br?tit=18701&format=debentures). A Proposta da Administração poderá ser reapresentada com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas para formalizar as contrapartidas propostas pela Companhia e estará disponível nos mesmos locais descritos acima. **III. Documentos de Representação**: Nos termos do artigo 72, Parágrafo 1º e Parágrafo 2º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharem aos cuidados do Agente Fiduciário, no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): **(i) se pessoa física**: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; **(ii) se pessoa jurídica**: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o ocaso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e **(iii) se fundo de investimento**: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos no subitem (ii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da Assembleia Geral de Debenturistas deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). **IV. Instrução de Voto**: Caso não possam participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, os Debenturistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme modelo disponibilizado na Proposta da Administração e disponível no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/). A Instrução de Voto deverá ser preenchida pelos Debenturistas e encaminhada aos cuidados do Agente Fiduciário preferencialmente com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência da realização da Assembleia, sendo admitido o envio até o horário da Assembleia. Os Debenturistas poderão encaminhar a Instrução de Voto no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Para que a Instrução de Voto seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista (se pessoa física ou pessoa jurídica, respectivamente) ou do gestor do fundo (se representante de fundo de investimentos), além do número do Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") ou do CNPJ e de indicação de telefone endereço de e-mail; **(ii)** o envio dos Documentos de Representação; e **(iii)** que a Instrução de Voto esteja devidamente assinada pelo Debenturista ou pelo seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, autorizada a assinatura de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil). Pelas alterações solicitadas nos termos deste edital de convocação, poderá ser deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas alguma(s) contrapartida(s) a ser(em) definida(s) de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas. Nesse sentido, a Companhia se compromete a, com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, reapresentar sua proposta de administração formalizando e detalhando as contrapartidas oferecidas em caso de aprovação das alterações solicitadas nos termos deste edital de convocação. Não obstante, a Companhia se reserva o direito de, durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos na Proposta da Administração. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no conclave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Atenciosamente, Itatiba, 30 de abril de 2025. **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

(30/04/2025, 01 e 03/05/2025)

Best Holding do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 35.368.812/0001-79 – NIRE 35.232.807.883

Alteração Contratual e Transformação de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Pelo presente instrumento particular, a parte abaixo qualificada, a qual subscreve o presente, **Antonia Sanjela Viana Bessa**, brasileira, solteira, nascida em 04/09/1974, empresária, portadora da cédula de identidade ("RG") nº 27.978.965-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 216.114.938-54, com endereço comercial na Avenida Nova Cantareira, nº 4.505, Sala 07, Tucuruvi, CEP: 02341-002, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Antonia**"); e **Minuano Serviços Ltda.,** sociedade empresária de responsabilidade limitada, estabelecida na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4.384, 7º andar, Sala 701, CEP: 06541-038, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 41.358.213/0001-77, NIRE 35.237.007.265, neste ato representada na forma de seu contrato social, por **Antonia Sanjela Viana Bessa**, devidamente qualificada supra ("**Minuano**"); únicos sócios da sociedade empresária de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação social de **Best Holding do Brasil Ltda.**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.368.812/0001-79, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nova Cantareira, nº 4.505, Sala 07, Tucuruvi, CEP: 02341-002, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35232807883, e última alteração contratual arquivada sob o nº 489.012/21-8, em sessão de 20 de outubro de 2021, têm, entre si, justo e contratado, neste ato, promover a alteração e consolidação do contrato social da Sociedade, nos seguintes termos e condições: **1. Da Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade.** 1.1. Os sócios, em sua integralidade, resolvem transformar o tipo jurídico da Sociedade, passando a mesma de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos e condições ora estabelecidos e indicados no correspondente Estatuto Social, anexo ao presente instrumento como **Anexo A**. **2. Da Modificação da Denominação Social.** 2.1. Tendo em vista a modificação da natureza jurídica da Sociedade, bem como a decisão dos sócios em modificar a sua denominação social, deixará a mesma de ser denominada **Best Holding do Brasil Ltda.** para se chamar **Best Holding do Brasil S.A. 3. Da Adequação do Capital Social.** 3.1. Os sócios Antonia Sanjela Viana Bessa e Minuano Serviços Ltda., atuais quotistas da Sociedade, passarão à qualidade de acionistas exatamente nas mesmas participações detidas por eles anteriormente na Sociedade. 3.2. O valor do capital social, correspondente a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), permanecerá inalterado. 3.3. As 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas atualmente existentes serão substituídas pelo número equivalente de ações, sendo todas ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, atribuídas aos sócios na proporção das suas atuais e respectivas participações no capital da Sociedade, não sendo portanto necessários aos sócios apresentarem boletins de subscrição das referidas ações ordinárias, uma vez que a operação ora em questão trata-se apenas de transformação da Sociedade e não implica em alteração de seu capital social, visto que as quotas existentes até a presente data estão sendo exclusivamente convertidas em ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. **4. Do Estatuto Social.** 4.1. Em virtude das alterações supramencionadas, resolvem os sócios no presente ato aprovar a redação do Estatuto Social da Sociedade, o qual se encontra anexo ao presente instrumento na forma do **Anexo A**, e que dele faz parte integrante. **5. Da Eleição da Diretoria.** 5.1. Os sócios, de acordo com o que dispõe o artigo 10º do Estatuto Social que passará a vigorar a partir da presente data, elegem para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o seguinte nome, considerando a vigência de seu mandato o prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 11º do Estatuto Social, conforme o respectivo termo de posse juntados na forma do **Anexo B** ao presente instrumento: **Antonia Sanjela Viana Bessa**, brasileira, solteira, nascida em 04/09/1974, empresária, portadora da cédula de identidade ("RG") nº 27.978.965-8 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 216.114.938-54, com endereço comercial na Avenida Nova Cantareira, nº 4.505, Sala 07, Tucuruvi, CEP: 02341-002, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora sem Designação Específica. 5.2. A Diretora acima nomeado declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos políticos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 5.3. A Diretora da Sociedade fica incumbida de ultimar as formalidades remanescentes relativas à sua transformação e atualização dos registros pertinentes perante os órgãos complementares. E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma. São Paulo, 19 de janeiro de 2022. **Best Holding do Brasil S.A.** Acionistas: **Antonia Sanjela Viana Bessa**; **Minuano Serviços Ltda.** Por: Antonia Sanjela Viana Bessa. Diretora Eleita: **Antonia Sanjela Viana Bessa**. Advogado Responsável: Guilherme de Meira Coelho OAB/SP nº 313.533. **Anexo A – Estatuto Social.** Por transformação da Best Holding do Brasil Ltda. sociedade empresária limitada, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do São Paulo sob o NIRE 35.232.807.883. **Capítulo I – Denominação Social.** Cláusula 1ª. A companhia é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e adota como nome empresarial a denominação **Best Holding do Brasil S.A.** (doravante denominada simplesmente a "Companhia"). **Capítulo II – Sede.** Cláusula 2ª. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nova Cantareira, nº 4.505, Sala 07, Tucuruvi, CEP 02341-002, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Capítulo III – Objeto Social e Duração.** Secão I – Objeto Social. Cláusula 3ª. A Companhia tem como objeto social os serviços de holding de instituições não financeiras. **Seção II – Duração.** Cláusula 4ª. O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo IV – Capital Social e Ações.** Cláusula 5ª. O capital social da Companhia é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas. Parágrafo Primeiro. As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não lhes concederá mais que um proprietário para cada unidade. Cláusula 6ª. É expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias. Cláusula 7ª. As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas" e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrado deste os respectivos custos. **Capítulo V – Acordo de Acionistas.** Cláusula 8ª. Na hipótese de assinatura e arquivamento na sede da Companhia de um Acordo de Acionistas que estabeleça cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência, regulem o exercício do direito de voto dos acionistas e tragam demais deliberações, a Companhia e seus acionistas deverão observar as disposições ali contidas. Parágrafo Único. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de Acordo de Acionistas que venha a ser celebrado pelos acionistas da Companhia serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham os mesmos sidos devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia, e estando arquivados na sede, conforme a redação do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desse acordo e o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido em contrariedade com as disposições de tais acordos. **Capítulo VI – Administração.** Cláusula 9ª. A Companhia será administrada por uma Diretoria, cujas atribuições são definidas neste Estatuto Social, sem prejuízo de outras que venham a ser posteriormente definidas em Assembleia Geral de Acionistas, respeitadas as suas respectivas competências. **Capítulo VII – Diretoria.** Cláusula 10ª. A diretoria da Companhia será composta por no mínimo 1 (um) membro, sendo denominado Diretor sem Designação Específica, residente no Brasil, eleito e destituível, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas, conforme aplicável e tendo o referido acordo sido firmado pelos acionistas da Companhia. Cláusula 11ª. O mandato do Diretor será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Diretor deverá permanecer no exercício de seu cargo até a investidura de seus sucessores. Parágrafo Único. A substituição do Diretor será feita da seguinte forma: (i) Nos casos de substituição de qualquer Diretor por vacância, por qualquer motivo, o substituto será eleito pela Assembleia Geral e exercerá as funções deste, completando o prazo de gestão do substituído; e (ii) Nos casos de substituição temporária, determinada por ausência, férias, licença ou impedimentos ocasionais, as funções do Diretor ausente serão exercidas por substituto indicado entre os Diretores eleitos. Cláusula 12ª. Ressalvadas as matérias de competência da Assembleia Geral, as questões e decisões de gestão diária da Companhia e das Subsidiárias, conforme o caso, serão tomadas individualmente pelos Diretores dentro da sua área de competência, na hipótese da Companhia possuir mais de um Diretor no futuro, sempre observadas as diretrizes estratégicas estabelecidas pelas Assembleias e respeitando os orçamentos. Cláusula 13ª. Compete à Diretoria da Companhia, na forma a seguir estabelecida, a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários a esta administração, sob reserva daqueles atos que, por determinação da lei ou deste Estatuto Social, forem conferidos à Assembleia Geral de Acionistas. Cláusula 14ª. A representação da Companhia, em Juízo ou fora dele, ativa ou passiva, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete ao Diretor da Companhia, ou ainda por 1 (um) procurador devidamente constituído pelo Diretor, com poderes específicos para tanto. Parágrafo Único. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão ter prazo de validade determinado, exceto pelas procurações outorgadas a advogados para fins judiciais ou administrativos, que poderão ter prazo de validade indeterminado e permitir o substabelecimento. Cláusula 15ª. Serão nulos e inoperantes em relação à Companhia os atos praticados em desacordo com as disposições do presente Capítulo VII. **Capítulo VIII – Assembleias Gerais.** Cláusula 16ª. A Assembleia Geral de Acionistas, convocada consoante a Lei das Sociedades por Ações e o presente Estatuto Social, reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim exigir. Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral de Acionistas será presidida por um dos Diretores. O Secretário das Assembleias Gerais de Acionistas será sempre um dos Diretores ou, alternativamente, qualquer acionista escolhido "ad hoc", ficando facultado ao Secretário se valer da colaboração de advogados para auxiliá-lo em suas funções. Parágrafo Segundo. Nas Assembleias Gerais, o acionista poderá ser representado por mandatário devidamente constituído. Cláusula 17ª. Cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Exceto se de outra forma disposto em lei, as decisões em assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos. Cláusula 18ª. A contratação ou a prática de quaisquer dos atos abaixo, pela Companhia ou por qualquer de suas Subsidiárias, estará sujeita ao voto afirmativo de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Companhia: (i) emissão de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como a subscrição de ações e ou valores mobiliários pela Companhia; (ii) recompra, cancelamento ou resgate de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (iii) reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo, sem limitação, transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e cisões; (iv) alteração do estatuto social da Companhia, nas hipóteses em que referida alteração, de qualquer forma, venha a reduzir, limitar ou alterar os direitos e benefícios concedidos aos acionistas, nos termos do acordo de acionistas, incluindo, sem limitação, aumentos ou reduções de capital, exceto se por exigência legal e/ou regulamentar; (v) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia; (vi) declaração ou distribuição de dividendos em desacordo com o estatuto social da Companhia, bem como alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) venda ou emissão de ações ou outros valores mobiliários, por parte de qualquer acionista ou da Companhia, que represente a alienação do Controle da Companhia; (viii) aquisição, venda, cessão, transferência ou qualquer operação envolvendo fusão ou aquisição da Companhia; (ix) contratação, assunção ou renegociação de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento cujo (A) valor exceda, de forma isolada ou cumulativamente em um período de 12 (doze meses), R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por ano; (x) aprovação de qualquer investimento pela Companhia, cujo valor exceda o valor originalmente aprovado no orçamento e/ou plano de negócios válido à época; (xi) concessão, pela Companhia, de empréstimo, adiantamento, extensão de crédito, financiamento ou outra forma de endividamento; (xii) prestação ou concessão de garantias pela Companhia; e (xiii) constituição de qualquer obrigação sobre qualquer ativo da Companhia, fora do curso normal dos seus respectivos negócios, consistente com as suas práticas. Cláusula 19ª. Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões do Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, na hipótese de sua celebração pelos seus acionistas. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tal acordo de acionistas. **Capítulo IX – Direitos sobre as Ações.** Cláusula 20ª. As ações nominais da Companhia são indivisíveis e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos acionistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais acionistas, em igualdade de condições. Cláusula 21ª. O acionista que desejar retirar-se da Companhia ou transferir suas ações a terceiros deverá notificar por escrito à Companhia, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta, através dos demais acionistas exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em outro prazo a ser mutuamente definido pelos acionistas. Parágrafo Primeiro. Após o prazo de 30 (trinta) dias e, em igualdade de condições, as ações podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à Companhia. A notificação conterá a quantidade de ações e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto. Parágrafo Segundo. Se todos os acionistas manifestarem seu direito de preferência, a cessão das ações e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das ações que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais acionistas poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, de maneira pro-rata, as ações e/ou direitos que sobejarem. Parágrafo Terceiro. O acionista interessado somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das ações do acionista cedente, se os outros acionistas remanescentes não o exercerem, no prazo de até 5 dias úteis preferencialmente aos terceiros, estranhos à sociedade, observando: a) que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou reservas de capital social; devendo utilizar os recursos das reservas de lucros; b) estas ações permanecerão em tesouraria pelo prazo máximo de 180 dias, e se não forem alienadas neste prazo a Companhia deverá promover a redução de capital social no montante equivalente ao valor nominal das ações, revertendo o seu valor para a conta de lucro que originariamente disponibilizou os recursos para as ações em tesouraria. Parágrafo Quarto. Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do parágrafo 3º do art. 1.081 do Código Civil. Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente. Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo. **Capítulo X – Exercício social, balanço, lucros e dividendos.** Cláusula 22ª. O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações contábeis previstas no art. 176, da Lei 6.404/76 em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se, todavia sua publicação. Parágrafo Primeiro. A escrituração social ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1.182 do Código Civil Brasileiro, sendo os seus poderes conferidos por escrito pela Diretoria da Companhia, que terão a anuência expressa do profissional liberal, para efeito de determinar a apuração de responsabilidade a que aludem os artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil Brasileiro. Parágrafo Segundo. Em Assembleia Geral Ordinária será decidido o destino dos lucros acumulados, a participação dos acionistas nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão. Parágrafo Terceiro. Os lucros apurados através de demonstrativos, balanços ou balancetes, poderão ser distribuídos aos acionistas periodicamente (mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente) de acordo com a Legislação Tributária vigente, em conformidade com a disponibilidade contábil da Companhia em partes iguais a cada uma das ações, cabendo a cada acionista tantas partes quantas ações possuírem, podendo a critério dos acionistas, ficarem em reserva na Companhia. Havendo distribuição desproporcional à participação dos acionistas, respeitado o mínimo legal permitido, deverá ser feito através de recibo e ata de Assembleia Geral aprovada para esse fim, não havendo neste caso, obrigatoriedade de distribuição para outros acionistas, se assim acharem conveniente. Cláusula 23ª. Poderá a Diretoria, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários. Cláusula 24ª. As antecipações do dividendo obrigatório ou os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório do exercício. Cláusula 25ª. O pagamento dos dividendos, quando for o caso, realizar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua declaração, salvo se a Assembleia Geral dos Acionistas determinar que estes sejam pagos em prazo superior, mas sempre no curso do exercício social em que forem declarados. Cláusula 26ª. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo XI – Dissolução e Liquidação.** Cláusula 27ª. A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Capítulo XII – Disposições Gerais.** Cláusula 28ª. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. Cláusula 29ª. A Companhia observará os Acordos de Acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral e abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos. Cláusula 30ª. Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir. Cláusula 31ª. Em tudo o que for omisso o presente Estatuto, serão aplicadas as disposições legais aplicáveis, bem como as disposições constantes em Acordo de Acionistas. Cláusula 32ª. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias originais de igual forma e teor. São Paulo, 19 de janeiro de 2022. Acionistas: **Antonia Sanjela Viana Bessa**; **Minuano Serviços Ltda.** Por: Antonia Sanjela Viana Bessa. Advogado Responsável: Guilherme de Meira Coelho OAB/SP nº 313.533. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 86.660/22-6 e NIRE 35.300.586.387 em 11/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Fercoi S.A.

CNPJ 60.806.460/0001-33 - NIRE 35300064097

Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A administração em exercício da Fercoi S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1400, Bairro Mooca, São Paulo/SP (Companhia), em conformidade com os art. 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, **convoca** os Srs. acionistas para **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas** a ser realizada presencialmente na sede social, no dia **08 de Maio de 2025**, às 13:00hs (treze horas), em 1ª convocação, na sede da Companhia, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e deliberação sobre a destinação do lucro liquido do exercício e a eventual distribuição de lucros e dividendos; e (ii) debates e deliberação sobre eventuais medidas necessárias para otimizar a organização da área de transportes da Companhia; com sugestão da administração de constituição de uma sociedade subsidiária integral (artigo 251 da Lei nº 6404/76). São Paulo, **29 de Abril de 2025**. Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6404/76, necessários à realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fercoi S.A., já foram enviados aos acionistas e encontram-se disponíveis na sede da Companhia. A diretoria em exercício, **Sandra Fernandes** e **Marta Fernandes Toschi**. **(30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **08 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente

(29, 30/04 e 01/05/2025)

ABC Sistema de Transporte SPE S.A.

CNPJ nº 40.181.203/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo + PL	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**179.341.794**	**139.809.238**	**Circulante**	**291.786.344**	**165.062.150**
Caixa e equivalentes de caixa	13.674.534	93.395	Impostos e contribuições	7.308.080	8.818.696
Contas a receber	165.667.260	139.715.843	Contas a pagar	284.478.264	156.243.454
Não circulante	**512.068.966**	**344.164.446**	**Não circulante**	**158.429.493**	**88.411.246**
Realizável a longo prazo	2.758.566	3.924.714	Impostos e contribuições	38.387.559	21.892.298
Investimentos	2.490.716	1.674.307	Contas a pagar	120.041.934	66.518.948
Imobilizado	2.848.937	2.733.867	**Patrimonio líquido**	**241.194.923**	**230.500.288**
Intangível	503.970.747	335.831.558	Capital social	187.058.492	187.058.492
			Reserva de lucros	54.136.431	43.441.796
Total do ativo	**691.410.760**	**483.973.684**	**Total do passivo + PL**	**691.410.760**	**483.973.684**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	823.070.291	786.446.149
(–) Custos operacionais	(684.572.879)	(685.395.576)
Resultado operacional bruto	**138.497.412**	**101.050.573**
(+/–) Receitas/despesas operacionais:	(72.011.786)	(45.587.890)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**66.485.626**	**55.462.683**
Receitas financeiras	500.776	167.564
(–) Despesas financeiras	(37.436.506)	(13.068.425)
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**29.549.896**	**42.561.822**
(–) Imposto de renda e contribuição social	(16.495.261)	(14.086.085)
Resultado líquido do exercício	**13.054.635**	**28.475.737**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a Integralizar	Adto P/ Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31/12/2022	**187.058.492**	**(65.468.972)**	**49.035.400**	**14.966.059**	**185.590.979**
Aumento de capital social	–	65.468.972	(65.468.972)	–	–
AFAC	–	–	16.433.572	–	16.433.572
Lucro do exercício	–	–	–	28.475.737	28.475.737
Saldos em 31/12/2023	**187.058.492**	**–**	**–**	**43.441.796**	**230.500.288**
Lucro do exercício	–	–	–	13.054.635	13.054.635
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(2.360.000)	(2.360.000)
Saldos em 31/12/2024	**187.058.492**	**–**	**–**	**54.136.431**	**241.194.923**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	122.482.699	1.446.534
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	(180.754.364)	(110.689.453)
Total dos fluxos de caixa das atividades de financiamentos	71.852.804	109.253.218
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**13.581.139**	**10.299**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	93.395	83.096
Caixa e equivalente de caixa no final do período	13.674.534	93.395
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	**13.581.139**	**10.299**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: A **ABC Sistema de Transporte SPE S.A**., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana, com início de atividades em 22/12/2020. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31/12/2024.

DIRETORIA: Patricia Aparecida Formigoni Avamileno *- Diretora Presidente*
Jose Lindolfo Soares Alves *- Diretor Vice-Presidente*
Assis Martins Moreira *- CT CRC 1SP259100/O-4* **e Nelson Corrêa Cabral -** *TC 1SP068009/O-8*

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª emissão a ser realizada em 20 de maio de 2025

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **20 de maio de 2025**, **às 10:30 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão ou dispensa de *waiver* referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevistas ou necessidades identificadas no decorrer de sua execução; e **c)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br fiduciario@commcor.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física**: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes**: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 20 de maio de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (29, 30 e 01/052025)

PR-SAD Administração de Bem Proprio S.A.

CNPJ(MF) nº 15.595.305/0001-60

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
Ativo circulante	**4.097**	**5.566**	**Passivo circulante**	**79**	**70**
Aplicações equivalentes de caixa	**1.739**	**–**	**Outras obrigações**	**79**	**70**
Outros títulos de renda fixa	1.739	–	Demais impostos e contribuições a recolher	13	6
Títulos e valores mobiliários	**994**	**5.528**	Provisões para pagamentos a efetuar	66	64
Cotas de fundos de investimentos	1	3.069	**Passivo não circulante**	**30.351**	**30.588**
Outros títulos de renda fixa	993	2.459	**Exigível a longo prazo**	**30.351**	**30.588**
Outros créditos	**1.364**	**38**	**Outras obrigações**	**30.351**	**30.588**
Créditos tributários	103	–	Diversos	30.351	30.588
Diversos	1.261	38	**Patrimônio líquido**	**(24.868)**	**(24.025)**
Ativo não circulante	**1.465**	**1.067**	Capital:	2.827	2.826
Realizável a longo prazo	**7**	**–**	De domiciliados no país	2.827	2.827
Outros créditos	7	–	(Capital a realizar)	–	(1)
Diversos	7	–	Lucros / (prejuízos) acumulados	(27.695)	(26.851)
Imobilizado de uso	**1.458**	**1.067**	**Patrimônio liquido atribuível aos controladores**	**(24.868)**	**(24.025)**
Outros bens do imob de uso	26.745	25.286			
(Depreciações acumuladas)	(25.287)	(24.219)	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**5.562**	**6.633**
Total do ativo	**5.562**	**6.633**			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO *(Lei nº 11.638)*

	2024	2023
Despesas/receitas operacionais	(1.078)	(2.504)
Despesas gerais e administrativas	(1.078)	(2.504)
Outras despesas administrativas	(1.068)	(2.486)
Despesas tributarias	(10)	(18)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(1.078)**	**(2.504)**
Resultado financeiro	**235**	**347**
Receitas financeiras	**235**	**390**
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	219	384
Rendas de títulos e valores mobiliários	14	4
Variações monetárias e cambiais ativas	2	2
Despesas financeiras	**–**	**(43)**
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	–	(43)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(843)**	**(2.157)**
Resultado líquido das operações continuadas	**(843)**	**(2.157)**
Lucro/ (prejuízo) do período	**(843)**	**(2.157)**
Atribuído a sócios da empresa controladora	(843)	(2.157)
Atribuído a sócios não controladores	–	–
Nº de ações	2.826.940	2.826.940
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,298)	(0,763)

A DIRETORIA: **Reinaldo Dantas -** *Contador - CRC-1SP nº 110330/O-6*

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Edital De Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas

Serve a presente para convocar os acionistas da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("**Companhia**"), para participarem da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia **06 de maio de 2025**, às **15:00**, em primeira convocação, e às **15:30**, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; ii) Deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a destinação dos resultados auferidos no referido período; iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento para o exercício social de 2025; e iv) A reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: i) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 5.247.344,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), mediante a emissão de 283.541.984 (duzentas e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e uma mil e novecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R$ 0,01850641, nos termos do Artigo 170 da Lei das S.A, a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia; ii) A ratificação de todos os aumentos de capital social da Companhia realizados até o momento, incluindo as respectivas diluições de participações de acionistas considerados inadimplentes; e iii) Sujeito à aprovação da matéria do item (i) acima, consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Matéria Sujeita à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação *Teams*. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail **juridico.consultivo@hsinvest.com**, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. **• Procedimento Para a Participação e Votação À Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia será enviado oportunamente; b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. **• Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Artigo 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do **Anexo I**, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o Artigo 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenidade Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-905, e/ou o endereço eletrônico **juridico.consultivo@hsinvest.com** com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 25 de abril de 2025. **Bruno Sampaio Greve -** Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. **(29, 30/04/2025 e 01/05/2025)**

Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ/MF nº 21.692.479/0001-44 - NIRE 35.300.479.696

Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº 3229 - Tucuruvi – São Paulo/SP

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Srs. Acionistas da **Norte Buss Transportes S.A.** convidados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e , no dia **30 de maio de 2025**, às **10h00,** na **Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – Santana – São Paulo/SP** (Local reservado fora da sede da Companhia que fica localizada no endereço da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº. 3229 – Tucuruvi – CEP: 02306-003 por reunir condições estruturais adequadas ao bom andamento dos trabalhos da assembleia e com capacidade para comportar todos os acionistas convocados), a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: **Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, bem como o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do período, se houver, e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Homologação das Cessões de Direitos de Acionistas; **b)** Homologação do Boletim de Subscrição da Sociedade que segue anexo a esta ata, aprovando a exclusão e admissão de Acionistas, com o correspondente ajuste das subscrições e integralizações; **c)** Exclusão do número de Prefixo do Boletim de Subscrição da Sociedade, com manutenção do número da Ação para identificação. **Disposições Gerais**: **a)** Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede social da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações objeto da Assembleia, a saber: cópias das demonstrações financeiras, relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, e, parecer de auditores independentes; **b)** A representação de acionista, por procurador, deverá ser precedida de depósito do respectivo instrumento de procuração, no setor de Registro de Ações da Companhia, localizado na Filial Garagem Jaraguá – Rua Andresa, nº 101 – Jaraguá São Paulo/SP, com 72 horas de antecedência e, obedecer ao disposto nos termos da lei 6.404/76, Artigo 126, Parágrafo 1º ***(Parágrafo 1º O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos)***; **c)** Terá o acionista direito a tantos votos quantos forem o número de suas ações subscritas e totalmente integralizadas nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º do estatuto social. "*Em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados à disposição na sede da Companhia.*" São Paulo, 30 de abril de 2025. **Jeremias José Pereira - Diretor Presidente da Norte Buss Transportes S.A. (30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

Uzinas Chimicas Brasileiras S.A.

CNPJ nº 50.380.674/0001-37

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.958	15.784	21.660	32.384
Contas a receber	22.165	18.848	79.517	62.643
Estoques	34.847	29.355	38.138	34.068
Adiantamentos	1.570	824	218	1.334
Impostos e contribuições a recuperar	522	357	1.081	790
Dividendos a receber	18.162	17.208	–	-
Instrumentos Financeiros Derivativos at	3.757	93	3.757	239
Outros créditos	63	19	100	22
Total do ativo circulante	**86.044**	**82.488**	**144.471**	**131.480**
Não circulante				
Aplicações Financeiras	1.815	1.692	1.815	1.692
Adiantamentos	–	3.300	–	3.300
Outros créditos	474	927	863	1.167
	2.289	**5.919**	**2.678**	**6.159**
Investimentos	25.532	24.120	2.196	1.935
Imobilizado	31.435	31.690	33.500	34.201
Direito de Uso	7.963	10.682	9.370	12.428
Intangível	51.921	28.809	56.780	33.390
	116.851	**95.301**	**101.846**	**81.954**
Total do ativo não circulante	**119.140**	**101.220**	**104.524**	**88.113**
Total do ativo	**205.184**	**183.708**	**248.995**	**219.593**
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.213	24.156	26.899	30.951
Arrendamentos a pagar	2.891	3.054	3.314	3.519
Fornecedores	12.305	8.850	15.885	10.779
Salários e encargos sociais a pagar	4.120	3.521	6.133	5.202
Impostos e contribuições a recolher	1.058	1.288	3.640	3.885
Adiantamento de clientes	2.072	503	622	24
Dividendos a pagar	3.495	3.386	4.918	4.881
Instrumentos financeiros derivativos	–	25	664	25
Outras contas a pagar	2.494	2.186	5.095	4.303
Total do passivo circulante	**46.648**	**46.969**	**67.170**	**63.569**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	68.449	57.122	85.064	69.703
Arrendamentos a pagar	4.737	7.628	5.645	8.909
Outras contas a pagar	4.247	19	4.246	19
Provisão para contingências	1.773	1.376	1.773	1.376
Total do passivo não circulante	**79.206**	**66.145**	**96.728**	**80.007**
Total do passivo	**125.854**	**113.114**	**163.898**	**143.576**
Patrimônio líquido				
Capital social	20.000	20.000	20.000	20.000
Reserva legal	4.000	4.000	4.000	4.000
Reserva de lucros	49.516	40.476	49.516	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial	5.917	6.118	5.917	6.118
Outros resultados abrangentes	(103)	–	(103)	-
	79.330	**70.594**	**79.330**	**70.594**
Participação de acionistas não controladores	**–**	**–**	5.767	5.423
Total do patrimônio líquido	**79.330**	**70.594**	**85.097**	**76.017**
Total do passivo e patrimônio líquido	**205.184**	**183.708**	**248.995**	**219.593**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023	2024	2023
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	12.478	(558)	13.348	975
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	1.935	1.852	2.445	2.367
Amortização do direito de uso	2.719	2.114	3.108	2.458
Amortização da mais valia de ativos	–	22	–	22
Baixa mais valia por alienação de investimento	–	169	–	169
Baixa investimento por alienação	–	1.810	–	1.810
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(666)	(92)	(286)	153
Perdas estimadas nos estoques	473	–	473	-
Resultado da equivalência patrimonial	(21.567)	(21.903)	–	(287)
Ganho por compra Vantajosa	(8.508)	–	(8.508)	-
Constituição de provisão processos judiciais	(415)	(26)	(415)	(26)
Baixas do imobilizado, intangível e direito de uso	1.335	1.301	1.499	1.313
Juros sobre atualização do direito de uso	270	756	306	875
Receita de aplicações financeiras	(123)	(114)	(123)	(114)
Receita de outros investimentos	–	–	(261)	-
Variação cambial	3.849	(58)	3.798	(58)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	3.689	(119)	2.879	(264)
Provisão de juros empréstimos e financiamentos	10.670	11.269	13.822	13.748
Amortização de encargos sobre empréstimos	(90)	180	(414)	180
Despesas com Imposto de Renda	–	–	5.558	6.015
Impostos diferidos	104	87	104	87
	6.153	**(3.310)**	**37.333**	**29.423**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(2.651)	(6.728)	(16.589)	(3.656)
Estoques	(5.965)	4.202	(4.543)	1.706
Adiantamentos	2.554	(2.497)	4.416	(3.747)
Impostos e contribuições a recuperar	(269)	1.017	(395)	994

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos Acionistas Controladores								
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros	Lucros/ Prejuízos Exercício	Total	Participação de Acionista não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**20.000**	**4.000**	**43.466**	**6.280**	**960**	**–**	**74.706**	**4.540**	**79.246**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	(558)	(558)	1.533	**975**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	249	(249)	–	–	–	–	**-**
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	–	–	–	87	–	–	87	–	**87**
Destinações do lucro líquido	–	–	–	–	–	–	**-**		
Distribuição de dividendos	–	–	(3.641)	–	–	–	(3.641)	(650)	**(4.291)**
Transferência de saldo de Outros Resultados Abrangentes para Reservas de lucros a realizar	–	–	960	–	(960)	–	–	–	**-**
Retenção de lucros	–	–	(558)	–	–	558	–	–	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.000**	**4.000**	**40.476**	**6.118**	**–**	**–**	**70.594**	**5.423**	**76.017**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	12.478	12.478	870	**13.348**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	305	(305)	–	–	–	–	**-**
Realização dos impostos diferidos sobre o custo atribuído	–	–	–	104	–	–	104	–	**104**
Perdas não realizadas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	(103)	–	(103)	(2)	**(105)**
Destinações do lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	**-**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(3.743)	(3.743)	(524)	**(4.267)**
Reserva de Lucros	–	–	8.735	–	–	(8.735)	–	–	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20.000**	**4.000**	**49.516**	**5.917**	**(103)**	**–**	**79.330**	**5.767**	**85.097**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	100.646	93.358	181.853	163.080
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(80.748)	(80.969)	(88.940)	(83.092)
Lucro (prejuízo) bruto	**19.898**	**12.389**	**92.913**	**79.988**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(23.982)	(23.856)	(67.491)	(60.599)
Resultado da equivalência patrimonial	21.567	21.903	–	287
Outras receitas operacionais líquidas	6.830	442	6.842	508
	4.415	(1.511)	(60.649)	(59.804)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**24.313**	**10.878**	**32.264**	**20.184**
Receitas Financeiras	8.335	4.276	11.028	6.529
Despesas Financeiras	(20.066)	(15.625)	(24.283)	(19.636)
Resultado Financeiro	(11.731)	(11.349)	(13.255)	(13.107)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**12.582**	**(471)**	**19.009**	**7.077**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(2.893)	–	(8.451)	(6.015)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	2.789	(87)	2.789	(87)
Lucro líquido do exercício	**12.478**	**(558)**	**13.348**	**975**
Atribuído à:				
Participação de acionistas controladores	12.478	(558)	12.478	(558)
Participação de acionistas não controladores	–	–	870	1.533
	12.478	**(558)**	**13.348**	**975**
Lucro por ação			**2,57**	**0,19**

Demonstração do Resultado do Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**12.478**	**(558)**	**13.348**	**975**
Perdas não realizadas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(103)	–	(105)	-
Resultado abrangente do exercício	**12.375**	**(558)**	**13.243**	**975**
Resultado abrangente do exercício atribuído à:				
Acionistas controladores	12.375	(558)	12.375	(558)
Acionistas não controladores	–	–	868	1.533
	12.375	**(558)**	**13.243**	**975**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outros créditos	(6.969)	(450)	227	(501)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	3.455	1.563	5.107	3.215
Salários, férias e encargos sociais a pagar	600	(274)	931	(440)
Impostos e contribuições a recolher	(231)	505	125	(27)
Pagamentos de juros	(9.369)	(9.557)	(12.430)	(11.989)
Impostos sobre a renda pagos	–	–	(5.929)	(5.918)
Outras contas a pagar	6.917	(3.546)	669	(2.882)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	**(5.774)**	**(19.075)**	**8.922**	**6.178**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamento de Investimento em controlada	26	–	26	-
Aquisições do imobilizado e intangível	(17.620)	(2.899)	(18.151)	(3.565)
Dividendos Recebidos	19.125	22.270	–	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**1.531**	**19.371**	**(18.125)**	**(3.565)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	39.700	32.000	52.700	42.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.325)	(17.377)	(46.167)	(23.181)
Pagamento de Arrendamento	(3.324)	(2.822)	(3.825)	(3.268)
Pagamento de dividendos	(3.633)	(2.974)	(4.229)	(3.668)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(6.582)**	**8.827**	**(1.521)**	**11.883**
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(10.826)**	**9.123**	**(10.724)**	**14.496**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.958	15.784	21.660	32.384
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.784	6.661	32.384	17.888
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(10.826)**	**9.123**	**(10.724)**	**14.496**

Diretor: Rodrigo Galvão de Souza Faleiros - Diretor Superintendente
Contador: João Paulo Donadon Pulliano – CRC/SP 1SP 293.360/O-0

Bernatrans Transportes Urbanos S.A.

CNPJ nº 34.051.080/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ativo	2024	2023	Passivo + PL	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	**38.604.982**	**59.572.980**	**Circulante**	**61.309.212**	**91.278.223**
Caixa e equiv. de caixa	4.645.339	1.780.347	Impostos e contribuições	7.920.537	13.861.231
Contas a receber	33.959.643	57.792.633	Contas a pagar	53.388.675	77.416.992
Não circulante	**111.227.739**	**103.460.349**	**Não circulante**	**100.154.663**	**73.991.258**
Realizável a longo prazo	1.908.263	1.578.591	Impostos e contribuições	13.779.837	10.356.374
Imobilizado	76.892.000	67.840.527	Contas a pagar	86.374.826	63.634.884
Intangível	32.427.476	34.041.231	**Patrimonio líquido**	**(11.631.154)**	**(2.236.152)**
			Capital social	19.438.001	19.438.001
			Prejuízos acumulados	(31.069.155)	(21.674.153)
Total do ativo	**149.832.721**	**163.033.329**	**Total do passivo + PL**	**149.832.721**	**163.033.329**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2024	2023
Receita operacional líquida	256.187.778	274.486.777
(–) Custos operacionais	(219.641.387)	(206.768.273)
Resultado operacional bruto	**36.546.391**	**67.718.504**
(+/–) Receitas/Despesas operacionais:	(39.513.727)	(36.458.262)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(2.967.336)**	**31.260.242**
Receitas financeiras	4.148.697	78.735
(–) Despesas financeiras	(7.440.131)	(10.877.420)
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	**(6.258.770)**	**20.461.557**
(–) IRPJ e CSLL	(3.136.232)	(5.816.604)
Resultado líquido do exercício	**(9.395.002)**	**14.644.953**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuizos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**19.438.001**	**(36.319.106)**	**(16.881.105)**
Resultado do exercício	–	14.644.952	14.644.952
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**19.438.001**	**(21.674.154)**	**(2.236.153)**
Resultado do exercício	–	(9.395.002)	(9.395.002)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**19.438.001**	**(31.069.156)**	**(11.631.155)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	31/12/2024	31/12/2023
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	29.042.301	6.805.818
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(17.093.284)	(8.300.897)
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	(9.084.025)	2.645.913
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente de Caixa	**2.864.992**	**1.150.834**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.780.347	629.513
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	4.645.339	1.780.347
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	**2.864.992**	**1.150.834**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) **Do Contexto:** A **Bernatrans Transportes Urbanos S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades em 27/06/2019. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Bernardo do Campo, 31/12/2024.

DIRETORIA: Gilmar Ribeiro Coutinho - *Diretor Presidente*;
Assis Martins Moreira - *Contador - CRC 1SP259100/O-4*

Cooperativa Terenas Energia

CNPJ/MF nº 48.275.784/0001-97 - NIRE: 354.002.003-16

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados da Cooperativa Terenas Energia a ser realizada em 12 de Maio de 2025.

A **Cooperativa Terenas Energia**, sociedade civil sob o regime jurídico de Cooperativa, constituída em 19 de setembro do ano de 2022, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n° 618, sala 31, Itaim Bibi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 04.530-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 48.275.784/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 354.002.003-16, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Cooperativa**"), na figura de seu Presidente, o Sr. **Carlos Alberto de Carvalho Caselli**, vem convocar todos os Cooperados ("**Cooperados**"), nos termos do artigo 38 da Lei nº 5.764/71, e do artigo 24 do "**Estatuto Social da Cooperativa Terenas Energia**" ("**Estatuto Social**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados**, a ser realizada no **dia 12 de maio de 2025**, **(1) em 1ª (primeira) convocação às 10h00min**; **(2)** não havendo quórum para instalação em primeira convocação, **em 2ª (segunda) convocação às 11h00min**, e por fim, **(3)** caso também não se atinja o quórum para instalação em segunda convocação, **em 3ª (terceira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **exclusivamente digital**, conforme permitido no parágrafo único, Artigo 43-A, da Lei n° 5.764 de 16 de dezembro de 1971, por meio de videoconferência, na plataforma "MS Teams" ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** a alteração da redação do Artigo 7º e seu Parágrafo Único, a fim de dispensar a necessidade de assinatura do Diretor Presidente no Livro de Matrículas; **b)** a alteração da disposição sobre responsabilidade dos Cooperados perante terceiros prevista no Estatuto Social, com o respectivo ajuste do Artigo 12 do Estatuto Social da Cooperativa; **c)** A rerratificação do endereço da sede da Cooperativa alterado na ata da 3ª convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados da Cooperativa, convocada para 20 de setembro de 2024, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná ("**JUCEPAR**") em 19 de outubro de 2024 sob o n° 20247843920 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 11 de novembro de 2024, sob o n° 3540020031-6, de forma a consignar a alteração da redação da alínea "a" do Artigo 1º do Estatuto Social; **d)** A ratificação da alteração do endereço da filial que se localiza no Estado de São Paulo, cujo CNPJ/MF é o n° 48.275.784/0002-78, uma vez deliberada na Assembleia Geral Extraordinária 20 de Setembro de 2024; **e)** a ratificação da alteração do objeto social da Cooperativa, de modo que este reflita no objeto social da Matriz e de todas as filiais, conforme deliberado no item (a) da ata da 3ª convocação da Assembleia Geral Extraordinária de Cooperados da Cooperativa, convocada para 28 de junho de 2024, registrada na JUCEPAR em 08 de agosto de 2024 sob o n° 20245034412; e **f)** a consolidação do Estatuto Social da Cooperativa. A Cooperativa ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos Cooperados; em 2ª (segunda) convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um da totalidade de Cooperados na data da Convocação; e, em 3ª convocação, será instalada com quórum de, no mínimo, 10 (dez) Cooperados, conforme previsto no artigo 40 da Lei nº 5.764/71 e no artigo 27 do Estatuto Social. Para a aprovação da ordem do dia, serão necessários votos de Cooperados que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Cooperados presentes na Assembleia, conforme previsto no parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 5.764/71 e no parágrafo único do artigo 36 do Estatuto Social. Em conformidade com o previsto na alínea e, do artigo 25 do Estatuto Social, esclarece-se que, o número total de Cooperados, com direito a voto na data da publicação deste edital é de 23.831 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e um) Cooperados. Para participação na Assembleia, os Cooperados deverão apresentar os seguintes documentos: **(i) Cooperado – Pessoa Física**: **a)** documento de identidade do Cooperado, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. **(ii) Cooperado – Pessoa Jurídica**: **a)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **b)** documento que comprove os poderes de representação, tais como, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou procuração acompanhada do ato societário que elegeu o signatário da procuração; e **c)** documento de identidade do(s) representante(s) da pessoa jurídica, contendo no mínimo o número do RG, do CPF, foto e assinatura. De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia, a Cooperativa sugere que os Cooperados que desejem participar da Assembleia, enviem, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail comunicacao@terenasgd.com.br, sendo que, somente serão aceitos documentos recebidos no referido e-mail até 30 (trinta) minutos antes do início de cada convocação. Por fim, a Cooperativa ressalta que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 42 da Lei nº 5.764/71, "não será permitida a representação por meio de mandatário", de forma que nenhum cooperado poderá ser representado por Procurador no âmbito da presente Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Cooperados que tiverem sua presença verificada, em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente, sendo que a Assembleia será gravada para fins de apuração de votos. A Cooperativa permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Cooperados no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo-SP, 30 de abril de 2025. **Cooperativa Terenas Energia - Carlos Alberto de Carvalho Caselli – Presidente da Cooperativa Terenas Energia.**

Auto Defesa Brasil Tecnologia e Monitoramento de Sistemas Eletrônicos S/A

CNPJ/MF nº 30.609.644/0001-42

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em reais)

Ativo	2024	2023
Caixas e equivalentes	5.076.938	15.444.243
Clientes	25.576.866	9.798.783
Adiantamentos a fornecedores	29.252	691.778
Adiantamentos a funcionários	16.544	26.840
Impostos a recuperar	441.341	129.938
Despesas antecipadas	13.548	4.537
Outros créditos	1.776	-
Ativo circulante	**31.156.265**	**26.096.119**
Ativo fiscal diferido	1.641.283	3.185
Contas a receber partes relacionadas	7.769.111	4.892.389
Aplicações de liquidez não imediata	4.269.275	3.830.746
Depósitos judiciais	15.300	15.300
Antecipação dividendos	39.793.144	22.256.052
Outros créditos	–	3.329.969
	53.488.114	**34.327.641**
Imobilizado	33.822.471	48.825.320
Intangível	7.944.297	7.441.457
Ativo não circulante	**95.254.882**	**90.594.417**
Total do Ativo	**126.411.147**	**116.690.536**

Passivo	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	11.297.010	22.035.702
Fornecedores	6.147.616	2.810.052
Salários e ordenados a pagar	581.920	413.169
Impostos, taxas e contribuições	7.930.015	9.422.313
Férias	1.047.562	861.729
Provisões administrativas	5.793	–
Impostos diferidos	–	103.122
Outros débitos	25.686	583.329
Passivo circulante	**27.035.603**	**36.229.416**
Empréstimos e financiamentos	27.823.140	19.016.092
Contas a pagar partes relacionadas	4.419.501	2.041.306
Passivo descoberto	(12.956)	(12.956)
Outros débitos	49.196	-
Passivo não circulante	**32.278.882**	**21.044.443**
Capital social	15.300.000	15.300.000
Reserva de lucros	3.739.501	3.739.501
Resultado acumulado	11.220.912	3.310.525
Resultado do exercício	36.836.250	37.066.652
Patrimônio líquido	**67.096.662**	**59.416.678**
Total do Passivo e patrimônio líquido	**126.411.147**	**116.690.536**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em reais)*

	2024	2023
Receita líquida	**162.019.191**	**138.928.793**
Custo dos serviços prestados	(60.599.733)	(55.585.049)
Custo das mercadorias vendidas	(28.812.890)	(9.506.867)
Lucro bruto	**72.606.567**	**73.836.877**
Despesas comerciais	(3.821.931)	(1.085.326)
Despesas gerais e administrativas	(28.696.310)	(20.632.754)
Despesas tributárias	(832.935)	(484.036)
Outras receitas	25.559.412	10.947.854
Outras despesas	–	(528)
Lucro operacional	**64.814.802**	**62.582.087**
Receitas financeiras	1.120.652	1.227.477
Despesas financeiras	(9.108.580)	(7.763.704)
Resultado financeiro líquido	**(7.987.928)**	**(6.536.226)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**56.826.875**	**56.045.860**
Provisão do IRPJ e CSLL	(21.731.845)	(19.053.104)
Provisão do IRPJ e CSLL diferido	1.741.220	76.435
Resultado liquido do período	**36.836.250**	**37.069.191**

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em reais)*

	2024	2023
Resultado liquido do período	36.836.250	37.069.191
Resultado liquido do período	**36.836.250**	**37.069.191**
Outros resultados abrangentes	–	-
Outros resultados abrangentes, líquido de IR e CSLL	**–**	**-**
Resultado abrangente total	**36.836.250**	**37.069.191**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)

	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Resultado acumulados	Adiantamento para futuro aumento capital	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**300.000**	**118.226**	**36.214.560**	**14.999.400**	**51.632.186**
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.999.400	–	–	(14.999.400)	-
Reversão de valores de SCP	–	–	(5.291.081)	–	(5.291.081)
Aporte de capital em espécie	600	–	–	–	600
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	(43.454)	–	(43.454)
Reconstituição reversa legal	–	3.621.275	(3.000.000)	–	621.275
Distribuição de lucros / dividendos	–	–	(24.569.500)	–	(24.569.500)
Resultado do período	–	–	37.066.652	–	37.066.652
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**15.300.000**	**3.739.501**	**40.377.177**	**–**	**59.416.678**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	840.735	–	840.735
Distribuição de lucros / dividendos	–	–	(29.997.000)	–	(29.997.000)
Resultado do período	–	–	36.836.250	–	36.836.250
Saldo em 30 de setembro de 2024	**15.300.000**	**3.739.501**	**48.057.162**	**–**	**67.096.662**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - *(Em reais)*

	2024	2023
Resultado liquido do período	36.836.250	37.066.652
Depreciação e amortização	12.266.134	24.595.736
Ajuste reflexo de SCP (incorporação)	–	(5.291.081)
Caixa de incorporação da Globalização	–	(621.275)
Provisão impostos diferidos	(1.741.220)	(76.435)
Ajuste de exercícios anteriores	840.735	(43.454)
Custo residual do ativo imobilizado	25.043.565	6.214.001
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e despesas	**73.245.463**	**61.844.144**
Redução/(aumento) nas contas a receber e demais contas a receber	**(14.974.204)**	**2.218.671**
Clientes	(15.778.083)	(1.464.159)
Adiantamentos a fornecedores	662.526	311.717
Adiantamentos a funcionários	10.296	3.357
Impostos a recuperar	(311.403)	2.080.323
Estoques	–	2.815.106
Despesas antecipadas	(9.012)	302
Contas a receber parte relacionada	(2.876.722)	(1.527.974)
Outros créditos	3.328.193	-
Aumento/(redução) nas provisões e outras contas a pagar	**26.120.100**	**15.374.386**
Fornecedores	3.337.565	165.691
Salários e ordenados a pagar	168.751	116.125
Impostos, taxas e contribuições	20.552.411	17.917.381
Provisões de férias	185.833	260.882
Contas a pagar partes relacionadas	2.378.195	(2.363.546)
Provisões	5.793	-
Passivo Descoberto	–	(12.956)
Outras débitos	(508.447)	(709.190)
Geração de caixa das atividades operacionais	**84.391.359**	**79.437.202**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.044.709)	(12.088.345)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**62.346.650**	**67.348.856**
Aplicações de liquidez não imediata	(438.529)	(3.830.746)
Antecipação dividendos	(17.537.092)	(11.091.014)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(22.809.690)	(9.675.468)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(40.785.312)**	**(24.597.228)**
Distribuição de lucros/resultados	(29.997.000)	(24.569.500)
Empréstimos e financiamentos	(1.931.644)	(10.068.791)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**(31.928.644)**	**(34.638.291)**
Aumento / (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(10.367.305)**	**8.113.338**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**15.444.243**	**7.330.905**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.076.938**	**15.444.243**

Nelson Santini Neto – Presidente

Marco Aurélio Dias Miranda – Contador CRC 1SP 178.135/O-0

Hakimi Participações S.A.

(Em organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 10 de maio de 2023

Data, Hora e Local: Aos 10 dias do mês de maio de 2023, às 15:00hs, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-D, Sala 6, Centro, CEP 01009-907. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude do comparecimento de todos os acionistas da Sociedade, a saber: (a) **Agile Participações Ltda.**, sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-D, Sala 88, Centro, CEP 01009-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.068.989/0001-88 e NIRE 35237602091, neste ato representada pelo sua sócia administradora a Sra. **Jeane Maria Araujo de Souza**, brasileira, contadora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 06/06/1991, detentora do documento de identidade RG nº 360914056-SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº 396.548.068-51, residente e domiciliada em São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar – Centro, São Paulo-SP, CEP 01009-000, e (b) **Fast Participações Ltda.**, sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-D, Sala 88, Centro, CEP 01009-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.068.903/0001-17 e NIRE 35237602023, neste ato representada pelo sua sócia administradora a Sra. **Jeane Maria Araujo de Souza**, brasileira, contadora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 06/06/1991, detentora do documento de identidade RG nº 360914056-SSP/SP, e inscrita no CPF sob o nº 396.548.068-51, residente e domiciliada em São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar – Centro, São Paulo-SP, CEP 01009-000. **Composição da Mesa:** Sr. Carlos Eduardo Prado, como presidente e Marina Rosa Molina Prado para secretariá-la. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar que a Assembleia tinha por finalidade (a) a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76 denominada **Hakimi Participações S.A.**; (b) a eleição do membro da Diretoria da Companhia; e (c) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia e outros assuntos de seu interesse. **Deliberações:** Após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas da Sociedade deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (a) Declarar que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76 sob a denominação de **Hakimi Participações S.A.**, com um capital inicial de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), representado por 1200 (mil e duzentos) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Sr. Presidente esclareceu que os fundadores haviam procedido à subscrição da totalidade das ações representativas do capital inicial da Sociedade, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata como anexo I. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que a acionista **Agile Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 108 (cento e oito) ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R$ 108,00 (cento e oito reais) no Banco do Brasil S/A, e a acionista **Fast Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 12 (doze) ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R$ 12,00 (doze reais) no Banco do Brasil S/A, ficando, dessa forma, integralizado 10% do capital da Sociedade. A acionista **Agile Participações Ltda.** integralizará as 1.080 (uma mil e oitenta) ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) no prazo de 90 (noventa) dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. (b) Dando prosseguimento aos trabalhos, a Sra. Presidente submeteu à apreciaçao dos subscritores para proceder à eleição da Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, de 10 de maio de 2023 a 09 de maio de 2026 com a remuneração mínima de R$ 500,00 (quinhentos reais) anual, a saber: (b.1) Sra. **Marina Rosa Molina Prado**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 38.446.091-4, emitida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 408.377.338-39, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, Centro, CEP 01009-907, para o cargo de Diretora Presidente. (c) Por fim, a Sra. Presidente submeteu à apreciação dos subscritores o Projeto de Estatuto, cujo texto foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, conforme anexo I. Autorizar a lavratura da ata que se refere esta assembleia da forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. **Deliberações:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 10 de maio de 2023. Carlos Eduardo Prado – Presidente da Mesa; Marina Rosa Molina Prado – Secretária da Mesa. Acionistas: **Agile Participações Ltda.** Jeane Maria Araujo de Sousa; **Fast Participações Ltda.** Jeane Maria Araujo de Sousa. Declaração de Desimpedimento: Marina Rosa Molina Prado. Visto do Advogado: Darcio Siqueira de Sousa OAB/SP nº 240.530. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.618.912 em 06/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

GA Self Storage Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.567.390/0001-56 - NIRE 35300501365

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 29 de abril de 2025, às 12:00 horas, na sede da **GA Self Storage Participações S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida João Dias, nº 2.319, Sala 15, Santo Amaro, CEP 04723-003 ("Companhia"). **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, face à presença de acionistas representando 100% do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Thiago Augusto Cordeiro e secretariados pelo Sr. Fernando Hamaoui. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital da Sociedade. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram as seguintes matérias: **5.1.** Preliminarmente, autorizar a lavratura da ata em forma de sumário, conforme faculta o Artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei das S.A.; **5.2.** Por considerarem que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, os sócios aprovaram por votação unanime, a redução do capital social dos **atuais** R$ 79.176.419,58 (setenta e nove milhões, cento e setenta e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos), dividido em 535.007.739 (quinhentas e trinta e cinco milhões, sete mil, setecentas e trinta e nove) ações ordinárias, totalmente integralizado **para** R$ 71.816.705,58 (setenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos), sendo a redução de R$ 7.359.714,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quatorze reais), realizada sem o cancelamento de número de ações. **5.3.** Que a redução do capital será efetivada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações do acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R$ 7.359.714,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quatorze reais), sem o cancelamento de número de ações. **5.4.** Que, de acordo com o parágrafo Primeiro do Artigo 1.084 do Código Civil, o presente instrumento com a cópia de sua publicação, bem como a Alteração do Estatuto Social da Sociedade que irá formalizar a redução de capital social, serão devidamente arquivadas perante a JUCERJA, não antes dos 60 (sessenta) dias após a publicação da presente ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia geral, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Mesa: Thiago Augusto Cordeiro – presidente; e Fernando Hamaoui – secretário. Acionista presente: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati). São Paulo, 29 de abril de 2025. Confere com o original lavrado em livro próprio.

Transportes Imediato S.A.

CNPJ/MF nº 49.151.483/0001-14

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**24.817**	10.462
Contas a receber de clientes	5	**304.694**	260.787
Estoque		**1.000**	639
Tributos a recuperar	6	**18.624**	19.578
Adiantamento a fornecedores e diversos		**5.584**	4.134
Despesas antecipadas		**61**	84
		354.780	295.684
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Depósitos judiciais	14	**4.780**	5.115
Tributos a recuperar	6	**24.312**	27.255
Investimentos		**731**	–
Direito de uso	9	**210.864**	230.544
Imobilizado	10	**475.367**	484.886
Intangível		**1.365**	762
		717.419	748.562
Total do ativo		**1.072.199**	1.044.246

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	11	**31.464**	37.323
Empréstimos e financiamentos	12	**118.360**	211.999
Instrumentos financeiros derivativos	19	**17**	2
Arrendamentos a pagar	9	**50.856**	41.143
Obrigações trabalhistas e sociais	13	**62.274**	56.575
Dividendos e JSCP a pagar	15	**52.867**	58.352
Tributos a recolher		**16.913**	19.076
Adiantamentos de clientes		**1.242**	458
Outros passivos		**7.047**	9.011
		341.040	433.939
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	**381.944**	309.941
Arrendamentos a pagar	9	**180.133**	171.779
Tributos diferidos	8	**60.418**	40.879
Provisão para demandas judiciais	14	**9.460**	11.162
		631.955	533.761
Patrimônio líquido	15		
Capital social		**45.524**	45.524
Reserva de lucros		**53.680**	31.022
		99.204	76.546
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.072.199**	1.044.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.524	2.022	–	3.600	–	51.146
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	84.669	84.669
Destinação do resultado:						
Constituição da reserva legal	–	4.233	–	–	(4.233)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	23.897	(3.600)	(20.297)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(53.162)	(53.162)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(6.107)	(6.107)
Retenção de lucros	–	–	–	870	(870)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.524	6.255	23.897	870	–	76.546
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**75.525**	**75.525**
Destinação do resultado:						
Constituição da reserva legal		**2.849**	**–**	**–**	**(2.849)**	
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**(52.867)**	**(52.867)**
Retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**19.809**	**(19.809)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**45.524**	**9.104**	**23.897**	**20.679**	**–**	**99.204**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	**1.233.023**	1.075.637
Custo dos serviços prestados	17	**(972.262)**	(838.914)
Lucro bruto		**260.761**	236.723
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	**(73.153)**	(78.495)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	**39.230**	30.746
		(33.923)	(47.749)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**226.838**	188.974
Receitas financeiras	18	**8.871**	6.843
Despesas financeiras	18	**(120.838)**	(78.210)
Resultado financeiro, líquido		**(111.967)**	(71.367)
Lucro antes dos impostos		**114.871**	117.607
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	**(19.808)**	(4.960)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	**(19.538)**	(27.978)
Lucro líquido do exercício		**75.525**	84.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**75.525**	84.669
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultados abrangentes	**75.525**	84.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes dos impostos	**114.871**	117.607
Ajustado por:		
Depreciação de imobilizado	**38.747**	34.360
Ganho na venda de ativo imobilizado	**(14.316)**	(15.349)
Amortização de direito de uso	**68.058**	36.393
Juros incorridos sobre arrendamentos	**51.403**	5.034
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**67.895**	72.675
Provisão de clientes a faturar	**(5.965)**	(9.507)
Instrumentos financeiros derivativos	**15**	(176)
Provisão para demandas judiciais	**(1.702)**	3.450
	319.006	244.487
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	**(37.942)**	(62.026)
Estoques	**(361)**	(139)
Tributos a recuperar	**3.897**	36.455
Adiantamento a fornecedores e diversos	**(1.450)**	(2.045)
Depósitos judiciais	**335**	159
Despesas antecipadas	**23**	(23)
Fornecedores	**(5.859)**	(6.924)
Obrigações trabalhistas e sociais	**5.699**	16.674
Tributos a recolher	**(4.209)**	5.382
Adiantamento de clientes	**784**	166
Outros passivos	**(1.964)**	(2.332)
Caixa gerado pelas operações	**277.959**	229.834
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(17.761)**	(5.073)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**260.198**	224.761
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	**(1.474)**	(9.523)
Adições de investimentos	**(731)**	–
Recebimento na venda de ativos imobilizados	**35.656**	31.264
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**33.451**	21.741
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de passivos de arrendamento	**(81.714)**	(54.698)
Captação de empréstimos e financiamentos	**207.970**	11.859
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(299.042)**	(104.319)
Pagamento de juros do período	**(48.156)**	(79.489)
Distribuição de lucros e JSCP	**(58.352)**	(28.312)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(279.294)**	(254.959)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**14.355**	(8.457)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.462**	18.919
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**24.817**	10.462
Transações que não afetaram caixa:		
Direito de uso e passivo de arrendamento	**48.378**	226.496
Imobilizado adquirido através de empréstimos e financiamentos	**49.697**	177.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional – A Transportes Imediato S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima com Sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Atua no Brasil por meio de 50 filiais (54 em 31 de dezembro de 2023). Tem como atividade a prestação de serviços de transportes e logística considerando as seguintes operações: • Outbond – é o fluxo de produtos acabados, de fábrica para fábrica. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • Inbound – é a transferência de insumos, dos fornecedores para as fábricas. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • Operação dedicada – é a transferência de produtos da fábrica para os Centros de Distribuição Direta (CDD). Há um estudo de demanda em cada cliente, para determinar a quantidade de veículos necessários, 24h por dia, proporcionando uma sinergia no processo. Os veículos são desenvolvidos especificamente(customizados), junto ao fabricante do insumo, para cada operação; • Operação Back Haul – é a transferência do produto acabado. Consiste na sinergia entre fornecedor/cliente, otimizando mesmo veículo, que transfere diferentes produtos, resultando em economia, ou seja, uma carreta leva uma carga e traz outra, numa mesma viagem. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Base de preparação:** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de abril de 2025. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.2. **2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 5: análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperadas; • Nota Explicativa nº 8: imposto de renda e contribuição social diferidos; • Nota Explicativa nº 19: instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9: determinação da taxa de desconto para direito de uso e arrendamentos a pagar; • Nota Explicativa nº 10: revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; • Nota Explicativa nº 14: provisão para demandas judiciais. **3. Políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **3.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). **3.2. Novas normas e interpretações:** 3.2.1 – Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. (i) Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2)/CPC 40 (R1): As alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não houve impactos da adoção desta norma. 3.2.2 – Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025 e não se espera impacto as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.4. Instrumentos financeiros:** Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros: A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e diversos, despesas antecipadas e depósitos judiciais. Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantinha passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, arrendamentos a pagar, dividendos e JSCP a pagar, adiantamentos de clientes e outros passivos. Compensação de ativos e passivos financeiros: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado. **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber de clientes (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **3.6. Provisão para perda de crédito esperada:** A provisão para perda de crédito esperada do contas a receber de clientes é calculada com base na análise do "*aging list*", provisionando os itens de longa data (período superior a 1 ano), mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes, com base nos históricos de perdas. As despesas com a constituição da provisão para perda de crédito esperada são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "provisão para perda de crédito esperada" são revertidos contra a perda constituída. **3.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, sendo que para o grupo de Veículos, a Companhia leva em consideração o valor residual dos ativos em 35% do montante capitalizado. A vida útil dos itens, em anos, utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

Grupo	2024	2023
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Instalações	10	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Vida útil dos bens do ativo imobilizado: A Companhia revisa as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicativos de que o valor desses ativos seja inferior ao valor de realização. **3.9. Arrendamentos:** Todos os arrendamentos são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; • Arrendamentos com duração igual o inferior a 12 meses. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita no contrato, a menos que (como normalmente é o caso) isso não seja facilmente determinável, caso em que a taxa incremental sobre empréstimos da Companhia no início do arrendamento é utilizada. Os pagamentos de arrendamento variável só são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento se dependerem de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento pressupõe que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do contrato. Outros pagamentos de arrendamento variável são gastos no período a que se relacionam. No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui: • Valores a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; • O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoável avaliar essa opção; • Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida. Os ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescido por: • Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; • Custos diretos incorridos iniciais; • O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é contratualmente obrigado a desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento. Quando a Companhia revisa sua estimativa do prazo de qualquer arrendamento (porque, por exemplo, ele reavalia a probabilidade de uma extensão do arrendatário ou opção de rescisão ser exercida), ele ajusta o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a fazer ao longo do prazo revisado, que são descontados usando uma taxa de desconto revisada. O valor contábil dos passivos do arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável dos pagamentos futuros do arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado, exceto se a taxa de desconto permanecer inalterada. Em ambos os casos, um ajuste equivalente é feito ao valor contábil do ativo com direito de uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado pelo prazo remanescente (revisado) do arrendamento. Se o valor contábil do ativo com direito de uso for ajustado para zero, qualquer redução adicional é reconhecida no resultado. Quando a Companhia renegocia os termos contratuais de um arrendamento com o arrendador, a contabilização depende da natureza da modificação: • Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço individual pelos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima; • Em todos os outros casos em que a renegociação aumenta o escopo do arrendamento (seja uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é reavaliado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo de direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor; • Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo do arrendamento quanto do ativo de direito de uso, são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial ou total do arrendamento com qualquer diferença reconhecida no lucro ou prejuízo. O passivo do arrendamento é então ajustado para garantir que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados ao longo do prazo renegociado, com os pagamentos do arrendamento modificados descontados pela taxa aplicável na data da modificação. O ativo de direito de uso é ajustado pelo mesmo valor. Para contratos que transmitem o direito para a Companhia de usar um ativo identificado e requerem serviços a serem prestados para a Companhia pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, ou seja, não aloca qualquer valor de pagamentos contratuais, contabilizando separadamente quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia utilizou as taxas médias de 13,25% (13,75% em 31 de dezembro de 2023) para cálculo do ajuste a valor presente. **3.10. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.11. Provisões para demandas judiciais:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. **3.12. Benefícios a funcionários:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, nas datas das demonstrações financeiras. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisão, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Transportes Imediato S.A.

às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas nas datas das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) diferenças relacionadas a investimentos em entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores é limitado a 30% e são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições/exclusões das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis/tributáveis na apuração do lucro tributável, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.14. Reconhecimento da receita:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita conforme CPC 47, que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A Companhia aufere receitas conforme abaixo: a) Receita de fretes: A receita de fretes é decorrente do transporte de mercadorias interurbano e é reconhecida no momento da realização do efetivo transporte, com base nos valores acordados em contratos entre as partes; b) Receita de serviços: A receita de prestação de serviços é decorrente do transporte de mercadorias dentro do mesmo município e é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão destes serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. **3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras (resultado financeiro):** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**2024**	**2023**
Caixa	**672**	467
Contas correntes	**1.531**	1.067
Aplicações financeiras	**22.614**	8.928
	24.817	10.462

O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" representam valores com vencimento inferiores a 90 dias, disponíveis para utilização a qualquer tempo, sem vínculos de impedimento. Em "Aplicações financeiras" são registrados Certificados de Depósitos Bancários, remunerados com base em percentual (média de 100%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), bem como aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições de primeira linha, com rendimentos e liquidez diários. Tais aplicações são realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha visando manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real) e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Companhia, podendo ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

5. Contas a receber de clientes	**2024**	**2023**
Clientes nacionais	**106.569**	28.996
Clientes partes relacionadas (nota 7)	**161.004**	200.635
Clientes a faturar	**37.121**	31.156
	304.694	260.787

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer do saldo de clientes nacionais:

	2024	**2023**
A vencer	**244.588**	239.043
Vencidos até 30 dias	**51.809**	18.031
Vencidos de 31 a 90 dias	**3.269**	1.016
Vencidos há mais de 91 dias	**5.028**	2.697
	304.694	260.787

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração realizou a avaliação para provisão para perdas de crédito esperada e entende que não há provisão a ser constituída sobre o saldo de contas a receber de clientes. A exposição máxima ao risco de crédito na data do encerramento do período é o valor contábil do contas a receber de clientes mencionado acima.

6. Tributos a recuperar	**2024**	**2023**
ICMS sobre ativo imobilizado	**40.341**	39.548
PIS e COFINS	**8**	2.173
IRRF sobre aplicações financeiras	**652**	1.701
IRPJ a recuperar	**1.149**	1.789
CSLL a recuperar	**–**	1.470
INSS a recuperar	**77**	77
PERDCOMP a compensar	**215**	75
Outros impostos	**494**	–
	42.936	46.833
Circulante	**18.624**	19.578
Não circulante	**24.312**	27.255

7. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2024 está demonstrada a seguir:

	2024	**2023**
Honorários da diretoria	**2.448**	1.920
	2.448	1.920

Ativo:	**2024**	**2023**
Contas a receber de clientes (nota 5)	**161.004**	200.635
	161.004	200.635

Passivo:	**2024**	**2023**
Fornecedores (nota 11)	**222**	453
Arrendamentos a pagar (Nota 9)	**–**	50
Dividendos e JSCP a pagar (Nota 15)	**52.867**	58.352
	53.089	59.772

Resultado	**2024**	**2023**
Receita bruta (Nota 16) (i)	**859.358**	824.717
Receita de subarrendamento (Nota 17) (ii)	**52**	537
Juros sobre passivo de arrendamento (Nota 17)	**(21)**	(264)
Amortizações do direito de uso (Nota 18)	**(37)**	(487)
	859.352	824.503

(i) As operações com partes relacionadas referem-se a contratos de prestação de serviços de logística com o Grupo Ambev, os quais são efetuados a preços e condições específicos negociados contratualmente. Além disso a Companhia possuía contrato de aluguel da antiga sede junto a Imediato Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii) Sublocação de um espaço/sala no imóvel localizado na Avenida Presidente Castelo Branco. **8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** – O imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período de 31 de dezembro de 2024 e 2023, são demonstrados como segue:

	2024	**2023**
Resultado do exercício antes dos impostos	**114.871**	117.607
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	**(39.056)**	(39.986)
Ajustes no cálculo pela alíquota efetiva		
Diferenças permanentes		
Juros sobre capital próprio	**–**	2.076
Incentivos fiscais – Subvenção	**–**	8.125
Outras	**(290)**	(3.153)
	(39.346)	(32.938)
Impostos correntes	**(19.808)**	(4.960)
Impostos diferidos	**(19.538)**	(27.978)
Alíquota efetiva	**34%**	28%

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Ativo	**2024**	**2023**
Prejuízo fiscal e base negativa	**12.856**	21.029
Provisão para participação nos lucros	**442**	1.089
Arrendamentos	**6.887**	–
Provisão para demandas judiciais	**3.216**	3.795
	23.401	25.913
Passivo		
Depreciação fiscal vs. societária	**(69.266)**	(57.179)
Provisão de receita a faturar	**(12.419)**	(9.613)
Provisão créditos tributários	**(2.134)**	–
	(83.819)	(66.792)
Tributos diferidos líquidos	**(60.418)**	(40.879)

A Companhia mantém o saldo de R$ 12.856 (R$ 21.029 em 31 de dezembro de 2023) de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais e base negativa. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios. **9. Direito de uso e arrendamentos a pagar** – A movimentação do direito de uso e dos arrendamentos a pagar durante o exercício foi a seguinte: Direito de uso:

	Veículos	**Imóveis**	**Máquinas**	**Total**
Saldos em 31 dezembro de 2023	140.049	7.424	83.071	230.544
Adições de novos contratos	**6.540**	**1.893**	**16.571**	**25.004**
Amortizações	**(42.454)**	**(2.970)**	**(22.634)**	**(68.058)**
Remensurações	**23.374**	**–**	**–**	**23.374**
Saldos em 31 dezembro de 2024	**127.509**	**6.347**	**77.008**	**210.864**
Vida útil (anos)	Até 5 anos	Até 10 anos	Até 7 anos	

	Veículos	**Imóveis**	**Máquinas**	**Total**
Saldos em 31 dezembro de 2022	74.020	1.341	302	75.663
Adições de novos contratos	125.912	7.106	93.478	226.496
Amortizações	(24.661)	(1.023)	(10.709)	(36.393)
Remensurações	(35.222)	–	–	(35.222)
Saldos em 31 dezembro de 2023	140.049	7.424	83.071	230.544
Vida útil (anos)	Até 5 anos	Até 10 anos	Até 7 anos	

Arrendamentos a pagar:

	Saldo de compromissos de arrendamentos	**Ajuste a valor presente do arrendamento**	**Passivo de arrendamento mercantil**
Saldos em 31 dezembro de 2023	**335.141**	**(122.219)**	**212.922**
Adições de novos contratos	**25.608**	**(604)**	**25.004**
Pagamentos efetuados	**(81.714)**	**–**	**(81.714)**
Remensurações	**23.374**	**–**	**23.374**
Apropriação dos encargos financeiros	**–**	**51.403**	**51.403**
Saldos em 31 dezembro de 2024	**302.409**	**(71.420)**	**230.989**
Circulante			**50.856**
Não circulante			**180.133**

	Saldo de compromissos de arrendamentos	**Ajuste a valor presente do arrendamento**	**Passivo de arrendamento mercantil**
Saldos em 31 dezembro de 2022	130.079	(58.766)	71.313
Adições de novos contratos	324.996	(98.500)	226.496
Pagamentos efetuados	(54.698)	–	(54.698)
Remensurações	(65.236)	30.013	(35.223)
Apropriação dos encargos financeiros	–	5.034	5.034
Saldos em 31 dezembro de 2023	335.141	(122.219)	212.922
Circulante			41.143
Não circulante			171.779

Os fluxos de pagamentos dos arrendamentos estão demonstrados a seguir:

Anos	**2024**	**2023**
Até 1 ano	**50.856**	53.622
Até 2 anos	**54.573**	48.658
Até 3 anos	**53.064**	39.604
Até 4 anos	**31.100**	33.611
Até 5 anos	**21.484**	16.873
Acima de 5 anos	**19.912**	20.554
	230.989	212.922

10. Imobilizado – Composição do ativo imobilizado

	2024			**2023**	
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**% Taxas anuais de depreciação**
Máquinas e equipamentos	**21.255**	**(5.157)**	**16.098**	6.944	10
Móveis e utensílios	**2.930**	**(1.081)**	**1.849**	1.772	10
Veículos	**600.853**	**(147.252)**	**453.601**	472.090	10 a 20
Equipamentos de informática	**3.351**	**(1.035)**	**2.316**	2.364	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**2.000**	**(502)**	**1.498**	1.711	20
Instalações	**34**	**(29)**	**5**	5	10
	630.423	**(155.056)**	**475.367**	484.886	

Movimentação do ativo imobilizado

Custo	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Instalações**	**Total**
Saldos em 31/12/2022	9.119	1.268	463.931	1.650	–	47	476.015
Adições	1.942	1.344	179.722	1.427	1.851	–	186.286
Baixas	(83)	(15)	(41.544)	–	–	–	(41.642)
Saldos em 31/12/2023	10.978	2.597	602.109	3.077	1.851	47	620.659
Adições	**10.277**	**340**	**39.420**	**274**	**149**	**–**	**50.460**
Baixas	**–**	**(7)**	**(40.676)**	**–**	**–**	**(13)**	**(40.696)**
Saldos em 31/12/2024	**21.255**	**2.930**	**600.853**	**3.351**	**2.000**	**34**	**630.423**
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2022	(3.214)	(601)	(122.846)	(465)	–	(40)	(127.166)
Adições	(894)	(226)	(32.760)	(248)	(140)	(2)	(34.270)
Baixas	74	2	25.587	–		–	25.663
Saldos em 31/12/2023	(4.034)	(825)	(130.019)	(713)	(140)	(42)	(135.773)
Adições	**(1.123)**	**(263)**	**(36.529)**	**(322)**	**(362)**	**(1)**	**(38.600)**
Baixas	**–**	**7**	**19.296**	**–**	**–**	**14**	**19.317**
Saldos em 31/12/2024	**(5.157)**	**(1.081)**	**(147.252)**	**(1.035)**	**(502)**	**(29)**	**(155.056)**
Imobilizado líquido							
Em 31/12/2023	6.944	1.772	472.090	2.364	1.711	5	484.886
Em 31/12/2024	**16.098**	**1.849**	**453.601**	**2.316**	**1.498**	**5**	**475.367**

Teste de recuperabilidade: A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não apontou a necessidade de constituição da provisão para o valor recuperável destes ativos. Como consequência não existe perdas por desvalorização a serem reconhecidas nos exercícios mencionados acima. Vida útil dos ativos imobilizados: Durante o exercício de 2022 a Companhia, com base em estudo interno realizado pela Administração, reavaliou a vida útil de seus ativos imobilizados relacionados ao grupo de veículos passando os ativos imobilizados a partir do exercício de 2022 a serem depreciados pela nova vida útil de 10 anos. A Companhia analisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado para exercício de 2024 e não identificou ajustes a serem realizados.

11. Fornecedores a pagar	**2024**	**2023**
Fornecedores de mercadorias e serviços	**27.626**	33.595
Fretes a pagar	**3.838**	3.728
	31.464	37.323

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar que são sempre vencíveis em prazo não superior a um ano. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

12. Empréstimos e financiamentos

Em moeda nacional:	**Encargos financeiros incidentes**	**Índice**	**2024**	**2023**
Finame	3,2% a 3,6% a.a.	**TJLP**	**109.452**	144.416
Finame	14,6% a 15,8% a.a.	**–**	**7.240**	127.407
Finame	3,4% a 3,6% a.a.	**SELIC**	**81.733**	132.476
Leasing	8,3% a.a. a 17% a.a.	**–**	**10.933**	4.529
Capital de giro	1,5% a.a. a 3,8% a.a.	**CDI**	**269.167**	65.769
CDC	7,6% a.a. a 14% a.a.	**–**	**6.144**	34.187
Outros	4,13% a 13% a.a.	**–**	**15.635**	13.156
			500.304	521.940
Circulante			**118.360**	211.999
Não circulante			**381.944**	309.941

Os financiamentos bancários e obrigações de arrendamento estão garantidos pela alienação fiduciária dos veículos e equipamentos de informática. A Companhia arrenda veículos e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos de arrendamento são de três a cinco anos. Os empréstimos são contraídos basicamente para fins de financiamento de suas atividades operacionais na compra de bens do ativo imobilizado. O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados. As parcelas classificadas no não circulante por ano de vencimento têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	**2024**	**2023**
2025	**–**	123.172
2026	**123.898**	121.504
2027	**112.760**	65.265
Após 2027	**145.286**	–
Total	**381.944**	309.941

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Em moeda nacional	**2023**	**Captações**	**Amortização**	**Pagamento de juros**	**Encargos**	**2024**
Capital de giro	65.769	**224.544**	**(33.367)**	**(11.683)**	**23.904**	**269.167**
Finame	404.299	**16.954**	**(231.019)**	**(33.530)**	**41.721**	**198.425**
CDC	34.187	**–**	**(27.590)**	**(1.890)**	**1.437**	**6.144**
Leasing	4.529	**10.610**	**(4.226)**	**(423)**	**443**	**10.933**
Outros	13.156	**5.559**	**(2.840)**	**(630)**	**390**	**15.635**
	521.940	**257.667**	**(299.042)**	**(48.156)**	**67.895**	**500.304**

b) Garantias: A Companhia possui os bens dados em garantia são os próprios bens adquiridos por meio dos contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía o montante líquido de R$ 485.198 referente aos ativos dados em garantias contratuais. c) Obrigações contratuais – "Covenants financeiros" A Companhia detém empréstimos bancários que apresentam cláusulas restritivas de *covenants* no montante de R$15.460 em 31 de dezembro de 2024. De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos quatro anos. O contrato contém *covenants* que estabelece que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Dívida Líquida/EBITDA. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

13. Obrigações trabalhistas e sociais	**2024**	**2023**
Salários a pagar	**14.627**	13.695
Provisões para férias e encargos	**29.232**	24.574
INSS	**9.056**	7.313
FGTS	**4.143**	4.386
Participação nos lucros	**1.300**	3.203
Outros	**3.916**	3.404
	62.274	56.575

São reconhecidos em conformidade com a prestação de serviços de seus funcionários e os encargos são calculados em conformidade com a legislação vigente. **14. Provisão para demandas judiciais** – A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhista decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a demandas judiciais:

Movimentação	**Depósitos judiciais**	**Provisão**
Saldos em 31/12/2022	5.274	7.712
Adições	1.869	10.191
Baixas	(2.028)	(6.741)
Saldos em 31/12/2023	**5.115**	**11.162**
Adições	**1.244**	**3.697**
Baixas	**(1.579)**	**(5.399)**
Saldos em 31/12/2024	**4.780**	**9.460**

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre pagamento de insalubridades; • Depósitos judiciais: consiste, principalmente para pagamento de garantia de execução, levantamento de valores e encargos de processos contra a Companhia. Perdas possíveis não provisionadas no balanço: No que tange aos processos jurídicos estimados como perda possível, a Companhia é ré em ações trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias avaliados em 31 de dezembro de 2024 em R$ 7.059 (R$ 6.809 em 31 de dezembro de 2023). **15. Patrimônio líquido** – Em 30 de abril de 2022, os sócios decidiram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia em R$9.957 através da emissão de 9.957.000 novas quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada uma delas, mediante o aproveitamento das reservas de lucros acumulados. Em 30 de junho de 2022 os acionistas Roberto Zampini, Roberto Zampini Junior, Eduardo Negrão Zampini, Humberto Fernando Negrão Zampini, Laura Negrão Zampini e Flávia Zampini Fregonezi transferiram onerosamente à Nexway Logística Ltda. (anteriormente denominada RPO Latam Estratégia em Compras Ltda.) o total de 5.007.604 ações, sendo 5.007.154 ações ordinárias, sem valor nominal e 450 ações preferenciais, sem valor nominal, classe "A". Em 08 de novembro de 2023, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, em razão da composição entre os acionistas quanto aos números e parâmetros utilizados no cálculo da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, na forma prevista no acordo de acionistas vigente, restou aprovada, por acionistas titulares da totalidade do capital social votante da Companhia, a conversão de 39 ações preferenciais classe "A" em 2.087.317 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas idênticas às existentes, as quais ora emitidas todas em favor da atual titular das ações preferenciais ora convertidas e canceladas, sendo que tais ações ordinárias fruto da conversão aqui aprovada representam 3,9% da totalidade das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas do capital social após a conversão, em estrita observância ao parâmetro acordado entre os acionistas. Em 15 de agosto de 2024, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, em razão da composição entre os acionistas quanto aos números e parâmetros utilizados no cálculo da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, na forma prevista no acordo de acionistas vigente, restou aprovada, por acionistas titulares da totalidade do capital social votante da Companhia, a conversão de 71 ações preferenciais classe "A" em 4.333.797 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas idênticas às existentes, as quais ora emitidas todas em favor da atual titular das ações preferenciais ora convertidas e canceladas, sendo que tais ações ordinárias fruto da conversão aqui aprovada representam 7,1% da totalidade das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas do capital social após a conversão, em estrita observância ao parâmetro acordado entre os acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 51.943.333 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 340 ações preferenciais, sem valor nominal (47.609.536 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 411 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023), na seguinte proporção:

	2024				**2023**			
	Participação %	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**R$**	**Participação %**	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**R$**
Roberto Zampini	**1,18**	**610.217**	**–**	**535**	1,27	610.217	–	583
Roberto Zampini Junior	**19,03**	**9.886.558**	**–**	**8.665**	20,77	9.886.558	–	9.453
Eduardo Negrão Zampini	**19,03**	**9.886.558**	**–**	**8.665**	20,77	9.886.558	–	9.453
Humberto Fernando Negrão Zampini	**19,03**	**9.886.558**	**–**	**8.665**	20,77	9.886.558	–	9.453
Laura Negrão Zampini	**9,86**	**5.123.087**	**–**	**4.490**	10,76	5.123.087	–	4.899
Flávia Zampini Fregonezi	**9,86**	**5.123.087**	**–**	**4.490**	10,76	5.123.087	–	4.899
Nexway Logistica Ltda.	**22**	**11.427.268**	**340**	**10.014**	14,9	7.093.471	411	6.784
	100	**51.943.333**	**340**	**45.524**	100	47.609.536	411	45.524

Ações preferenciais: As ações "Classe A" preferenciais da Companhia terão direito a voto irrestrito e farão jus, cada uma, à prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em relação a quaisquer outras classes de ações preferenciais que venham a ser emitidas pela Companhia. Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Reserva de incentivos fiscais: A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de reservas de lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art.195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tal reserva poderá ser somente utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos desde que já totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucro, com exceção da Reserva Legal, conforme preceitua o art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014. As subvenções não poderão ser distribuídas aos acionistas por meio de dividendos ou para restituição de capital. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.789/2023, foram revogados dispositivos da Lei nº 12.973/2014. Dessa forma, a Companhia deixou de constituir reserva de subvenção para investimento a partir de 1º de janeiro de 2024, permanecendo com um saldo de R$ 23.897 (R$ 23.897 em 31 de dezembro de 2023). Distribuição de lucros: Conforme definido no Estatuto Social da Companhia, aprovado em 30 de junho de 2022, exceto se de outra forma aprovado por unanimidade dos acionistas da Companhia, a Companhia distribuirá aos seus acionistas dividendos equivalentes a 70% do lucro líquido apurado a cada exercício social, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram destinados lucros totais de R$ 52.867 e R$ 59.269 em 31 de dezembro de 2023, sendo R$ 53.162 referente à dividendos e R$ 6.107 referente à juros sobre capital próprio. **16. Receita líquida** – As receitas da Companhia são constituídas da prestação de serviços logísticos integrados de transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em setores tais como bebidas e alimentícias. A receita de prestação de serviços de transportes, bem como a receita de serviços logísticos é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

	2024	**2023**
Receitas de fretes	**906.763**	883.926
Receitas de aluguel	**44**	–
Receitas de serviços	**591.713**	430.240
Receita bruta	**1.498.520**	1.314.166
Impostos sobre vendas	**(265.497)**	(238.529)
Receita líquida	**1.233.023**	1.075.637

17. Despesas por natureza	**2024**	**2023**
Gastos com mão de obra	**(493.275)**	(441.411)
Prestação de serviços terceiros (i)	**(199.827)**	(145.039)
Combustíveis e lubrificantes	**(83.477)**	(91.445)
Manutenção de veículos e carrocerias	**(91.812)**	(77.497)
Depreciação e amortização	**(38.747)**	(34.360)
Pneus	**(17.992)**	(19.015)
Amortização do direito de uso de arrendamentos	**(68.058)**	(36.393)
Baixas de créditos CIAP	**(3.186)**	(7.557)
Gastos com processos judiciais	**(7.038)**	(6.671)
Reversão (provisão) para demandas judiciais	**1.702**	(3.450)
Pedágio	**(9.220)**	(6.446)
Despesas com despachantes /IPVA	**(8.254)**	(8.440)
Despesas com viagem	**(5.116)**	(4.291)
Oficina e lavador	**(3.099)**	(2.819)
Sinistros	**(2.632)**	(3.312)
Gastos com comunicação	**(1.990)**	(1.629)
Material de higiene e escritório	**(1.162)**	(1.010)

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Transportes Imediato S.A.

	2024	2023
Seguro	**(850)**	(708)
Energia elétrica	**(899)**	(838)
Ganho na venda de ativo imobilizado	**14.316**	15.349
Outras receitas (despesas)	**14.431**	(9.681)
	(1.006.185)	(886.663)
Custo dos serviços prestados	**(972.262)**	(838.914)
Despesas gerais e administrativas	**(73.153)**	(78.495)
Outras receitas (despesas) operacionais	**39.230**	30.746
Total	**(1.006.185)**	(886.663)

(i) Refere-se principalmente à subcontratação de fretes.

18. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receita financeira		
Juros ativos e atualização monetária	**4.268**	1.142
Juros ativos sobre subarrendamento	**–**	2
Receita de aplicação financeira	**2.856**	2.857
Descontos obtidos	**1.747**	2.842
	8.871	6.843
Despesa financeira		
Descontos concedidos	**(8)**	(12)
Juros passivos	**(67.895)**	(72.675)
Juros passivos arrendamento	**(51.403)**	(5.034)
Despesas bancárias	**(1.452)**	(475)
Taxas de consórcio	**(80)**	(14)
	(120.838)	(78.210)
Resultado financeiro líquido	**(111.967)**	(71.367)

19. Instrumentos financeiros – Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos e controles estabelecidos pela Administração. Os recebíveis de clientes e ativos de contrato em aberto são monitorados regularmente e não há histórico de perdas relevantes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de contas a receber de clientes estava concentrado em três clientes (Ambev S.A., Raízen S.A. e Mercado Livre S.A.), que somados eram responsáveis pelo pagamento de aproximadamente 93,6% (2023 – 92%) do saldo em aberto. Apesar da concentração, a Companhia entende que não há risco de crédito sobre o saldo, por se tratar de clientes já consolidados no mercado. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A Companhia mantém constantes esforços para o alongamento do seu endividamento e na obtenção de recursos de longo prazo para realização dos investimentos necessários para a ampliação da oferta de prestação de serviço. *Risco de mercado:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. A Companhia mantem uma operação de *swap* para troca de taxa de juros de um empréstimo cujo no valor nocional de R$ 2.990. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo do *swap* é de R$ 17. *Risco de oscilação dos preços de insumos:* Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. *Risco de estrutura de capital:* Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	**500.304**	521.940
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	**(24.817)**	(10.462)
Dívida financeira líquida	**475.487**	511.478

Valor justo dos instrumentos financeiros: As tabelas abaixo demonstram as principais ativos e passivos financeiros da Companhia, de acordo com sua classificação, e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2024	2023
Caixa e bancos	2.203	1.534
Contas a receber de clientes	304.694	250.787
Adiantamento a fornecedores e diversos	5.584	4.134
Despesas antecipadas	61	84
Depósitos judiciais	4.780	5.115
Subtotal	**317.322**	**261.654**
Ativos mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras	22.614	8.928
Subtotal	**22.614**	**8.928**
Total dos ativos	**339.936**	**270.582**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	**2024**	**2023**
Fornecedores	(31.464)	(37.323)
Empréstimos e financiamentos	(500.304)	(521.340)
Arrendamento a pagar	(230.989)	(212.922)
Dividendos e JCP a pagar	(52.867)	(58.352)
Adiantamento de clientes	(1.242)	(458)
Outros passivos	(7.047)	(9.011)
Subtotal	**(823.913)**	**(839.406)**
Passivos mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	(17)	(2)
Subtotal	**(17)**	**(2)**
Total dos passivos	**(823.930**	**(839.408)**

Hierarquia do valor justo – em milhares de R$

			2024			2023
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Aplicação financeiras	–	22.614	–	–	8.928	–
Total	**–**	**22.614**	**–**	**–**	**8.928**	**–**
Passivo financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	–	(17)	–	–	(2)	–
Total	**–**	**(17)**	**–**	**–**	**(2)**	**–**

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo foram mensurados considerando os níveis de mensuração abaixo: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares ou valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo, utilizando outras técnicas de precificação com premissas que sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que abrangem dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado, que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Análise de sensibilidade: As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão atreladas à variação do CDI, SELIC e TLP. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações nas taxas em relação à data base de 31 de dezembro de 2024, considerando o risco de queda das taxas, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

					2024
		Apreciação		Depreciação	
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras – CDI	**22.614**	**22.614**	**22.614**	**22.614**	**22.614**
Taxa sujeita à variação	**12,15%**	**15,19%**	**18,23%**	**9,11%**	**6,08%**
Receita financeira projetada	**2.748**	**3.435**	**4.121**	**2.061**	**1.374**
Variação – R$		**687**	**1.374**	**(687)**	**(1.374)**

					2024
		Apreciação		Depreciação	
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos – CDI	**(269.167)**	**(269.167)**	**(269.167)**	**(269.167)**	**(269.167)**
Taxa sujeita à variação	**12,15%**	**15,19%**	**18,23%**	**9,11%**	**6,08%**
Despesa financeira projetada	**(32.704)**	**(40.880)**	**(49.056)**	**(24.528)**	**(16.352)**
Variação – R$		**(8.176)**	**(16.352)**	**8.176**	**16.352**
Empréstimos e financiamentos – SELIC	**(81.733)**	**(81.733)**	**(81.733)**	**(81.733)**	**(81.733)**
Taxa sujeita à variação	**12,25%**	**15,31%**	**18,38%**	**9,19%**	**6,13%**
Despesa financeira projetada	**(10.012)**	**(12.515)**	**(15.018)**	**(7.509)**	**(5.006)**
Variação – R$		**(2.503)**	**(5.006)**	**2.503**	**5.006**
Empréstimos e financiamentos – TLP	**(109.452)**	**(109.452)**	**(109.452)**	**(109.452)**	**(109.452)**
Taxa sujeita à variação	**7,05%**	**8,81%**	**10,58%**	**5,29%**	**3,53%**
Despesa financeira projetada	**(7.716)**	**(9.645)**	**(11.575)**	**(5.787)**	**(3.858)**
Variação – R$		**(1.929)**	**(3.858)**	**1.929**	**3.858**

Riscos de liquidez: A seguir são apresentadas as maturidades de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

					2024
Passivos	**Valor Contábil**	**1 ano**	**2 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Fornecedores	**31.464**	**31.464**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos e financiamentos	**500.304**	**118.360**	**236.658**	**135.155**	**10.132**
Arrendamentos a pagar	**230.989**	**50.856**	**107.637**	**52.584**	**19.912**
Adiantamento de clientes	**1.242**	**1.242**	**–**	**–**	**–**
Dividendos e JSCP a pagar	**52.867**	**52.867**	**–**	**–**	**–**
Outros passivos	**7.047**	**7.047**	**–**	**–**	**–**
	823.913	**261.836**	**344.295**	**187.739**	**30.044**

					2023
Passivos	**Valor Contábil**	**1 ano**	**2 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Fornecedores	37.323	37.323	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	521.940	211.999	244.220	62.378	3.343
Arrendamentos a pagar	212.922	53.622	88.262	50.484	20.554
Adiantamento de clientes	458	458	–	–	–
Dividendos e JCP a pagar	58.352	58.352	–	–	–
Outros passivos	9.011	9.011	–	–	–
	840.006	370.765	332.482	112.862	23.897

20. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros, por natureza, em 31 de dezembro de 2024 é composta conforme quadro abaixo:

Classificação	**Risco assegurado**	**Valor do risco assegurado**	**Vigência**
Danos materiais/corporais	Prédios e benfeitorias	**7.900**	**2025**
Responsabilidade civil de administradores	Risco de colaboradores	**187.460**	**2025**
		195.360	

i) Frota: A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais e para cobertura de danos a terceiros, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de risco de sinistros de sua frota, tendo em vista o custo versus benefício do prêmio. **21. Compromissos** – A Companhia possui contratos de prestação de serviços de logística, com prazos que variam entre 5 e 10 anos, cuja estimativa de recebíveis contratuais são apresentados abaixo, calculados em 31 de dezembro de 2024:

Exercícios	**Tipo de serviço prestado**	**Estimativa receita anual**
2025	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	**1.651.333**
2026	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	**1.697.264**
2027	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	**1.797.086**
2028 a 2030	Prestação Serviços de Transportes de Cargas	**3.672.936**

22. Eventos subsequentes – Em janeiro de 2025, a Companhia captou empréstimos no valor aproximado de R$ 102.000 para aquisição de frota.

Diretoria

Roberto Zampini Júnior – Diretor Presidente
Humberto Fernando Negrão Zampini – Diretor Operacional

Contadora

Erica Luzia Ferreira Barbosa Mini
CRC: 1SP 020.5052/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Transportes Imediato S.A.
Ribeirão Preto-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 24 de abril de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP 044.415/F

Eric Horta Piantino
Contador
CRC MG 107.829/O

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Ravipa Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.672/0001-68

Relatório da Administração

A Administração da Ravipa, vem na presença de todos os seus acionistas apresentar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como, as suas notas explicativas. Por ser uma holding patrimonial (não financeira), a Administração informa que a Companhia não teve no exercício findo, nenhum fato relevante que possa comprometer a sua continuidade. A Administração agradece e fica à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as demonstrações financeiras. *A Administração*

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e bancos	2.828	1
Aplicações financeiras	–	12.085
Impostos a recuperar	8.817	8.786
Total do Circulante	**11.645**	**20.872**
Não Circulante		
Imobilizado		
Imobilizado líquido	30.565.529	29.403.582
Total do Ativo Não Circulante	**30.565.529**	**29.403.582**
Total do Ativo	**30.577.174**	**29.424.454**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	969	536
Salários e encargos	–	–
Impostos e contribuições	33	–
Provisões	–	–
Total do Circulante	**1.002**	**536**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.243.550	2.243.550
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	29.212.930	27.832.930
Lucros (Prejuízos) acumulados	(880.308)	(652.562)
	30.576.172	**29.423.918**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**30.577.174**	**29.424.454**

Demontração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(em Reais)*

Receita Operacional Bruta	2024	2023
Receita de locação de imóveis	–	–
Impostos incidentes sobre vendas	–	–
Receita líquida de vendas	**–**	**–**
Custo de locação de imóveis	–	–
Lucro (Prejuízo) bruto	**–**	**–**
Administrativas	(226.440)	(103.308)
Resultado Financeiro	(1.273)	6.995
Lucro (Prejuízo) operacional	**(227.713)**	**(96.313)**
Provisão para IRPJ	(21)	(1.253)
Provisão para CSLL	(12)	(751)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(227.746)**	**(98.317)**

Demontração do Fluxo de Caixa do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(227.746)	(98.317)
Atividades operacionais:		
. Depreciações e amortizações	400	479
Lucro ajustado	(227.346)	(97.838)
Redução (Aumento) de outros créditos	(31)	(6.333)
Aumento (Redução) de fornecedores	433	(46.784)
Aumento (Redução) de salários e encargos sociais	–	(5.960)
Aumento (Redução) de obrigações tributárias	33	(5.115)
Aumento (Redução) de outras exigibilidades	–	(5.085)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	435	(69.278)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	(1.162.347)	(896.082)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(1.162.347)	(896.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.380.000	1.050.000
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	1.380.000	1.050.000
Aumento (Redução) líquido nas disponibilidades	(9.258)	(13.198)
. No início do exercício	12.086	25.284
. No final do exercício	2.828	12.086

Demontração das Mutações do Patrimônio Líquido findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

	Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	**30.076.480**	**(652.562)**	**29.423.918**
Prejuízo líquido do exercício		(227.746)	(227.746)
AFAC	1.380.000	–	1.380.000
Saldo em 31/12/2024	**31.456.480**	**(880.308)**	**30.576.172**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A Ravipa Investimentos e Participações S.A. foi constituída em 04/12/2015 com sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº 535, 7º andar, Sala 702, Parte B, Edifício Personal Business Office, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06454-910, tem como atividade a administração de patrimônio próprio (holding não financeira).

2. Principais Práticas Contábeis Adotadas – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal das atividades da companhia e a administração faz uma avaliação da capacidade da companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais R$.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Caixa e Bancos	2.828	1
Aplicações Financeiras (*)	–	12.085
Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.828**	**12.086**

(*) As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

4. Impostos a Recuperar	2024	2023
IRRF sobre Aplicações Financeiras	8.817	8.786
Impostos a Recuperar	**8.817**	**8.786**

O valor do imposto de renda sobre aplicações financeiras representa retenções ocorridas, incluindo de anos anteriores e serão compensados ou restituídos.

5. Ativo Não-circulante (imobilizado)	2024	2023
Edificações	30.565.529	29.403.182
Equipamentos de Informática	–	400
Imobilizado Líquido	**30.565.529**	**29.403.582**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas na legislação e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27).

6. Impostos e Contribuições	2024	2023
IRPJ a Recolher	21	–
CSLL a Recolher	12	–
Impostos e Contribuições	**33**	**–**

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte de prestadores de serviços.

7. Patrimônio Líquido	2024	2023
Capital Social	2.243.550	2.243.550
AFAC	29.212.930	27.832.930
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(880.308)	(652.562)
Patrimônio Líquido	**30.576.172**	**29.423.918**

7.1. Capital social: é representado por 2.243.550 ações nominais, ao valor de R$ 1,00 cada uma, totalizando o valor total de R$ 2.243.550,00. **7.2. AFAC:** São valores aportados pelos acionistas para fazer frente aos investimentos em imóveis, e o valor será utilizado para aumento de capital na companhia.

7.3. Prejuízos acumulados: Por ser uma holding não operacional, os prejuízos apurados referem-se aos gastos com a manutenção e impostos incidentes sobre os bens que estão registrados no ativo imobilizado da companhia.

A Diretoria

Luciano Lucena da Silva
Contador CRC 1SP 188.289/O-0

Virapa Administração de Imóveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.677/0001-90

Relatório da Administração

A Administração da Virapa, vem na presença de todos os seus acionistas apresentar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como, as suas notas explicativas. Por ser tratar de uma administração de imóveis, informamos que a Companhia não teve no exercício findo, nenhum fato relevante que possa comprometer a sua continuidade. A Administração agradece e fica à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as demonstrações financeiras. *A Administração*

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e bancos	75.558	1
Aplicações financeiras	54.337	31.687
Impostos a recuperar	8.501	37.315
Outros créditos	10.594	9.907
Total do Circulante	**148.990**	**78.910**
Não Circulante		
Imobilizado		
Investimentos	1.325.000	–
Imobilizado líquido	2.537.136	2.656.087
Total do Ativo Não Circulante	**3.862.136**	**2.656.087**
Total do Ativo	**4.011.126**	**2.734.997**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.948	1.313
Impostos e contribuições	9.985	5.958
Imóveis a pagar	–	90.692
Total do Circulante	**11.933**	**97.963**
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.349.004	1.349.004
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.493.338	1.168.338
Reserva legal	23.494	21.636
Reserva de lucros	133.357	98.056
	3.999.193	**2.637.034**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.011.126**	**2.734.997**

Demontração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

Receita Operacional Bruta	2024	2023
Receita de locação de imóveis	303.744	237.298
Impostos incidentes sobre vendas	(11.087)	(8.662)
Receita líquida de vendas	**292.657**	**228.636**
Custo de locação de imóveis	(185.394)	(134.066)
Lucro (Prejuízo) bruto	**107.263**	**94.570**
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas	(61.981)	(37.382)
Resultado Financeiro	20.303	23.521
Lucro operacional	**65.585**	**80.709**
Provisão para IRPJ	(17.766)	(15.062)
Provisão para CSLL	(10.660)	(9.037)
Lucro Líquido	**37.159**	**56.610**

Demontração das Mutações do Patrimônio Líquido findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

	Capital	Lucros Acumulados	Legal	Estatutária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.517.342**	**–**	**21.636**	**98.056**	**2.637.034**
A.F.A.C.	1.325.000	–	–	–	1.325.000
Lucro líquido do exercício	–	37.159	–	–	37.159
Reserva legal constituída	–	(1.858)	1.858	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	(35.301)	–	35.301	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.842.342**	**–**	**23.494**	**133.357**	**3.999.193**

Demontração de Fluxo de Caixa do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido do exercício	37.159	56.610
Atividades operacionais:		
. Depreciações e amortizações	118.951	89.361
Lucro ajustado	156.110	145.971
Redução (Aumento) de outros créditos	28.127	(18.677)
Aumento (Redução) de fornecedores	634	(534)
Aumento (Redução) de obrigações tributárias	4.027	(897)
Aumento (Redução) de outras exigibilidades	(90.692)	90.162
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(57.903)	70.054
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado	–	(358.065)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	**–**	**(358.065)**
Aumento (Redução) líquido nas disponibilidades	**98.208**	**(142.041)**
. No início do exercício	31.688	173.729
. No final do exercício	129.896	31.688

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024

1. Contexto Operacional – A Virapa Administração de Imóveis S.A. foi constituída em 04/12/2015 tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº 535, Sala 702, Parte A, 7º Andar, Edifício Personal Business Office, Bairro Alphaville Industrial, CEP 06454-910, tem por atividade preponderante a administração de imóveis próprios destinados à locação.

2. Principais Práticas Contábeis Adotadas – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal das atividades da companhia e a administração faz uma avaliação da capacidade da companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais R$.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Caixa e Bancos	75.558	1
Aplicações Financeiras (*)	54.337	31.687
Caixa e Equivalentes de Caixa	**129.896**	**31.688**

(*) As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

4. Outros Créditos	2024	2023
IRRF sobre Aplicações Financeiras	8.501	37.315
Outras Contas a Receber	10.594	9.907
Outros Créditos	**19.095**	**47.222**

O valor do imposto de renda sobre aplicações financeiras representa retenções ocorridas, incluindo de anos anteriores e serão compensados ou restituídos.

5. Ativo Não-circulante (imobilizado)	2024	2023
Edificações	2.537.136	2.656.087
Imobilizado Líquido	**2.537.136**	**2.656.087**

O valor lançado nessa rubrica é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas na legislação e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC – TG 27).

6. Ativo Não-circulante (investimentos)	2024	2023
Investimentos – Seq27	1.325.000	–
Investimentos	**1.325.000**	**–**

O valor lançado nessa rubrica é registrado pelo aporte realizado em participação em outra empresa.

7. Impostos e Contribuições	2024	2023
COFINS a Recolher	899	617
PIS a Recolher	195	134
IRRF – Outros	312	–
Contribuição na Fonte (PIS-COFINS-CSLL)	966	–
IRPJ a Recolher	4.758	3.254
CSLL a Recolher	2.855	1.953
Impostos e Contribuições	**9.985**	**5.958**

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade.

8. Patrimônio Líquido	2024	2023
Capital Social	1.349.004	1.349.004
Afac	2.493.338	1.168.338
Reserva Legal	23.494	21.636
Reserva de Lucros	133.357	98.056
Patrimônio Líquido	**3.999.193**	**2.637.034**

8.1. Capital social: é representado por 1.349.004 ações nominais, ao valor de R$ 1,00 cada uma, totalizando o valor total de R$ 1.349.004,00. **8.2. AFAC:** Os valores foram aportados pelos acionistas para fazer frente a aquisição de participação em outras empresas, e o valor será utilizado para aumento de capital na companhia. **8.3. Destinação do Lucro Líquido:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação. **8.3.1.** 5% para reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e **8.3.2.** o saldo remanescente foi transferido para reserva de lucros.

A Diretoria
Luciano Lucena da Silva
Contador CRC 1SP 188.289/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo